



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JOSÉ RICARDO MORENO

**AÇAMBARCADORES E FAMÉLICOS:
FOME, CARESTIA, E CONFLITOS, EM SALVADOR (1858 a 1878)**

RIO DE JANEIRO

2015

JOSÉ RICARDO MORENO

**AÇAMBARCADORES E FAMÉLICOS:
FOME, CARESTIA, E CONFLITOS, EM SALVADOR (1858 a 1878)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

P654 Pinho, José Ricardo Moreno.

Açambarcadores e famélicos : fome, carestia e conflitos em Salvador (1858 – 1878) / José Ricardo Moreno Pinho. – 2015.

197 f. ; il.

Orientador: Cezar Teixeira Honorato.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015.

Bibliografia: f. 179-191.

1. Abastecimento de alimento. 2. Bahia. 3. Monopólio. 4. Crise econômica.
I. Honorato, Cezar Teixeira. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.04

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato (Orientador / UFF)

Prof. DR. Miguel Suárez Bosa (Universidad de Las Palmas de Gran Canaria)

Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva (UFF)

Prof. Dr. Flávio Gonçalves dos Santos (UESC)

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)

In memoriam a

*José Carlos Emerick pinho
Meire Moreno Pinho*

“Um primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história é que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de “fazer a história”. Mas, para viver, é necessário, antes de qualquer coisa, beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se etc. O primeiro fato histórico é, pois, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico; de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar, dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos” (MARX; ENGELS. A ideologia alemã, p. 33).

AGRADECIMENTOS

Considero esta uma difícil tarefa a ser realizada, que é a de lembrar a todos e todas, que de alguma forma contribuíram para esta construção. Certamente cometerei injustiças, com a minha memória falha, afinal, foram tantas as coisas que ocorreram nestes últimos quatro anos.

Inicialmente agradeço a minha família, bem como as minhas ex-esposas, amigas fieis que amei, e amo, Cacilda e Thais, mulheres que ao longo de minha vida somaram em minha trajetória, e se colocaram ao meu lado, incentivando e apoiando em todos os momentos. As minhas filhas Jamile e Ingrid Eduarda, e meus filhos Lênin e Lucas, a vocês peço desculpas pelos meus momentos de ausência ou desatenção.

Agradecer ao meu orientador, professor Cesar Teixeira Honorato, que mais do que orientar, foi um parceiro, amigo e companheiro. Descobri no professor César uma grande afinidade ideológica, uma aproximação conceitual que favoreceu o nosso diálogo, e, concomitantemente, a elaboração desta tese. A ele, aos seus conselhos, cabem quaisquer méritos que possam existir neste texto, diferentes dos erros que certamente serão apontados, e que antecipo, devem ser creditados apenas às minhas teimosias.

Duas pessoas foram fundamentais, sem as quais esta pesquisa não teria a densidade documental que alcançou. Foi Urano Andrade e Viviane Santana, pesquisadores que me deram um grande suporte, seja no levantamento de fontes, ou no tratamento destas, e ainda, tornaram-se cúmplices com sugestões, além de partilharem de muitas de minhas angústias. E também, gostaria de agradecer ao Leonardo Campos, cujo atento trabalho de revisão contribuiu para a qualidade final deste texto.

Por onde andei, sempre fui muito bem recebido e atendido, portanto estendo meus agradecimentos aos profissionais dos seguintes locais: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo Público da Bahia, Arquivo Municipal de Salvador, Biblioteca Pública da Bahia, Associação Comercial da Bahia, Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Biblioteca de Pós Graduação da UFF, Biblioteca de Pós Graduação da UFBA, Centro de Documentação e Informação da CODEBA, Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro, e Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Não cito nomes, pois não me lembrarei de todos os que me serviram nestes espaços.

Alguns amigos são certamente culpados por eu ter chegado até aqui. São aquelas pessoas inseparáveis, que me acompanham ao longo da vida, e que sempre me cobraram, mas que também se colocaram ao lado para somar a todos os momentos. Posso destacar Flávio Gonçalves dos Santos, a quem eu atribuo a responsabilidade por eu ter optado pelo Programa em Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, bem como por ter influenciado a minha mudança de trajetória migrando meu olhar para Século XIX e para a Salvador portuária; Maurício Mogilka, Edlamar, Graça Leal, Edleusa Garrido, Laila Brichta, e Muniz Ferreira, amigos e incentivadores fieis.

A professora Maria Cecília Velasco e Cruz, que se tornou uma conselheira fundamental, que me fez refletir algumas das minhas certezas que se encontravam cristalizada e que precisavam ser relativizadas. Também, dentre as amigadas que fiz nesta caminhada, e que somaram com seus conselhos e sugestões, acrescento meus agradecimentos a Miguel Suarez Bosa, Luis Fernando Sariava, e Fernando Dumas.

Quando no ano de 2011 eu fui viver no Rio de Janeiro para cumprir o período de créditos de disciplinas, contei com ajuda e solidariedade de muita gente. Verônica Lima, Fernanda Bandeira, Fernando Nogueira, Marcelo Fernandes, Marco Costa, Batista Lemos, Carlão, Carolina Camargo, Vanessa Pessanha, Sirlane Camurça, Teo de Almeida, a baiana Vera, e tantos outros, e outras, que se somam aos boêmios de Santa Teresa e da Lapa, confesso os nomes agora me fogem, mas juro que me lembro de cada rosto e de cada sorriso.

Agradeço a companhia e os bons momentos de troca de ideias e planos com os colegas das disciplinas “Cultura e Sociedade” e “Trocas e conflitos culturais no mundo atlântico: história e historiografia, séculos XIX e XX”, que cursei no Campus de Gragoatá, da UFF. E para não ser injusto com ninguém, lembro a todos na pessoa de Luís Salgado, e a todas na pessoa de minha amiga Hevelli Acrouche, jovem e muito talentosa. Também sou muito grato às Professoras Laura Maciel e Martha Abreu, que me provocaram inquietações, me fizeram refletir, e certamente muitas de suas sugestões estão aqui, de alguma maneira, incorporadas ao texto.

Lembro-me das agradáveis tardes de debates com o pessoal do Polis – Laboratório de História Econômico e Social da UFF. Agradeço a todos e todas, na pessoa de Luís Fernando Saraiva. As nossas conversas me serviram como orientação e contribuíram muito para minhas reflexões conceituais e metodológicas.

Aos técnicos e servidores da Pós Graduação em História da UFF, que sempre me receberam, orientaram, ajudaram, e acima de tudo aturaram as minhas manifestações de ansiedade.

Agradeço aos amigos da cidade de Alagoinhas, na pessoa de Pedro Marcelino, aos discentes, técnicos, e colegas docentes do Campus II da Universidade do Estado da Bahia, em especial os professores do colegiado de História que assumiram a cobertura da minha ausência neste período.

Pelo convívio neste último ano, agradeço também ao Magnífico Reitor da UNEB, Professor José Bites de Carvalho, e toda a equipe de Gestão Universitária, da qual eu me sinto muito honrado em fazer parte desde janeiro de 2014. Registro o apoio institucional dado pela UNEB, inclusive, por três anos, pude contar com bolsa da Universidade, sem a qual teria sido difícil arcar com os custos desta pesquisa.

E por fim agradeço aos meus parceiros de luta e de sonhos, os militantes do Partido Comunista do Brasil, esta grande escola de vida que sempre me deu régua e compasso. Em especial aos camaradas da Comissão Estadual de Formação da Bahia, e da Escola Nacional de Formação João Amazonas instância das quais eu faço parte, e que também sou eterno aprendiz.

De alguma forma estão todos e todas, presentes nesta construção que passo a apresentar, e marcaram este período de tantas transformações em minha vida. Fica registrado o meu muito obrigado por tudo o que testemunharam e participaram!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – SALVADOR: PREÇO DE ALQUEIRE DE FARINHA E ARROBA DE AÇUCAR BRANCO (1850-1865)	63
FIGURA 02 – BAÍA DE TODOS OS SANTOS.....	77
FIGURA 03 – PANORAMA FOTOGRÁFICO DA CIDADE DO SALVADOR	79
FIGURA 04 – POPULAÇÃO DE SALVADOR (1706-1872).....	82
FIGURA 05 – AS ESTRADAS DE FERRO DO ESTADO DA BAHIA-1898	84
FIGURA 06 – VISTA DA GAMBOA – 1861.....	86
FIGURA 07 – CAIS DAS AMARRAS - 1860.....	86
FIGURA 08 – ANTIGA PRAÇA DO CAIS DO OURO – 1879.....	91
FIGURA 09 – ACB.....	126
FIGURA 10 – ACB.....	127
FIGURA 11 – ACB.....	127
FIGURA 12 – ACB.....	128

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – QUADROS DA SECA	187
--	------------

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 01 – MOVIMENTO DE EMBARCAÇÕES	93
TABELA 02 – VALORES DE PRODUTOS PARA EXPORTAÇÕES	99
TABELA 03 – NAVEGAÇÃO DE LONGO CURSO NA BAHIA (1851-1874)	100
TABELA 04 – VALORES DE PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO (1869-1870)	101
TABELA 05 – MOVIMENTO DE NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM	105
TABELA 06 – NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM EM TONELADAS	110
TABELA 07 – VALORES DE IMPORTAÇÃO PARA OUTRAS PROVÍNCIAS.....	111
TABELA 08 – ENTRADA DE FARINHA DE MANDIOCA EM ALQUEIRES.....	122

RESUMO

No ano de 1858, uma revolta popular nas ruas da cidade do Salvador trouxe à tona a insatisfação dos mais pobres com o aumento dos preços dos alimentos básicos, considerados essenciais à dieta dos baianos. Vinte anos depois, o problema da carestia foi levado para a Assembleia Provincial, onde os Deputados Liberais foram acusados pelos conservadores de contradizer ao próprio princípio do liberalismo ao defenderem a política intervencionista que buscava ordenar as condições de oferta dos gêneros alimentícios, e garantir o suprimento dos mais pobres. Por traz destes acontecimentos existiam as estratégias de comerciantes que atuavam como atravessadores ou açambarcadores, que manipulavam as condições de mercado a fim de obter maior lucro, controlando a oferta para gerar escassez, ao mesmo tempo em que, também diversificavam suas aplicações, se associando aos segmentos capitalistas que começavam a se apresentar. Uma complexa combinação de fatores que caracterizam uma sociedade em transição do padrão de investimento e acumulação.

Palavras-chave: Abastecimento; Bahia; Monopólio; escassez; transição.

ABSTRACT

In 1858, a popular uprising in the streets of Salvador raised the discontent of the poor with the increase in prices of basic foods, considered essential to the diet of Bahia. Twenty years later, the problem of famine was taken to the Provincial Assembly, where Liberal MPs were accused by conservatives to contradict the principle of liberalism itself to defend the interventionist policy that sought to arrange the conditions for supply of foodstuff, and ensure supply the poorest. Behind these events existed strategies for traders who acted as middlemen and hoarders, who manipulated the market conditions in order to obtain higher profits by controlling supply to generate scarcity, while also diversified its applications, joining the capitalists segments that were beginning to show. A complex combination of factors that characterize a society in transition from the pattern of investment and accumulation.

Keywords: Supply; Bahia; Monopoly; scarcity; transition.

RESUMEN

En 1858, un levantamiento popular en las calles de Salvador levantó el descontento de los pobres con el aumento de los precios de los alimentos básicos, considera esencial para la dieta de Bahía. Veinte años después, el problema de la hambruna fue llevado a la Asamblea Provincial, donde los diputados liberales fueron acusados por los conservadores por contradecir el principio del liberalismo en sí para defender la política intervencionista que buscaba organizar las condiciones de abastecimiento de alimentos, y asegurar el suministro los más pobres. Detrás de estos eventos existido estrategias para los comerciantes que actuaban como intermediarios y acaparadores, que manipularon las condiciones del mercado con el fin de obtener mayores beneficios mediante el control de la oferta para generar escasez, mientras que también ha diversificado sus aplicaciones, uniéndose a la capitalistas segmentos que estaban empezando a mostrar. Una compleja combinación de factores que caracterizan a una sociedad en la transición del patrón de la inversión y la acumulación

Palabras-clave: Suministro; Bahía; Monopoly; transición; escasez.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO: REVOLTA CONTRA A CARESTIA EM SALVADOR.	34
CAPÍTULO 2 – NAVEGAR É PRECISO, COMER TAMBÉM É PRECISO - POR MAR E POR TERRA, A CIDADE SE ABASTECE.	76
CAPÍTULO 3 – AÇAMBARCADORES E ATRAVESSADORES	116
CAPÍTULO 4- 1878 - UM DEBATE DOUTRINÁRIO	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
ANEXOS	187
APEÊNDICE	188
REFERÊNCIAS – BIBLIOGRAFIA	198
FONTES	202

INTRODUÇÃO

Muitos são os caminhos e descaminhos na construção de uma pesquisa. Existem as mudanças de direção, mas às vezes, também, retornos e ajustes. O caminhar nunca se dá em linha reta, principalmente quando se permite que as fontes possam falar e revelar suas próprias verdades, e ajudar a construir a sua própria lógica. Assim, os conceitos devem advir da realidade objetiva, e testados e aperfeiçoados a partir desta, e não o contrário, onde ideias predeterminadas são impostas aos olhos de quem pesquisa. Ao apresentar a tese “*Açambarcadores e famélicos – Fome, carestia e conflitos em Salvador (1858 a 1878)*”, pode-se ter esta entre as conclusões obtidas, afinal, ao longo destes quatro anos muitas das ideias inicialmente pensadas foram revistas, desde conceitos, estratégias, metodologias, recorte cronológico, e até mesmo o próprio título proposto.

Ao longo da caminhada, a centralidade do estudo do abastecimento da cidade do Salvador, tendo um debate transversal acerca do porto e do processo de modernidade, foi uma ideia de partida que aos poucos foi sendo redefinida. Primeiro para uma maior atenção a questão portuária, o que ampliaria inclusive o recorte cronológico e modificaria a problematização. Em seguida, um novo redirecionamento foi dado a partir das contribuições dadas pela banca de qualificação, e o retorno à centralidade para a questão do abastecimento, que adiante, por conta do desenvolvimento da própria pesquisa e da relação com as fontes e a bibliografia, foi se concentrando em uma temporalidade também mais restrita, tendo por parâmetros duas manifestações contra a carestia de alimentos, ocorridas na capital baiana nos anos de 1858 e 1878. Assim, foi possível focar em dois momentos em que os poderes públicos se conflitaram sobre o tema. Câmara de Vereadores, Presidência da Província, Assembleia Provincial, foram palcos de intensos debates a respeito da regulação do mercado, e meio ao caloroso imbróglio, diferentes projetos em curso, em uma sociedade que transitava entre a acumulação primitiva e a penetração do capital em sua forma moderna.

Após o trabalho realizado pode-se afirmar que muitas surpresas se deram entre a afirmação acima e as páginas que seguem, uma reflexão que certamente se fez invocar foi a da lógica do movimento segundo Hegel. Se por um lado é a ação de contrários que leva à transformação, por outro, a contradição existe na natureza do próprio ser e não como algo externo a este. Esta uma ideia importante para entender o que chamaremos de embate entre o velho e o novo, e ao final da leitura se poderá entender melhor que as qualificações do que chamamos de velho e novo podem não ser o que parece a primeira vista.

Durante a construção desta Tese foi amadurecendo a relação dos fatos com um conceito que se tornou essencial para toda a narrativa, o conceito de transição. Este é um conceito complexo para se pensar o movimento da história, afinal seria a ideia de transição um estado permanente? Se para o pensamento dialético, o estado de repouso é que é relativo, e o movimento é absoluto- O que chamo aqui de transição é a consideração de um estado em que o novo se apresenta, porém o velho não apenas existe, mas existe de maneira ainda hegemônica. Portanto, um momento específico do movimento. Há uma tentativa de esclarecer isso nas considerações finais, onde se recupera as palavras de Lênin, referindo-se a lógica do movimento pensada por Hegel, onde temos a ideia de que o novo não surge de si mesmo, mas nasce do velho, da sua própria contradição, e por sua vez, este novo traz consigo a essência do velho, não havendo entre um e outro um hiato, uma ruptura pura e simples.

Na historiografia, a ideia de transição tem sido utilizada, em geral, para se referir a processos políticos, mudanças de regime, de formas de governo, não sendo utilizado, pelo menos diretamente, para processos econômicos e sociais. Esta ideia foi se revelando no decorrer da construção narrativa do texto: os agentes que enriqueceram, e dominavam a praça comercial de Salvador, lançando mãos de todas as práticas viciadas pela acomodação das formas pretéritas de acumulação de capital, diversificaram seus capitais em atividades típicas do moderno capitalismo que chegava, tais como bancos, investimentos em transportes, indústrias, etc.

Do ponto de vista das ideias, uma espécie de discurso mais próximo do original liberalismo econômico, foi apropriado para defender o monopólio do mercado em mãos de poucos e tradicionais comerciantes, ao passo que modernos liberais assumiram a defesa de uma necessária intervenção do estado para garantia do abastecimento aos setores sociais que mais necessitavam como foi o caso do Deputado Provincial, em 1878, Rui Barbosa. Este discurso estava ancorado justamente em um comportamento tradicional que se repetia por parte de membros da Câmara de Vereadores de Salvador, que era o de intervir pelo direito dos mais pobres a ter acesso ao alimento em condições razoáveis de aquisição, e que se fez ecoar na Assembleia provincial. Algo que pode ser comparado com aquilo que Thompson, ao analisar o comportamento dos motins de fome na Inglaterra do século XVIII, denominou de economia moral, como sendo a defesa, por parte da população, daquilo que considera ser seu direito essencial, e certa tradição de algumas instituições de assumir a defesa deste direito como sendo sua tarefa precípua.

Podemos observar como se confunde o que é o novo e o que é o velho, o que se mostra tradicional, ou o moderno. Busca-se sistematizar isso ao classificar o momento estudado como sendo de transição de uma forma de acumulação a outra, ou seja, de acumulação primitiva de capital, para a acumulação capitalista propriamente dita. O conceito de acumulação primitiva foi elaborado por Marx para se referir a um momento que antecede ao capitalismo, e que teria sido marcado pela expropriação violenta. O economista Alonso Barbosa de Oliveira¹ trata este momento como sendo de hegemonia do capital comercial sobre as demais formas de capital, e entendemos aqui, que a hegemonia de uma forma de capital, em última instância, o faz determinante para as formas sociais, as relações de estado, e da lógica de ordenamento da superestrutura, como um todo.

Já o moderno capitalismo vincula a acumulação a uma relação social, a uma determinada organização do trabalho, que propicia a extração de mais valia. Este sistema eclode na Inglaterra, e o capital, que se expande por todo o mundo chega, para nós, nos investimentos urbanos, principalmente nos transportes, ferrovias, portos, e também através dos bancos, e incentivam o desenvolvimento das indústrias.

Evidentemente que a ascensão do capital, em sua forma moderna, coloca em confronto o modelo determinado até então para a superestrutura. Isso pode ser percebido no embate dado na Assembleia Provincial da Bahia no ano de 1878. Ao discutir a política de intervenção no mercado de alimentos, vem à voga o debate acerca do papel do Estado. O que podemos extrair da contribuição de Rui Barbosa, é que para o liberal, o estado é uma necessidade histórica. Gramsci discutiu isso, evidenciando a construção desta ideia, a partir dos pressupostos teóricos do próprio liberalismo.

Alheio a toda esta lógica, vimos uma população, que não parava de crescer. O Geógrafo Milton Santos, em sua dissertação de Mestrado intitulada “*O centro da Cidade do Salvador*”², ao analisar este crescimento populacional, concluiu que este crescimento não se deu resultado de uma dinâmica econômica, que tornara Salvador atraente a novos moradores, mas, ao contrario, foi à ausência desta dinâmica que afetou a sua hinterland, e fez com que parte desta população periférica migrasse para a capital, vindo a compor a massa de desempregados ou subempregados. A estes, pode-se acrescer a grande quantidade de população flutuante, principalmente de marinheiros e tripulação de embarcações que

¹ OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *O processo da industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas: UNICAMP, 1985. (Tese)

² SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade do Salvador*. Estudo de Geografia Urbana. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.

movimentavam o vai e vem de barcos no porto soteropolitano, e também toda uma população de escravos do recôncavo, que se dedicava primordialmente a produção para agroexportação, necessitando do mercado que complementasse a sua alimentação.

Este mercado, mesmo com sua população majoritariamente pobre, tornou-se atraente a capitais que tinham sido liberados com a proibição do tráfico internacional de escravos, e também serviram para alocar parte dos investimentos que perdiam espaços com a perda proporcional do papel da Bahia no comércio de longo curso, principalmente com a redução do papel do açúcar como grande produto de exportação.

Assim, este comércio de alimentos, vai aprofundando uma lógica do controle do mesmo nas mãos de grandes monopolistas, que controlavam os preços do mercado por meio da retirada do produto da praça, seja para outras praças, quando os preços se mostravam mais atraente, seja simplesmente retardando a sua entrada no comércio de Salvador, provocando com isso escassez, e elevando os preços. Procuramos demonstrar isso focando nossas atenções para os três produtos considerados mais importantes para a população, a carne verde, a carne charqueada, e a farinha de mandioca.

Desta forma, buscou-se mergulhar no cenário da Salvador do terceiro quartel do XIX, especialmente no espaço das trocas mercantis realizadas por homens de negócios, mas também por produtores e consumidores que sofriam com ação destes. Entender quem eram estes intermediários, como se constituíam suas fortunas, a diversificação na formação de seus capitais, como se organizavam e como agiam, as alianças, seus mecanismos de pressão, as estratégias políticas e de mercado são objetos desta Tese, bem como interessa entender o que levou ao crescimento dos negócios de abastecimento, importância e funcionamento deste, as rotas internas e externas, o cenário do funcionamento do comércio que se dava no entorno da região portuária da cidade. E vincular tudo isso ao debate de projetos de Estado, de sociedade, que emergia no Brasil e na Bahia.

O brasileiro Bart Barickman afirmou que a impressão de alguns viajantes Europeus que conheceram a Salvador do século XIX, deixaram expressivas descrições do movimentado mercado à beira do cais. Um mosaico que compreendia montes de verduras, sacos de farinha e pilhas de frutas, os fregueses regateavam com vendedoras negras enquanto escravos carregadores seminus trafegavam espremidos entre crianças pequenas, galinhas soltas, papagaios, cachorros e até macaquinhos.

“Uma “frota em miniatura” de embarcações de todo o tipo de tamanho, “carregadas de produtos da terra para o consumo da cidade”, enchia o porto. De vez em quando, um dos “barcos vivandeiros” aproximava-se do cais para descarregar engradados

de aves vivas, sacas de farinha e cestas, feitas de folha de palmeira, com toda sorte de frutas e verduras. Enquanto isso outros barcos, formando uma “loja flutuante”, ficavam ancorados no porto, esperando que os fregueses embarcassem em pequenas canoas e fossem fazer suas compras a bordo”³.

Estas compras iriam parar nas mesas dos baianos de Salvador e do Recôncavo. E pode-se afirmar que os habitantes da capital baiana possuíam uma culinária que combinava influencias diversas, portuguesas, africanas e indígenas, como caruru, vatapá, acarajé, feijão de leite, abará e quitutes diversos, que já eram conhecidos no final do século XVIII e que costumavam ser vendidos por ganhadeiras nas ruas da cidade, e também, consumia-se uma quantidade bastante variada de víveres, hortaliças, fruta tropicais, mariscos, carne de baleia, peixe, e ainda, a atividade importadora, através do porto, permitia a inclusão de carne seca trazida do Rio da Prata e do sul do Brasil, dendê da África ocidental, alho, vinho, azeite, queijos, farinha de trigo e bacalhau da Europa, carne fresca dos sertões da Bahia, Piauí e Goiás, etc. Contudo, o trivial dos moradores de Salvador estava reduzido a um pequeno número de gêneros. Em seu dia a dia, a grande maioria alimentava-se de carboidratos fornecidos por cereais ou raízes, feijão, verduras, frutas, óleos, gorduras, carne, peixe e condimentos. A maior parte das calorias vinha mesmo da farinha de mandioca⁴.

Salvador, mais do que qualquer outra cidade brasileira do século XIX, exceto talvez Belém, era dependente do transporte aquático para o abastecimento. A localização da cidade, numa península relativamente estreita, determinava essa dependência. A dieta dos soteropolitanos dependia de dois artigos básicos, a farinha de mandioca, maior fonte de calorias, e a carne. O Gado, que abastecia a cidade de carne verde era conduzido por terra, enquanto a carne charqueada e a farinha tinham no porto a sua forma de entrada, assim como a maior parte das hortaliças e frutas que eram consumidas. Do mar também vinham artigos importados como azeite de oliva, vinho, cerveja, queijo, farinha de trigo, etc.

Como principal produto da dieta dos cidadãos, a farinha de mandioca constituía a maior parte das cargas de alimentos. Era produto das longas raízes tuberosas da euforbiácea, delgado arbusto nativo da terra tropical que cresce em média 1,5 a dois metros, não exige solo rico e apresenta uma resistência excepcional a seca. O cultivo da mandioca é relativamente fácil e, se o solo for bem drenado, as raízes podem ser deixadas no chão por até dois anos depois de completar o seu ciclo de desenvolvimento, permitindo ao agricultor escolher o

³ BARICKMAN, B.J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780 – 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pg. 131-132.

⁴ Idem, pg. 131-132.

momento adequado para prepara-la⁵. A carne de gado era a grande fonte de proteína animal para os moradores de Salvador. Não é que evitasse comer carne de porco, peixe, frango ou ovos, mas esperava-se comer carne vermelha todos os dias. A cidade consumia 350 a seiscentas reses por semana. Escassez de carne era sinal de perigo e insegurança e as autoridades levavam a sério a obrigação de garantir o abastecimento e manter o preço acessível⁶.

As cidades do Recôncavo também precisavam ser abastecidas, o que contribuía para a demanda regional de alimentos de subsistência, e principalmente da farinha de mandioca. Na zona rural, os senhores de engenho e lavradores de cana não se dedicavam a este tipo de gênero o suficiente para garantir o sustento, recorrendo geralmente ao mercado.

O comércio de alimentos, portanto, era assunto de responsabilidade do governo no que diz respeito à proteção dos consumidores. A Câmara Municipal de Salvador, seguindo precedentes portugueses, levava a sério esta responsabilidade. A tentativa de dar uma ordem racional a essa tarefa levou à criação do celeiro e do matadouro público, o que afetou o trabalho dos comerciantes de alimentos.

“Açambarcadores e famélicos – Fome, carestia e conflitos em Salvador (1858 a 1878)” busca demonstrar este cenário, bem como analisar o debate em torno da escassez e carestia de alimentos na capital baiana, no período correspondido entre as duas manifestações de crises, citadas. Este trabalho, ora apresentado, se associa a uma História econômica e social, mas dialogando com a construção da História política, uma vez que irá relacionar as crises de escassez e a carestia com o jogo de manipulação de mercado, discutindo o papel das instituições e as relações destas com os segmentos sociais envolvidos. E é justamente a ausência desta relação entre o econômico e o político que aparece na crítica aos modernos estudos acerca do abastecimento no Brasil.

Na historiografia brasileira, Caio Prado Júnior inaugurou a primeira tentativa de compreensão da formação brasileira a partir da sua base econômica, e, segundo ele, o sentido da colonização selou a vocação de uma economia complementar ao processo de expansão mercantil, cumprindo o papel de fornecedor de matéria prima para a indústria, ou produtos primários destinados ao comércio externo, sendo, portanto, dependente das variações externas e deste comércio internacional⁷. Este pensamento tornou-se hegemônico na compreensão da formação econômica brasileira, no entanto, leituras posteriores abriram espaços para o

⁵ GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. São Paulo: Cia das Letras, 2013. Pg. 133-134.

⁶ Idem, pg. 169.

⁷ PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1949.

entendimento, primeiro da formação de dinâmicas paralelas ao mercado externo, depois, para o descolamento destas, baseadas na consolidação da possibilidade de acumulação endógena, e em flutuações próprias do mercado voltado para o abastecimento interno. Meio as possibilidades de abordagem que se abre com o reconhecimento desta dinâmica comercial, especialmente do comércio de alimentos, temos os estudos acerca do abastecimento.

Segundo Pedro Henrique Campos, a historiografia do abastecimento no Brasil pode ser dividida em três grupos ou gerações. O primeiro inclui os trabalhos de Mafalda Zemella e Myriam Ellis sobre o abastecimento da região das minas setecentistas. O segundo grupo, assim como o primeiro, vem da USP e é liderado por Sérgio Buarque de Holanda e Maria Odila Dias, e abordam o período da independência do Brasil, dando uma nova interpretação para a emancipação política do país. O terceiro grupo, o mais amplo e o mais sistemático, é o grupo da história agrária feito em Niterói e no Rio de Janeiro e tem a liderança da professora Maria Yedda Linhares⁸.

O livro “*O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*” da professora Mafalda Zemella, foi a primeira Tese de Doutorado em *História da Civilização Brasileira* defendida no país, no ano de 1951. Foram três anos de pesquisa, com o uso de fontes de arquivos paulistas, mineiros e cariocas. Ela mostra a exploração de ouro e diamantes na região das minas ativa uma produção e comércio em vários pontos da América portuguesa, inclusive com a Bahia, além do Rio de Janeiro, São Paulo, o sertão nordestino e também regiões da América espanhola. Sugere uma reinterpretação da guerra dos emboabas, destacando como este conflito envolveu a questão do abastecimento de gêneros primários. O estudo de Zemella aborda também a ascensão do Rio de Janeiro e do Centro-Sul da América portuguesa no quadro colonial, e de como esta ascensão esteve relacionada à emergência da capitania do Rio de Janeiro como principal região produtora de gêneros básicos para Minas Gerais, da mesma forma, o porto do Rio de Janeiro passa a ser a porta de entrada e saída principal e oficial das minas. Assim, a cidade rapidamente ultrapassaria Salvador em volume de importações e exportações e como principal porto negreiro da América portuguesa. A autora demonstra também a inversão do abastecimento entre Rio e Minas no final dos setecentos, uma vez que no fim do século, diante a queda da produção de ouro e o

⁸ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A História do Abastecimento e a Historiografia Brasileira. In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005

crescimento da agropecuária, Minas Gerais passou a abastecer a crescente cidade do Rio de Janeiro e será eminente no suprimento de gêneros a esta cidade após a chegada da Corte⁹.

Myriam Ellis, em “*Contribuição ao estudo do abastecimento das áreas mineradoras no século XVIII*”, de 1961, traz explicações técnicas para o insuficiente abastecimento da região mineira no século XVIII. Para ela, a grande demanda, a dificuldade de transportes e a alta taxaço explicam os problemas da carestia e os anos de fome em Minas Gerais¹⁰.

O segundo grupo de pesquisa tem seus estudos concentrados na década de 1970, e versa especialmente na relação entre abastecimento, comércio e a ruptura com a estrutura colonial. Inaugura o trabalho deste grupo o artigo de Maria Odila Dias “*A Interiorização da Metrópole*”, publicado em 1972. Ela rejeita a tese de explicação unicamente externa para a independência em 1822, chama atenção para o processo de interiorização do Brasil no Centro-Sul e o enraizamento dos interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro, principalmente devido à presença dos negociantes portugueses na cidade a partir da mesma data, atuando em áreas como o comércio de abastecimento, o comércio internacional, o tráfico de escravos, a arrematação de impostos¹¹.

“*Barão de Iguape*”, de Maria Thereza Petrone, publicado em 1976, mostra o início da trajetória de Antônio da Silva Prado, um importante cafeicultor paulista e político destacado, que não acumulou capital apenas com a agricultura, mas principalmente com o comércio, sendo ele um importante negociante do abastecimento de gado, um setor que movimentava grande quantidade de dinheiro e proporcionava possibilidades de acumulação, sobretudo em função das práticas monopolistas. Petrone mostra com dados como os negociantes em geral tiveram um lucro maior do que os produtores, o que se repetiria em vários outros contextos no comércio de abastecimento¹².

Alcir Lenharo, em “*As Tropas da Moderação*”, parte da crítica das teses de Roberto Simonsen e Celso Furtado de que há um esvaziamento da economia brasileira entre a decadência da produção aurífera e o sucesso da exportação do café de 1830 em diante. Destaca o abastecimento da Corte desde 1808 como uma atividade importante para a economia brasileira no período. O autor faz um apanhado do abastecimento para a Corte entre

⁹ ZEMELLA, Mafalda. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

¹⁰ ELLIS, Myriam. *Contribuição ao Estudo do Abastecimento das Áreas Mineradoras no Século XVIII*. Rio de Janeiro: MEC, 1961.

¹¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole: 1808-1853. In. Mota, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986,

¹² PETRONE, Maria Thereza Schöerer. *O Barão de Iguape: um empresário na época de independência*. São Paulo: Nacional, 1976.

1808 e 1842, mostrando que havia três formas de abastecimento da capital: externa, interna por navegação de cabotagem e interna terrestre. Deixa claro que busca as implicações políticas, arrolando todas as medidas benéficas a este comércio empreendidas pelo Estado joanino: a melhoria das estradas, a isenção de serviço militar por parte dos tropeiros e a proibição de estrangeiros no comércio de cabotagem, evidenciando o poder de pressão desses negociantes para com aquele recém-instalado Estado¹³.

A formação da terceira geração foi fortemente influenciada pelo Congresso de Roma, em 1955. A comunicação apresentada por Jacques Godechot e Robert Palmer, intitulada “*le problema de l’Atlantique au XVIII secle*”, mantinha sintonia com as propostas de Ernst Labrousse, e apresentava uma linha de estudos para o atlântico que considerava as fontes seriais, fortalecendo uma história econômica, que propunha dialogar com a história social, política e das ideias. Tais orientações acabaram constituindo as recomendações finais do Congresso. No Brasil, Maria Yedda Linhares, Bárbara Levy e Eulália Lobo, organizaram, na antiga Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, pesquisas para obtenção de fontes que sustentassem uma História de base estatística¹⁴.

Dentro deste grupo, o estudo acerca da História agrária coube a Maria Yedda Linhares, que iniciou em 1976 e 1977, na Fundação Getúlio Vargas, e depois na Universidade Federal Fluminense, os primeiros estudos modernos deste tema. Um vasto corpo documental foi levantado, em fontes disponíveis em Goiás Velho (Go), Belém (Pa), Campos (Rj), Porto da folha (Se). Desenvolveu-se uma metodologia marcada pelo encontro entre a escola francesa dos Annales, e um viés marxista, podendo com isso extrair uma visão da estrutura fundiária, considerando os grupos sociais, as formas de organização do trabalho, da mobilidade social, das famílias, das heranças e das fortunas¹⁵.

Dissertações e Teses produzidas nos programas de pós-graduação da UFF e da UFRJ constituíram na maior parte dos trabalhos deste terceiro grupo. Muitos destes trabalhos buscam comprovar a existência de um escravismo colonial. A questão de brecha camponesa da escravidão também é outro tema explosivo existente dentro do debate sobre os modelos explicativos, como na própria produção sobre a história do abastecimento do país. Apesar da produção desse grupo se concentrar na década de 80, os dois livros de Maria Yedda Linhares,

¹³LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (Biblioteca Carioca), 1993.

¹⁴SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Um oceano de revoluções. História e historiografia do Atlântico e de suas revoluções nos séculos XVII e XVIII. In _____. *Atlântico: a História de um oceano*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013, (pg. 241 -292). Pg. 251.

¹⁵LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Região e História Agrária. In *Revista Estudos Históricos*. (15). Rio de Janeiro: FGV, 1995. Pg. 17-26.

publicados em 1979, “*História do abastecimento: uma problemática em questão*” e “*História política do abastecimento*”, este último concebido ao lado de Francisco Carlos Teixeira da Silva, dá o pontapé inicial para as pesquisas. Para ela, uma crise de abastecimento não pode ser entendida como uma simples obstrução nos meios de comunicação existentes, mas deve ser compreendida através da análise da produção, da circulação e do consumo, vinculando-se isso com as estruturas sociais vigentes no período¹⁶.

Em um trabalho publicado dois anos depois, não especificamente sobre o comércio de abastecimento, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva buscaram avançar no entendimento das questões do abastecimento em uma economia colonial. Em “*História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*”, afirmam que uma das três questões fundamentais dentro de uma história da agricultura do país é a questão da produção de alimentos em uma economia colonial, onde criticam Roberto Simonsen, Celso Furtado e Jacob Gorender, condenando a noção de ciclos, a suposta decadência de Minas Gerais com a queda da produção aurífera e a excessiva preocupação com as plantagens na economia colonial. Eles mostram como, ao contrário do que se pensava, o Estado português intervinha frequentemente na produção de gêneros de abastecimento. Ainda neste livro abordam a série de causas para as crises de abastecimento, superando as explicações anteriores. Seriam quatro as causas que explicam as crises de escassez e carestia: causas naturais, a tendência da pequena produção a ser de subsistência, a produção voltada para artigos mais lucrativos e, a principal, a concorrência entre a produção para o abastecimento e a produção para exportação¹⁷.

Os estudos de mestrado de Hebe Mattos e Márcia Motta abordam regiões da antiga província do Rio de Janeiro – Capivary e São Gonçalo respectivamente – que no século XIX eram especializadas na produção para abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e de áreas de produção agroexportadora¹⁸. Ainda na mesma linha de abordagem, têm-se as Teses de Doutorado de Francisco Carlos Teixeira da Silva e João Fragoso.

O estudo comparativo entre Rio e Salvador feito por Teixeira da Silva caracteriza e explica as frequentes crises de carestia, escassez e fome coloniais, e traz uma ampla discussão

¹⁶ LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979; ¹⁶ _____; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História Política do Abastecimento*. Brasília: Binagri, 1979.

¹⁷ _____; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹⁸ MATTOS, Hebe Maria. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987; MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Pelas Bandas d’Além: fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora (1808-1888)*. Tese de Mestrado. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 1989.

conceitual, em um período de longa duração – aproximadamente todo o século XVIII. Segundo este autor, a explicação para as crises de subsistência se liga ao fato de que estas não podem ser entendidas como puro reflexo do movimento do comércio colonial, mas tinham causas diversas. Essas causas são divididas em três grupos: os problemas de acesso a terra e do transporte, os problemas do armazenamento e as imposições políticas; a ação do capital mercantil e o plantacionismo; e, por fim, a limitação ecológica e a falha tecnológica¹⁹.

“*Homens de Grossa Aventura*” de João Fragoso opõe autores como Ciro Cardoso e Jacob Gorender de um lado a Caio Prado Jr., Celso Furtado e Fernando Novais de outro. Mostra como a economia colonial tinha acumulações endógenas de capital, sendo o tráfico de escravos e o comércio de abastecimento as principais formas de acumulação, tendo ela capacidade de se autofinanciar. Essas acumulações endógenas obedeciam à lógica da economia colonial e reproduziam a própria formação social vigente. A estrutura de comércio – tanto o comércio do tráfico de escravos, como os múltiplos ramos do comércio de abastecimento – é relacionada à estrutura social escravista colonial em sua hierarquização e oligopólios. Afirma que há no século XIX um mercado interno no país com epicentro na cidade do Rio de Janeiro. Conclui dizendo que se tratava de economia exportadora com grande dinamismo interno, em uma formação econômico-social com hegemonia do modo de produção escravista colonial, havendo a coexistência deste com outras relações de produção não capitalistas. Os grandes negociantes desse período desempenham um papel político de grande importância na independência e no Primeiro Reinado são, em sua ampla maioria, nacionais, ou melhor, já se encontravam no Brasil antes de 1808 e haviam acumulado seus capitais especialmente no tráfico de escravos, no comércio de subsistência e no comércio de importação e exportação. Fragoso reforçaria a Tese de que os negociantes cariocas investem muito em imóveis urbanos e rurais²⁰. Veremos adiante que muitos dos comerciantes que atuavam na Bahia adotaram estratégias parecidas a esta.

Já na década de 1990 Fábio Carvalho e Afonso Alencastro Graça Filho iriam defender suas dissertações de mestrado, comprovando com dados que os capitais industrial e financeiro carioca provinham diretamente do capital comercial daquela cidade, em especial do comércio de abastecimento. Os dois estudos buscam o destino do capital acumulado com o comércio de abastecimento. Carvalho busca a estrutura de comércio de alguns gêneros alimentícios na

¹⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da Escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 1990.

²⁰ RIBEIRO FRAGOSO, João Luiz. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

capital republicana para tentar entender o problema da escassez e da carestia. Identifica uma estrutura hierarquizada e oligopolizada no comércio de abastecimento, o que explica seus impasses. Sobre a origem do capital industrial carioca, rejeita a validade do modelo paulista, aonde o capital comercial veio eminentemente da acumulação com a produção e exportação de café no período. No Rio, o capital industrial tem uma origem mais destacada no comércio. O trabalho afirma ainda que o setor do abastecimento tinha importância dentro dos setores comerciais onde havia acumulação de capitais, identificando grandes comerciantes do abastecimento que investem em construção de fábricas, comprovando a sua hipótese²¹.

Analisando o comércio de abastecimento na segunda metade do século XIX, Graça Filho mostra como, a partir da década de 1850, o capital oriundo do tráfico de escravos foi transferido para o comércio de abastecimento, formando os convênios. Esses eram acordos entre grupos de comerciantes que dominavam o trato de alguns itens, em condições favoráveis aos mesmos. Os negociantes envolvidos nesse comércio têm forte projeção social a partir de então, com o recebimento de títulos nobiliárquicos, cargos em bancos e companhias, além de investimentos em navios e propriedades. O autor demonstra também como o capital acumulado nestas atividades migra para a atividade bancária e para a produção fabril na segunda metade do século XIX²². Esta pesquisa mostra, ao revelar um grande capital acumulado na cidade, que depois daria origem a ferrovias, fábricas e, principalmente, um forte capital bancário. Há uma polêmica sobre a origem deste capital, Francisco de Oliveira afirma que este tem origem na cafeicultura mineira. Graça Filho contesta e mostra com dados que este capital foi acumulado no comércio, substancialmente, no abastecimento.

Distante do foco do Rio de Janeiro ou de Minas Gerais, Frederico Castro Neves analisou as ações de massas, como saques e outras, no Ceará durante os períodos de seca. O autor destaca as questões políticas, sociais e econômicas que perpassam o quadro de fome, e a exploração destas situações com a manipulação das condições de mercado, a exploração de mão de obra dos famélicos, e as formas de luta e rações por parte das populações atingidas²³. Frederico Neves consegue vencer a ausência da associação entre política e economia que é

²¹ CARVALHO, Fábio Garcez. *Hierarquização e oligopólio: o caso do comércio de abastecimento de gêneros alimentícios na cidade do Rio de Janeiro (1892-1922)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 1992.

²² GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *Os Convênios da Carestia: organização e investimento do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 1991.

²³ NEVES, Frederico Castro. *A multidão e a História: Saques e outras ações de massas no Ceará*. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2000.

observada na crítica feita por Sônia Regina Mendonça aos estudos do chamado terceiro grupo²⁴.

Pode-se dizer que os grandes problemas do segundo e do terceiro grupo giram em torno do significado de 1808 para a economia brasileira e para o abastecimento. Os trabalhos do segundo grupo, que não tinham a mão o volume de pesquisas que se fariam em seguida, dão um significado exagerado a 1808, chegando a negar a importância do abastecimento interno para o Rio de Janeiro antes desta data, tese que foi derrubada pelas pesquisas feitas pelo terceiro grupo. Já este, em especial João Fragoso, tentando destruir os argumentos das pesquisas da segunda geração, afirma não haver nenhuma mudança qualitativa na economia brasileira em 1808. Acontece que tal data não pode ser entendida nem como o surgimento do abastecimento da cidade do Rio de Janeiro por regiões longínquas, nem como uma pequena mudança quantitativa no fluxo de gêneros das áreas produtoras para a nova Corte. Da mesma forma, é preciso repensar a história do abastecimento. Para Pedro Henrique Campos, a ideia de se relacionar os negócios do abastecimento à política – típica do segundo grupo – é certamente bem-vinda. Pode-se incrementá-la, no entanto, usando o aparato teórico desenvolvido por Antônio Gramsci e já posto em prática em pesquisas para o século XIX brasileiro, o que auxiliaria na explicação da política joanina e imperial. Ainda, pode-se vincular o estudo do político ao estudo das estruturas sociais, agrárias e fundiárias, além de um relacionamento das características próprias do comércio de abastecimento em questão com um modelo explicativo da economia colonial – traços característicos do terceiro grupo, da história agrária.

Já na Bahia a questão do abastecimento foi objeto de observações desde “*o tratado descritivo*” de Gabriel Soares de Sousa²⁵ ou as “*cartas soteropolitanas*” de Vilhena²⁶. No entanto, estes observadores da Colônia focaram suas atenções na produção açucareira, dando pouca visibilidade à provisão alimentar. Em 1923 foi publicada a obra de Brás do Amaral intitulada “*História da Bahia, do Império à República*”, onde se pode encontrar referências aos períodos de seca e suas consequências²⁷. Em 1949, ano do quarto centenário da Cidade do Salvador Afonso Rui de Sousa publicou “*História política e administrativa da cidade do Salvador*”, onde a questão do abastecimento é apresentada de forma narrativa a partir de uma

²⁴ MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado, agricultura e sociedade no Brasil da primeira metade do século XX. In: GIRDAL-BLANCHA, Noemí; VALENCIA, Marta. Agro, Tierra y Política: debate sobre la historia rural de Argentina y Brasil. Buenos Aires: REUNÍ, 1998, p. 135-6.

²⁵ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*.

²⁶ VILHENA, Luiz. Recompilação de notícias Brasília. 1802.

²⁷ AMARAL, Bras. *História da Bahia, do Império à República*. Imprensa Oficial do Estado, 1923.

história administrativa²⁸, e Thales de Azevedo com “*o povoamento da cidade do Salvador*” onde o tema da alimentação diária está apresentado na parte III do livro, além de outras passagens que tratam da questão da carestia, hábitos alimentares e estado geral de nutrição²⁹.

Mas foi com Kátia Mattoso que o tema ganhou maior destaque para a Bahia. Com uma influência direta da história serial francesa, utilizou um amplo aparato do método quantitativo em sua obra. O livro trata de uma longa duração, dá um panorama geográfico em seu início, fala de vários aspectos da cidade no século XIX e traz uma história de preços e salários para a cidade. Porém, ainda segundo análise de Pedro Henrique Campos, Mattoso não foge às explicações técnicas para os problemas do abastecimento da cidade soteropolitana. Para ela, as causas da escassez e carestia na cidade são: problemas na produção e produtividade locais, problemas no transporte e na comunicação, estrutura comercial da cidade e os problemas administrativos. Inaugurou-se, desta forma, uma historiografia baiana a respeito do tema³⁰.

Antes disso, uma abordagem menos focada na questão econômica, e mais nos impactos sociais das crises de abastecimento já havia aparecido no artigo de Braz do Amaral intitulado “*motim da carne sem osso e farinha sem caroço, ou sedição dos chinelos, ou ainda das pedras*”. Publicado pela *Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia*, no ano de 1913³¹. O tema desta revolta de 1858 foi retomado 83 anos depois desta primeira publicação, desta vez na *Revista de História*, em um novo artigo, assinado por João José Reis e por Márcia Gabriela Aguiar, que se apropriaram do conceito de economia moral, elaborado pelo inglês Edward Palmer Thompson ao interpretar os motins de fome na Inglaterra no século XVIII, para tentar compreender a manifestação da população soteropolitana em fevereiro e março de 1858³². O próprio João José Reis viria a retomar o tema da revolta da farinha em mais um artigo publicado pela *Revista de História*, no ano de 2008, no qual se debruça acerca da relação entre aquela sedição e as manifestações acerca da insatisfação dos salários e reclamações pelo aumento do preço dos alimentos³³.

Em 1985 foi publicado o ensaio de Pinto de Aguiar sobre o silêncio dos jornais baianos por ocasião da estiagem no ano de 1878. Uma abordagem política, que utilizou como

²⁸ RUI, Afonso. *História Política e Administrativa da cidade do Salvador*. Salvador: Typografia Beneditina, 1949.

²⁹ AZEVEDO, Thales. *O povoamento da cidade do Salvador*. Typografia Beneditina, 1949.

³⁰ MATTOSO, Kátia Maria de Queiroz. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.

³¹ AMARAL, Braz. “motim da carne sem osso e farinha sem caroço, ou sedição dos chinelos, ou ainda das pedras”. In *Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia*. (vol. XVIII – números 37, 38 e 39). 1913.

³² REIS, João José; AGUIAR, Márcia Gabriela. “carne sem osso e farinha sem caroço – o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”. In, *Revista de História*, 135 (1996).

³³ REIS, João José. “A revolta da farinha”, in, *Revista de História.com.br*. Edição n.35 (Agosto de 2008)

fontes os próprios jornais, e também as atas das sessões da Assembleia Legislativa da Bahia, vindo a denunciar a especulação resultante da escassez. Na leitura de Pinto de Aguiar, a escassez promovida pela seca foi a causadora da carestia, no entanto, Aguiar não desconsidera de que houve uma combinação de fatores que envolveu também a existência de uma manipulação de preços por parte de comerciantes, e uma concorrência entre o mercado consumidor local e as praças mais atingidas pela seca³⁴.

Dentre os brasilianistas, o professor da Universidade do Arizona Bert Barickman trouxe um estudo econômico em que revela o crescimento da produção de farinha de mandioca, produto voltado para o mercado interno de alimentos, meio uma lógica hegemônica pela exportação açucareira, entre as duas últimas décadas do século XVIII até 1860. Ainda que a sua abordagem traga dados, tabelas, gráficos, com comparativos de preços, informações demográficas, análise de desempenho de produtos no mercado, a sua leitura é também social e política, pois também trata de relações de poder entre senhores e escravos na obtenção do alimento. E como fizeram outros autores, acusa a ação dos açambarcadores que se aproveitavam dos períodos de escassez³⁵.

A farinha de mandioca, ao lado da carne seca, e também da carne verde, era o principal alimento da receita diária dos baianos, constituindo-se no fornecedor da maior parte das calorias que eram consumidas pela população. Daí compreende-se a preocupação das autoridades em buscar medidas que visavam garantir o fornecimento desta no comércio interno. Barickman destaca a criação do Celeiro público e o papel dado a este como instrumento regulador de estocagem e venda do produto na Praça de Salvador.

Mais recentemente, ao final de 2013, foi publicado no Brasil o livro “*Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*” do professor Richard Graham, da universidade do Texas, que utilizou fontes como alvarás de licenças para comércio e inventários post mortem, para revelar aspectos cotidianos das relações de trocas, com destaque para as negociações que envolviam o comércio de subsistência, e que englobavam brancos e negros, livres escravos e libertos, possuidores e despossuídos, brasileiros e portugueses³⁶.

Dentre os trabalhos acadêmicos, envolvendo dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, temos a dissertação de Mestrado de Ellen Ribeiro que analisou o comprometimento do abastecimento da farinha de mandioca na praça soteropolitana entre

³⁴ AGUIAR, Pinto de. *Abastecimento: Motins e intervenção*. Philobiblion: Rio de Janeiro, 1985

³⁵ BARICKMAN, Op. Cit.

³⁶ GRAHAM, Op. Cit.

1850 e 1870³⁷; Rodrigo Freitas Lopes estudou o abastecimento de carne verde em Salvador entre 1838 a 1873³⁸; Cleide de Lima Chaves trouxe a relação entre os portos da Bahia e da região do Rio da Prata no período 1850 a 1889, com destaque para os comerciantes que realizavam com carne charqueada entre a Bahia e o Uruguai³⁹.

Outros trabalhos acadêmicos colaboram transversalmente com o tema: Tânia Penido Monteiro realizou um estudo acerca dos portugueses na Bahia da segunda metade do século XIX⁴⁰; Iolanda Maria Nascimento tratou do comércio de cabotagem, ao estudar o tráfico interprovincial de escravos em Salvador entre 1850 e 1880⁴¹; Rita Rosado analisou a modernização do porto de Salvador na segunda metade do século XIX⁴²; Avanete Pereira fez uma abordagem política ao estudar o poder local, por meio da atuação da Câmara de Salvador⁴³; e Cristina Lyrio Ximenes avançou no estudo da atuação do traficante de escravos, e grande comerciante Joaquim Pereira Marinho⁴⁴; e Flávio Gonçalves dos Santos colabora com a compreensão do funcionamento das feiras em Salvador no texto da Tese sobre a economia do candomblé na Bahia, e o comércio litúrgico entre África e Bahia⁴⁵.

Para o desenvolvimento da pesquisa “*Açambarcadores e famélicos – Fome, carestia e conflitos em Salvador (1858 a 1878)*”, além das citadas teses, dissertações e obras, ampliaram-se as referências consultadas com a finalidade de compreensão de aspectos do cenário social e econômico baiano para o período estudado. Além disso, a investigação compreendeu estudo de fontes primárias levantadas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo Público da Bahia, Arquivo Municipal de Salvador, Biblioteca Pública da Bahia, Ministério da Fazenda, Associação Comercial da Bahia, e Santa casa de Misericórdia da Bahia.

³⁷ RIBEIRO DOS SANTOS, Helen dos. *Abastecimento de Farinha da cidade do Salvador – 1850-1870 – Aspectos Históricos*. (Dissertação de Mestrado). Salvador. UFBA, 1982.

³⁸ LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos currais do matadouro público: O abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873)*. (dissertação de Mestrado), FFCH-UFBA, 2009.

³⁹ CHAVES, Cleide de Lima. *De um porto a outro: A Bahia e o Prata (1850-1889)*. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 2001.

⁴⁰ MONTEIRO, Tânia Penido. *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX: Imigração e Comércio* (dissertação de Mestrado), FFCH-UFBA, 1982.

⁴¹ NASCIMENTO, Iolanda Maria. *O comércio de cabotagem e o tráfico interprovincial de escravos em Salvador (1850-1880)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Centro de Estudos gerais- Universidade Federal Fluminense, 1986.

⁴² ROSADO, Rita. *O Porto de Salvador – Modernização em projeto- 1854/1891*. Dissertação de Mestrado. UFBA- FFCH, 1983.

⁴³ SOUZA, Avanete Pereira. *Poder local e cotidiano: A Câmara de Salvador no século XVIII*. Dissertação de Mestrado. Salvador: FFCH-UFBA, 1996.

⁴⁴ XIMENES, Cristina Ferreira Lyrio. *Joaquim Pereira Marinho: Perfil de um contrabandista de escravos na Bahia*. Dissertação de Mestrado. Salvador: FFCH-UFBA 1999.

⁴⁵ GONÇALVES DOS SANTOS, Flávio. *Economia e cultura do candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850 / 1937*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2007.

Dentre os documentos primários analisados estão, Abaixo assinados, Relatórios de Abastecimento, Correspondências da Câmara de Salvador, correspondências da Guarda Nacional, Inventários, Testamentos, Mapas Estatísticos, Petições da Assembleia Legislativa Provincial, Correspondências da Polícia, Livro de Matrícula de Carroceiros, Livro de Licença da Polícia do Porto, Mapas de Entradas e Saídas de Embarcações, Correspondências da Presidência da Província da Bahia, Relatórios de Venda de Farinha, Correspondência sobre a Seca, Discurso sobre o Celeiro Público, Atas da Câmara Municipal, Livro de Entrada de Farinha no Celeiro Público, ofícios do Governo, Requerimentos, Correspondências da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Livro de Registro da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Anais da Assembleia Legislativa da Bahia do ano de 1878, Relatório da Companhia de Navegação a Vapor da Bahia, Leis e Decretos, Propostas e Relatórios apresentados à Assembleia Legislativa pelos Ministros e Secretários do Estado e Negócios da Fazenda, Livro de Tombo e Bens Imóveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Almanaque Administrativo Mercantil, Falas do Presidente da Província da Bahia, Jornal Diário da Bahia, Jornal A Intolerancia, Jornal da Bahia, Jornal o Guaycuru, e Jornal O Monitor. Utilizou-se ainda de imagens que ajudam a remeter aos cenários descritos.

O resultado desta pesquisa está disposto em quatro capítulos, além do capítulo de considerações finais. O primeiro capítulo intitulado *“Farinha pouca, meu pirão primeiro – Revolta contra a carestia em Salvador”* trata da revolta da Carne sem osso, farinha sem caroço, ou revolta dos chinelos, ocorrida no ano de 1858. A partir desta Revolta, o capítulo traz uma apresentação das relações entre os segmentos sociais envolvidos nas questões do comércio de abastecimento, e outros segmentos. Também são tratados temas como o preço da praticado na venda da farinha de mandioca, as medidas restritivas de comércio, o uso do conceito de economia moral para interpretar as motivações do motim, etc.

A revolta é retratada não apenas como consequência de uma oposição frente a possíveis abusos praticados contra as recolhidas da Santa Casa de Misericórdia, mas como uma reação da população frente a carestia dos alimentos considerados básicos para a dieta dos baianos, e a insatisfação destes populares diante as medidas tomadas pelo então Presidente da Província, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, de suspensão dos mandatos dos Vereadores que se posicionaram favoráveis a adoção de uma política de intervenção e regulação do mercado de farinha de mandioca.

No debate que envolveu Vereadores, Presidente da Província, Associação Comercial da Bahia, e outros, se revelou o impasse de paradigma acerca da compreensão da adoção da

doutrina do livre comércio por um lado, e por outro, a necessidade do Estado intervir para garantir a manutenção do mínimo direito dos mais necessitados em terem acesso aos alimentos básicos, obtidos a um preço compatível com as possibilidades reais destes. Aparecem também denúncias de ação dos comerciantes visando a manipulação dos preços praticados no mercado.

É feita uma leitura da composição social dos revoltosos, que pôde ser realizado a partir dos registros de prisões realizadas naquele ano e identificado pelas correspondências do Chefe de Polícia ao Presidente da Província. A pesquisa pôde revelar a participação de funcionários públicos entre os amotinados, e faz uma relação com as manifestações, sejam individuais, ou coletivas, apresentadas à Assembleia Legislativa da Bahia, de pedidos de aumentos de salários, sempre argumentando a questão da carestia, ocorridos no ano anterior ao acontecimento da revolta.

O capítulo 2 intitulado *“Navegar é preciso, comer também é preciso - Por mar e por terra, a cidade se abastece”*, trata do abastecimento da capital baiana, de como o crescimento demográfico impulsionou esta economia. Traz a evolução da organização da navegação a vapor, com destaque para as ligações internas que foram otimizadas através da Companhia Baiana de Navegação a vapor. Descreve os cenários da Baía de Todos os Santos, da região portuária e sua movimentação, das feiras, dos mercados, bem como o destacado papel do porto soteropolitano tanto em navegação de Longo Curso quanto em navegação de Cabotagem.

Mostra a dupla função exercida pela região portuária, seja a primeira, voltada para o comércio externo, que ligava a capital baiana ao mundo industrial, e outra voltada para o comércio interno, de grande e pequena cabotagem; As oscilações do comércio de exportação com a grande navegação, ao passo que evidencia o crescimento do comércio de alimentos, pois enquanto a Bahia perdia espaços no quadro nacional das exportações de longo curso, havia aumento da demanda interna que atraía investidores para os negócios, inclusive para a navegação costeira, que visava o abastecimento do mercado soteropolitano.

Ao tratar das rotas terrestres, seja com as iniciativas de tentar construir uma rede ferroviária, seja acerca das estradas que orientavam os caminhos das boiadas para fornecimento de carne, evidenciaram-se as dificuldades destes roteiros por terra, o que fortalece a compreensão do papel das vias marítimas e do porto soteropolitano. E ao analisar o comércio de abastecimento interno, destaca a ação dos monopolistas que exerciam o controle sobre o abastecimento dos produtos básicos que alimentavam a cidade da Bahia e eram

favorecidos pelas condições de concorrência desigual, o que lhes permitiam manipular preços e condições de funcionamento da praça soteropolitana ampliando de forma primitiva os seus lucros, especialmente sobre os três principais produtos dedicados ao consumo da população mais pobre, que era a farinha de mandioca, a carne verde e a carne charqueada.

O capítulo três “*açambarcadores e atravessadores*” trata dos comerciantes, em destaque para os que lidavam com o comércio de abastecimento da cidade, especialmente de farinha, carne verde e carne charqueada. Por meio de análise de inventários buscou-se compreender a dimensão de suas fortunas, e suas redes de relacionamentos, para desta forma traçar-se um perfil destes negociantes. Mostra ainda a diversificação dos investimentos destes grandes comerciantes, e como estes penetraram também nos meios de imobiliários, transportes, financeiros, trapiches, e até industriais, de Salvador e outras partes da Bahia.

Analisa a cadeia de ligações que compunham as redes de comércio, desde os donos de venda e vendedores de rua, que formava o elo inferior da cadeia, até os comerciantes de larga escala e comerciantes intermediários que construía amplas redes com o interior e nos arredores do Recôncavo e abasteciam os merceiros de Salvador. Discute o papel da associação Comercial da Bahia, como órgão de classe, que atuava junto aos grupos sociais de pressão sobre os poderes locais pelos interesses dos grandes comerciantes. Revela a atuação das casas comerciais e dos atravessadores e açambarcadores, adentrando em suas estratégias, estudando os casos dos que lidavam com os negócios de farinha, carne verde e carne charqueada.

Chama atenção o significativo número de portugueses entre estes comerciantes, o que demonstra que o capital lusitano não foi substituído por nacionais após a independência, permanecendo estes ocupando posições de destaque na economia baiana. Identifica as firmas e os principais negociantes de farinha; mostra as condições favoráveis ao crescimento do comércio de carne charqueada entre a Bahia e a região do Rio da Prata, especialmente com o Uruguai, à partir da década de 1850, e aponta também quem eram os que lidavam com esses roteiros. Mostra a ação dos marchantes que interferiam no abastecimento de carne verde, e revela as formas de manipulação existentes desde as rotas de abastecimento, vindas dos sertões, até os processos de licença para funcionamento dos talhos e açougues, na capital baiana.

O quarto capítulo “*1878 - um debate doutrinário*” - traz os acontecimentos daquele ano, quando mais uma vez o povo foi para as ruas em protesto contra a carestia dos alimentos considerados básicos para a dieta popular, por meio de uma manifestação dos mais pobres em

favor da política intervencionista, e que foi denunciada pela imprensa de ter sido estimulada pelo próprio Governador Geral, Barão Homem de Melo, a fim de construir uma sustentação para a sua política, com a retomada da Postura do ano de 1857, que visava evitar o desvio de gênero, para combater o monopólio, temos também um rico debate ocorrido durante as sessões da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia.

Com as secas que assolaram em várias regiões do nordeste em 1877, a farinha de mandioca, a exemplo de outros gêneros, era desviada para demais centros consumidores, onde também poderia obter melhores preços, o que causou novo colapso no abastecimento da capital baiana com retomada do quadro de especulação de mercado. Após a aprovação das medidas restritivas por parte da Câmara Municipal, o palco dos debates passou a ser a Assembleia Legislativa Provincial, onde se revelou a participação destacada do Deputado Rui Barbosa, e a evolução das reflexões ensaiadas pelo Vereador Manuel Jerônimo Ferreira, em 1858. Ou seja, de que em casos de fome, caberia ao Estado intervir para evitar a ação dos monopolistas, e criar condições até mesmo de concorrer com os próprios empresários do setor.

Os liberais eram acusados de traírem os princípios do liberalismo, justamente por membros do Partido Conservador, ou dissidentes do próprio Partido Liberal, por defenderem a adoção da política intervencionista no mercado de alimentos, em proveito da garantia do abastecimento para os mais pobres. O que Rui Barbosa retrucou denunciando as condições de concorrência desigual. Seriam então liberais os conservadores que gritavam agora pelo *laissez faire* mesmo nas condições pretéritas de mercado? – Neste capítulo, tanto no embate dos membros da Assembleia Provincial quanto na revisão de aspectos da teoria clássica, apresenta esta aparente contradição, que é posta em revista. Encontraremos também no trabalho de E. P. Thompson uma oposição a teoria da economia natural de Adam Smith, mas que é colocada em divergência ao próprio liberalismo econômico.

O bacharelismo liberal representado por Rui Barbosa dialogava com uma redefinição do papel do estado e sua relação com a sociedade civil, dentro de uma configuração marcada por uma transição de caráter conservador da economia, uma vez que o capital endógeno existente, capaz de se associar às novas tendências que vinham do estímulo exógeno, eram aqueles acumulados na forma tradicional de acumulação primitiva, e que se moldavam aos novos tempos, sem perder muito da sua cultura anterior, como se discute no capítulo das conclusões desta Tese.

Desta forma, tem-se a pretensão de trazer a descrição do espaço urbano de Salvador, no tocante ao abastecimento, em um período posterior a proibição do tráfico internacional de escravos, e antecedente a abolição e a consolidação da República. É quando se observa o crescente aumento de investimentos de capital, seja em projetos de modernização da cidade, ou dos setores de transportes, como ferrovia, porto, e transporte urbano, e com a o desvio de investimentos, antes destinados ao tráfico ou ao comércio de exportação, para setores como imobiliário, capital financeiro e bancário, indústria ainda que timidamente, e outros. Mas também, e com certo destaque, no comércio interno de alimentos para uma população que não parava de crescer, se não motivada pela dinâmica da economia, mas pela ausência desta, que ao atingir a sua hinterland provocou a fuga dos habitantes do interior, promovendo um inchaço demográfico de uma cidade que crescia, mas não se desenvolvia na mesma proporção, cabendo ao campo e ao comércio que o complementava o papel de alimentar esta população crescente, que se tornava refém dos monopolistas que controlavam este mercado.

CAPÍTULO I - FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO: REVOLTA CONTRA A CARESTIA EM SALVADOR

*“A fome tem uma saúde de ferro.
Forte, forte como quem come.”
(Fome de tudo – Jorge du Peixe)*

No dia 28 de fevereiro, segundo domingo da quaresma do ano de 1858, o escrivão da Mesa da Santa Casa de Misericórdia, Bernardo Canto Brum, apresentou-se ao Chefe de polícia Justiniano Baptista Madureira, queixando-se de que muitos indivíduos haviam se unido a algumas moças que estavam sendo recolhidas do Convento da Lapa em punição por terem se rebelado contra a nova administração do estabelecimento e chegaram a invadir o local, maltratando as irmãs de caridade que fugiram ao palácio da Presidência aos apupos e injúrias. O Chefe de Polícia dirigiu-se então à Rua da Misericórdia, e logo dispersou os populares. Porém, ao chegar ao Palácio recebeu a notícia de que outros grupos estavam se juntando no Largo do Pelourinho, e também na Igreja de São José⁴⁶.

A animosidade contra as irmãs vicentinas espalhou-se pelo centro da cidade. No Pelourinho os assaltantes eram dirigidos por Pedro José de Santana, descrito como homem “de cor”, membro da Guarda Nacional de Brotas, que se encontrava armado com uma “tranca”. E enquanto o Chefe de Polícia conseguiu acalmá-los, a Casa de Providência era arrombada e as irmãs de São Vicente de Paula estavam sendo expulsas, vindo a se refugiarem em casas da vizinhança.

Uma força de infantaria comandada pelo Tenente Coronel Domingos Freire de Carvalho, foi utilizada para dispersar os revoltosos em São José. No entanto, um grupo ainda mais numeroso dirigiu-se ao bairro de Nazaré para atacar o Colégio São Vicente de Paula, esbarrando em um piquete de cavalaria de primeira linha, comandada pelo Capitão Francisco Joaquim Pinto Pacca, e mais uma força da guarda urbana comandada pelo Tenente Antônio Joaquim de Souza Braga.

A principal arena dos conflitos concentrou-se então na Praça do Palácio. Além dos protestos contra as irmãs de caridade, havia a insatisfação pela revogação da postura da farinha da mandioca e a suspensão dos Vereadores que contestavam este ato. Muitos populares entraram na Casa da Câmara e começaram a tocar o sino da torre. Neste momento, reivindicava-se a redução do preço da farinha, iluminação a gás, estradas de ferro e outros

⁴⁶ AMARAL, Braz. 1913. Op. Cit.

melhoramentos. Diante deste painel, foi quando começaram a ouvir os gritos “*queremos carne sem osso e farinha sem caroço*”.

A Guarda do Palácio foi apedrejada, ferindo o Comandante Capitão Elias Rodrigues da Silva, e mais um soldado. A força reagiu atirando, avançando com a cavalaria e dispersando o povo da praça. Conservaram-se, no entanto, grupos numerosos nas ruas próximas, que permaneceram assim até as vinte e uma horas. No dia seguinte, uma multidão se aglomerou em frente ao Paço gritando por “*carne sem osso e farinha sem caroço*”. No mesmo horário, os membros da Câmara Municipal se reuniram para discutir a suspensão dos Vereadores pelo Presidente da Província, José Lins Vieira Cansação de Sinimbu.

O povo tratou de invadir o edifício da Câmara, ocupando as salas, saudando alguns Vereadores e pedindo a cabeça de outros, enquanto o Presidente da Câmara, Joaquim Ernesto de Souza, pedia em vão o reestabelecimento da ordem, a raia miúda seguia protestando contra a carestia dos gêneros alimentícios. Forças armadas se colocaram na entrada do Paço, e a multidão revoltosa passou a entoar rimas que ridicularizavam o Presidente e as irmãs da caridade, insinuando imoralidades entre estas, e retornando depois para continuar o apedrejamento.

Dos quartéis saíram fortes colunas de infantaria da Polícia de primeira linha, que logo subiram a Ladeira da Praça, enfrentando piquetes até a Rua dos Carvoeiros, chegando até a Praça, cruzando baionetas. A cavalaria foi postada no Terreiro, e lançou-se a galope rumo a Sé, fazendo dispersar o povo que seguiu em fuga pelas encostas.

Apesar de muitos feridos e espancados pela ação dos soldados, que utilizaram cavalos para pisotear os populares, não foram registrados mortos. Na praça, muitas centenas de chinelos ficaram abandonadas, uma imagem que, segundo Braz do Amaral, acabou dando nome ao motim de “*Revolução dos Chinelos*”, ou da “*carne sem osso e farinha sem caroço*”

⁴⁷.

O estopim da revolta se deu porque a Santa Casa de Misericórdia possuía um recolhimento de mulheres, e que visando manter a alegada moralidade entre as recolhidas recorreu à Ordem de São Vicente de Paula e contratou irmãs de caridade francesas para a direção interna do dito recolhimento. A não aceitação das rigorosas regras que foram impostas pelas vicentinas às moças, gerou protestos por partes destas, e a Mesa decidiu então pela

⁴⁷ Idem. P.110.

transferência das manifestantes ao Convento da Lapa. Foi quando tivemos o início dos eventos ocorridos do dia 28 de fevereiro de 1858⁴⁸.

A prática do recolhimento de mulheres era muito antiga, em 1618 foi-se incorporado o compromisso que estava em vigor na Misericórdia de Lisboa, onde era previsto a possibilidade de um recolhimento de donzelas. O Provedor João de Mattos Aguiar, ao falecer, em 26 de maio de 1700, determinou através do seu testamento a fundação de um Recolhimento de Mulheres donzelas na cidade de Salvador, deixando para tanto, como testamentária e principal herdeira de seus bens, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. A Irmandade da Santa Casa, como tal, endereçou uma súplica ao Rei D. João VI para consentir na fundação do recolhimento e conceder-lhes igualmente não só a mesma proteção, como gozo dos privilégios outorgados ao da Santa Casa de Lisboa⁴⁹. Em abril de 1704 obteve, a mesma, o deferimento do Rei D. João VI para que se fundasse o recolhimento, contanto que nunca mudasse de natureza e fosse instituído em um lugar que não prejudicasse o bem público, assim como deveria apresentar proporções para receber um número de recolhidas, cuja doação de João de Matos de Aguiar comportasse.

O dito recolhimento deveria servir não apenas às mulheres honradas, mas também as casadas, cujos maridos tendo de ausentar-se da cidade, precisassem deixar as suas mulheres. Em primeiro de junho de 1716 foi decidido o nome dado à Instituição, intitulada de Recolhimento do Santo Nome de Jesus, inaugurando-o no dia 29 o prédio que possuía três sobrados, e em todos instancias celas, dormitórios, e janelas com vistas para o mar, e por baixo ficavam as oficinas grandiosas⁵⁰. Para dirigi-lo foi determinado que a regente fosse mulher branca, cristã-velha, de idade, de boa reputação e posição social adequada e poderia ser recrutada entre as recolhidas.

Antes dos acontecimentos do dia 28 de fevereiro de 1858, as moças envolvidas no motim já haviam apresentado as suas insatisfações com a presença de Irmãs de Caridade no recolhimento, como deixa claro um pedido das Irmãs em 23 de fevereiro aos mesários, que diante do comportamento desafiador de algumas das recolhidas solicitaram substituir as prisões sugeridas pela Mesa como forma de punição, com o afastamento das mais rebeldes, devido ao risco da exasperação das outras recolhidas⁵¹. Após o motim, as recolhidas

⁴⁸ Ibidem. P. 110- 111.

⁴⁹ TELES SILVA, Ivani. Construindo um objeto histórico a partir da reflexão de gênero: a revolta das recolhidas de santo nome de Jesus In *Historien – Revista de História* (2); Petrolina, jan/mar, 2010, p 47-68.

⁵⁰ DAMÁZIO, Antônio Joaquim. *Tombamento dos Bens imóveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia* de Camile de Lelis Masson. 1862.

⁵¹ SILVA, op. cit, p. 55.

conseguiram enviar uma carta ao Presidente da Província, Bernardo Canto Brum, documento onde manifestavam a sua defesa diante do relato do escrivão. No texto, diziam:

Como a pouco víssemos no Diário da Bahia do dia 9 do corrente mês, officio do escrivão da Mesa da Misericórdia Bernardo do Canto Brum, dando parte a V. Ex. do ocorrido neste recolhimento o dia 28 de fevereiro do mês passado em virtude do grito de socorro pedido por uma das recolhidas, quando cá viram a Mesa administrativa, no qual officio diz ele que nossa maneira de viver não era as melhores, vamos levar ilustrada ponderação de V. Ex. a que a verdade, e a justiça mandão expor a primeira autoridade desta Província, é nosso único amparo, na triste situação em que nós chegamos. Logo que chegou a Mesa subirão uns para o terceiro andar, outros foram, o provedor e o Mordomo dos expostos demorar ao se entrar da portaria conversando com duas moças que até o dia 24 de janeiro sairão nos lugares da Casa da Roda e dos expostos. E segundo as falsas informações e acusações da intrusa superiores irmã de Caridade, deveriam ser presas poucas recolhidas, um mesário de nome Joaquim Castro Guimarães, ao qual então animava outro de nome Agostinho Dias Lima entrou a espancar com um guarda sol a essas infelizes, cujos os nomes são: Idalina, Lucinda e Damiana, ficando a primeira bastante maltratada, e a Lucinda das pancadas, quer do susto ditara escarros de sangue, assim como Idalina, sofrendo de um tumor na cara de pancada que levava na marquisa ao fugir deles, que as oprimiam em um dos cubículos da casa⁵².

A Mesa reagiu com a seguinte afirmação:

Na ocasião da sessão da junta lembraram-se as recolhidas de enviar a ella dois papeis: um salvo conduto do Irmão Provedor a quem tanto haviam insultado e outro era um verdadeiro manifesto apologético de procedimentos que tinha seguido durante o governo das Irmãs de Caridade. Não me atrevo a citar coisa alguma de semelhante papel, para fazer era preciso prescindir de toda moral, a descendência e bom senso, porque não sei o que nele se deva mais admirar-se, a depravação pelos pensamentos, se a atrocidade das mentiras, a vilania das palavras, se o desconchavo da narração⁵³.

Sendo assim, estabeleceu-se a disputa entre a alegada moralidade de um lado, e a denúncia dos abusos cometidos, por outro. Mas se o estopim da revolta de 1858 foi a manifestação solidária dos populares no momento em que as recolhidas eram flagrantemente maltratadas, a sua extensão esteve mais associada aos protestos contra o aumento dos preços dos alimentos. As próprias recolhidas eram conhecidas por venderem alimentos a preços mais baratos, o excedente de sua própria dieta, portanto, pequenas quantidades, mas que servia como enorme valor simbólico em uma conjuntura de fome. Nas ruas de Salvador, as denúncias contra possíveis ameaças de abusos sexuais a essas meninas se misturavam com as

⁵²ASMB - Arquivo da Santa Casa da Misericórdia. Correspondência avulsa de 23 de fevereiro de 1858.

⁵³ ASMB. Livro de Registro 93 A, p.165 – 180.

reivindicações contra a carestia de alimentos e pela restituição dos mandatos dos vereadores depositos pelo Presidente da Província.

A crise entre a Presidência da Província e a Câmara de Vereadores estava relacionada à política de regulação do mercado e os preços dos alimentos. De acordo o Historiador Afonso Rui de Souza, a revolta de 1858 possuía “*o louvável propósito de pôr cobro à constante majoração do preço da farinha*”⁵⁴. Com esta finalidade, a Câmara havia votado uma resolução, em 16 de janeiro do ano anterior, determinando a venda deste gênero apenas no celeiro e nas tulhas municipais, abrindo estas a todas as freguesias da cidade.

Nas palavras de Diogo Vasconcelos, “*Cabia aos Vereadores à fiscalização do abastecimento do mercado visando evitar a ruindade dos atravessadores dos víveres*”⁵⁵. E assim o foi durante todo o período colonial, e em parte também no Império. Em 1º de outubro de 1828 foi estabelecido que as vereações fossem meramente administrativas e sem nenhuma jurisdição, sua capacidade de decisão estaria submetida à Assembleia Provincial para obter o efeito legal. Mesmo assim, a Câmara tornou-se o palco de grandes debates acerca da regulação do mercado de alimentos, em especial o da carne e o da farinha de mandioca.

Analisando a composição social da Câmara de Vereadores no período compreendido entre 1844 a 1870, Kátia Mattoso revelou que vinte desses eram médicos e advogados, sete eram servidores públicos, quatro foram descritos como proprietários de imóveis, um padre, um oficial militar, e somente três eram tidos como comerciantes⁵⁶. A Câmara possuía uma considerável autoridade, pois não havia separação entre o legislativo e o administrativo, além de servir como tribunal de recursos para casos menos importantes. Nomeava coletores de impostos, inspetores de pesos e medidas, juízes que aplicavam multas por violações de posturas municipais, além das pessoas que trabalhavam no matadouro público municipal. Era na Câmara que se verificava a salubridade dos alimentos, além do controle das quantidades vendidas e dos preços praticados⁵⁷. Com a Lei de primeiro de outubro de 1828, houve uma redução dos poderes da Câmara Municipal, submetendo parte de suas atribuições à Presidência da Província, e à Assembleia Provincial, o que criou possibilidade de conflitos entre estes poderes.

Desde o período colonial que era a Câmara Municipal que regulamentava o abastecimento de farinha e da carne por meio de posturas e regimentos. Cabia à Câmara não

⁵⁴ RUI, Afonso. Op. Cit. P. 311.

⁵⁵ VASCONCELOS, Diogo. Linhas Graís da Administração Colonial, in *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* – 1914. pg. 106.

⁵⁶ MATTOSO, 1992. Op. Cit. p. 256.

⁵⁷ GRAHAM. Op. Cit. P. 57.

apenas promover meios de abastecer o mercado, mas definir qual a melhor forma de fazê-lo. Tanto que até finais do século XVIII, o açougue e os talhos para a venda de carne verde ficavam em prédio anexo ao próprio legislativo da capital da província⁵⁸. O controle municipal sobre esta atividade de abastecimento estimulava a concorrência entre negociantes de gado, através de processos públicos para arrematação de talhos, garantias de cumprimento da qualidade dos quartos e dos preços fixados para o consumidor.

A intervenção dos poderes públicos no abastecimento era uma prática bem antiga, e no século XIX, ao menor sinal de crises, como falta do gênero, ou descontrole de preço, da carne ou da farinha de mandioca, a cobrança popular se fazia sentir. Assim, em 25 de janeiro de 1857, a Câmara baixou um decreto obrigando que a venda da farinha só devesse ocorrer no Celeiro ou em Tulhas:

Não tendo a Assembleia Provincial na sessão finda rejeitada a postura de 12 de janeiro de 1857, aprovada interinamente por V. Exa., tendo esta Câmara concordado em sua suspensão, tão somente até a reunião da mesma assembleia, pelos motivos exarados em seu ofício de 23 de abril, e achando-se convencida da urgente necessidade de fazer recolher ao celeiro publico toda a farinha que se acha dissiminada por diversas casas, e for chegando ao mercado, tem resolução levar ao conhecimento de V. Exa. o incluzo edital que vai publicar para tornar efetiva a dita postura, medida esta que contribuirá necessariamente para fazer baixar os preços desse gênero de primeira necessidade⁵⁹.

O incluso edital citado na correspondência reativou a Postura de 12 de janeiro do ano anterior, determinando o recolhimento de toda a farinha de mandioca existente em casas particulares das freguesias da cidade, e direcionando-a ao celeiro público em prazo de vinte dias⁶⁰. E atendendo a reclamações surgidas entre comerciantes, o Presidente da Província João Cansação de Sinimbu determinou a suspensão por seis meses do Ato Municipal para que a Assembleia Provincial se pronunciasse, e, como esta não chegou a uma conclusão, deu-se início a uma queda de braços entre a Câmara e a Presidência da Província. No dia 25 de fevereiro de 1858, os Vereadores revidaram à suspensão do ato, encaminhando ofício ao Presidente Sinimbu:

Tendo esta Câmara respondido, em data de 17 do corrente, o ofício de V. Exa. do 1º do mesmo, no qual recomendava a reconsideração sobre a

⁵⁸ SOUZA. Op. Cit. P. 148.

⁵⁹ APEB, Arquivo Colonial e Provincial, Câmara de Salvador – 1857-1859; 25 de janeiro de 1858. Maço 1404.

⁶⁰ Idem.

deliberação tomada a respeito da execução da postura de 16 de janeiro do ano passado, que esta Câmara entendeu mandar executar, visto haver finalizado o prazo de sua suspensão e nada tendo V. Exa. comunicado esta Câmara sobre qualquer resolução que houvesse tomado depois do que a Câmara expôs, em dito ofício, aliás em dito seu ofício, não foi sem bastante surpresa que viu no Diário nº 4 de 19 do corrente a notícia de ter V. Exa. oficiado ao Dr. Chefe de Polícia, declarando que continuavam suspensos os efeitos da postura questionada, sem que disso fosse V. Exa. ciente a esta Câmara que só agora tem notícia dessa resolução pelo ofício de V. Exa. em data de 24, que hoje lhe foi entregue, a Câmara apresenta algumas dúvidas sobre a legalidade de semelhante ordem, caso seja verdadeira no sentido em que a anuncia o referido jornal, e vem a ser:

1º- que sendo a matéria corrente que as Posturas municipais, uma vez aprovadas, ainda mesmo interinamente, têm força de Lei municipal e nenhuma autoridade em face Ato Adicional poderá altera-la sem proposta da respectiva Câmara.

2º- que mesmo V. Exa. confirmado essa doutrina em ofício de 25 de maio do ano passado acerca da Postura, que proibia a abertura das casas de negócio aos domingos e dias santos, quando essa dita Postura não havia sido levada ao conhecimento da Assembleia, durante cinco anos de existência, parece que não podia pensar o contrário a respeito da de 16 de janeiro que além da aprovação provisória de V. Exa. já tem em seu favor o assentimento da Assembleia Provincial, que a aprovou em primeira discussão.

3º- finalmente, que tendo sido limitada a suspensão da Postura de 16 de janeiro até a reunião da Assembleia, parece fora de dúvida que chegado esse prazo estava findo a suspensão e a Câmara no direito de mandar executar, participando como fizera a V. Exa. em data de 25 de janeiro pp., devendo se considerar atentadora das leis e direitos da Municipalidade, qualquer ordem em contrário de qualquer que seja a Autoridade, e por isso não pode a Câmara Municipal cumprir a ordem de V. Exa. por ser completamente contrária no disposto Art. 167 da Constituição do Império, desenvolvido, e explicado pelo Art. 10, parágrafo 4º do Ato Adicional que mui terminantemente ordena que o Corpo Legislativo mesmo não poderá legislar sobre o que compete às Câmaras, sem prévia proposta desta. E tendo já V. Exa. ordenado ao Chefe de Polícia a desobediência das leis municipais por si, e seus agentes, querendo com semelhante procedimento demonstrar que cabe a essa Presidência a autoridade de fazer revogar Posturas municipais, é claro que os conflitos que hão de reproduzir, cabendo somente a V. Exa. a sua responsabilidade⁶¹.

Segue ainda o documento, respondendo a suposta alegação por parte do Presidente da Província de que a Câmara estaria imbuída de realizar a prática de privilégio para uso do estoque dos celeiros a certas, e determinadas pessoas:

Não pode também esta Câmara deixar passar em silêncio a suposição, em que está V. Exa., de que os celeiros parciais por freguesias serão estabelecidos para

⁶¹ APEB, Arquivo Colonial e Provincial, Câmara de Salvador – 1857-1859; 25 de fevereiro de 1858. Maço 1404

certas e determinadas pessoas, quando V. Exa., fazendo justiça as intenções desta municipalidade, não deveria pensar de semelhante modo, sabendo, como já asseverou esta Câmara a V. Exa., em seu officio de 17 do corrente, que de sua conta eram os referidos celeiros, tendo já um em Itapagipe.

Á vista, por tanto, do que vem de expor esta Câmara, e não querendo ella de modo algum sobrecarregar com as consequências de que um tal conflicto possão resultar. Conflicto de que V. Exa. como primeira autoridade da Província e o primeiro responsável por sua tranquillidade está adistricto a evitar, pelo dever que tem de velar na guarda da constituição das leis, ainda uma ser conta que V.Exa. refletindo maduramente sobre a vertente questão se digne providenciar de modo que seja fielmente executada a Lei Municipal, e acatada a respeitada esta Câmara, que representa o povo deste município, como órgão fiel e genuíno⁶².

Pode-se observar, portanto, que na visão dos membros da Câmara, esta instituição se colocava como sendo a autêntica representante do povo. O fato é que a suspensão da postura, por um lado, e a reação visando reafirma-la, por outro, colocou em choque os poderes da Presidência da Província e da Câmara Municipal de Salvador, tanto quanto revelou a oposição entre os interesses populares contrários aos dos empresários que manipulavam o comércio de alimentos.

Diante desta rebeldia o Presidente da Província suspendeu todos os Vereadores signatários, Joaquim Ernesto de Souza (Presidente), José Eduardo Freire de Carvalho, Manoel Jerônimo Ferreira, Manoel José de Magalhães, e Felisberto Antônio da Silva Horta. E convocou os suplentes Francisco Antônio Pereira da Rocha, José Manoel Fernandes, Manoel José de Magalhães, Caetano Vicente de Almeida Galeão, Francisco Corte Imperial, João Carneiro da Silva Rêgo, Bernardino de Sena Madureira e Justino Nunes de Sento Sé. Ainda assim, a sessão do dia 1º de março foi presidida por Joaquim Ernesto de Sousa, que alegou tal convocação justamente para realizar o ajuste com as devidas substituições:

Recebendo officio de V. Exa. em que me declarou, que havendo sido suspenso da Presidência da Câmara Municipal por acto de 25 de fevereiro próximo passado, não podia mais reunir-me com os outros vereadores por qualquer pretexto, que fosse, cumpre-me scientificar a V. Exa. que em vista do que praticou a Câmara Municipal em 1835, por ocasião de efectuar um acto semelhante, ao que V. Exa. se refere, havia eu convocado os Vereadores para reunirem-se em Câmara em o dia 27 de fevereiro, e não tendo comparecido suficiente no deles, de novo os convoquei para se reunirem hoje.

Mas atentos aos inopinados acontecimentos de hontem, por occasião de tractar a meza da Santa Mizericórdia de realizar as reformas do recolhimento d'este pio estabelecimento, não tendo os membros da Câmara Municipal que

⁶² Idem

negavão-se a revogação do edital de 25 de janeiro, jamais em vista concorreu para contribuir para a alteração da paz, e da tranquilidade pública, desavisei os ditos vereadores e convoquei os mais votados dos desempedidos para entrar no exercício das atribuições da Presidência da mesma Câmara⁶³.

Meio as confusões do dia 1º de março, Manoel Jerônimo Ferreira, juiz de paz, e um dos vereadores suspensos, escreveu uma carta ao Presidente da Província, expondo com clareza a natureza da divergência entre os dois poderes:

Foi presente ao abaixo assignado o officio de V. Exa. em data de hontem 28 de fevereiro, ordenando-lhe de não comparecer à Caza da Câmara na qualidade de Vereador em consequência do ato desta Presidência de 25 do mesmo, pelo qual decretou V. Exa. a suspensão dos Vereadores, que em maioria concorreram para que não fosse revogado o edital de 25 de janeiro ultimo pelo qual se fazia effectiva a Postura de 16 de janeiro de anno passado, que restringe a liberdade da vendagem da farinha de mandioca, que havia sido suspensa por um prazo definido, no qual concordará V. Exa., quando aprovou o edital de 23 de abril pp., por ato de 25 do mesmo, referindo-se ao officio da Camara d'aquela mesma data. Prazo que hoje V. Exa. quer desconhecer, baseando-se na falta dessa declaração tanto no edital como no ato dessa Presidência, que sendo ambos de referencia ao officio da Câmara, é lógico que estão subordinados a decisão daquelas propostas sob a a qual somente concordava a Câmara na suspensão; e se não anexou em seu edital especificamente esta cláusula, foi por que estando ella contida no officio, donde ele mandara, e a que se referia, e estando na maior boa fé, a Câmara, não era de supor que quisesse hoje V. Exa. prevalecesse da falta dessa redundância, falseando assim todos os princípios da hermenêutica, quando estava subtendida a clauzula pela referencia do ato do edital ao dito officio⁶⁴.

Seguiu o vereador acusando o Presidente da Província de servir a um pequeno círculo de monopolistas em detrimento da população, e ser ele somente dominado pelos princípios econômicos e pela liberdade comercial tantas vezes invocada:

O abaixo assignado sente e deplora que V. Exa. por tão frívolo pretexto, e somente dominado pelos princípios econômicos que tanto pêzo tem para V. Exa. e essa liberdade comercial tantas vezes invocada, houvesse encaminhado a presente questão a um desfecho tão pouco lisonjeiro para esta administração que nada tendo pretendido em benefício desta província, com esse passo que acaba de dar, mais tem de agravar a sua situação, especialmente d'esta capital, cuja população ficará de ora em diante sujeita a insaciabilidade a esses verdugos do povo, monopolizadores da sua subsistência(...)

⁶³ APEB, Arquivo Colonial e Provincial, Câmara de Salvador – 1857-1859; Joaquim Ernesto de Sousa, 01 de março de 1858. Maço 1404.

⁶⁴ APEB, Arquivo Colonial e Provincial, Câmara de Salvador – 1857-1859; Manuel Jerônimo Ferreira, 01 de março de 1858. Maço 1404.

Ao passo que por toda parte se procura aproveitar a calma dos espíritos para inventar-se o desenvolvimento da riqueza publica, e engrandecimento do paiz, causando-se antes de tudo, das necessidades do povo só V. Exa. parece adormecido n'um pequeno circulo de individualidades que só tratam de si, sem atender ao clamor publico, á voz uníssonas do povo, que reclama providencias contra o monopólio da farinha e da carne verde, principalmente como os primeiros e mais necessários alimentos da população desta capital⁶⁵.

Advertia-o de que a doutrina liberal não estava dando certo, pois o povo “*não vive de teorias, vive de realidades*”. E em seguida, lançou a sua sentença acerca do descontrole dos preços dos alimentos, sendo este associado não a falta de gêneros, mas sim pela ação dos monopolistas, que manipulavam as condições do mercado. Além disso, passou o vereador a chamar atenção a respeito de qual deva ser, em sua concepção, o verdadeiro papel do estado, o de salvaguardar os interesses do povo diante suas necessidades:

(...) e quem sabe não é por falta de gêneros, mas sim pelo monopólio que deles fazem alguns homens desalmados, a carestia em que e eles conservão, não podem deixar de fraquejar aos causadores de seus sofrimentos, e é então o Governo o alvo a que estão todas as vistas, porque é o governo que cumpre por um dos seus mais rigorosos deveres, promover a felicidade pública, e o bem estar dos seus governados⁶⁶.

Antecipava-se assim, um debate, que veremos, acabou retornando vinte anos depois, tendo como protagonista o Deputado Provincial Rui Barbosa. Aprofundando a sua análise, Manoel Jerônimo Ferreira passou, então, a pontuar o equívoco da aplicação da lógica liberal diante a especificidade da realidade soteropolitana, ainda que se declarasse também ele um entusiasta da teoria da liberdade comercial, advogou pela necessidade de estabelecimento de limites a esta liberdade:

A V. Exa. Entusiasta da liberdade comercial, no que o abaixo assignado tem a satisfação de acompanhar, esqueceu-se, todavia de que esta liberdade é suspeita a certas e determinadas restrições, em que mesmo quando fosse absolutamente ampla, não podia ser efetiva no nosso paiz, especialmente nesta Província, e particularmente nesta capital, á vista das circunstancias excepcionaes em que nos achamos, e que muito devia ocupar a atenção de V. Exa.⁶⁷.

Sugere ainda que o estado deveria concorrer com os monopolistas:

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem.

V. Exa. não deveria se limitar somente a facultar a liberdade de vendagem, o que só traz proveito aos monopolistas; mas sim estabelecer concorrência competindo com eles, mandar comprar os gêneros no lugar da produção por conta do Thezouro publico, como por mais de uma vez se tem feito n'esta capital, e a Câmara solicitou de V. Exa. que sempre negou-se a esta e outras semelhantes providencias de proveito e utilidade municipal, como consta da correspondência havida entre a Camara e V. Exa., desde janeiro do anno passado até hoje⁶⁸.

Portanto, lançada a polêmica acerca do papel do Estado para com assistência aos mais necessitados, em uma sociedade regida pela lógica da economia liberal, voltou o Vereador a acusar a Presidente da Província de servir a interesses privados em detrimento das necessidades do povo:

Não era certamente a falta de meios quem tolhia a V. Exa. do desempenho desse dever sagrado, porque nessa mesma época mandava V. Exa. tirar dos cofres públicos da província a grande somma de duzentos contos de reis, recolhidos a premio a um estabelecimento particular, entretanto o povo gemia e continua a gemer de fome, victima da carestia tanto da farinha quanto da carne, carestia que nunca chegaram estes gêneros, nem mesmo em épocas as mais calamitosas, e quando havia verdadeiramente a falta deles.

O abaixo assignado, Exmo. Sr., podia enumerar outros factos pelos quais bem se pode comprehender a pouca vontade que tinha V. Exa. de concorrer com a Câmara para suavizar a situação dos seus munícipes, principalmente depois de que V. Exa. supôs-se autorizado a dizer que era capaz de deporta-la, dando assim animação e coragem ao principal agente e primeiro monopolista das carnes verdes, mas como está profundamente convencido de que tem no curto espaço de sua gerencia municipal promovido, até onde chegou a sua limitada acção, todos os melhoramentos possíveis em pró de seus munícipes, que hão de fazer-lhe a devida justiça⁶⁹.

Ainda que não houvesse citado o nome deste que seria o principal monopolista do comercio da carne verde, pode-se supor estar Manoel Jerônimo Ferreira, referindo-se ao português José Azevedo de Almeida, traficante de escravos, tido como o grande monopolista do mercado de carne verde que servia na praça soteropolitana. Outro nome bastante conhecido, e muito citado como controlador do mercado de carne charqueada, era o de Joaquim Pereira Marinho, também português, ex-traficante de escravos e notável membro da Associação Comercial da Bahia.

E embora achasse ilegal a suspensão de seu mandato, Ferreira afirmou que o acataria, para não ter o Presidente pretexto para *“vingar-se contra ele”*, *“como tinha feito contra a população indefesa, dispersando-a a baionetas e patas de cavalos”*, *“agindo com o mais*

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

feroz canibalismo”. E como os ataques continuaram no dia seguinte, Ferreira afirmou que Sinimbu havia instalado na Bahia “*a mais abominável ditadura*”⁷⁰.

Ao final do dia 1º de março, a Presidência da Câmara Municipal havia encaminhado ofício ao Presidente da Província comunicando a revogação da postura de 25 de janeiro, e delegado os Vereadores Francisco Antônio Pereira Rocha e João Carneiro da Silva Rêgo para encaminharem em viva voz as ideias elaboradas pela Câmara acerca da sorte dos menos abastados vítimas da carestia da carne verde e da farinha de mandioca⁷¹.

E por mais que parecesse, o Presidente da Província não se encontrava totalmente isolado. Logo após o ocorrido dos dias 28 de fevereiro e primeiro de março, o Presidente Sinimbu encaminhou ofício para Associação Comercial da Bahia (ACB), que reunia os grandes negociantes baianos e que manifestavam defesa da política da prática do livre mercado. Sinimbu solicitou informações acerca do preço praticado na venda da farinha, e buscou saber a opinião desses comerciantes sobre a melhor forma de equacionar o preço da venda ao consumidor e o lucro do vendedor. Em resposta, no dia 3 de março de 1858, o Presidente da ACB, Manoel Beléns de Lima, solidarizou-se com a defesa da livre concorrência praticada pelo Presidente da Província baiana, e analisou a questão do preço da farinha de mandioca:

A Junta Directora da Associação Commercial, tem a honra de acusar o officio de V. Exa., de 2 do corrente pelo qual deseja V. Exa. ser informada: 1º - qual seja o preço da farinha, tanto nas vendas feitas no mar, como em terra; e em 2º lugar, qual o meio de estabelecer uma melhor relação entre esses preços de maneira que na venda a retalho possa o comprador obtê-la por preço mais razoável, sem que deixe o vendedor de ter um lucro, que compense o seu capital empregado e o seu trabalho.

A Junta, Exmo. Sr. , convencida como se acha, que V. Exa. se esmera em procurar os meios de minorar o sofrimento de nossa população pela carestia desse essencial artigo de sua alimentação; carestia que infelizmente se observa em quase todos os gêneros, sobretudo de primeira necessidade e em quase todos os paizes, sente na sua sabedoria que lhe não assistão conhecimentos para poder bem satisfazer as louváveis intenções de V. Exa.; todavia ella passa a expandir sobre a matéria a que entende⁷².

Ao responder ao ofício do Presidente Sininbú, a Junta Diretora da Associação Comercial decidiu oferecer uma análise inicial da composição de preços praticados na venda

⁷⁰ Idem.

⁷¹ APEB, Arquivo Colonial e Provincial, Câmara de Salvador – 1857-1859; 1º de março de 1858. Maço 1404.

⁷² APEB, Arquivo Colonial e Provincial, Câmara de Salvador – 1857-1859; 25 de fevereiro de 1858. Maço 1404
APEB, Arquivo Colonial e Provincial, Câmara de Salvador – 1857-1859; Manoel Beléns de Lima, 5 de março de 1858. Maço 1404

da farinha de mandioca, e reafirma a crença da necessidade de manutenção da liberdade comercial:

Quanto ao primeiro ponto, que é mataria de facto, só tem ella a informar a V. Exa. que no mar e nas embarcações importadoras de farinha, que nos tem vinda de Santa Catarina, Alcobaça e outras pequenas partes, o preço desse gênero regula a 4:100 a 4:400 conforme a sua qualidade, e que em terra, quer nos escriptorios de seus correspondentes, quer no celleiro público, ou nos diversos lugares em que ella se retalha, varia seu preço também, segundo a sua qualidade de 4:300 a 4:600.

Dahi se depreende que a diferença entre o preço da venda no mar, nos próprios barcos importadores e o preço da revendagem em terra, regula cerca de 200 rs. Por alqueire, o que em verdes não faria desarrazoado, atendendo-se ao desembolso transporte para terra, carreta, e o deposito particular. Para ser franco, como é seu dever, deve a Junta declarar que lhe não recorre meio nenhum para melhorar essa relação senão a concorrência entre os diversos vendedores deste artigo, os quais pelo desejo de obter a preferencia passam modificar seus lucros na revendagem. Por esse lado, embora pareça pouco satisfatório a conclusão da Junta, todavia ella não é menos verídica, e tão natural a sua dedução que extranho parece que, sendo negada, haja quem (sem dúvida na melhor fé) suponha que de se concentrar o gênero em poucos lugares e poucos vendedores e levado assim o estímulo do commercio, se passa a obter melhoramento no preço em favor do consumidor, quando pelo contrario adaptado tal meio verá ele piorada sua sorte a mercê de pessoas sem o correctivo (sempre reconhecido como o maior inimigo do monopólio) do franco e livre commercio⁷³.

Podemos observar então que o esforço realizado para demonstrar a ineficiência da adoção de uma política de concentração da venda do produto no celeiro omite a verdadeira natureza das denúncias que levavam a esta proposta, que seria a da ação de açambarcamento e manipulação dos preços por parte de um número reduzido de grandes comerciantes. Comerciantes estes que ocupavam os principais postos na própria diretoria da ACB. Prossegue então a carta, reconhecendo as dificuldades geradas pela carestia, mas responsabilizando a escassez por esta tragédia:

A matéria por este lado parecendo esgotada quanto ao patriótico fim de obter desde já o alívio para os nossos concidadãos, para o que a Junta se daria por muito feliz, se pudesse sugerir a V. Exa. algum arbítrio proveitoso, ella pede licença para ponderar a V. Exa. que enquanto a nossa Província não produzir bastante porção de farinha para o suprimento, enquanto os lavradores de mandioca, que a abandonaram por pouco lucrativa, não tomarem para ella, levados ao incentivo do lucro, em quanto enfim Nazareth, Maragogipe, e outras pontas do nosso Recôncavo, em lugar de nos trazerem este indispensável artigo (como o fazião até dois anos passados), no-lo levarem daqui para seu suprimento e de toda a população que dele precisa, até pelo nosso centro, onde é constante que terrível secca impedia a produção, em

⁷³ idem

quando pois se derem dignamente essas circunstancias é uma verdade que havemos de ter minguar a farinha porquanto todas as medidas restrictivas que se poderem imaginar não farão crescer um pé de mandioca, não farão trazer um grão de farinha a quantos celeiros se possam figurar. Antes, e é o que muito receia a Junta, tais embaraços no pronto expediente das embarcações importadoras desse artigo pode ter o péssimo resultado de arredar d'aqui os que nos podem vir de Santa Catharina e de outras partes⁷⁴.

E sendo a escassez o fator gerador de toda a calamidade a que passava a população soteropolitana, sugerem os comerciantes que a medida a ser adotada pelo poder público seria o incentivo a esta produção, a médio e longo prazo, e o incentivo ao lucro dos importadores, visando atrair a entrada do mesmo produto originário de outros locais, em prazo imediato:

Posto aqui V. Exa. circunscrevesse a informação da Junta aos seus quisitos supra indicados, e dos quaes já ella reconhece ser exorbitada, por desejar mesmo apresentar no esclarecido critério de V. Exa. suas ideias a respeito de um assumpto que tem ultimamente preocupado todos os espíritos, todavia ella ainda iria adiante e se atreveria a propor a V. Exa. alguma medida se por ventura qualquer lhe ocorresse que poderia dar um vantajoso resultado. Recomendar as Câmaras que aconselhem e promovam a plantação da mandioca e da utilíssima arvore de pão, aliviar do recrutamento os plantadores dela, e outros meios que melhor occorrão a V. Exa. podem ser uteis, porem demorados.

Na actualidade, não atendo com abundancia na nossa Província o mesmo prompta, recusa seria mandar buscar por conta do Governo onde a houvesse; mas isto faz o comércio mandando-a vir por sua conta sendo levado pelo incentivo do lucro que muitas vezes a circunstancia faz desaparecer, e em seu lugar a perda, de que a muitos exemplos, e agora mesmo pelas informações que a Junta colheu pode ella afirmar que os importadores deste artigo (sobre os quais indiscriminadamente se tem querido lançar um odiado e tanto mais injusto quanto se eles seriamente não fossem teríamos sofrido terrível fome) estão perdendo n'elle, e para o provar permita V. Exa. que aqui inclua a Junta um preço corrente do Rio de Janeiro pelo qual se vê que o sacco de farinha de 2 alqueires (menos 5% que ordinariamente quebra) custa 8:200 a 8:400, bem como uma carta de um negociante de Santa Catharina a seu correspondente aqui d'onde se conhece ser o preço da farinha ali 7:500 a 8:00 a saca é escaça.

Ora se esse preventivo custa se juntar a comissão da compra, seguro, frete e demais despesas, por que preço vem ella aqui a sahir? E como vende-la aqui barata se no paiz produtor ella está alta? Para mais corroborar o que accusa vai exposta, anexa carta do Presidente em data de 20 do passado pella qual consta que naquela praça a farinha se acha a 11 e 12 rs o sacco de dois alqueires e um quarto, assim como uma fatura de S. Matheus, onde custando a farinha de 3 a 4 com as despesas inclusive de certas Provincias de 5% vem a sahir aqui por cerca de 4 mil reis. Accuso pelo que suspeita a ideia a que se aludiu de mandar o Governo buscar farinha, a consideração muito atendível de que a simples concorrência do Governo como comprador em mercados já escassos faria elevar os preços, e assim agravaria a situação em lugar de melhora-la.

⁷⁴ idem

Enfim Exmo. Sr. a Junta julga que nada mais pode informar a V. Exa. a quem fez a devida justiça julgando-o animado dos mais fervorosos desejos de acertar em materia que são intransigentes a todas as classes, e sobretudo os menos abastados. Ella faz os mais cordiais votos para que V. Exa. o consiga. Por sua parte, ella resume tanto quanto tem expreendido no seguinte = não temos bastante produção de farinha; cumpre promove-la para o futuro; para que muito há de concorrer o motivo do alto preço. Quanto ao presente só de fora nos pode vir este socorro e para obte-lo convém dar todas as facilidades e vantagens aos importadores⁷⁵.

Presidia a Associação Comercial da Bahia, Manoel Beléns de Lima, um soteropolitano tido como grande comerciante e empreendedor, apesar de ter fracassado na tentativa de estabelecer uma fábrica de papel em 1824. Ficou conhecido mesmo como acionista do Banco da Bahia, desde 1857, e por sua atuação na ACB, tendo sido integrante da primeira mesa diretora da instituição em 1840, na função de Tesoureiro, e depois de Secretário, chegando à Presidência em 1852, permanecendo no cargo até 1869, dezessete anos, portanto, no entanto, já havia Presidido a Junta Diretora da Praça do Comércio da Bahia, que antecedeu a existência da própria ACB como entidade de classe pioneira no Brasil e nas Américas.

Se por um lado, os comerciantes organizavam-se através da associação comercial para defender o seu interesse de maior lucro, por outro, ao analisar o conflito de 1858, João José Reis e Marcia Aguiar apontaram o perfil social dos envolvidos naquele motim, indicado de forma genérica nos documentos como sendo a “plebe”, o “povo”, ou “populacho”. Recuperando as palavras do Cônsul Inglês John Morgan, Reis e Aguiar destacaram:

“os preços de fome dos alimentos básicos provocaram o levantamento dos espíritos da grande população livre de cor. Levando-a a praticar excessos. Numa outra passagem condenava como absurda a ideia do Presidente Sinimbu de pregar os princípios do mercado livre para uma população de cor ignorante”. Racista, Morgan julgava que o superior principio do livre comercio só podia ser entendido por povos superiores, brancos como os europeus, como ele”⁷⁶.

A opinião do Cônsul Inglês, a respeito da origem social dos amotinados, coincidia com a que foi emitida pelas autoridades policiais da Bahia. Em carta ao Presidente da Província, o Chefe de Polícia, Justiniano Baptista Madureira, afirmou que:

Hontem as 3horas da tarde em diante na Rua Direita da Mizericórdia, em frente ao edifício das Recolhidas da Santa Casa, tiveram lugar algumas ocorrências desagradáveis da parte de pessoas do povo, cujo ajuntamento rapidamente se tornou numerozo, e, amotinado, tentou cometer excessos nos estabelecimentos Pios, o que sendo reprimido pelos meios necessários e ao

⁷⁵ idem

⁷⁶ REIS e AGUIAR. Op. Cit. p. 145.

mesmo tempo enérgicos, para não fazer correr sangue por parte da força pública, regressou o mesmo povo, que se compunha de gente de baixa classe, para a Praça do Palácio, e ahi já com novos e extravagantes pedidos praticaram ainda alguns desatinos, sendo até o final dispersado⁷⁷.

No dia seguinte a esta carta, vieram as primeiras comunicações de prisões dos amotinados:

Das partes consta haverem sido ontem presos á minha ordem (...) Elisio de tal, e os escravos Antonio, José pardo, Porfírio Victorino, Ciriaco Manoel, cabra, Manoel Canuto, Felix, Izidoro, Lazaro, Crioulos, Manoel e Joaquim, africanos, alguns dos quaes fizeram parte do motim do dia antecedente, sendo os escravos entregues aos seus senhores, depois de convenientemente castigados. Forão também recrutados e remetidos para o serviço da Armada Imperial diversos indivíduos implicados nos mesmos motins do dia 28 de Fevereiro e 1º de março⁷⁸.

No dia 3 de março foram presos Domingos José de Moraes, Macario Guilherme do Sacramento, Florencio Manoel do Nascimento, Eduardo da Costa Guimarães, João Lopes, Manoel José da Paixão, e os escravos pardos Perigrino e Porfírio⁷⁹, no dia 5 de março foram também presos, sob acusação de participação nos episódios dos dias 28 de Fevereiro e 1º de março, Luiz dos Santos Pereira, Cassiano Fernandes do Nascimento, Arsenio Dias, Eduardo Cesar Bittencourt, Jozé Arvellos Botas, Francisco Cezar Cahahiba, Manoel do Bonfim Alves, e João Baptista de Carvalho⁸⁰; no dia 6 de março, Florencio José Gomes Uraga, e o cabra Florencio, escravo⁸¹; no dia 9 do mesmo mês, Felipe Ferreira de S. Thiago, e João Bartholomeu Hespanhol, pardos escuros⁸².

As prisões aos acusados pelos motins de 28 de Fevereiro e 1º de Março, não pararam por aí, e seguiram-se entre os meses de março e Abril. No dia 10 de Março⁸³, foram presos Gustavo Jorge, Manoel da Paixão, e Luís Ignácio Rodrigues Fragoso, e no dia 12 de Março, Gregório da Silva Mangabeira, Antônio Ignácio, Antônio Francisco de Assis, e Germano

⁷⁷ APB – Polícia, 1º de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

⁷⁸ APB – Polícia, dois de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

⁷⁹ APB – Polícia, quatro de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

⁸⁰ APB – Polícia, cinco de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

⁸¹ APB – Polícia, seis de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

⁸² APB – Polícia, dois de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

⁸³ APB – Polícia, 11 de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

Pereira da Silva, que passaram a disposição do Juiz Municipal da 1ª Vara, como implicados nas ações da revolta da carne sem osso e farinha sem caroço⁸⁴.

Dentre os presos, Justiniano Barbosa Porto foi punido com o recrutamento para o serviço militar.

Illmo. Sr. Subdelegado – Participo com V.S. que em conformidade da ordem de V. S. prendi o individuo Justino Barboza Porto, filho bastardo de Eustáquio Manoel José Porto; que está no caso do recrutamento, pois embora trabalhe algumas vezes de carpinteiro, he bastante vadio, he solteiro, não he Guarda Nacional, diz ser matriculado na Capitania dos Portos, sem ser marítimo, e somente para evadir de ser Guarda Nacional, ocorrendo mais ter sido hum dos que foi na noite do dia 28 passado para o barulho da praça como se gaba aqui publicamente, e que já não o prendera por ter estado alguns dias oculto por esse motivo, hoje é que pude efetuar a prisão⁸⁵.

Justino era filho bastardo de Eustáquio Manoel José Porto, que reivindicou sua soltura alegando que seu filho trabalhava algumas vezes como carpinteiro, no entanto, este pedido lhe foi negado:

Restituindo a petição de Eustáquio Manoel José Porto, que reclama a soltura de seu filho Justino Barbosa Porto, destinado ao serviço do Exército, se me oferece informar a V. Excia, que o mesmo individuo foi recrutado pelo Subdelegado da Freguesia da Penha, e remetido a esta Repartição com o Ofício e parte por cópia junto, afirmando ser o reclamado de comportamento irregular e incommodo a Polícia; não tendo, entretanto, isenção alguma, pois além de não ser casado, ou filho único de viúva honesta, não tem um meio seguro de vida que o torne não recrutável⁸⁶.

Em correspondência recebida pela Secretaria de Polícia, tem-se que o afro José também fora recrutado para a Armada.

O Suplicante foi recrutado para a armada, como um dos amotinadores do dia 28 de fevereiro do corrente, segundo informações dadas pela polícia, e por não ter provado isenção legal na forma das instruções que regulam o recrutamento, conforme o despacho que dei a uma das petições, não foi deferido⁸⁷.

⁸⁴ APB – Polícia, 13 de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Polícia 1858-1859. Maço 3139-18.

⁸⁵ APB – Polícia, 19 de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Polícia 1858-1859. Maço 3139-18.

⁸⁶ APB – Polícia, 24 de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Polícia 1858-1859. Maço 3139-18.

⁸⁷ APB – Polícia, 13 de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Polícia 1858-1859. Maço 3139-18.

No entanto, pelo fato de já ter servido como praça do exército, e ter rejeitado ao cargo por insatisfação da gratificação recebida, teve esse novo recrutamento questionado, mesmo sendo ele apontado como um dos amotinadores do movimento dos dias 28 de fevereiro e primeiro de março.

Cumprindo informação de V. Excia em ofício datado de 16 do corrente a que viera anexo o requerimento que restitue ao afro José pedido ao Governo Imperial inscrição do serviço da Armada para que está destinado sem oferecer informar a V. Excia que o peticionário foi recrutado pelo meo antecessor por occasião dos movimentos tumultuosos dos dias 28 de fevereiro a 1º de março últimos, e por estar aberto o recrutamento, recomendado por avizo do Ministério da Marinha de 13 de fevereiro do corrente anno, e sendo inspecionado de saúde e julgado bom, foi com outros remetido para a Corte. Em vista porém da escusa de que fizera parte como engajado diante a gratificação, conforme consta da indicação da escuza, o mesmo Governo Imperial se dignará de resolver se o dito recrutado por já ter tido praça no Exercito está no caso de ser inscrito no serviço da Armada, devendo entretanto declarar a V. Excia que segundo informa a Secretaria desta Repartição não há recomendação alguma especial acerca do peticionário⁸⁸.

Consta que o envio do soldado Fortunato Gomes de Almeida para a Armada, bem como do envio ao Exército, do soldado Manoel Pedro da Trindade, foi protestado pelo Brigadeiro Comandante da Guarda Nacional. O que sugere certa proteção entre alguns dos rebeldes com representantes de alta patente:

Satisfazendo o despacho de V. Excelencia exarado no Officio que recebeu do Brigadeiro Comandante Superior da Guarda Nacional desta cidade, reclamando a soltura dos guardas do Batalhão de Artilharia Fortunato Gomes de Almeida e Manoel Pedro da Trindade, vem oferecer dizer a V. Excia. quanto ao primeiro, que sendo preso por ocasião dos movimentos dos dias 28 de Fevereiro e 1º de março foi remetido para a Armada onde teve praça depois e inspecionado e julgado apto e acerca do segundo, que sendo enviado pelo Subdelegado da Freguesia da Penha, pelo seu péssimo procedimento, foi destinado para o serviço do exercito, onde está como praça. V. Excia, entretanto se dignará de resolver o que entender conveniente em vista da reclamação do mesmo Brigadeiro⁸⁹.

Já Pedro José de Santana, citado por Reis e Aguiar como sendo o cafuz que liderou os ataques às freiras francesas, permaneceu preso no quartel da Palma, denunciado por mau comportamento pelo subdelegado da Freguesia da Penha.

⁸⁸ APB – Polícia, 20 de abril de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

⁸⁹ APB – Polícia, 30 de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

Tendo sido visto por mim de sentinela na guarda do Commercio como Guarda Nacional do 5º Batalhão o individuo que diz chamar-se Pedro José de Santa Ana, o qual na tarde de domingo pp. Foi quem armado com uma tranca dera assalto na Casa das Irmãs de Caridade a Baixa dos Sapateiros, subindo pela biqueira de mesma propriedade violando assim aquele estabelecimento com o maior escândalo e concorrendo com o semelhante procedimento para com outros mais o seguissem do que resultou essa sedição que tivera lugar nesse dia e no seguinte. Dirigi-me ao Comandante daquela guarda e lhe comuniquei do procedimento que havia tido na sobredita praça, e por isso desde já o considerasse preso a ordem de V. Exa.⁹⁰

Também foi embarcado para servir na Armada Imperial, o guarda urbano José Victor Moura, que demonstrou arrependimento diante a punição recebida:

Diz José Victor de Moura, maior de 40 annos, e honrado de família, e de 3 filhos menores, que sendo Guarda Urbano foi remetido para bordo na tarde de 8 do corrente por uma pequena falta que cometeo, e da qual já se acha bem castigado pela reclusão que tem sofrido, e como a sua falta não foi contraria a ordem publica, e apenas com gracejo, fora da presença do Ilustríssimo Sr, Dr. Chefe de Policia, o supplicante recorre a bondade de V. Exa., e lhe roga em nome dos seus filhos menores que o mande soltar, dignando-se V. Exa. Tenha em atenção ao exposto e a incapacidade demonstrada na escusa junta do corpo de policia⁹¹.

No dia 17 de março, Luis Ignácio Rodrigues Fragoso foi remetido do Comando da Estação Naval para a Secretaria de Policia, para responder a processo pelo Juiz Municipal da 1ª Vara, como indiciado por ter tomado parte nas ocorrências⁹². Até mesmo um fiscal da Câmara foi preso e indiciado como participante do motim:

Das partes hoje recebidas consta haverem sido ontem presos a minha ordem, o Fiscal da Câmara Theodoro Pereira da Fonseca, que passou a disposição do Doutor Juiz Municipal da 1ª Vara, como implicado nos ajuntamentos ilícitos e motins de 28 de Fevereiro e 1º do corrente⁹³.

No dia 23 de Abril de 1858 o chefe da Repartição da Policia da Bahia emitia carta ao Presidente da Província atestando a realização de todas as prisões referentes aos envolvidos no ocorrido dos dias 28 de fevereiro e 1º de março:

⁹⁰ APB – Seção Colonial e Provincial, Guarda Nacional, 3 de março de 1858, Maço 3589.

⁹¹ APB – Policia, 11 de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

⁹² APB – Policia, 22 de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

⁹³ APB – Policia, 12 de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

Satisfazendo a ordem de V. Exa. Em officio de 19 do corrente, tenho a informar a V. Exa., que forão presos todos, ou quasi todos os indivíduos que na tarde de 28 de fevereiro ultimo maltratarão as Irmãs de Charidade, sendo recrutados os que não tinham a seu favor as isenções da lei, e submetidos os não recrutáveis á processo que ainda segue seos turnos, e á cujo respeito ja teve diretamente meo antecessor de informar ao Exmo, Sr. Ministro da Justiça em carta confidencial datada de 1º do corente.

Pode-se afirmar que as autoridades desta capital, encarregadas da segurança e tranquilidade pública, não forão meras espectadoras das scenas de selvageria praticadas naquele lamentável dia, por uma centena de que a população desta cidade tem de mais desprezível e ordinário; o ao contrário ellas se collocarão na altura em que devião ficar e procurarão com a necessária energia desagravar a lei, e fazer pesar a ação da justiça sobre os delinquentes.

As Irmãs de Charidade, logo depois do rompimento imprevistos de actos tão reprovados, encontrarão tanto nas autoridades, como na parte bõa e sensata da população, a mais decidida proteção, e espontâneo acolhimento, e sob esta garantia, continuam a permanecer sem receio de novas aggressões, nas mesmas casas em que habitavão.

Segundo Reis e Aguiar, a maioria dos amotinados era composta de gente pobre, negra e mestiça, livre e escrava. Dos que foram presos, 21% eram cativos, e destes apenas dois eram africanos. A descrição de homens que portavam cartola e andavam calçados, no meio dos revoltosos indica a possibilidade da presença de pessoas melhor situadas socialmente neste meio. Mulheres negras, provavelmente ganhadeiras que ocupavam as ruas do centro da cidade, também tiveram participação importante no conflito, ao lado das recolhidas da Santa Casa⁹⁴.

Com base nas informações recolhidas das correspondências da Policia da Bahia, podemos identificar 44 dos presos, sendo dois africanos, 14 escravos (31,8% do total dos presos identificados na documentação consultada), dois cabras, dois pardos escuros, três pardos, 4 crioulos, 1 ex-praça do exército, 1 identificado como carpinteiro e matriculado na Capitania dos Portos, 1 soldado, 1 guarda de artilharia, 1 guarda urbano, 1 Fiscal da Câmara, e 1 que foi transferido da Estação Naval, o que pode significar que este pode ter tido vinculo com o corpo Naval.

Nota-se claramente a participação de funcionários públicos, especialmente ligados a forças de segurança, no motim, bem como, a provável relação de outros funcionários de alta patente, com alguns destes. Reis e Aguiar acusaram a reação dos atingidos pela carestia observada na década de 1850 como o grande motivador para o levante. Os grupos mais

⁹⁴ REIS, João José; AGUIAR, Márcia Gabriela. “carne sem osso e farinha sem caroço – o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”. In, *Revista de História*, 135 (1996), pg. 145.

afetados pelo aumento dos preços teriam buscado, inicialmente, uma saída por meio dos canais convencionais, encaminhando ao Presidente da Província pedido de aumento salarial a grupos de operários e servidores civis e militares.

Famélicos, salários, preços, taxas...

Sendo o Estado o principal empregador urbano de trabalho assalariado em uma cidade ainda muito dependente do trabalho escravo, os operários do Arsenal da Marinha, os soldados das Armas, os tocadores de cornetas e tambores da Guarda Nacional, os guardas Municipais, e tantas outras categorias, se dirigiram as autoridades, diretamente ao Presidente Sinimbu, ou por meio dos Deputados provinciais⁹⁵, em todos estes se repetiu a alegação de que a inflação estava consumindo todo o salário.

Nas petições encaminhadas à Assembleia Legislativa da Bahia do ano de 1857, temos diversos exemplos de manifestações de funcionários públicos clamando por ajustes em seus salários, e geralmente a alegação é justamente a da situação de penúria gerada pelo aumento abusivo dos preços, especialmente dos alimentos considerados essenciais à dieta cotidiana de suas famílias⁹⁶:

O Guarda do Celeiro Público, Joaquim Jozé Victório Moreira, afirmou em 30 de setembro de 1857 que fora afetado pela “*alta de preços de alimentos e de tudo que e indispensável para a conservação da existência.*”⁹⁷; José da Costa Veloso, amanuense da extinta Repartição de Obras públicas, e servindo como adido na Tesouraria Provincial, disse ser diminuto o salário anual de 500\$000 dado a “*excessiva e insuportável carestia a que tem chegado todos os abjetos necessários à vida.*”⁹⁸; João Pacheco das Chagas, cirurgião da quinta dos Lázarus desde 1828, e recebendo 200 reis por ano, lembrou que “*os gêneros alimentícios e todos os bens indispensáveis a vida se achavam a preços exorbitantes*”⁹⁹; os contínuos da Mesa de Rendas, Ricardo Couto e Ciriaco José de Sousa afirmaram que seus ordenados não eram suficientes para alimentar as suas famílias numa época em que os preços de alimentos de primeira necessidade chegaram a preços exorbitantes¹⁰⁰; Jacinto Muniz

⁹⁵ Op. cit. pg. 150

⁹⁶ APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, maço 1047

⁹⁷ APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 30 de setembro de 1857; maço 1047.

⁹⁸ APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 3 de abril de 1857; maço 1047.

⁹⁹ APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 12 de fevereiro de 1857; maço 1047.

¹⁰⁰ APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 1º de outubro de 1857; maço 1047.

Barreto, contador da Câmara reivindicou aumento de 400\$000 reis, em seu ordenado de então 1.000\$000 reis, dado o grande volume de trabalho e também devido pelo fato de que em épocas remotas, quando estabelecido este ordenado, “*não havia esta província passado pela flagelo da epidemia, e nem pela fome que nos devora*”¹⁰¹. A mesma alegação de aumento de preços de alimentos foi utilizada no pedido do advogado da Câmara Domingos José da Silva Couto, para quem o ordenado de 400:000 reis deveria ser ajustado em trezentos por cento, chegando a 1.200:000 reis¹⁰²; já José Pedro Moreira Rios, administrador da Balança Grande da Câmara Municipal, afirmou que os gêneros chegaram a triplicar os seus valores, tornando minguido o seus salário¹⁰³;

E assim também disseram João Pinto Barreto, escrivão privativo do Júri da capital¹⁰⁴, Antônio Francisco de Barros, Fiel Recebedor da Mesa de Rendas Provinciais¹⁰⁵; Gonçalo José Rodrigues que era continuo da antiga Repartição de Obras Públicas e adido ao Tesouro Provincial¹⁰⁶; Francisco Manoel Gonçalves da Cunha Filho, Inspetor das Obras da Câmara¹⁰⁷; Miguel de Sousa Requião, Administrador dos Currais do Conselho¹⁰⁸;

Além das manifestações individuais, registraram-se também ações coletivas de solicitações salariais. Os vacinadores municipais se pronunciaram em um documento encaminhado à Assembleia Provincial em 25 de setembro de 1857¹⁰⁹; os professores de primeiras letras da capital já haviam feito isso em 25 de abril daquele mesmo ano¹¹⁰; os porteiros da Câmara em 26 de abril¹¹¹; em 18 de julho, os professores primários das várias cidades, vilas e povoações da Província acusaram “*estado de miséria a que se encontravam reduzidos*”, dado o “*ridículo ordenado de 400:000 rs*”, diante dois “*terríveis inimigos (peste e fome) que flagelão o povo*”, e se mostraram ainda insatisfeitos por que “*percebem maior diária escravos empregados em certas obras ou trabalhos*”¹¹²; em 28 de setembro foi encaminhado o documento coletivo dos próprios funcionários da Assembleia Provincial¹¹³; em 12 de maio, os funcionários da Secretaria de Governo afirmaram que “*os gêneros*

¹⁰¹ APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 18 de setembro de 1857; maço 1047.

¹⁰² APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 12 de outubro de 1857; maço 1047.

¹⁰³ APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 28 de ab de abril de 1857; maço 1047.

¹⁰⁴ APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 9 de setembro de 1857; maço 1047.

¹⁰⁵ APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 26 de setembro de 1857; maço 1047.

¹⁰⁶ APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 23 de outubro de 1857; maço 1047.

¹⁰⁷ APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 18 de setembro de 1857; maço 1047.

¹⁰⁸ APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 5 de outubro de 1857; maço 1047.

¹⁰⁹ APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 25 de setembro de 1857; maço 1047.

¹¹⁰ APEB. Abaixo Assinado de 25 de Abril de 1857. Legislativo Provincial, maço 984.

¹¹¹ APEB. Abaixo Assinado de 26 de Abril de 1857. Legislativo Provincial, maço 984.

¹¹² APEB. Abaixo Assinado de 18 de julho de 1857. Legislativo Provincial, maço 984.

¹¹³ APEB. Abaixo Assinado de 28 de setembro de 1857. Legislativo Provincial, maço 984.

*alimentícios tem chegado a altura que parece aproximar-se a uma calamidade*¹¹⁴ ; Em carta do Intendente da Marinha, direcionada ao Presidente Sinimbu em 12 de fevereiro de 1857, este já alertava para a insatisfação dos operários do Arsenal da Marinha, com relação aos baixos salários em detrimento ao aumento dos preços dos alimentos, sendo que estes operários ameaçavam abandonar o trabalho no Arsenal, substituindo-o por particulares, e até mesmo se negavam a assumir trabalho dado a tabela de pagamentos que vinha sendo utilizada:

Em solução ao determinado por Vossa Excelência no despacho exarado no incluso requerimento dos operários deste Arsenal que implorão a V. Exa., a graça de aumentar os seus vencimentos visto a carestia dos gêneros alimentícios afim de que melhor se possam manter com suas famílias; cumpre-me significar a V. Exa. que marcando a tabela em vigor dos salários que actualmente recebem esses operários, e não podendo de minha parte aumenta-los, nem tendo ordem alguma para esse fim, não bastante reconhecer que na época presente difícil se soma aos operários passarem com tão diminuto vencimento. Todavia julgo que estando-se a espera de uma reforma para o Arsenal, a qual certamente deverá melhorar a sorte desses operários. Convém aguardar a resolução do Governo se não for muito demorada. Pois do contrario, a maneira que for aparecendo obras particulares com melhor salario irão estes desamparando este estabelecimento. Devendo outro sim ponderar a V. Exa. que para conclusão da “corveta D. Januária” necessário foi aumentar-se o salário dos calafates e até lançar mãos de carpinteiros por não ter quem se quisesse sujeitar a esse trabalho com o vencimento da tabela deste Arsenal¹¹⁵.

O mesmo intendente Diogo Ignácio voltaria a relatar estas dificuldades no dia 10 de março¹¹⁶. Nota-se que a manifestação de descontentamento de funcionários públicos em relação à desproporção de seus ordenados e o aumento descontrolado de preços dos bens considerados essenciais, extrapolava posições sociais destes, pois se manifestavam desde contínuos até ocupantes de postos que exigiam maior qualificação.

Em setembro do mesmo ano de 1857 foi indeferido pela Assembleia a solicitação coletiva de alteração de ordenado feita pelos próprios fiscais da Câmara Municipal. No conteúdo desta solicitação, além do pedido de um ordenado fixo, temos a acusação das estratégias adotadas pelos comerciantes dos gêneros alimentícios como fator de dificuldade para realização de seus ganhos:

¹¹⁴ APEB. Abaixo Assinado de 12 de maio de 1857. Legislativo Provincial, maço 984.

¹¹⁵ APB. Arquivo colonial e Provincial; Presidência da Província – Militar - Intendência da Marinha. 1851 a 1857. 12 de fevereiro de 1857. Maço 3250.

¹¹⁶ APB. Arquivo colonial e Provincial; Presidência da Província – Militar - Intendência da Marinha. 1851 a 1857. 10 de março de 1857. Maço 3250.

Os abaixo assignados fiscaes periciaes da Câmara municipal desta capital vêm respeitavelmente diante V. Excias reclamarem um direito, que tanto mais o esperam obter, quanto é a confiança que os anima no poder de sua causa e na rectidão e inteireza desta respeitável Assembleia Legislativa provincial.

Os supplicantes, Exmos Srs., encarregados de fiscalizarem o aceio da cidade, e os estabelecimentos em que se vendem os diversos gêneros alimentícios luctão como é sabido com as maiores difficuldades no desempenho de seus deveres para com aquelle, e muito mais para com estes, pela prevenção com que os proprietários e caixeiros desses estabelecimentos acautelão o gênero avariado e ruim, e quando chegão a ser encontrados e multados os infractores, dá-se quase sempre a formação de um processo que, prolongando-se por muito tempo acaba na sua maior parte pela absolvição do culpado; e por conseguinte escapando-se assim as rendas municipaes nenhuma vantagem adquirem os petionários, que, sendo onerados de família e comprar presentemente o alimento por um preço fabuloso, apenas tem 25 por cento ou a quarta parte do que arrecadão.

Neste caso havendo os supplicantes representado à illustre Câmara Municipal solicitando a concessão de um ordenado préfixo que lhes garantisse fazersse a salvo das necessidades que sofrem e dos mãos juízos que a malidencia ordinariamente lhes attribue (...) ¹¹⁷

Em outro artigo, o Historiador João José Reis afirmou que antes de estourar o movimento de 1858 já ocorria uma mobilização popular de insatisfação. Durante semanas, atividades subterrâneas, e noturnas, indicavam alguma organização de contestação. Pasquins apareceram afixados nas ruas ameaçando de morte o Presidente. Grupos organizados de trabalhadores escreveram petições ao Presidente e a outras autoridades contra os baixos salários e os preços exorbitantes dos alimentos. Durante os conflitos, despontaram lideranças populares, que certamente não se fazem de uma hora para outra. O guarda nacional Santana incitou o povo contra as irmãs da Santa Casa. O carpinteiro Justiniano gabou-se publicamente de participação ativa no motim ¹¹⁸.

A carestia de alimentos poderia ter sido provocada por diversos fatores, Reis e Aguiar se referirem a uma terrível seca na Bahia que teria se estendido até 1861. Também listado como um dos fatores da crise, o Cólera Morbos teria contribuído para a desorganização do sistema produtivo, no entanto, consta no estudo de Onildo David, sobre o impacto desta epidemia, que a Bahia teria recuperado rapidamente a sua capacidade de abastecimento ¹¹⁹.

A compreensão da lógica para o aumento dos preços se voltou também para as práticas especulativas de mercado, como atesta um documento da Câmara, direcionada ao Presidente da Província da Bahia, em fevereiro de 1858:

¹¹⁷ APEB. Abaixo Assinado de 10 de maio de 1857. Legislativo Provincial, maço 984.

¹¹⁸ REIS. Op. Cit.

¹¹⁹ DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível, a epidemia do Cólera na Bahia 1855-1856*. Brasília: Sarah Letras, 1996.

A farinha de mandioca (assim como a carne verde) acha-se entregue a três ou quatro indivíduos somente, os quais podem, sempre que querem, estabelecer uma carestia simulando falta desse gênero de primeira necessidade, tão indispensável a alimentação pública, por isso que únicos a se ocuparem deste gênero de comércio, e dispondo dos capitais precisos para o seu empreendimento, podem assenhorear-se de toda farinha que chega a este porto, e depois dar-lhes os preços que lhes convém e assim sustentarem a carestia e o monopólio¹²⁰.

Os Vereadores apontavam também a nacionalidade dos monopolistas. Em abril de 1857, o jornal “O GUAYCURU” noticiou a iniciativa do Vereador João Adrião Chaves, em pedir a deportação do português José de Azevedo Almeida, acusado de ser o principal manipulador do mercado de carne verde na praça soteropolitana:

Sabe o publico que em sessão da Câmara Municipal desta cidade de 28 de fevereiro p.p. sendo lucidamente demonstrado que o monopolista José de Azevedo e Almeida he author principal da exorbitante carestia de carne verde neste mercado, e reconhecido que não há meio algum ordinário de repressão que este traficante não iluda e que não zombe. Requereu o sr. Vereador João Adrião Chaves, que solicitasse a câmara do Governo Imperial um acto de deportação contra aquelle ingrato e incorrigível estrangeiro – e que a proposta do honrado Vereador foi igualmente assignado por três outros colegas seus, os Srs. Joaquim Ernesto de Souza, Manoel Jeronymo Ferreira, e Bernardino de Sena Moreira¹²¹.

Além da ação dos monopolistas, o Vereador João Adrião Chaves apontou a escassez de mão de obra na lavoura e também as epidemias que atingiram a Bahia de forma constante desde 1850, como principais razões para a carestia de alimentos na praça soteropolitana:

Pensa que a escassez geral dos viveres e a fabulosa carestia que sobem, provém:

- 1- Da falta cada vez maior de operários que sofre tanto a grande quanto a pequena lavoura do paiz – falta que era d’antes suprida pela introdução incessante de trabalhadores da África, e que deixou de ser desde que cessando a importação destes operários, não pode ser eficazmente suprida por nenhuma outra espécie de agentes de trabalho e produção agrícola.
- 2- Os estragos eficientes das diversas epidemias que reinam quase sem cessar entre nós desde os últimos sete anos a contar desde 1850 para cá, singularmente pela última que devastou de maneira horrorosa a população do Império, estragos que alias menos sobre as classes consumidoras do que as classes productoras, se fizeram sentir por toda parte.

¹²⁰ APB - Câmara ao Presidente da Província. 17.02.1858. Câmara de Salvador, maço 1404.

¹²¹ O GUAYCURU, seis de abril de 1857.

- 3- Finalmente o espírito de avareza e monopólio que nos tempos calamitosos costuma sempre ergue-se para especular com o elemento da fome e da ruína do povo, e para acumular tesouro sobre a desgraça comum¹²².

O Vereador, então, propôs como medidas adotadas para combate à crise, desde uma política de colonização, se não europeia, a de africanos livres, para suprir a carência de mão de obra nas lavouras, até a deportação do principal especulador monopolista da carne que abastecia a praça da capital baiana, o que demonstra que dentre os fatores apontados estavam tanto questões como a insuficiência de mão de obra para as lavouras de mandioca, os fatores naturais que provocavam a escassez, mas também a ação maldosa de especuladores do mercado:

Ella crê pois que o problema da colonização europea, como meio de acudir a penúria de braços, e a suprema agonia de nossa indústria agrícola, tarde virá a ter uma solução feliz nesta e nas demais províncias do norte do Império, ao contrário das do sul, onde menos mau resultados parece que tem obtido o governo de V.M.I para o fim de realizar aquelle gênero de colonização, effeito naturalmente devido a causas tão poderosas como são, além de outras, a natureza particular das producções da terra e o grau de mais ou menos analogia dada entre o clima destas províncias e os estados da Europa, donde até aqui são de preferencia recrutados os colonos para o Brasil. D'aqui senhor deriva esta câmara a persuasão de que está este imenso vácuo aberto nas entranhas de nossa lavoura, que lhe define a existência, e a ameaça a morte inevitável, não pode actualmente, e nem tão cedo, ser suprido senão por meio de razoável admissão de trabalhadores africanos – não importados como fardo de commercio bárbaro, acumulados, asphyxiados, assassinados pelas mãos ávidas do crime, mas trazidos sob as condições e garantias que a humanidade requer; não embarcando a furto e com ultraje de direito, mas recebidos sob a tutela das leis, pelas mãos das actoridades; não como escravos condenados ao suplicio atroz do captivo, mas como colonos livres, neophitos do christianismo e da civilização. (...) V.M.I. sabe que nestes tempos de aflicção o maior inimigo publico he o monopólio, não tanto pelos effeitos necessários de sua insaciável e sórdida avareza, senão pelo milhar de recursos que dispõe para iludir a acção legal e a subtrahir-se a toas as diligencias da actoridade. (...) a Câmara resolveu em sessão de 28 do mês findo de fevereiro solicitar instantaneamente do governo de V.M.I. um acto de deportação contra este ingrato estrangeiro altamente pernicioso ao bem estar e à ordem pública deste paiz¹²³.

Do mesmo jeito em que a Câmara apontava os monopolistas portugueses como responsáveis pela promoção da alta de preços, os pequenos comerciantes também identificavam a nacionalidade destes, acusando-os de açambarcarem a farinha, sendo que estes estariam atuando até mesmo na compra do produto dentro do próprio celeiro público:

¹²² Idem.

¹²³ Idem.

Não podem (os queixosos) adquirir farinhas para a vendagem, por serem todas elas compradas por atacado por vários portugueses. Que no mesmo celeiro tem caixão com vários africanos seus protegidos e escravos os quais apenas chegam os barcos e compram por atacado o carregamento, e recolhido ao Celeiro poem-lhe o preço, e deste modo sempre se acham sortidos de farinha¹²⁴.

Demonstrando manutenção da sua capacidade organizativa, os vendedores de farinha mantiveram seus reclames com relação à obrigatoriedade da venda do gênero nas tulhas ou celeiro público e cobrança de multa de trinta mil reis a quem desobedecesse à postura municipal. Em 20 de abril, portanto, após os conflitos de rua, um documento encaminhado aos Vereadores, e assinado por Manoel Rodrigues Nogueira, Pedro Antônio do Espírito Santo, José Pereira da Fonseca, todos auto definidos como vendedores de farinha da capital reclamavam, portanto, da continuidade desta fiscalização. Alegavam os ditos vendedores que a própria Câmara Municipal entrara em contradição ao ceder autorização para as vendas fora das Tulhas, e em seguida ter cassado esta por uma nova, que estaria submetida à autorização de poderes competentes, e ratificando a confiança política destes com o Presidente da Província, lembrou que tal autorização foi liberada pela autoridade Provincial, e em seguida esta decisão fora ratificada pela própria Câmara. No entanto, os fiscais permaneceram aplicando a multa, o que poderia gerar “processos injustos”. A ação dos fiscais foi chamada de extorsiva pelos vendedores, que tinham a seu favor um parecer da comissão de justiça, que considerava ilegal tal cobrança, uma vez que esta estaria prejudicada devido à “inteligência do Presidente da Província”¹²⁵. O resultado desta consulta foi publicado pelo Jornal da Bahia em 14 de outubro de 1858, referindo-se a decisão da Câmara datada de nove de setembro:

Custodio dos Sanctos Silva e outros vendedores de farinha de mandioca, representam contra a pretensão dos fiscaes que exigem pagamento de muleta de 30\$000rs. como infratores da postura de 15 de janeiro de 1857 - a comissão de justiça reconhece que si os supplicantes infringiram aquela postura, foi em consequência da intelligência da Presidência quanto a sua suspensão indefinidamente, e sem limites, é de parecer que não seja imposta a muleta, dando-se ordem aos fiscaes para não torna-la efectiva, não só quanto a estes, como quanto a outros. Paço da municipalidade Bahia 9 de setembro de 1858. = Fernandes Ramos. Regeitada pelo voto de qualidade do Sr. Presidente que votou contra com os senhores Dr. Freire Manoel Jeronymo e Dr. Horta por entenderem que a postura estava em seu inteiro vigor; quando

¹²⁴ MAS - Requerimentos, 1857.

¹²⁵ APB – Legislativo Provincial. Maço 984 - Abaixo Assinado de 20 de abril de 1858. – este documento foi consultado em Junho de 2013, encontrando-se bastante mutilado, foi fotografado pela ultima vez, pois após esta consulta, ele foi considerado incompreensível para pesquisa. Recuperamos aqui o que conseguimos apreender do seu conteúdo.

foram os suplicantes multados à vista do accordão do Superior Tribunal de Relação¹²⁶.

Mantendo-se ainda organizados, em Abril de 1859, os vendedores de cereais expostos a vender no celeiro público se rebelarem contra a cobrança de 20 rs por saca de farinha, cobrado pela municipalidade:

A Vossas Excellencias Recorrem os abaixo assignados negociantes de Cereais expostos a venda no lugar denominado Celleiro Publico da deliberação tomada pela Câmara Municipal desta cidade na Sessão extraordinária de 28 de dezembro pretérito, publicada no Jornal da Bahia de 17 de janeiro do corrente anno.

Pois esta deliberação foi imposto aos suplicantes pela Câmara Municipal d'esta cidade a injusta e ilegal contribuição de pagar a quantia de 20 rs, a título de estada para cada um sacco de farinha, que no dicto Celleiro entrar.

Desta ilegal exigência recorrerão os suplicantes ao Governo da Província em fins de janeiro, a fim de fazer cessar a injustiça de similhante deliberação, livrando-os do vexame por que passarão com uma tal exigência.

Remetidos porém pelo Governo o requerimento dos suplicantes a dicta Câmara para informar sobre a sua exposição, até o presente nenhuma informação déra, ficando os suplicantes assim tolhidos da decisão de seu recurso. E imediatamente forão intimados para despejar na Tulha, e commodo que alugado tinhão, se incontinentemente não satisfizessem também a contribuição de 20 rs pela entrada de cada um sacco no referido depósito.

Tolhidos assim os suplicantes da decisão de seu recurso por dormirem a informação na comissão de justiça e coagidos com a ameaça de despejo sujeitarão-se ao pagamento d'esta contribuição ilegal, improficua, e de encontro ao pensamento d'esta ilustrada Assembléia como passão a mostrar.

Ilegal porque extinctos pelo artigo terceiro da Lei numero 697 de 19 de dezembro de 1856, sobre a farinha e mais cereais, não podia a Câmara Municipal exigir dos suplicantes similhante imposto, que abolido ficou desde a promulgação do precitado Art. 3º da Lei 697¹²⁷.

A ação política dos vendedores recaía, portanto, sobre a cobrança de taxas e impostos, algo que mais tarde seria utilizado como argumentação para justificativa dos altos preços cobrados pelos gêneros alimentícios. À exemplo do que ocorria com os comerciantes de farinha de mandioca, os vendedores de carne verde que serviam ao abastecimento da capital baiana também eram acusados pela população de burlar os próprios mecanismos adotados pelas autoridades para controle do mercado. Nos anos de crise, o Governo Provincial procurava, com maior constância, os centros fornecedores para garantir o abastecimento, e para isto eram contratadas pessoas com a função de encontrar gado no sertão, e também coletar impostos de fazendeiros e criadores. Acontece que esses funcionários, que eram pessoas de confiança do governo, também eram, quase sempre, vinculados à atividade de

¹²⁶ Jornal da Bahia, 14 de outubro de 1858.

¹²⁷ APB – Legislativo Provincial. Maço 984 - Abaixo Assinado de 8 de abril de 1859.

criação, compra e venda de animais, que muitas vezes se beneficiavam da própria tarefa oficial. Quando de reveses de epidemias ou de secas, favorecia o atravessamento, uma vez que a necessidade de abastecer a cidade era extrema, e os preços dos animais eram acertados diretamente entre estes agentes e os criadores, com anuência do próprio Governo¹²⁸. Um exemplo disso é o que ocorreu com o Senador do Império, Manoel Teixeira Soares, que recebeu do Governo Provincial a tarefa de transportar gado, devido à crise de abastecimento gerada pelo temor da epidemia de Cólera na cidade, em 1856, como veremos no terceiro capítulo desta Tese.

A luta política entre o Presidente da Província e os membros da câmara de Vereadores teve continuidade após os conflitos de rua em 1858. O Presidente Sinimbu mandou processar os Vereadores como incursos no artigo 164 do Código Criminal. Acatada a denúncia, recorreram os denunciados ao Supremo Tribunal da Relação que os impronunciou. Em 19 de agosto de 1858, os Vereadores cassados puderam ser reintegrados¹²⁹. Cansação de Sinimbu deixou a Bahia em junho de 1858, assumindo o Vice Presidente Manoel Messias de Leão, que tratou de aprovar a controversa postura da Câmara Municipal de regulação da venda da farinha, que também foi logo ratificada pela Assembleia Provincial, selando assim a paz entre os poderes. Já os preços dos alimentos, seguiram com a lógica de fortes oscilações.

A relação entre as crises sociais e o preço da farinha e da carne se dava porque os soteropolitanos tinham certa dependência destes produtos. A farinha e a carne eram produtos insubstituíveis para a maioria dos baianos, sejam escravos ou livres, e quando o preço subia, a população estava condenada a pagar, o que tornava esta demanda relativamente inelástica, em um mercado consumidor, que alcançava Salvador e parte de sua *hinterland*, consideravelmente grande.

O preço da farinha de mandioca costumava variar muito, mesmo em períodos bastante curtos. Dentre as causas apontadas para esta variação temos grandes compras realizadas por navios, geradores de repentina procura do produto, fatores climáticos, como temporais, por exemplo, podiam prejudicar a oferta, ou até mesmo fatores sociais, como a fuga de homens de um processo de recrutamento. Porém, era mais comum o aumento do preço médio de farinha anualmente, motivado por períodos de escassez crítica. Segundo Barickman, uma visão “plantacionista” da História do Brasil diria que a vida rural estava voltada para a exportação, e não para a produção de abastecimento interno, o que associaria os momentos de escassez e

¹²⁸ LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos Currais do Matadouro Público: o abastecimento de carne verde em Salvador no Século XIX (1838-1873)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: FFCH-UFBa, 2009. Pg. 90.

¹²⁹ APEB, Arquivo Colonial e Provincial, Câmara de Salvador – 1857-1859; 19 de agosto de 1858. Maço 1404.

carestia à prosperidade e ao crescimento da economia exportadora¹³⁰. Na figura 1 temos uma adaptação do estudo realizado por Barickman acerca da comparação da variação dos preços de farinha e de açúcar:

Salvador. Preço de alqueire¹³¹ de farinha e de arroba do açúcar branco 1850 – 1865 (médias anuais em mil réis correntes)

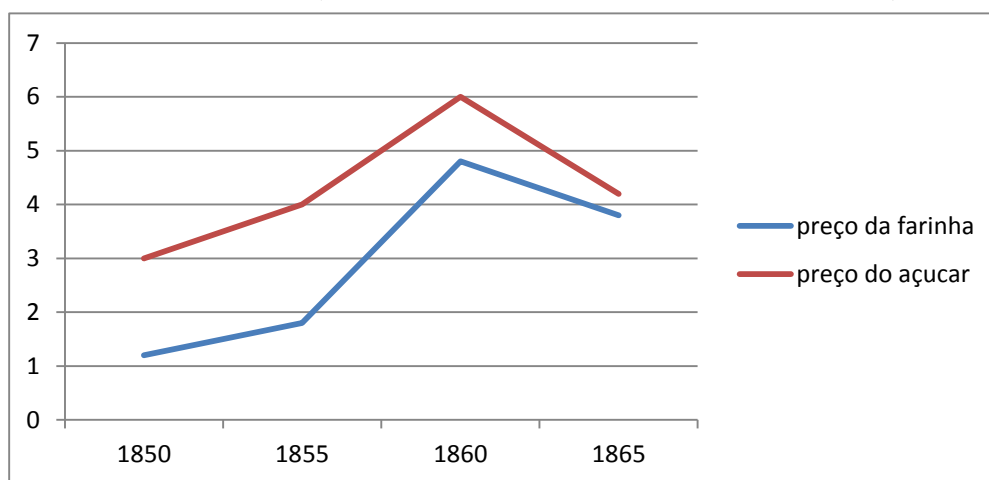


Figura 1.

Fontes: APB, faturas de venda de farinha anexadas em inventários post-mortem. (adaptação do gráfico apresentado em, BARICKMAN, B.J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780 – 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003)

De fato, podemos notar que as flutuações de preços de açúcar e de farinha coincidem, o que confirma o quanto o segundo acompanhava as tendências de variação do primeiro produto. Porém, segundo Barickman, o foco para os momentos específicos de picos dos preços da farinha, não seguem necessariamente esta lógica, o que mostra que esta teoria está baseada em uma visão incompleta¹³².

Podemos notar que mesmo onde se desenvolveu uma economia voltada para a agroexportação, foi possível desenvolver, paralelo a esta, uma base de subsistência ou mesmo de excedente para o mercado interno de alimentos. Temos como exemplo a Comarca de Ilhéus onde ainda com as expansões das lavouras canvieira, cacauieira e cafeeira, não impediram aumentos na produção voltada para o mercado interno, e conseqüente envio de excedente da farinha para Salvador. Em 1864, Ilhéus enviou 2.656 alqueires para a capital baiana, em 1865 foram 4.466 alqueires ao mesmo destino¹³³. A tendência de aumento da

¹³⁰ BARICKMAN, op. cit., pg. 141.

¹³¹ 4.84 hectares, ou 220 x 220 m

¹³² Idem, pg. 144

¹³³ Bahia, Falla (1866, M.P. de Souza Dantas), Quadros das exportações de Ilhéus nos anos de 1864 e 1865.

produção de farinha também se observou no sul do Recôncavo. No entanto, o caráter especulativo do comércio interprovincial, levava a uma busca de equilíbrio da balança comercial por meio do comércio interno, lançando mão do monopólio, e açambarcamento dos mercados, deixando em déficit o abastecimento da capital.

A expansão da agricultura exportadora, portanto, não trouxe o desaparecimento da cultura da mandioca, muito menos alterou o preço real da farinha. O preço deste produto mostrou-se sensível a variações de curto prazo, apresentando sempre picos bastante bruscos, revelando uma grande volatilidade de um ano a outro. Estes picos de preços da farinha mostraram maiores descontroles não em 1858, ano da *revolta da carne sem osso e farinha sem caroço*, mas em 1857 e 1859, quando, apesar dos valores médios dos preços entre 3\$866 e 4\$360, o alqueire, respectivamente, as ditas variações em curtos períodos desestabilizaram o mercado. Este momento coincidiu com a seca ocorrida na Bahia entre 1857-1861.

Em geral, a farinha importada de outras províncias custava o mesmo preço que a da terra. Em 1858, os produtos oriundos de Santa Catarina ou Rio de Janeiro custavam 4\$100 a 4\$400 o alqueire, a depender da qualidade; o mesmo era exigido da farinha que vinha de São Matheus, Caravelas, Alcobaça, e outros pequenos portos locais. Tratava-se de uma transação comercial regida por grupos capazes de manter um preço concorrencial com a própria farinha local.

A importação não era garantia da estabilidade desejada para o abastecimento de Salvador, a exemplo das crises que se mantiveram, principalmente quando a capital e o interior vivenciaram o mesmo problema, o mercado importador não conseguiu suprir as necessidades de consumo da cidade, e nem do interior da Província. E nos anos subsequentes, o estado de crise de abastecimento se fazia de forma quase permanente. A exportação em alta escala acabava promovendo colapso no abastecimento local, caracterizando a manobra utilizada pelos monopolistas, que ao perceber a iminência da queda dos preços do produto no mercado interno, atuavam esvaziando a oferta, por meio da exportação. A manobra era tal que estes atravessadores adquiriam o produto ainda no local de produção, antecipando-se a chegada aos centros distribuidores.

As condições meteorológicas traziam secas, ou invernos excessivamente chuvosos, tanto no Recôncavo ou em outras regiões, combinando colheitas insuficientes e aumento de demanda, uma vez que os estoques eram desviados para áreas de maior escassez. Como o Governo Provincial costumava intervir providenciando a importação de farinha para a capital e determinando que esta fosse encaminhada ao Celeiro Público, nem sempre o volume de

farinha ali estocado caía, mas isso não impedia a carestia, uma vez que a demanda criada no Recôncavo era tão grande que nem o aumento das importações conseguia controlar a situação. Negociantes de Pernambuco e Alagoas tomavam a praça soteropolitana de assalto, quando a seca promovia escassez em seus mercados, e quando eram proibidos de comprar o produto na capital baiana o faziam clandestinamente, ou então compravam diretamente dos distritos produtores de mandioca, aproveitando-se da frágil fiscalização da costa baiana¹³⁴. Além disso, mesmo sendo a mandioca resistente à seca, e raramente morre em tempos de chuva escassa, pois perde folhas e torna-se inerte, mas com a volta das chuvas, revive rapidamente. No entanto, as secas prejudicam a lavoura, pois o caule usado no plantio acaba não germinando, e o solo endurecido compromete a colheita. Já as chuvas intensas podem destruir a plantação¹³⁵.

Ao estudar a revolta contra carestia em Salvador no ano de 1878, Pinto de Aguiar associou o aumento do preço da farinha à grande seca do período (1877 – 1879). A estiagem de 1877 foi a maior do século XIX¹³⁶. Este mesmo raciocínio serve para entender o que aconteceu no ano de 1858. No entanto, o governo não deixava de agir, garantindo o abastecimento por meio de importações do produto em outros centros, logo, faz-se necessário buscarmos motivadores das crises de preços da farinha para além dos fatores naturais.

Como já vimos, uma tentativa de interpretar o fenômeno da alta de preços foi no pronunciamento do Vereador João Adrião Chaves, em 1857, pois o mesmo associou este problema à falta de braços na lavoura, que não poderia mais ser suprida como antes, devido a suspensão da introdução de africanos, aos estragos promovidos pelas epidemias que se tornaram constantes nos anos de 1850, e ao espírito e avareza dos monopolistas, que se aproveitavam dos tempos calamitosos para especularem com os preços, visando lucros abusivos em detrimento as necessidades da população¹³⁷.

Helen Ribeiro defendeu em sua dissertação de Mestrado intitulada “*Abastecimento de farinha da cidade do Salvador*”, que o real motivo da oscilação dos preços da farinha de mandioca era a influência de grupos associados exercida no grande comércio, junto aos poderes da província. Segundo Helen Ribeiro, dentre as pessoas de grande destaque que estavam envolvidas no controle da comercialização deste produto estavam os descendentes da família Benn¹³⁸. Os membros da família Benn, de descendência inglesa, ocupavam-se tradicionalmente dos negócios da farinha, e sempre estiveram em postos da diretoria da

¹³⁴ BARICKMAN, op. cit., pg. 149.

¹³⁵ BARICKMAN, op. cit., pg. 145.

¹³⁶ AGUIAR, Pinto de. *Abastecimento: Motins e intervenção*. Philobiblion: Rio de Janeiro, 1985

¹³⁷ O GUYCURU, 6 de abril de 1857.

¹³⁸ RIBEIRO DOS SANTOS. Op. Cit. P. 44.

Associação Comercial, o mesmo acontecia com o Barão Joaquim Pereira Marinho, conhecido negociante de carne charqueada. Talvez isso explique a posição sempre favorável pela liberação do mercado da farinha por parte da ACB.

Também, a presença dos produtos no mercado se dava pela ação dos negociantes intermediários, ou revendedores, e que a população sofria com a má distribuição e com os preços praticados. Criticava-se o fato de que, mesmo com as políticas restritivas, estes intermediários monopolizavam o produto estocado no próprio Celeiro Público, ou nos demais lugares designados a este fim. Ainda, segundo Helen Ribeiro, havia um compromisso velado entre os grupos associados ao grande comércio e o Governo da Província para suspensão de qualquer medida que viesse a prejudicar seus interesses, o que teria acontecido em 1857 e 1861, quando a Câmara lançou posturas restritivas, e em ambas as ocasiões, estas foram suspensas pela Presidência da Província e o comércio liberado. Tal fator, então, demonstra a força de interferência desses grandes comerciantes¹³⁹. Como em Salvador a farinha de mandioca era vendida tanto no Celeiro Público quanto em barcos ancorados no porto, o Celeiro jogava papel fundamental na tentativa de controle do mercado de abastecimento.

A criação do Celeiro Público, em 1785, situado no Largo da Conceição, interior do Arsenal da Marinha, com a função de receber os alimentos, distribuí-los para a população e exportá-los quando se fizesse necessário, tinha como objetivo “*o desembaraço e aviamento dos condutores para abastança dos víveres e para mais bem regulada balança no mercado*”. Contribuiu para a criação do Celeiro da Bahia uma circunstância particular não menos poderosa e atendível qual foi o tirar-se a venda da farinha da beira do cais apontado responsável por muitos inconvenientes:

Estes eram ver-se em terra uma amostra diferente da que vinha medida das lanchas, medir-se a bordo fora das vistas dos compradores, que ficavam em terra uma amostra e nos tempos da internada, bem como nas diárias marés vasias que prohibião atracar as lanchas ser necessário alugar saveiros, cahir gente e farinha ao mar, confiar sacos e dinheiro a um desconhecido ou inculcado farinheiro que hia e não voltava, despender fretes para compra de quartas e meios alqueires de farinha etc., etc., e por isso foi piedosa e previdente a lembrança do Exmo. D. Rodrigo José de Menezes, então governador desta capitania de crear o celeiro publico nesta cidade em 1785, servindo-se de um armazém vago da Ribeira, por ser nimamente escasso para aviamento do povo e para o sucessivo diário desembarque dos mantimentos quer estejão em nado quer em secco as embarcações¹⁴⁰.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ ARQUIVO NACIONAL. Discurso sobre o Celeiro da Bahia – Catalogo das colleções da memória e documentos da secção histórica do Arquivo Nacional. (vol. 13).

No Celeiro, abrigava farinha de mandioca, arroz, feijão e milho, mas com o tempo, a farinha chegou a ocupar 87% dos negócios. O pessoal dos barcos se deparava com todo tipo de comerciante no celeiro público, alguns eram homens de negócios nascidos em Portugal, muitos outros comerciantes eram africanos forros, homens e mulheres que, como os portugueses, compravam e vendiam farinha de mandioca, negociavam preços e arranjavam um jeito de entregar a mercadoria aos fregueses. Muitas eram negras ganhadeiras, que compravam os alimentos para revenderem ao povo. O mercado ficaria aberto todos os dias do nascer ao por do sol. Uma taxa era cobrada por alqueire para financiar o funcionamento do mercado, e o excedente era destinado ao leprosário. Esta taxa se aplicava a todas as provisões chegadas por via marítima, seja para consumo da cidade, ou para reenvio a outros portos, ainda que os comerciantes quisessem vender a mercadoria ao modo tradicional, ou seja, ainda em mar¹⁴¹.

Se açambarcar os alimentos visava elevar os preços, isso exigia também um acordo com demais comerciantes, para controle da maior parte do negócio. Às vezes, comerciantes viajavam em um só barco até Nazaré, para comprar diretamente do produtor, e na chegada ao celeiro, às sacas eram passadas de um a outro, desaparecendo, e dificultando a ação dos funcionários, que ficavam sem saber quem deveria pagar o imposto. Além do imposto, a despesa acrescia transporte, alimento, para quando em viagem, suborno a funcionários. Isso era pago por dinheiro obtido das transações anteriores, por empréstimos, ou só repassava ao barqueiro após a venda final do produto¹⁴².

Ficou estabelecida a obrigação de 20 rs para as embarcações e mantimentos que viessem ao porto e dessem entrada no celeiro para nele vender.¹⁴³ A Lei Provincial nº 607, de 19 de dezembro de 1856, transformou o Celeiro Público em Depósito Livre de cereais, abolindo os impostos para o comércio da Província. Posteriormente foi administrado pela Câmara Municipal, através da postura de 1º de junho de 1859¹⁴⁴.

A organização do Celeiro foi determinada junto ao ato de sua criação, pelo então governador da Província, Rodrigo José de Menezes. Compreendia um Administrador Geral, nomeado pelo Governador da Capitania e que deveria ser sempre um homem de negócio da maior probidade e estabelecido na praça da cidade um Escrivão de Mesa, um Tesoureiro, dois Feitores e um Meirinho. Pelos estatutos, o administrador deveria ser um comerciante de

¹⁴¹ GRAHAM. Op. Cit. P.151 e 157.

¹⁴² Idem, pg. 157

¹⁴³ ARQUIVO NACIONAL. Discurso sobre o Celeiro da Bahia .

¹⁴⁴ Falla da Bahia – Presidente da Província Herculano Ferreira Penna. 10 de abril de 1860.

reconhecida honestidade, que visitaria o mercado duas vezes por dia, de manhã e de tarde, designado para o período de um ano, não sendo remunerado, no entanto, este reunia muito poder, pois podia mandar prender capitães ou aqueles que dentro do celeiro ou do local de descarga e condução da farinha fizessem motim ou desordem.

Ao Administrador Geral cabia dar todas às providências necessárias para arrecadação e distribuição da farinha. Os funcionários do mercado recebiam salário, o Escrivão de Mesa era responsável pelos livros de entrada e saída de farinha, receitas e despesas do Tesoureiro, assim como todos os demais papéis que se fizessem necessários à administração do Celeiro. Mantinha registro de tudo o que entrava e saía do Celeiro, comparando seus números com os fornecidos pelos capitães, e encaminhavam relatórios semanais ao Presidente da Província; ao Tesoureiro, cabia a administração das despesas, mantinha em dia os livros sobre impostos coletados ou outras taxas pagas, e sobre os gastos; os feitores se encarregavam da medição da farinha, serviam ainda de porteiros e cuidavam da limpeza. Dividiam-se na porta ao lado do cais, marcando a giz cada saca de farinha, feijão, arroz, ou milho que entrasse, anotando o número e nome do dono, enquanto outro ficava em uma pequena canoa a checar o suprimento a bordo, um terceiro fiscal ficava dentro do mercado, a observar as suas atividades, mantendo a ordem entre vendedores e compradores; nesta conjuntura, o Meirinho deveria realizar as notificações, prisões e demais diligências que lhe fossem determinadas. A renda obtida no Celeiro Público era destinada ao Hospital dos Lázaros e no ano de 1853, esta passou a ser considerada uma renda provincial, um tipo de subsídio do Governo¹⁴⁵.

A obrigação imposta aos barqueiros de descarregar no celeiro, onerando além das despesas a contribuição de 20 rs por alqueire, gerou a necessidade de inspecionar o cumprimento desta obrigatoriedade já nos portos e povoações de Nazaré. Sendo presos e obrigados a pagar a contribuição, todos aqueles que extraviavam as cargas buscando melhores preços em outras praças e com isto estimulavam a ação dos especuladores em todo o Recôncavo. Estes especuladores eram acusados de comprarem toda a farinha, e além de desviarem a outros centros consumidores, também as estocavam visando promover escassez, e com isto promoviam a elevação dos preços no mercado local¹⁴⁶.

Os comerciantes, bem como os barqueiros, se queixavam do rigor excessivo utilizado pelos administradores. Segundo Richard Graham, Barqueiros conluiavam e subornavam para evitar pagamento do imposto, ou então entravam em choque com funcionários¹⁴⁷. De fato,

¹⁴⁵RIBEIRO DOS SANTOS, op. Cit. P. 153.

¹⁴⁶ARQUIVO NACIONAL – Discurso sobre o Celeiro da Bahia.

¹⁴⁷GRAHAM. Op. Cit. P.154.

Capitães apresentavam guias de embarque que declaravam uma carga menor, para poder vender parte delas em outras praças, manobra que conseguiam mediante suborno a funcionários em Nazaré, ou cobrindo a verdadeira carga com bananas.

Os participantes mais numerosos do mercado eram os negros, muitos eram escravos, em especial africanos, incumbidos do trabalho braçal – estivadores e carregadores que lavavam as sacas de farinha do barco para as tulhas, e depois para armazéns, mercearias ou outros fregueses na cidade. A quantidade de farinha anual transportada por estes era de 250 mil a quatrocentos mil alqueires (700 a mil diariamente). Reclamava-se do uso destes escravos, convertidos em uma companhia de descarga no celeiro. Barqueiros e comerciantes alegavam que isto elevava o custo da descarga, e os escravos ainda supostamente roubavam farinha atuando protegidos pelos funcionários. Escravos ganhadores e libertos também, quase sempre africanos, transportavam as grandes sacas de farinha de mandioca para as lojas. Formavam grupos de beira de cais que trabalhavam a frete, comandados por um capataz escolhido entre eles¹⁴⁸.

Em julho de 1858, moradores de Nazaré clamaram por medidas públicas para impedir o açambarcamento dos generos alimentícios, fato que em seu entendimento se dava por ação de africanos que se beneficiavam junto a seus iguais para adquirir os produtos antes que estes chegassem à praça, o que gerava escassez e carestia:

Huma grande quantidade de habitantes da constitucional cidade de Nazareth abaixo assignados, certos da justiça que lhes assiste e ja não podendo suportar a maneira aviltante por que e vem preterido na concorrência do mercado dos dias de feira de comprar qualquer produção agrícola, embaciado cada vez mais o brilho, que deveria ter o caráter nacional, contra o qual geralmente se ergue o predominio do estrangeiro, tanto confiam na solicitude e zelo de V. Exas, em bem da Provincia, para a qual legislação, que não hesitarão fazer chegar a presença desta Câmara a sua justa e veridica allegação, para que tenha ella deferimento, que aguardão os tão integros, e illustres representantes.

Nas praças d'este Termo, e o que mais necessita a capital, o que lhe franquia todos os meios, e que mais abastece o mercado de gêneros de primeira necessidade, e de todas as produções agrícolas, devendo por esta razão ser mais protegido pelo Governo facilitando os meios para que progrida a indústria, a lavoura prospere, e floreja o commercio; é nella que com o maior escandalo se observa assombrados as compras e transações os selvagens africanos libertos, e até alguns escravos que aproveitando-se da conveniencia de serem os conductores dos generos seus iguais, contão com a preferencia na compra, ainda por menor preço, em prejuízo dos agricultores, arredando assim a população nacional sempre mais garantida em todos os

¹⁴⁸ Idem, pg. 161.

paizes, deste vantajoso, honesto e lucrativo meio de vida, qual o negocio de cabotagem¹⁴⁹.

Reivindicavam os abaixo assinados a elaboração de uma lei que garantisse privilégio aos nacionais na compra dos gêneros, obrigando os africanos que atuassem naquela praça, a trabalharem nas lavouras, e que taxasse os africanos que decidissem mercadejar:

Um imposto que não seja illusório e que antes se torne vexatório. A contribuição de 300\$000 rs anuais a todo africano que se empregue em mercadejar seria certamente a verdadeira medida, o antídoto em favor dos nacionais, imposto de justiça, quando por uma lei provincial pagão os estrangeiros que mercadejão com mil reis annualente¹⁵⁰.

A ação do açambarcamento feita por comerciantes e pelos seus representantes, bem como a busca destas soluções a este problema, não eram novos, e já existiam desde o ultimo quartel do século XVIII, e teriam gerado a propria criação do Celeiro Público. No entanto, em Salvador, eram estes mesmos monopolistas estavam comprando da farinha estocada em pleno Celeiro a 640 rs. para revendê-los a 1600 rs. Alegavam os defensores da liberação dos preços que nos períodos em que esta experiência foi adotada, os valores cobrados caíram consideravelmente, devido à entrada direta da mercadoria ao consumidor. Acontece que, nos períodos de crise, os preços da farinha tendiam a subir, e a ação do poder público geralmente era o de promover medidas intervencionistas visando garantir a oferta aos populares, e os adeptos da livre concorrência se opunham à Câmara Municipal que buscava controlar ou organizar o abastecimento da cidade. Em 1834, o celeiro chegou a estar ameaçado de extinção devido à recusa dos produtores em depositar neles os seus produtos, desviando-os aos engenhos ou para outras vilas do Recôncavo baiano, em protesto contra a cobrança da taxa de 20 rs. sobre o alqueire de farinha.

Visava-se sempre combater a ação dos atravessadores, assim, em março de 1850, os Vereadores já haviam discutido uma postura que determinava que ninguém poderia atravessar gêneros comestíveis fazendo monopólio deles para revender ao povo. Indo atravessa-los quando em barco chegarem à cidade e menos poderiam negociar nestes gêneros os estrangeiros, inclusive africanos, ficando o negócio deles reservado aos nacionais¹⁵¹. Tal postura não conseguiu ser aprovada mediante a alegação da não habilitação da Câmara para legislar sobre proibição de comércio estrangeiro, tendo sido aprovado apenas a proibição da

¹⁴⁹ APB – Legislativo Provincial. Maço 984 - Abaixo Assinado de 22 de abril de 1858.

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ JORNAL a intolerância – 22 de março de 1850.

venda e compra de gêneros de primeira necessidade, e em geral, comestíveis, em barcos ou no cais¹⁵². Em 1853 foram lançadas novas posturas restritivas, estabelecendo que a venda de farinha de mandioca só poderia se dar no celeiro público, ou nas embarcações que as condiziam, não podendo adquirir esta para revenda¹⁵³.

Mercadores da Calçada e do Bomfim apresentaram um abaixo assinado de sessenta e um signatários expondo as dificuldades decorridas desta restrição. Os comerciantes da Vila de Nazaré também se manifestaram alegando a inconveniência de ter o celeiro público como local para seu comércio, e indicando a Praça São João para o atendimento da população de Santa Bárbara e arredores¹⁵⁴. O Vice Presidente da Assembleia Legislativa, Dr. Justiniano Baptista Madureira, mostrou-se contrário à política de restrição¹⁵⁵.

A epidemia de Chólera Morbus, em 1855, provocou uma crise de abastecimento, levando a novas medidas restritivas, que visavam o afastamento dos revendedores monopolizadores. Pelas medidas, a farinha só poderia ser vendida no Celeiro Público ou no mar, e nos lugares designados pela Câmara Municipal. A reação ao relançamento desta Postura restritiva no ano seguinte levou este controle a se atenuar¹⁵⁶. Em 1856 o Celeiro Público passou a ser administrado pela Câmara Municipal, uma deliberação do Presidente da Província, Álvaro Tibério Moncorvo de Lima, que o transformou em “Depósito Livre de Cereais”, abolindo a cobrança sobre cereais e também sobre exportações.

No ano de 1857 o controle sobre o comércio da farinha tornou-se rígido, a venda só poderia dar-se no Celeiro Público, ou em lugares autorizados pela Câmara, podendo esta mandar recolher toda farinha embarcada ao Celeiro. Foi proibida a venda do produto aos atravessadores nos barcos e lanchas, antes da exposição nas feiras públicas ou mercados¹⁵⁷. Depois não se permitiu a venda no mar sem prévia licença da Câmara, que deveria estipular cotas para compradores, ficando os mestres dos barcos de levar o restante da farinha ao Celeiro¹⁵⁸. Foi então que o Governo Provincial, chefiado desde 19 de agosto de 1856 por João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, em edital público, proclamou a liberação comercial, dando início a tensão que levou aos conflitos de rua em 1858.

Após os conflitos a pressão sobre os preços não se alterou, e em dezembro de 1860, uma nova medida restritiva foi lançada pela Câmara Municipal, visando enfrentar uma nova

¹⁵² JORNAL a intolerância – 14 de maio de 1850

¹⁵³ APB – Presidência da Província – Série Governo. Farinha 1850/1853. Número 1491 – 21 de julho de 1853.

¹⁵⁴ JORNAL da Bahia – 15 de janeiro de 1854

¹⁵⁵ JORNAL da Bahia – 10 de junho de 1854

¹⁵⁶ RIBEIRO DOS SANTOS, op. cit., pg. 48.

¹⁵⁷ JORNAL da Bahia – 1 de março de 1857

¹⁵⁸ JORNAL da Bahia – 4 de abril de 1857

crise que afetava o abastecimento da cidade. Neste mesmo ano, a Assembleia Legislativa debateu a substituição do Celeiro por várias “estações” estabelecidas pela própria Câmara em diversos bairros da cidade, visando o depósito e venda de farinha de mandioca. Assim, cresceu em importância o Celeiro do Paço da Municipalidade, localizado no centro da cidade, que atendia em um edifício adaptado ao mercado público pela Câmara Municipal, cujas tulhas alugadas aos revendedores rendiam cerca de 1:400\$000 aos cofres municipais. O Celeiro do Porto do Bonfim era um prédio também alugado pelo poder municipal, localizado no mercado de Santa Bárbara, a sua renda geralmente mal dava para cobrir as suas despesas, porém, era considerado de grande utilidade por atender a população dos arredores. Outros centros menores existiram na Praça de São João, Praça da Barra e nos Mares.

Em 1861, Joaquim Ernesto de Souza, defensor da política de oposição aos monopólios, foi substituído na Presidência da Câmara por Antônio Ferreira de Mesquita, que logo propôs a liberação do mercado para a farinha de mandioca, alegando ser a Bahia a única província a exercer tal controle, o que, segundo ele, gerava inoperância dos centros de abastecimento municipais, retração do mercado além do crescimento da venda clandestina¹⁵⁹. Esta mudança de postura selou uma aliança momentânea entre a Câmara, a Assembleia Legislativa e a Presidência da Província a respeito do assunto.

Em 1866 foi decretado o fechamento do Celeiro Público, permanecendo as várias “estações” estabelecidas pela própria Câmara em diversos bairros da cidade, visando o depósito e venda de farinha de mandioca. Desde o início de seu funcionamento as instalações do Celeiro se mostravam insuficientes para a estocagem de alimentos, bem como, o fato de concorrer no mesmo estabelecimento do Arsenal e a repartição da Intendência da Marinha, Polícia e Saúde do Porto, eram apontados como causadores de tumulto, uma vez que era incompatível toda a movimentação de pessoas, muito próximas ao Arsenal Real, reservado às Fazendas de Sua Majestade, e que deveria ser permitido apenas para seus operários¹⁶⁰.

A possibilidade de armazenar a farinha, considerada essencial para a dieta da população baiana, mostrou-se benéfica ao controle de preços deste produto no mercado. Pois antes, este era comercializado ainda nas canoas, o que favorecia a ação de especuladores que se aproveitavam da dificuldade dos mais pobres em se deslocar até o mar para adquirir apenas pequenas quantidades que se destinava tão somente ao consumo próprio. No entanto, o alcance desta medida se mostrou ainda limitado, dado que a ação dos especuladores

¹⁵⁹ Jornal da Bahia – 27 de março de 1861.

¹⁶⁰ CAMARA, Antônio Alves. *A Bahia de Todos os Santos* - com relação ao melhoramento de seu porto. Rio de Janeiro: Typographia Leuzingher, 1911. Pg70.

continuava a se dar, seja em compras feitas diretamente nos celeiros, como denunciava a imprensa da época, seja burlando as medidas intervencionistas, e negociando mesmo diretamente nas embarcações, ou nos próprios centros produtores. Este quadro se tornava ainda mais dramático quando junto à ação dos açambarcadores, a escassez provinha também dos intemperes, como foi o caso do abalo promovido pela grande seca iniciada em 1877.

Dentre as razões que podem explicar a carestia temos a escassez do produto, que poderia ser real ou provocada, a exportação da farinha de mandioca para outros mercados e até mesmo o armazenamento do produto em grandes estoques, visando gerar colapso no abastecimento. E acrescente-se a isso a concorrência entre os consumidores locais com os tripulantes de navios que ancoravam no porto.

Refletindo a relação entre motim, e carestia, Reis e Aguiar compararam o ocorrido na Bahia de 1858, com a interpretação dada pelo historiador E. P. Thompson aos motins de fome na Inglaterra do século XVIII¹⁶¹. Thompson criticou as interpretações que limitaram os *food riots* como expressão apenas de uma resposta do povo às curvas ascendentes dos preços de alimentos. Para ele, estas manifestações tinham também conteúdo de valores coletivos acerca do respeito ao preço justo e a responsabilidade dos governantes para com a maneira de funcionamento do mercado e manutenção do abastecimento. Classificou então de economia moral uma defesa daquilo que os populares consideravam como direito, sendo este adquirido pela tradição. Portanto, este povo reagia de maneira racional, e não apenas movido pela fome, sob valores formados em uma sociedade predominantemente paternalista. É desta forma que Reis e Aguiar apontam para uma disputa entre uma economia moral paternalista em contradição a uma política do *Laissez faire*, para interpretação do movimento ocorrido na Bahia de 1858.

Ainda que se possa concordar com a comparação trazida por Reis e Aguiar nos dois cenários, no entanto, pode-se observar que há uma diferença do caráter intervencionista apresentado pelos governantes ingleses no Século XVIII, para o que ocorreu na Bahia do século XIX, e que não foi observado por estes autores. É que enquanto a intervenção reivindicada pelos populares ingleses caminhava para a preservação das normas de funcionamento do mercado, com a venda direta ao consumidor, eliminando a prática da amostragem, e com o primeiro horário da feira sendo aberta aos mais pobres, na Bahia, a intervenção adotada pela Câmara Municipal, em verdade, alterava as regras de mercado, pois proibia a venda da farinha nos barcos, como geralmente acontecia, e obrigava o seu destino ao

¹⁶¹ THOMPSON, Edward Palmer. Economia moral da multidão Inglesa no século XVIII; in *Costumes em comum* – estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, CIA das letras, 1998.

Celeiro Público, ou tulhas. Mesmo assim, pode-se afirmar que ambas as ações visavam combater as práticas monopolistas e garantir o acesso ao alimento, sem também ter tido o mesmo sucesso.

Veremos adiante, no quarto capítulo desta tese, que a ideia da não intervenção do mercado é uma medida apenas conjuntural, e que outras correntes do liberalismo chegaram a defender o papel regulador do estado em situações de crise, e mais, para o pensamento liberal, o estado é o corolário do desenvolvimento, algo visto como eterno e indispensável.

Se apropriando da tese da dimensão política dos *found riots* enfatizada por Louise Tilly¹⁶², Reis e Aguiar compreenderam que na Bahia de 1858, a luta contra a carestia mesclou-se com a batalha mais ampla em torno de direitos políticos adquiridos, ganhando uma linguagem de defesa da cidadania, visto que a luta contra a carestia estava também imbrincada com a defesa da representação política expressa pelo mandado dos vereadores eleitos, diferente do Presidente da Província que era nomeado pelo imperador¹⁶³.

Reis e Aguiar mostram-se surpresos pelo fato de que outros movimentos como o de 1858 não terem ocorrido, dado a extensão do problema da carestia na Bahia ao longo de todo o século XIX, no entanto, um estudo de Pinto de Aguiar nos revelou que no ano de 1878 houve uma grande tensão social, e um intenso debate entre as autoridades provinciais acerca de uma nova revolta motivada pelo preço da farinha, ainda que esta estivesse envolta em uma relação diferente entre populares e Presidência da Província, se comparado com a revolta dos chinelos.

O problema do preço dos alimentos iria prosseguir na pauta das principais preocupações dos baianos. Porém, antes de adentrarmos neste debate e nos ocorridos do ano de 1878, vamos entender melhor a lógica do crescimento do comércio de abastecimento em Salvador, por meio da cabotagem, e também conhecermos melhor quem eram os açambarcadores e atravessadores citados, como segue nos capítulos seguintes.

¹⁶² TILLY, Louise. The food riot as a formo political conflict in France. *Journal of interdisciplinary History*, (vol.2), (n.2), 1971, pg.23-57.

¹⁶³ REIS e AGUIAR. Op. cit. pg. 156.

CAPÍTULO 2 - NAVEGAR É PRECISO, COMER TAMBÉM É PRECISO. POR MAR E POR TERRA, A CIDADE SE ABASTECE.

A palavra “Recôncavo” significa fundo da baía, mas no contexto geográfico baiano, o Recôncavo abrange as terras adjacentes, ilhas e ilhotas, para além das praias, vales, várzeas e planaltos próximos ao mar. O solo massapê constituiu, na verdade, silões que transformaram o plantio de cana dependente das chuvas. E além da cana, destinada à produção de açúcar para exportação, bem como a produção de fumo, no Recôncavo se desenvolveu também, com certo destaque, a produção de farinha de mandioca voltada ao abastecimento da região agrícola exportadora, além de atender à população da capital.

Salvador faz parte do Recôncavo, e até o século XIX, a capital baiana produzia uma parte dos frutos e leguminosas que consumia, afinal, as terras onde a cidade foi edificada eram boas para hortas e pomares. No Século XIX, com a precariedade das vias terrestres e o grande aumento do mercado consumidor, a pequena cabotagem tornou-se um negócio rentável e atraente para este trecho da região.

A ligação entre Salvador, Recôncavo e sertão, ou seja, entre a capital e os centros abastecedores de farinha de mandioca e de carne verde, era feita pelo mar ou por antigos caminhos que partiam de Cachoeira para o norte, via Jacobina, descendo em seguida para Maracás, de Caetité e Rio das Velhas, respectivamente. Eram caminhos trilhados por carros de boi, animais carregados e também boiadas. A primeira estrada pavimentada data de 1851, saída de Santo Amaro, com 330 metros, e a primeira linha ferroviária partiu de Salvador para o Rio Joanes, em 1860. No entanto, Salvador continuou a ligar-se às vilas e arraiais pelas vias marítimas e fluviais.

Em relatório entregue ao Ministro da Marinha em 1883, Antônio Alves Câmara afirmou que a magnífica posição da baía de Todos os Santos na costa brasileira sempre ofereceu enorme proporção na entrada e facilidade em ser demandada por navios de longo curso, seja em relação aos ventos ou em relação às correntes oceânicas. Com 30 léguas de periferia, certamente a maior do Brasil em superfície, e também a maior em massa d’água, permitindo navegação franca a 15 milhas a rumo, encontrando sempre grandes profundidades que diminuem com aproximação da terra ou ilhas do fundo da baía, ou na embocadura dos rios Paraguaçu e Sergi, devido os depósitos de vasa por eles transportados¹⁶⁴. Porém, a imensa

¹⁶⁴CAMARA, Antônio Alves. *A Bahia de Todos os Santos* – com relação ao melhoramento de seu porto. Rio de Janeiro: Typographia Leuzingher, 1911. P. 1-2.

baía não era o porto de Salvador, este se reduzia a um pequeno golfo natural, frente ao Horst dominando a praia e sobre a qual se levantou o primeiro núcleo da cidade em meados do século XVI¹⁶⁵.

A sua entrada possui largura de aproximadamente seis milhas, sentido E-O, das quais apenas três de franca navegação aos navios maiores. Da ponta de Santo Antônio, seguindo até a de Montserrat, cinco milhas que vão se alargando, formando uma superfície de 20 milhas quadradas, com fundo de 12 a 49 metros¹⁶⁶. De Montserrat até a ponta da Sapoca, seis milhas navegáveis que se alargam ainda cinco a dez milhas, formando outra superfície de 45 milhas quadradas com fundos de 11 a 47 metros. Da Sapoca tem-se navegação segura até a baía de Aratu, em uma extensão também de seis milhas, e desta, ao lado oposto da baía, no sentido E-O, pode-se avaliar uma distância de 19 milhas, e a superfície aquosa que diminui ao norte na extensão de seis milhas, sendo 14 milhas de distancia em relação ao lado oposto¹⁶⁷. Adiante a esta zona diminui a superfície, sendo a área ocupada por ilhas e baixios. A presença de pedras mergulhadas torna a navegação mais difícil e praticada apenas nos canais, pelos vapores da companhia baiana de navegação, navegações de cabotagem e tráfego do porto.



Figura 02. Baía de Todos os Santos.
 Fonte: Arquivo Público da Bahia, Seção Colonial Provincial, Maço: 6449 - Secretaria do Governo da Bahia, 24 de maio de 1864

¹⁶⁵MATTOSO. Op. Cit. P. 75.
¹⁶⁶CAMARA. Op. cit. P. 2.
¹⁶⁷Ibid. P. 3

Também pertence à baía de Todos os Santos a superfície entre a costa ocidental da Itaparica e a terra firme, e a extensa baía de Aratu. As dimensões extremas se podem calcular, sendo 22 milhas da baía de Aratu à foz do Paraguaçu, na direção E-O, e 25 da ponte de Santo Antônio à foz do Rio Sergi, na direção NNO-SSE¹⁶⁸.

Apesar de ser considerado um bom porto, Salvador apresentava, para a navegação da época, uma série de dificuldades que eram ainda ampliadas, devido os baixios, os ventos, e o intenso movimento de embarcações. Ao sul da entrada da baía, um banco de areia deveria ser evitado por embarcações de grande calado. Os paquetes a vapor apresentavam maior facilidade nestas manobras, pois não dispensavam da ação dos ventos¹⁶⁹.

Na altura do paralelo do Farol de Santo Antônio, o perigo ficava por conta dos recifes Prapatingas que se estendem além da ponta NE de Itaparica, estreitando o canal de entrada por apenas duas milhas de largura. Já ao largo da ponta de Nossa Senhora da Penha, novos bancos de areia e recifes perigosos responsáveis por muitos naufrágios¹⁷⁰. Para ancorar no porto era necessário evitar o conjunto de rochas denominado Panellas, banco de recifes de forma circular (com meio milha de diâmetro), cujo centro se acha a três quartos de milha a NO do forte de São Marcelo. Em certos pontos desse banco o mar tem a profundidade de apenas 5 m, no entanto, ao redor deste estavam justamente os melhores ancoradouros, 20 a 24 m de profundidade a Oeste, 15 a 16 m ao Norte, Sul e Leste; entre o banco e o Forte São Marcelo há 12 e 13 m de profundidade, porém existia o perigo da ancora encontrar um solo rochoso¹⁷¹.

Desde a década de 1860 era preciso evitar outra rota: a carcaça do navio France, incendiado em setembro de 1856 a 8m de profundidade, e um banco de areia situado próximo a terra, o banco da Gamboa, que se prolongava da costa do Forte da Gamboa até 600 m de distância de seu fundo. E além das dificuldades naturais, o congestionamento de navios muitas vezes obrigava a embarcação a buscar ancoradouro mais distante do cais, o que prejudicava o desembarque tanto de passageiros, quanto de mercadorias.

O porto comercial era parte da baía, e foi feito em frente, muito próximo a capital, por causa da sua enorme barra, e abertura que apresentava aos ventos de SE a SO, batido no inverno pelos ventos deste quadrante, e algum tanto no verão pelos do NO com trovoadas, e por isso atrasava as condições de movimento de carga e descarga das embarcações de toda espécie e paquetes, comprometendo o desembarque de mercadorias, que muitas vezes

¹⁶⁸Ibid. P. 3

¹⁶⁹MATTOSO. Op. Cit. P. 75

¹⁷⁰Ibid. P. 77.

¹⁷¹Ibid.P. 78

demoravam-se dias sobre a água a espera de bom tempo, além do incomodo a passageiros expostos aos perigos ao desembarcar meio a grandes ressacas¹⁷².

O carregamento e o descarregamento dos navios cabiam as alvarengas e aos trapiches alinhados na área comercial. Em terra um grande movimento de embarque e desembarque de marujos e oficiais de embarcações nacionais e estrangeiras, que migravam para as ruas da cidade, onde pequenos e grandes comerciantes apressavam-se no meio de vendedores, negros ou mulatos, escravos ou libertos, que sustentavam pesados volumes na cabeça. As entradas da Baía de Todos os Santos sempre apresentaram, para as embarcações que a demandavam, uma larga enseada que por si mesma era um porto, no dizer de alguns navegantes “*Poderia abrigar em teu seio todos os navios do mundo*” (Mauricio Lamberg, 1897); “*havendo espaço para que possa se arrumar sem confusão todas as esquadras do mundo*” (Lindley, 1802); “*tão grande que talvez todas os navios a vela do mundo pudessem ancorar com segurança*” (Asschenfeld)¹⁷³.



Figura 3 - Panorama Fotográfico da Cidade do Salvador.
Fonte: Gilberto Ferraz, 1860.

A imagem panorâmica da Salvador em 1860 mostra as alvarengas que descarregavam navios, uma vez que não havia cais acostável, uma sequência de grandes quadras de edifícios, ao melhor estilo pombalino e de igual altura, que é onde ficavam os armazéns e escritórios do comércio baiano. Ainda na parte baixa da cidade, o prédio da alfândega, próximo à Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, com andaimes na fachada, construída com pedras

¹⁷²CAMARA. Op. cit. P. 29

¹⁷³ Depoimentos de viajantes colhidos Moema Parente Augel. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. Salvador, 1975. (Dissertação de Mestrado – UFBA).

lavradas que vieram prontas de Lisboa. Um cenário compatível com o lugar de destaque que a Bahia ocupava entre os portos brasileiros.

O seu papel político e administrativo no período colonial, sua privilegiada localização em relação à Europa, a diversidade de produção primária de sua *hinterland* rural, a função de redistribuidor de mercadorias importadas, e, sobretudo, a facilidade de acesso para abastecimento de navios e seu ancoradouro relativamente abrigado, fizeram de Salvador um lugar de encontro para embarcações de todo tipo. Caravelas, naus, galeotas, fragata, brigues, navios, bergantins, sumacas e até avisos (navios pequenos de grande velocidade que traziam ordens da metrópole e levavam as respostas), vindos de vários pontos da Europa, África e Ásia, e com eles os seus produtos, desembarcavam na Baía de Todos os Santos. Também vinha do território nacional, de portos sul-americanos, e do Recôncavo, o abastecimento de subsistência diária dos cidadãos, numa espécie de ligação entre o mundo urbano e o mundo rural de roceiros de mandioca, ou dos produtores de café, açúcar, tabaco e algodão, dentre outros. Esta movimentação intensa trazia para a capital baiana um número bastante elevado de população flutuante, composta pelos marinheiros e tripulantes que aportavam em Salvador.

No Mapa demonstrativo das embarcações nacionais de navegação de longo curso e cabotagem do ano de 1856, traz registro de que naquele ano passaram pelo porto de Salvador 1543 alvarengas com uma tripulação total de 3559 pessoas, 1437 canoas com 3578 pessoas, 274 lanchas com 491 pessoas, 55 barcos com 135 pessoas, 46 iates com 172 pessoas, 32 sumacas com 188 pessoas, 26 pinaças com 193 pessoas, 22 bergantins com 80 pessoas, 03 escunas com 17 pessoas, 03 barcos a vapor com 40 pessoas¹⁷⁴. Dentre os tripulantes, em 1856, um quarto dos barqueiros eram escravos¹⁷⁵.

O porto era então a porta de entrada não só de mercadorias, de informações e das trocas culturais, mas também de enfermidades, devido à circulação de marinheiros em navios nacionais e estrangeiros. A epidemia de febre amarela assolou no início da década de 1850, e a população considerou os tumbeiros como principais agentes difusores do surto, devido às péssimas condições de higiene que estes apresentavam e também pelo contato destes com o continente africano, visto pelos populares como lugar inóspito e doentio¹⁷⁶. Entre os anos de 1855 e 1856, foram as epidemias de cólera que desorganizaram o comércio e agravaram o problema da fome, provocando a escassez, e, conseqüentemente, o aumento dos preços dos produtos de subsistência.

¹⁷⁴ GRAHAM. Op. Cit. P 122.

¹⁷⁵ Idem. P. 127.

¹⁷⁶ GONÇALVES DOS SANTOS. . Op. Cit. P. 35.

Ainda na década de 1850, toda a economia nacional sofreu com a proibição do comércio internacional de escravos, o que levou a uma reorganização dos investimentos, com deslocamento dos capitais antes utilizados nesta atividade, para outras áreas, como por exemplo, o mercado de abastecimento. E quando a Bahia já esboçava uma reação a este impacto econômico gerado pelo fim do tráfico de cativos com a África, acabou sendo surpreendida com os pesados encargos da Guerra do Paraguai. Parte da mão-de-obra da área rural foi recrutada para as fileiras do exército, além disso, houve um esvaziamento dos cofres públicos e dos capitais disponíveis na praça, deslocados para os esforços de guerra. Todo o fluxo comercial baiano foi atingido. O comércio de cabotagem acabou agindo como uma válvula de escape para a incapacidade de colocação dos produtos baianos no mercado internacional, ao passo que a movimentação do comércio de longo curso passou por oscilações mais ou menos frequentes.

A movimentação das transações comerciais que caracterizaram o comércio de exportação baiano também se verificou nos movimentos comerciais de importação, porém, as flutuações são menos abruptas, o que sugere que as demandas de produtos importados, a capacidade de aquisição destes ou mesmo a necessidade premente dos produtos adquiridos pela importação, impunham à Província a manutenção do volume do comércio de importação. É que, apesar dos contratemplos, a população da cidade não parava de crescer, atingindo 50.000 habitantes no princípio do século XIX, chegando a 108.138 habitantes em 1872, e 144.959 em 1890.

Ainda que muito limitados, os registros existentes apontam este crescimento constante da população da capital baiana. Realizado em 1759, o primeiro recenseamento registrou em toda a capitania 250.142 habitantes em 28.612 fogos, sem incluir crianças abaixo de sete anos, índios e integrantes das ordens religiosas. Salvador e Recôncavo concentravam então 103.096 almas (41,2% do total) em 15.097 fogos (52,8% do total); Em 1775 um novo recenseamento acusou 221.756 pessoas em toda a capitania, repartidas em 31.844 fogos; em 1779, tinha-se 277.025 almas;

No século XIX, um levantamento eclesiástico em 1805 contou 3,1 milhões de habitantes no Brasil, sendo 535 mil (17,2%) na Bahia¹⁷⁷; entre 1814 e 1817, outro recenseamento avaliou a população baiana em 592.908 habitantes; em 1824 Adrin Balbi calculou a população da Bahia, incluindo Sergipe, em 858 mil habitantes, sendo 22,2% destes brancos, 1,4% índios, 15% negros e mulatos livres, 61,4% de negros e mulatos escravos; Em

¹⁷⁷ Sobre os censos da Bahia no século XIX ver, MATTOSO, Kátia. *Bahia no Século XIX – Uma Província no Império*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1992. P. 87- 94.

1845 Millet e Saint Adolphe avaliaram a população da Província em 650 mil habitantes, e durante a guerra do Paraguai (1865-1870), Sebastião Ferreira Soares estimou 1,45 milhões de habitantes, dos quais 1,17 milhões eram livres, 280 mil escravos e 20 mil índios.

O primeiro censo oficial só ocorreu em 1872, e registrou 10.112.000 habitantes no Brasil, sendo 1.379.616 (13,6%) na Bahia. Dos quais 129.109 em Salvador e seu termo (incluindo os arredores), com 39,9% de brancos, 43% mulatos, 23,5% de negros e 2% caboclos.

População de Salvador (1706-1872)

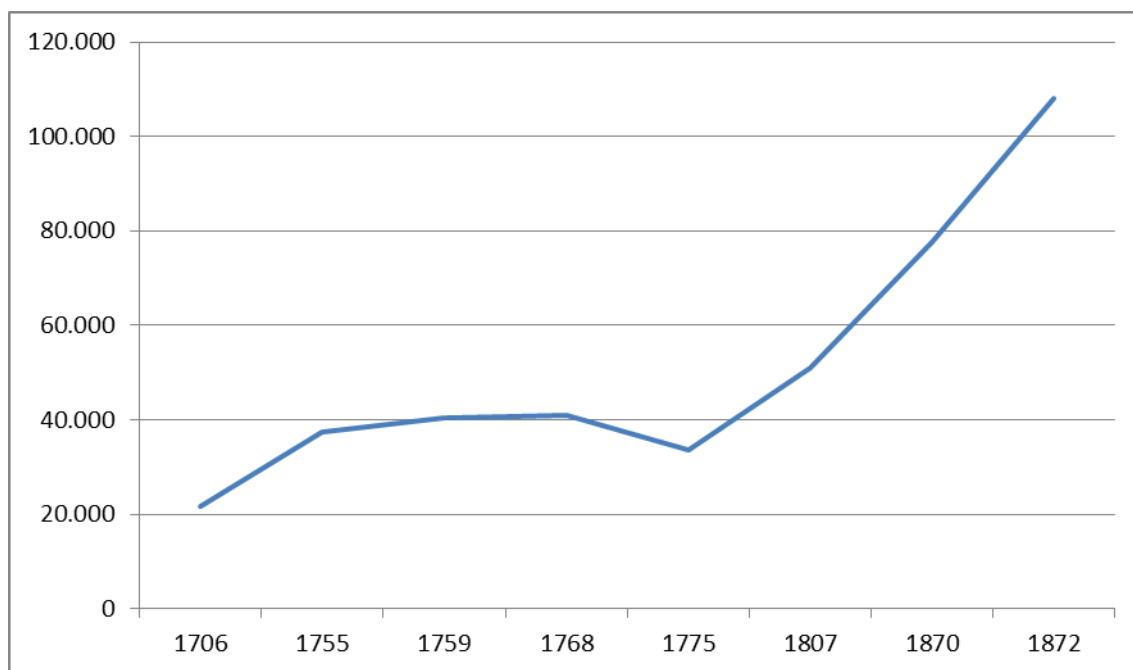


Figura 04

Fonte: BARICKMAN, B.J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780 – 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p 98.

O Gráfico acima foi criado utilizando-se os dados apresentados por Barickman, apenas para Salvador. Dentre os fatores de alteração demográfica de Salvador na segunda metade do século XIX destacam-se a seca de 1857 e 1860, a crise do sistema açucareiro e as epidemias de febre amarela e cólera-morbo. Os censos excluíram, além de menores de sete anos, os agregados e familiares, bem como os migrantes. Dentre os migrantes destacavam-se os escravos de passagem e os marinheiros que aportavam diariamente na cidade, além de comerciantes e homens que fugiam das secas ou más colheitas.

A população cresceu rápida e desigualmente, os livres e mulatos representavam mais de 2/3 da população. Junto a esta densidade crescente na capital se deve somar ao significativo número de habitantes do Recôncavo, afinal, a antiga sede do Governo Geral não

se via isolada, era parte de uma região densamente povoada. Dentro dos limites desta região, vilas, povoados e arraiais formavam uma das mais antigas redes urbanas do país.

Mesmo longe das cidades, nas zonas rurais, nem os senhores de engenho, nem os lavradores de cana, muito menos seus escravos, plantavam gêneros alimentícios suficientes para se sustentar, recorrendo sempre ao mercado local. Segundo Barickman, este mercado rural era surpreendentemente grande:

Numa estimativa grosseira, mas conservadora, em 1818 esse mercado compreendia pelo menos 9.300 escravos. Este número certamente não exagera a demanda rural da farinha a ser comercializada; na verdade uma demanda de 13 mil talvez fosse mais realista. De qualquer modo para alimentar 9.300 escravos teriam sido necessárias compras anuais de quase 85 mil alqueires de farinha, ou um quinto de toda farinha que, na época, entrava anualmente no celeiro público de Salvador. À medida que a lavoura canavieira continuou a se expandir por todo o Recôncavo após 1818 e o número de engenhos se multiplicou, seriam necessárias quantidades de farinha cada vez maiores para abastecer esse mercado rural¹⁷⁸.

E sobre a diversidade de gêneros deste comércio rural:

Os senhores de engenho e lavradores de cana compravam habitualmente para seus escravos não só farinha de mandioca como também carne seca, bacalhau, e carne fresca, além de tecidos. Justamente porque a indústria açucareira se caracterizava por elevado grau de especialização, a reprodução diária da força de trabalho escrava nela utilizada dependia, em grande parte, desse mercado¹⁷⁹.

Com isto, a crescente população da capital, das vilas e povoados da região do Recôncavo, da própria zona rural, aliados ao sempre elevado número de população flutuante, gerava uma grande demanda de abastecimento. O aumento desta demanda passou a exigir melhorias na capacidade e agilidade dos serviços de abastecimento.

Vias de abastecimento, mercados, cidade baixa ...

Ao longo do século XIX o desenvolvimento de novas técnicas, o uso da navegação a vapor, a abertura dos portos às nações amigas contribuíram para modificar o panorama das navegações transatlânticas, reduzindo tempos e oferecendo maior conforto às tripulações e

¹⁷⁸ BARICKMAN. Op. Cit. P. 122

¹⁷⁹ Idem. P. 125.

aos passageiros. Na Bahia a ligação marítima fluvial entre a capital, Recôncavo e litoral sul, se deu a partir de 1855.

Um ano depois, iniciou-se a construção da estrada de ferro Bahia–São Francisco, seguida pela Central da Bahia (1867) e pela Companhia Tram Road de Nazaré (1871)¹⁸⁰. A rede ferroviária baiana viria a contar ainda com a Estrada de Ferro de Santo Amaro (1875), a Bahia-Minas (1882), o ramal Alagoinhas e Timbó e a Estrada de Ferro de Sergipe (1884), a estrada de ferro Ilhéus e Conquista (1904).



¹⁸⁰ZORZO, Francisco. *Ferrovias e rede urbana na Bahia – doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do Recôncavo e sudoeste baiano (1870-1930)*. Feira de Santana: UEFS, 2001, pg. 79.

Figura 5 – As estradas de ferro do Estado da Bahia em 1898. Fonte: ZORZO, Francisco. *Ferrovias e rede urbana na Bahia* – doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do Recôncavo e sudoeste baiano (1870-1930). Feira de Santana: UEFS,2001.

Foi assim que se visava constituir um sistema que ligava as áreas de abastecimento, aos centros consumidores. Manoel Jesuíno Ferreira registrou uma análise da evolução desta rede ferroviária em seus apontamentos acerca da Província da Bahia, publicados no ano de 1875. Segundo ele:

Demonstrada, como ficou a superioridade do Porto da Bahia para as relações com o vale do rio S. Francisco, ninguém desconhecerá que meio de estabelecê-las e manter são as estradas de ferro. Por elas é que devem subir para aquelas paragens a civilização, o progresso e a riqueza industrial; por elas é que devem descer as suas riquezas naturais, que são inúmeras.

Possui a Bahia dois desses grandes elementos de progresso: a estrada do rio S. Francisco ou Jequitaia e a Central ou do Paraguassú¹⁸¹.

A Estrada do São Francisco pertencia a uma Companhia Inglesa que se comprometeu a construir 123,5 Km de estrada, que iniciava em frente à fortaleza de Jequitaia indo até Alagoinhas, com garantia de 7% de juros sobre o capital de 18.000:000\$000 empregado. O Governo Imperial havia então convocado concorrentes para o prolongamento desta estrada até Juazeiro, com um ramal em Casa Nova, na margem direita do São Francisco.

No ano passado transitaram por esta estrada 65.661 passageiros, e foram transportadas mercadorias com o peso de 84 toneladas 251 kilogramas as encomendas; 20 metros e 3.559 kilogramas, bagagens; 6.915 metros de volumes; 44.890 animais, e 2 carros¹⁸².

A Estrada Central foi produto de um contrato do Engenheiro Hugh Wilson com a Província da Bahia, em 28 de Setembro de 1872. O Governo garantia 7% de juros sobre o capital de 13.000:000\$000, sendo 44,6 quilômetros separando Feira de Santana à cidade de Cachoeira, e mais 400 quilômetros até as lavras diamantinas.

Durante a crise de 1864, alguns dos projetos das ferrovias foram esboçados pelos Deputados Provinciais, afinal, pressionados pela carestia dos gêneros alimentícios e dificuldade para abastecer o mercado da cidade, bem como pela precariedade do sistema de transportes, vieram a tomar algumas iniciativas, dentre elas, alguns planos que obedeceram à rota de Alagoinhas até Juazeiro, atravessando a Freguesia de Serrinha, e em seguida os terrenos de Tucano, Pombal, subindo até a Freguesia de Queimadas, onde se dá a

¹⁸¹ FERREIRA, Manoel Jesuíno. *Província da Bahia*. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1875, pg. 99.

¹⁸² FERREIRA. Op. Cit. P. 99.

comunicação com Monte Santo e Jeremoabo; e em direção a Juazeiro, cortando Vila Nova da Rainha e Jacobina¹⁸³. Contudo, somente em 1876 é que ocorreu a abertura do tráfego do trecho entre Feira de Santana e Cachoeira.

Mesmo com estes investimentos, o velho sistema de transporte, com tropas e animais, persistiu por muito tempo, e a precariedade das vias terrestres era muito acentuada, o que estimulava o papel do porto de Salvador como ponto de arriba aos navios que vinham descarregar as suas mercadorias e carregar os produtos da terra. Cerca de oitocentas lanchas e sumacas¹⁸⁴ de vários tamanhos traziam diariamente produtos do interior para o comércio na capital baiana.



Figura 6 - Vista da Gamboa, 1861.
Fonte: <http://laiselemos.wordpress.com/>



Figura 7 - Cais das amarras, em 1860.
Fonte: Gilberto Ferrez.

¹⁸³ Diário da Bahia – 6 de julho de 1864.

¹⁸⁴ Barco pequeno com dois mastros.

Barcos do Recôncavo, saveiros de carga, saveiros de pesca, lanchas rabo de peixe, jangadas de xaréu, jangadas a vela, canoas e barcaças: estes eram os meios de transportes que faziam parte da composição desta “cena”. Encostavam todos os dias na enseada do porto, trazendo produtos como o fumo, o algodão, as drogas diversas vindas de Cachoeira, sortimento de louças comuns vindos de Jaguaripe, aguardente e óleo de baleia de Itaparica, farinha de mandioca e peixe salgado de Porto Seguro, algodão e milho de Rio Real e São Francisco, açúcar, lenha e legumes de todos os lugares. Ainda no final do século XIX, estima-se um milhar de embarcações comerciavam dos rios e da baía de Todos os Santos¹⁸⁵. Na fonte da Gamboa, ou em Água de Meninos, ao norte do Arsenal da Marinha, os navios se abasteciam de legumes e frutas como manga, banana, laranja e abacaxi. Peixes, carnes de boi e carneiro, e galinha eram de qualidade ruim, apesar de muito caros¹⁸⁶.

A zona comercial de Salvador achava-se comprimida entre a Alfândega e a Praça do Ouro, meio a ruas estreitas e mal ventiladas. A Rua do Cais ficava sempre ocupada por quitandeiras, quiosques e pela carga e descarga de gêneros dos barcos de cabotagem, além dos passageiros e cargas que utilizavam a Companhia Baiana de Navegação. Tudo isto em um ambiente considerado insalubre e de feição desagradável. Nas imagens da página anterior, além da movimentação do porto, visto da Gamboa, temos o cais das Amarras e a série de magníficos casarões de cinco pisos onde, em 1860, localizava-se o alto comércio baiano. Nestes quarteirões existiam construções mais precárias modificadas pelo plano do conde dos Arcos. Ao fundo, a Alfândega com a sua rotunda ainda em construção.

A área portuária de Salvador se estendia da Gamboa a Itapagipe. Abrangia Unhão, Sítio da Preguiça, Freguesia da Conceição da Praia, Praça do Comercio, Freguesia do Pilar, Xixi, Coqueiro, Jiquitaia, Água de Meninos, Cantagalo, Boa Viagem e Mont Serrat. Caracterizava-se por vários ancoradouros que formavam verdadeiras docas de atracação ao juntarem-se com as alvarengas ou saveiros, e os trapiches¹⁸⁷. Muitos visitantes oitocentistas consideravam os trapiches baianos como os maiores do mundo. Existiam ainda grandes armazéns, e as casas da prensa, destinadas ao armazenamento de mercadorias e ao enfardamento de algodão¹⁸⁸. A denominação dos trapiches, bem como a denominação de cais, estava relacionada, na maioria dos casos, ao nome do proprietário ou a área em que se localizava. A historiadora Rita Rosado sugere uma classificação dos trapiches em três

¹⁸⁵Mattoso, op. Cit., pg. 72

¹⁸⁶Idem, pg. 71

¹⁸⁷ROSADO, Rita. *O Porto de Salvador – Modernização em projeto- 1854/1891*. Dissertação de Mestrado. UFBA, 1983, pg. 38

¹⁸⁸ROSADO. Op. cit. P. 39

categorias, baseando-se no tipo de mercadoria armazenada ¹⁸⁹: primeiro, a categoria de “Armazenagem de produtos destinados à exportação” (café, tabaco, açúcar, algodão), tendo como exemplos os Trapiches Barnabé, Moncorvo, Xixi, Segundo Gomes, Julião, Riachuelo, Andrade e Casas da Prensa; segundo, a “Armazenagem diversificada” (desde a soda, ao açúcar e café), tendo como modelos o Novo, Gaspar, União, Armazém numero nove; e terceiro, a “Armazenagem de produtos inflamáveis”, como por exemplo, Cantagalo e Unhão.

Ao longo da extensão de cais, construída especialmente para os grandes navios, podiam-se ver as rampas onde aportavam os saveiros, a do Mercado, logo ao lado da Praça Cairú e a de Água de Meninos, no final da Av. Frederico Pontes. Nestas, tinha-se uma multiplicidade de produtos agrícolas, dentre estes, a farinha, as frutas e os legumes. Assim como o porto acarretou a instalação do grande comércio nas proximidades, o outro provocou o aparecimento de feiras ao ar livre, espécie de “feira grossista”, aonde vem se abastecer os comerciantes de outras feiras, os proprietários de armazéns, vendas e barracas, os restaurantes e hotéis, vendedores ambulantes e donas de casa.

As mercadorias eram trazidas por embarcações que ficavam fundeadas na Baía de Todos os Santos, impossibilitadas de atracar. Os fardos seguiam para os trapiches e armazéns, escravos, libertos e trabalhadores avulsos se espalhavam nas ruas da cidade baixa, especialmente na zona portuária. Na feira de Água de Meninos os fregueses se multiplicavam em busca de frutas, verduras, legumes, farinha, que vinham nos saveiros, que logo eram transportados por um carregador, ou por uma carroça, indo direto para a quitanda do comprador¹⁹⁰.

No bairro comercial se destacaram dois mercados municipais: o de Santa Bárbara e o de São João. Localizado próximo ao desembarque, e de bom acesso ao povo, o mercado da Praça de São João formava duas pequenas praças, uma voltada para o cais, e a outra para o mercado de Santa Bárbara, sendo ambas separadas pela Rua Nova Alfândega¹⁹¹. Estes mercados que funcionavam nas imediações da zona portuária compunham a paisagem ao lado das pequenas embarcações que transportavam os alimentos que vinham de várias partes do Recôncavo.

O empresário do mercado, o Sr. Thomás de Aquino Gaspar assinou um contrato em 1851, junto a Presidência da Província, e iniciou a construção de instalações de um mercado, em 1852. De acordo o contrato, o empresário se comprometeu a pagar 8:000\$000 anualmente

¹⁸⁹Ibid. P. 41

¹⁹⁰GONÇALVES DOS SANTOS. Op. Cit. P. 48.

¹⁹¹RIBEIRO. Op. Cit. P. 59.

em compensação dos aluguéis das barracas que foram retiradas do local.¹⁹² Constava ainda o calçamento das ruas do mercado, incluindo-se os esgotos, e os canos para escoamento das águas, além de se comprometer com a conservação do cais, das escadas em frente ao mercado e de toda a área. No entanto, em 1857 o celeiro público veio a adquirir o domínio comercial sobre o mercado São João, devido à necessidade de controle sobre o escoamento da farinha, e combate ao monopólio deste produto.

Além deste e do localizado em Água de Meninos, os maiores, podia-se optar pelos mercados das Sete Portas, do Ouro, de São Miguel (na baixa dos sapateiros), pela Feira do Cortume ou outras menores, de bairro, como a da Barra, a do Porto da Lenha, no Bomfim, e a da Ribeira. Com exceção dos mercados das Sete Portas e São Miguel, os demais tinham em comum o abastecimento pelo mar. Os saveiros que vinham do Recôncavo, abarrotados de farinha, cereais, carne seca, peixe, mariscos, frutas e verduras, voltavam para suas cidades de origem, carregados de outros produtos.

A freguesia da Conceição da Praia, devido à sua localização próxima ao porto comercial e separada do Palácio do Governo apenas pela encosta, era o centro da zona comercial. Ali estavam representadas todas as camadas sociais, desde os mais distintos negociantes até os mais rebeldes escravos e toda sorte de marginalizados¹⁹³. Os espaços livres das ruas eram ocupados por vendedores de frutas, salsichas, chouriços, peixe frito, azeite, e doces. Negros traçando chapéus, tapetes, cadeiras para carregadores, cães, porcos e aves domésticas. Em frente às lojas, escritórios, e armazéns dos comerciantes nacionais e estrangeiros, alimentavam-se tanto os transeuntes, quanto os animais. O intenso movimento comercial e marítimo também concorria com os pedintes. A proximidade dos precários cais de desembarque contribuía para que marinheiros das mais diversas nacionalidades, muitos embriagados, somassem aos distúrbios constantes e presença também de prostitutas. A freguesia da Conceição também acolhia mulheres que possuíam seus próprios negócios, como costureiras, quitandeiras, fateiras, etc.

Os ambulantes vendiam uma enorme quantidade de itens, mas os alimentos predominavam inclusive os considerados básicos como o feijão, a farinha, a carne seca, o sal, os ovos e o leite. As vendedoras eram mais conhecidas pela venda de hortaliças e frutas frescas. Entre os produtos mais comercializados estavam os seguintes vegetais: alface, o pepino, quiabo, vagem, cebola, milho, abóbora e inhame, além das frutas banana, laranja,

¹⁹² Idem. Op. Cit. P. 60.

¹⁹³ Sobre a freguesia da Conceição da Praia: SAMPAIO, Consuelo Novais. 50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no Século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

tangerina, limão, manga, melancia, uva, goiaba, mamão e abacaxi. A carne de baleia era oferecida enrolada em folha de bananeira, assim como a carne de porco, linguiça e o peixe grelhado. Ofereciam ainda comidas prontas, especialmente carne gralhada e cortada em pedaços, que constantemente eram objetos de desconfiança dos membros da Câmara municipal quanto à origem legal destas carnes, já que possivelmente parte desta deveria ter sido furtada de açougues, ou do próprio matadouro. A lista dos alimentos preparados compreendia ainda caruru, vatapá, pamonha, coco, canjica, acaçá, acarajé, ubobó, ou seja, uma parte formada por comidas cozidas com azeite de dendê e tempero da culinária africana. Provavelmente preparadas para atividades de cunho religioso¹⁹⁴.

Enquanto os ambulantes percorriam de porta em porta para vender as suas mercadorias, os merceeiros trabalhavam em suas vendas. Uma venda oferecia mercadorias vindas dos mais diversos cantos: canela, cravo, gengibre, pimenta do reino, e chá as Ásia; azeite de dendê e pimenta da África; cerveja em garrafa, farinha de trigo, manteiga, queijo branco, bacon, e presunto do norte da Europa e América do Norte; sal, biscoito, sardinha, bacalhau seco, vinho, conhaque, vinagre, azeitona, passas, amêndoas de Portugal; carne seca do Uruguai, Argentina e sul do Brasil; carne do sol do sertão baiano; açúcar, tabaco, milho, feijão, arroz, farinha de mandioca, cebola, alho, bacon, banha de porco, cachaça, coco, café em grãos moído, e lenha, vindos do Recôncavo. Além disso, outros produtos como ovos e frutas provenientes dos subúrbios semirurais da própria cidade¹⁹⁵.

Na estreita faixa de terra que separava a montanha e o mar, ergueram-se casas de negócios e sobrados de até quatro andares. Esses sobrados abrigavam as mercadorias que ficavam à vista dos passantes, sendo a família alocada no andar superior, e os escravos e empregados no último piso. No centro da área comercial, estava a Praça do Mercado, depois Mercado de São João, localizado abaixo da Igreja de Santa Bárbara. Vendia-se ali carne seca importada do Rio Grande do Sul e da região do Prata, além de cereais e verduras. Ao redor ficavam lojas de fazenda, miudezas, sapatos, barbeiros, etc. O comércio em frente ao Cais do Moreira destinava-se aos produtos oriundos do Recôncavo: ali encostavam saveiros carregados de inhame, cebola, galinhas, perus, patos, pombos, coelhos, leitões, ovos, frutas, etc. Já a Praça do Ouro foi ponto de carroças que levavam mercadorias adquiridas no mercado para residências, armazéns, e vendas espalhadas na cidade baixa. Para o exercício deste ofício, o trabalhador deveria ir a Polícia fazer o seu registro. O livro de matrícula de carroceiros entre os anos de 1866 a 1873 possui cerca de 320 registros de condutores que poderiam ser

¹⁹⁴ GRAHAM. Op. Cit. P.74

¹⁹⁵ GRAHAM. Op. Cit. P. 85.

proprietários dos carros e dos animais, ou então eram pessoas livres ou escravos que apenas trabalhava para outro, ou para firmas que prestavam este tipo de serviço. Também foram registrados dezessete empregados da Companhia de Asseio Público, na função de carroceiros. Ao matricular-se, o condutor de carroças ficava obrigado:

A não maltratar com pancadas demasiadas o animal, ou animais de carros ou vehiculo sob sua direção; fazendo-os andar apenas a passo ou a trote de forma a não atropelar aos transeuntes; a não carregarem as carroças senão com o peso que o animal possa comportar; não montar nos varaes dos carros que conduzem materiaes. Fica outro sim obrigado a reformar a sua matricula anualmente¹⁹⁶.



Figura 8 – Antiga Praça do Cais do Ouro – 1879.
Fonte: <http://salvadorhistoriacidadebaixa.blogspot.com.br>.

A Praça do Cais do Ouro era um dos espaços existentes no agitado universo da Freguesia da Conceição da Praia. Na imagem temos uma visão deste encontro entre as embarcações que descarregavam todo tipo de mercadorias para abastecimento do mercado local, e bem próximo os grandes sobrados pelo menos três andares que abrigavam as casas de comércio, ao lado do mercado.

Assim, temos que a área portuária de Salvador combinava uma dupla função, seja a primeira, voltada para o comércio externo, que ligava a capital baiana ao mundo industrial, e outra voltada para o comércio interno, de grande e pequena cabotagem, com destaque para o

¹⁹⁶ APEB- Policia – Matrícula de Carroceiros / 19866 a 1873. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, maço 5914.

comércio de abastecimento, responsável pela ligação entre o mundo urbano e o mundo rural, e, logicamente, pela alimentação de sua população. Esta dupla função refletia-se na multiplicidade de destino das embarcações que ancoravam cotidianamente no porto soteropolitano.

Analisando os *Mapas de Entradas e Saídas do Porto de Salvador*, temos a grande variedade de destinos e origens das embarcações, sejam estas vindas de portos internacionais, nacionais, ou mesmo de portos baianos. Dentre as embarcações que transitavam em portos internacionais temos registros, por exemplo, de locais como Hamburgo, Southampton, Marseille, Macau, Lagos, Liverpool, Abadia, Rosário, Lisboa, Buenos Aires, Trieste, Montevideú, Barcelona, Antuérpia, Genova, Londres, Porto, Valparaíso, Rosário de Santa Fé, etc; dos nacionais, temos registros de Aracaju, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Penedo, Comandatuba, Estância, Santos, Pernambuco, Espírito Santo, Santa Catarina, etc.; e dos portos baianos, São Mateus, Porto Seguro, Caravelas, Alcobaça, Belmonte, Prado, Abrolhos, Canavieiras, Ilhéus, etc.¹⁹⁷.

Um número limitado de empresas estrangeiras, predominantemente de capital inglês, dominava as relações com o comércio baiano, o que legou aos comerciantes locais, a maioria de origem portuguesa, a especialização com o comércio intermediário. O monopólio que estes intermediários exerciam, principalmente no controle sobre o abastecimento dos produtos básicos que alimentavam a cidade, favorecidos pela condição de concorrência desigual, lhes permitia manipular preços e condições de funcionamento da praça soteropolitana, ampliando de forma primitiva os seus lucros.

Livres da tutela municipal, as casas comerciais jogavam soltas, abastecendo-se nas fontes de produção, no porto da cidade, alcançando o produto em pleno mar e lançando no mercado apenas quantidade que lhes assegurasse o lucro pretendido. Armazenava grandes quantidades de produtos, visando o momento oportuno de comercializar, momento este, indicado geralmente pela escassez da farinha no mercado e conseqüentemente exploração dos preços. Frequentemente costumavam desviar grandes quantidades de produtos para outros centros consumidores, onde pudessem auferir maior margem de lucro¹⁹⁸.

Devido ao atraso técnico do plantio de cana-de-açúcar, a concorrência do açúcar antilhano, bem como do extraído da beterraba na Europa, a escassez de mão de obra decorrente da cessação do tráfico negreiro, e a intensificação do deslocamento de escravos

¹⁹⁷ APB. Mapas de Entradas e Saídas de Embarcações – Presidência da Província – Série: Policia do Porto. 1843 - 1870, 1873 - 1878, 1878 - 18885, 1886 – 1893. Maços 3194-2, 3194-3, 3194-4, 3194-5.

¹⁹⁸ RIBEIRO DOS SANTOS. Ellen Melo. Op. Cit.

para a região cafeeira, ao longo do século XIX, a Bahia mergulhou em uma grave crise. No entanto, entraves estabelecidos ao tráfico internacional de escravos na África, a partir de 1850, fizeram surgir outras possibilidades de investimentos, seja no comércio internacional ou na área de alimentos. A mudança levou alguns dos grandes traficantes e comerciantes a se dedicarem a essas novas atitudes. O fim do tráfico provocou assim, pela primeira vez, uma febre de negócios no país gerada pela disponibilidade de capitais anteriormente empregados no comércio negreiro.

Um importante vetor destes investimentos foi a implantação da navegação a vapor, especialmente com a criação da Companhia Baiana de Navegação a Vapor, em 1859, que contribuiu para a dinamização do comércio local e externo, alterando as relações tradicionais de trabalho e de tempo, apesar do fato de que os comerciantes que residiam na Bahia continuavam a utilizar a embarcação movida à vela. Abaixo temos uma mostra do aumento da presença das embarcações a vapor no porto da Bahia, comparando-se com as embarcações a vela:

TABELA 01 – MOVIMENTO DE EMBARCAÇÕES A VELA E A VAPOR NA PROVÍNCIA DA BAHIA (1871-1872/1878-1879)

ANOS	A VELA				A VAPOR			
	ENTRADAS		SAIDAS		ENTRADAS		SAIDAS	
	NAC.	ESTR.	NAC.	ESTR.	NAC.	ESTR.	NAC.	ESTR.
1871/72	190	93	192	94	101	43	101	24
1878/79	112	81	119	109	123	84	105	119

Fonte: APB - Mapas Estatísticos 1871/72 – 1878/79

A navegação a vapor foi se organizando na Bahia ao longo do século. D. João VI promulgou a três de agosto de 1818 um decreto concedendo que se incorporasse uma Companhia de Navegação a vapor em portos e rios da Bahia, que no ano seguinte, inaugurou o serviço de navegação a vapor. O Marquês de Barbacena trouxe da Inglaterra um maquinário e construiu no estaleiro da Preguiça um barco a vapor, realizou a sua primeira viagem a

Cachoeira no dia 4 de outubro de 1919, tendo a bordo o Governador, Conde da Palma, o próprio Marquês, e seus sócios.¹⁹⁹

O primeiro privilégio para a construção de uma linha regular de navegação foi concedido em 1836 a João Diogo Stuart. Em 1847, este privilégio foi passado para Diogo Astheley e Cia, e sendo assim, fundou-se a Companhia Bonfim, local encarregado da navegação interna da baía até o porto de Valença. Em 1852, por iniciativa de Antônio Pedroso de Albuquerque, foi fundada a companhia de Santa Cruz, tendo em vista a promoção da navegação costeira de Maceió, ao norte, até Caravelas, ao sul. Ambas as Companhias foram incorporadas sob a denominação de Companhia Baiana de Navegação, em 1853, conservando este nome até o ano de 1857. Trafegando com os vapores Santa Cruz e Coteguiba, na linha externa, e Rio Real, Activo, Itaparica, e Lucy, linha interna²⁰⁰.

Em 1858, tomou o nome de Steam Navigation Company tendo como Presidente Gonçalves Martins, Barão de São Lourenço, Vice Presidente John Watson, e diretores Patrick e Hugh Wilson. Transferida a uma companhia com sede em Londres, em 1862, passou a se chamar Bahia Steam Navigation Company, e a utilizar navios a vapor em três roteiros²⁰¹. Em 1873 a sede desta Companhia passou a funcionar na Bahia, e sua denominação passou a ser Companhia Bahiana, então na gerência de Antônio de Lacerda. Em 1880, mais uma vez, mudou a sua denominação para Companhia Baiana de Navegação²⁰². Em 1891 foi comprada pelo Loyde Brasileiro, passando a se constituir uma das seções desta empresa, com denominação de Navegação Bahiana, sob a gerência do Capitão de Fragata Augusto Cezar da Silva²⁰³.

A Companhia baiana de Navegação a vapor colocou a Bahia em contato com as províncias do Espírito Santo, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Também tornou mais ágil as relações da capital com as cidades mais importantes do Recôncavo, por meio do serviço costeiro e fluvial. As viagens da Companhia para Santo Amaro levavam a navegação para o centro de um extenso e fértil vale formado pelos rios Camarogipe, Ipojuca, Subaé, Sergy e Sergy-mirim, onde se encontravam importantes engenhos de açúcar e empório de comércio vindo de Alagoinhas, Purificação, Inhambupe e Feira de Santana; com Cachoeira e Maragogipe, sobre o Parauaçu, além das lavouras de açúcar e fumo, a ligação com todo o

¹⁹⁹MESQUITA, Elpidio. *Aspectos de um problema econômico*. Tipografia Leuzinger: Rio de Janeiro, 1909, P. 125.

²⁰⁰Idem. P 131

²⁰¹FALLA recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia, 1871.

²⁰²MESQUITA. Op. Cit. P. pg. 132

²⁰³Idem. P. 137

sertão oeste e margens do rio São Francisco; Com Nazaré, Valença e Caravelas, ao sul, tínhamos as fábricas de tecidos de algodão em Valença, e também o grande potencial agrícola de Nazaré. Assim, as viagens costeiras somavam mais de oitenta por ano, e as do Recôncavo, ou fluviais, mais de 600. Estas viagens chegaram a gerar uma receita de 967:174\$831 para o período de 1872/73²⁰⁴.

A linha norte partia de Salvador, chegando aos portos de Aracaju, Penedo e Maceió, e realizava, em 1868, quatro viagens ao mês, partindo da capital baiana, dias 6, 15, 21 e 30, para harmonizar com a chegada de pacotes nacionais e estrangeiros do norte e sul. Sendo os portos da escala Estancia, Espírito Santo, São Cristóvão, Aracaju, Penedo e Maceió; A linha sul fazia, desde 1853, uma viagem mensal para Camamu, Ilhéus, Canavieiras, Porto Seguro, São José, Colônia e Leopoldina. Devido à sobrecarga de mercadorias, foi proposta a divisão em três viagens com itinerários diferentes; A linha interna, ou do Recôncavo, que ia até Caravelas e se desdobrava em vários itinerários, Santo Amaro, uma linha quase exclusiva de passageiros, Cachoeira-Maragogipe, quase exclusivamente de carga, atendendo ao escoamento dos produtos vindos do sertão do oeste baiano, e Nazaré-Valença-Caravelas. Sendo Nazaré grande produtora de farinha, Valença produtora de tecidos, e Caravelas, local que produzia farinha, feijão e algodão.

Os vapores Paulo Afonso e Jiquitaia realizavam a navegação no Rio São Francisco e eram aptos a navegar contra a correnteza, na razão de oito a nove milhas, e rio abaixo na de 12 a 14. Seus oito vapores de navegação costeira representaram um total de 3.080 toneladas, tripuladas por 236 homens, com marcha média variável de 9 a 12 milhas. A linha fluvial possuía vapores de fundo de prato e pequeno calado²⁰⁵.

A Companhia recebia dos cofres públicos uma subvenção anual de 115:000\$000 para a linha fluvial. Empregava cerca de 550 pessoas, distribuídas entre o seu escritório, as pontes, as agências, as oficinas de reparo, os depósitos, as lanchas e os vapores²⁰⁶. No ano de 1868, os vapores da Companhia já estavam em vinte unidades, assim como as alvarengas utilizadas para conduções de carga e descarga. Dentre as posses na capital baiana, tinha ainda uma oficina, um picadeiro para reparo, um depósito para carvão e um armazém de materiais para construção e custeio; Em Cachoeira, Nazaré e Valença, pontes de embarque e desembarque. Em Santo Amaro, um trapiche utilizado como estação terminal. Em Aracaju e Penedo, dois grandes depósitos para cargas, e várias propriedades de valor relativo, em diferentes portos.

²⁰⁴ FERREIRA. Op. Cit. P. P. 90.

²⁰⁵ RELATÓRIO da Companhia de Navegação a Vapor Bahiana. 1869. Biblioteca Pública da Bahia – Seção de Obras Raras.

²⁰⁶ CAMARA. Op. Cit. P. 16.

Em Jaraguá e Maceió, possuía um trapiche, uma estrada de ferro com 4,5 milhas de comprimento, que ligava a navegação das Lagoas Norte e Manguaba com o porto de Jaraguá e a cidade de Maceió, duas locomotivas, dois carros para passageiros e um vapor para carga com seis alvarengas para rebocar. Mesmo com a introdução do vapor, permaneceu o uso de muitas lanchas e barcos particulares no abastecimento de gêneros alimentícios para a praça soteropolitana, tais como saveiros, sumacas, e brigues nacionais, com seus vendedores de farinha a bordo, como por exemplo, Belizario, Conceição, Galeota Elyptica, o Mercantil, etc²⁰⁷.

Navegação de longo curso

Para a Navegação de longo curso concorreram, além de muitos navios à vela, os paquetes das companhias de Southampton, Liverpool, Bordeaux, Hamburgo e outros que viajavam para os portos do império diretamente, ou fazendo escala para a região do Rio da Prata e repúblicas do Pacífico. Assim, diariamente o porto da Bahia era frequentado por navios de longo curso, seja à vela ou a vapor. Mas, apesar de apresentar um movimento ascendente, tanto em exportação quanto em importação, o comércio baiano da década de 1850 perdeu importância, se comparado com outras províncias, sobretudo o Rio de Janeiro e Pernambuco. As principais praças que mantinham relações comerciais com a Bahia eram a Grã-Bretanha e suas possessões, os Estados Unidos, a França e suas possessões, Rio da Prata e as cidades hanseáticas. A Grã-Bretanha foi a responsável por mais de 50% das exportações baianas, seguida das cidades hanseáticas, posição que foi ocupada pela França a partir de 1864²⁰⁸.

Chama à atenção o fato de que poucos produtos dominavam a pauta de exportações baiana, o açúcar e o fumo eram os dois esteios tradicionais da economia de exportação, pois normalmente contribuíam com dois terços da receita, sendo que o açúcar contribuía com 50%. Os esforços para desenvolver novos produtos de exportação renderam poucos resultados. O cravo-da-índia, a canela, a pimenta, o cânhamo, o quinino e o chá nunca chegaram a ser produtos de exportação de peso. O arroz e o algodão não conseguiram conquistar mercados estáveis no exterior. Apenas o café e o cacau conseguiram apresentar crescimento consistente,

²⁰⁷ Diário da Bahia – 17 de agosto de 1860.

²⁰⁸ BARICKMAN. Op. Cit. P. 78.

porém apenas o segundo tornou-se um produto de peso, vindo a ser o principal item das exportações baianas no início do século XX.

Enquanto o diamante e o café cresceram significativamente, assim como o fumo, que se recuperou entre as décadas de 1840 a 1860, a participação do açúcar tendeu a diminuir. Ainda que tenha recuperando-se nos anos seguintes, jamais voltou a apresentar os índices anteriores. O algodão foi um produto que conheceu o seu apogeu no final do século XVIII, vindo a cair após 1820, decorrente do aumento das exportações norte-americanas e também do Egito. Após 1860, a guerra de Secessão nos Estados Unidos reaqueceu o comércio baiano, voltando ao final da década seguinte em níveis pouco significativos. Além da concorrência internacional, o algodão baiano sofria com o custo dos transportes. O elevado índice pluviométrico do Recôncavo levou esta lavoura para o Recôncavo norte (Inhambupe, Itapicuru e Abadia), mas principalmente para o sertão (Caetité, Rio de Contas, Jacobina, e Bom Jesus dos Meiras)²⁰⁹.

O café passou a ser cultivado na Bahia desde 1809 pelos ensaios realizados nas comarcas do sul, sendo o ouvidor de Porto Seguro, José Marcelino da Cunha, quem estimulou o plantio cafeeiro, tendo, inclusive, criado uma sociedade com o Conde da Barca para exploração desta lavoura. Em 1810, a Bahia já exportava 973 sacas, em 1839 foram 13.058, saltando para 21.469 em 1849, 54.890 em 1859, 84.396 em 1869, passando depois a oscilações constantes²¹⁰. No entanto, ao contrário de Rio de Janeiro e de São Paulo, a Bahia nunca se tornou um grande centro produtor de café. Mesmo com a expansão observada no início do século XIX, a Bahia só fornecia cerca de 2% do que era exportado pelo Brasil em 1850. A lavoura cafeeira raramente desenvolveu grandes *plantations* como no sudeste, sendo esta geralmente tratada como uma lavoura secundária pelos lavradores baianos²¹¹.

O cultivo comercial do fumo ou tabaco dispunha de mercado consolidado na Europa, Ásia e América do Norte. Além disso, a Bahia monopolizava o comércio nacional deste produto. A sua exportação chegou a perder alguns desses mercados tradicionais com as guerras de independência. Uma nova guinada aconteceu com a substituição do fumo de corda para o fumo de folha em meados do século XIX. Esta recuperação fez expandir o cultivo do produto, especialmente no sul do Recôncavo. Indústrias caseiras e fábricas surgiram em Cachoeira, São Félix, Maragogipe e Nazaré²¹².

²⁰⁹ Idem, pg. 60.

²¹⁰ FRAGOSO, Arlindo. *Notas Econômicas e Financeiras*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916, P. 477.

²¹¹ BARICKMAN. Op. Cit. P. 63

²¹² Idem. P 69 – 70.

Para superar a crise do açúcar, os produtores baianos foram em busca de novos mercados estrangeiros. Em 1845, o Visconde de Abrantes negociou um acordo comercial com a União Aduaneira alemã (Zolverein), que permitiu a exportação para os estados membros da União. Na Grã-Bretanha os produtores de açúcar das colônias antilhanas foram derrotados em sua pretensão de manter a política protecionista no parlamento. O comércio açucareiro baiano ganhou novo alento, a produção cresceu e novos engenhos foram construídos. Esta recuperação não chegou a ser duradoura, pois os preços internacionais seguiram caindo. As novas tarifas se destinavam a produtos de menor qualidade, que serviam de matéria prima para as refinarias da Grã-Bretanha e da Alemanha. O que forçou os produtores baianos a abrir mão do açúcar branco purgado e se concentrarem no açúcar mascavo, limitando-se assim a fornecer uma matéria prima barata para a indústria estrangeira.

Portanto, entre as décadas de 1840 e 1860, as exportações baianas apresentaram certa recuperação, decorrente do crescimento comercial do açúcar, fumo, café e diamantes. Analisando um período mais extenso, a historiadora Kátia Matoso afirmou que o declínio do açúcar nas exportações baianas entre 1851 e 1881 não foi acompanhado de uma diversificação da pauta de exportações. Nem o cacau, nem o café, tampouco o fumo conseguiram destroná-lo. No quadro geral dos valores da navegação de longo curso na Bahia entre 1851 a 1879, temos a confirmação destas oscilações constantes, sendo que em meados da década de setenta, consolida-se a tendência de superação das importações sobre as exportações.

TABELA 2 – Valor dos principais produtos de exportação como percentagem da receita total das exportações, Bahia, anos 1851-1860.

Ano	Açúcar	Fumo	Algodão	Café	Cacau	Diamantes
1851	69,5	12,9	3,3	4,3	0,5	3,4
1852	58,3	14,5	3,5	4,2	0,5	10,8
1853	66,5	8,2	3,6	3,3	0,3	11,5
1854	59,5	17,0	0,8	4,7	0,6	5,6
1855	53,6	14,1	1,1	8,6	0,5	8,1
1856	49,4	12,8	2,0	8,0	0,9	15,2
1857	50,3	16,7	2,1	6,8	0,8	13,0
1858	43,8	14,4	1,1	8,9	2,3	10,1
1859	56,8	15,9	0,4	6,0	0,8	9,9
1860	26,6	21,9	0,6	9,3	1,6	14,5
Média	53,5	14,8	1,9	6,4	0,9	10,2

Fonte: BARICKMAN, 2003, p. 56-57.

No entanto, entre 1880-81, a Bahia exportava sete vezes mais cacau, três vezes e meio mais café e quase o dobro do açúcar que o período anterior (1850-51). Observa-se, por outro lado, que foram os novos produtos, ou seja, o cacau e o café, que mais ganharam importância relativa à exportação e isto numa progressão muito regular. O açúcar e até o fumo sofreram oscilações muito mais acentuadas, o primeiro após 1870 e o segundo, antes²¹³. A produção de diamantes sofreu na década de 1870 com a concorrência dos diamantes do Cabo da Boa Esperança e a consequente queda dos preços no mercado europeu²¹⁴. Na exposição de Viena²¹⁵, o fumo da Bahia obteve duas medalhas de progresso e seis de mérito²¹⁶.

²¹³ MATOSO. Op. Cit. P. 519-520

²¹⁴ VIEIRA DE AGUIAR. Op. Cit. P.109

²¹⁵ A Exposição Mundial de Viena, oficialmente Weltausstellung 1873 Wien.

²¹⁶ FERREIRA. Op. Cit. P. 80.

**TABELA 3 – NAVEGAÇÃO DE LONGO CURSO NA BAHIA
1851/1874 – 1875/1879 (em toneladas)**

EXERCÍCIOS	ENTRADA	SAÍDA	TOTAL	EXERCÍCIOS	ENTRADA	SAÍDA	TOTAL
1851/52	113.302	117.297	230.059	1865/66	233.224	238.897	472.121
1852/53	98.799	130.387	229.186	1866/67	223.026	262.939	485.965
1853/54	82.479	109.009	191.488	1867/68	212.910	185.232	398.142
1854/55	72.113	114.026	186.139	1868/69	195.722	188.741	384.463
1855/56	77.696	87.819	165.515	1869/70	219.340	230.750	450.090
1856/57	95.193	103.077	198.270	1870/71	227.155	239.302	466.457
1857/58	103.248	106.052	209.129	1871/72	277.431	293.917	571.348
1858/59	146.129	140.316	286.445	1872/73	894.924	952.545	1.847.469
1859/60	105.221	122.553	227.774	1873/74	1.210.274	1.248.101	2.458.375
1860/61	125.848	134.827	260.675	1875/76	548.202	248.319	796.521
1861/62	166.556	174.843	341.399	1876/77	575.549	548.011	1.123.560
1862/63	182.135	208.747	390.882	1877/78	502.823	452.514	955.337
1863/64	182.748	189.408	372.192	1878/79	539.186	500.262	1.039.448
1864/65	198.717	195.463	394.180	-	-	-	-

Fonte: Propostas e Relatórios apresentados a Assembléia Geral Legislativa, pelos Ministros e Secretários dos Estados dos Negócios da Fazenda.

Podemos confirmar estas tendências se tomarmos a participação nas exportações baianas na década de 1870. Flávio Gonçalves dos Santos nos apresenta uma adaptação da tabela apresentada pela Fundação de Pesquisa (CPE), que teve como fontes a “Proposta e Relatórios apresentados a Assembleia Geral Legislativa pelos Ministros e Secretários de Estado dos negócios da Fazenda; Falas de Presidentes da Província da Bahia; Cálculos GTEP/CPE”:

TABELA 4 – Valores dos principais produtos de exportação, Bahia, anos 1869-1870 (%).

Ano	Açúcar	Fumo	Algodão	Café	Cacau	Diamantes
1869-70	30,5	28,2	12,8	10,1	2,0	-
1870-71	38,8	28,6	9,2	5,6	2,0	5,1
1871- 72	30,1	21,9	18,3	4,8	1,9	3,0
1872- 73	27,2	31,0	5,1	9,9	2,1	2,3
1873- 74	25,1	32,9	6,3	15,5	2,4	3,2
1874- 75	38,1	31,0	1,4	14,1	1,6	0,7
1875- 76	20,4	40,7	0,3	23,3	2,4	2,8
1876- 77	37,0	29,5	0,1	18,6	3,2	3,0
1877- 78	24,8	35,3	0,1	18,8	4,9	5,4
1878- 79	30,2	40,6	0,1	9,9	3,6	-
Média 1879-80	22,0	35,9	-	20,0	5,4	-

Fonte: Proposta e Relatórios apresentados a Assembleia Geral Legislativa pelos Ministros e Secretários de Estado dos negócios da Fazenda; Falas de Presidentes da Província da Bahia; Cálculos GTEP/CPE. In, GONÇALVES DOS SANTOS. 2007, p. 80.

Este quadro desanimador permaneceu na década seguinte, sempre puxado pela queda do açúcar no quadro das exportações. O cacau manteve um ritmo de crescimento tímido, porém constante. O café apresentou um bom desempenho, consequência das dificuldades que a grande lavoura paulista sofreu em se adaptar com as mudanças nas relações de trabalho, o que favoreceu as regiões onde este produto era incipiente.

Segundo Barickman, as receitas totais não aumentaram após 1860, para uma população em crescimento isso equivalia a um declínio na renda oriunda deste comércio exterior. A participação do açúcar na pauta das exportações baianas caiu para 30% na década de 1870, entrando em colapso após 1880. Em 1889 a Bahia exportou apenas 114.268 arrobas de açúcar, o equivalente a 3% do que exportara em média em meados do século. Em 1910 as exportações deste produto eram menos de um quinto dos níveis alcançados na década de

1850²¹⁷. Este desempenho se refletiu na perda de posição da Bahia no quadro nacional das exportações de longo curso.

Mas, enquanto a Bahia perdia espaços no quadro nacional das exportações de longo curso, o aumento da demanda interna atraía investidores para os negócios da navegação da cabotagem, inclusive para a navegação costeira, que visava o abastecimento do mercado soteropolitano. A evolução da legislação a respeito da navegação de cabotagem revela o conflito que passou a existir entre nacionais e estrangeiros na disputa por este mercado.

Cabotagem...

A Carta Régia de 28 de janeiro de 1808 franqueou a todas as nações da terra os portos do Brasil, permitindo a estrangeiros o comércio direto de importação e exportação com todos os países, o que, até então, só era possível por intermédio de Lisboa e do Porto²¹⁸. Este decreto e o que lhe seguiu em junho do mesmo ano, estabeleceu uma taxa de 16% para as mercadorias transportadas em navios portugueses e de 24% para as conduzidas em embarcações de outras nações, exceto a Inglaterra, que conseguiu inclusive baixar este imposto para 15%. No entanto, não se cogitava a navegação de cabotagem entre os portos marítimos e fluviais do país. O alvará de quatro de fevereiro de 1811 estabeleceu a grande cabotagem exclusivamente a portugueses, seja nos domínios da Coroa e entre esses e o Brasil. Após a independência, a regulação da navegação de cabotagem deu-se com o Decreto de 22 de junho de 1836, que normatizou as atividades das Alfândegas e Mesas de Rendas. Garantindo o privilégio para os navios nacionais:

Os gêneros e mercadorias de produção e manufatura nacional, e os estrangeiros, que já tenham sido despachados para consumo em alguns dos portos do Império, só poderão ser importados de uns para outros portos dele em barcos estrangeiros, serão havidos e tratados como estrangeiros, de novo importados no Império, ficando sujeitos a direito de consumo, e a embarcação que os trouxer á multa do art. 160, por falta de manifesto²¹⁹.

Só serão qualificados brasileiros os barcos construídos no Império e os cascos estrangeiros, que já se acham como propriedade brasileira, cujos proprietários e comandantes forem cidadãos brasileiros²²⁰.

²¹⁷ BARICKMAN. Op. Cit. P.84.

²¹⁸ COSTA, Affonso. *A Marinha Mercante - O problema da atualidade*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1917. P. 12.

²¹⁹ Decreto de 22 de junho de 1836. Art. 307.

²²⁰ Decreto de 22 de junho de 1836. Art. 308.

O artigo 309 estabeleceu que os navios estrangeiros só pudessem fazer comércio de cabotagem em caso de guerra externa ou interna e mesmo assim, dependendo de permissão por parte das autoridades nacionais. Em 19 de setembro de 1860, o decreto n. 2647 reafirmava em seu artigo 486 a exclusividade do transporte de gêneros e mercadorias entre portos para as embarcações nacionais:

As mercadorias ou gêneros não compreendidos nas disposições do art. 486, que forem transportados de um para outros portos alfandegados do Império, em navios estrangeiros, serão tratados como si procedentes de portos estrangeiros, ainda que nacionais sejam, e não o sendo, ainda que já tenham pagado direitos de consumo²²¹.

Então, se exigia para que a embarcação fosse considerada brasileira ser propriedade de brasileiro, sem que nela houvesse parte alguma de estrangeiro; residir o seu proprietário no Brasil, mesmo que a embarcação não lhe fosse exclusiva; ser comandada por capitão brasileiro, com residência no Império. Ficava então permitido às embarcações estrangeiras dar entrada por franquia em um porto e seguir para outro, no país, dentro do prazo regulamentar; entrar por inteiro em um porto e seguir para outro, dentro do Império, com toda a carga ou parte dela, despachada para consumo ou reexportação; transportar colonos, passageiros e suas bagagens, de acordo com as exigências do fisco; transportar de porto a porto do Brasil, gêneros e mercadorias por ordem do governo, em caso de fome, peste, necessidade de pronto socorro, guerra interna ou externa, vexames e prejuízos causados à navegação e comércio nacional por cruzeiros ou forças estrangeiras; desembarcar em qualquer porto do Império mercadorias carregadas em outro porto nacional, no caso de variação, arriba forçada e força maior. Dois anos depois, a lei n. 1.177 de nove de setembro de 1862, orçamento para o exercício de 1863 e 1864, trouxe em seu artigo 23:

Fica o governo autorizado:

1º, a alterar as disposições vigentes acerca da navegação de cabotagem, permitindo às embarcações estrangeiras fazer o serviço de transporte costeiro entre portos do Império em que houver alfândegas, e prorrogando por mais tempo os favores anteriormente concedidos.

2º, a dispensar as embarcações brasileiras do limite prescrito para o número de estrangeiros que podem pertencer à tripulação e da exigência relativa à nacionalidade dos capitães mestres²²².

²²¹ Decreto de 19 de setembro de 1860. Art.488.

²²² Art. 23, lei n. 1.177 de nove de setembro de 1862.

Esta medida criou uma concorrência entre embarcações estrangeiras e nacionais, o que, segundo Affonso Costa, trouxe grande prejuízo à marinha nacional²²³. Visando minimizar as consequências desta medida, em 1873 fora concedido aos nacionais a completa isenção sobre impostos de ancoragem; um prêmio, não excedente a 50\$, por tonelada, aos navios construídos no Império de arqueação superior a 100 toneladas; isenção do serviço ativo da guarda nacional, em tempos de paz, aos oficiais e operários em efetivo serviço nos estaleiros nacionais de construção; isenção de impostos de transmissão de propriedade à primeira venda de embarcação construída em estaleiro nacional; isenção de imposto de indústria e profissão aos estaleiros de construção de navios; isenção de recrutamento quer para o exército ou marinha, salvo em caso de guerra, aos brasileiros que fizessem parte das tripulações de navios nacionais, enquanto se conservassem em serviço efetivo.

Todas estas vantagens tornaram atraentes os investimentos na navegação da cabotagem. Este comércio de cabotagem exercia um domínio econômico desde a região são-franciscana até o sul da província da Bahia, sendo que, ao norte, a praça sergipana possuía uma quase dependência do comércio baiano. Esta movimentação atingia também de Pernambuco ao Amazonas, com o escoamento de algodão, açúcar, farinha de mandioca, biscoitos, coco e outros. Do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul, ao sul, exportando aguardente, cal de marisco, açúcar, café e importando batata, carne seca, legumes, peixes em salmouras, madeiras, couros, charque, etc.²²⁴.

Após 1850, São Paulo aqueceu a relação com o comércio da cabotagem da Bahia por conta da aquisição de escravos, sempre fazendo escala no Rio de Janeiro. Em geral, as províncias que estabeleciam rotas comerciais de cabotagem com a Bahia eram Sergipe, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, São Paulo e Santa Catarina. Já os portos localizados em Santo Amaro, Cachoeira, São Félix e Nazaré, faziam uma ativa navegação de pequenos barcos a vela e a vapor com o porto de Salvador, por meio dos rios Sergi, Paraguaçu e Jaguaribe, aonde chegavam embarcações também destinadas a Maragogipe e Pão de Açúcar. Ao norte da província, limitando-se com Sergipe, entre o Rio Real e seus afluentes. A barra do Rio Real,

²²³ COSTA. Op. Cit. P. 18.

²²⁴ NASCIMENTO, Iolanda Maria. *O comercio de cabotagem e o tráfico interprovincial de escravos em Salvador (1850-1880)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Centro de Estudos gerais- Universidade Federal Fluminense, 1986. P. 40.

devido sua largura, servia de ponto de embarque para diversas produções tais como cereais e açúcar, apesar da violência das marés²²⁵.

Ao sul, até a barra do Jequitinhonha, os principais portos eram Morro de São Paulo, Camamu, Barra de Rio de Contas, Ilhéus, Prado, Belmonte, Porto Seguro, Alcobaça e Caravelas. Ainda faziam comércio com Salvador os portos de Itapicuru, Vila Viçosa, Subauma, Canavieiras, Inhambupe, Abadia, Santa Cruz, Torre e Valença²²⁶.

Entre os anos de 1853 a 1855, por exemplo, o total de embarcações envolvidas no trânsito entre estes portos locais foi de 3.981, mais do que o dobro das embarcações envolvidas entre províncias com carregamento de gêneros nacionais, que chegou a 1.091, no mesmo período. Já as rotas do comércio entre províncias com carregamento de gêneros estrangeiros, chegaram a totalizar 5.563 navios passados por Salvador²²⁷. A partir dos mapas estatísticos da década de 1870, tem-se o comparativo da movimentação de cabotagem para embarcações nacionais e estrangeiras em Salvador:

TABELA 5 – Movimento de navegação de cabotagem no porto de Salvador 1871/1875 – 1878/1880

NACIONAIS				ESTRANGEIROS		
ANO	NUMERO DE NAVIOS	TONELAGEM ²²⁸	EQUIPAGEM ²²⁹	NUMERO DE NAVIOS	TONELAGEM	EQUIPAGEM
1871/72	608	225.658	11.476	283	163.432	5.768
1872/73	549	189.500	12.221	181	145.510	4.822
1873/74	507	227.257	12.172	209	161.890	5.069
1874/75	459	329.017	12.389	392	369.798	12.475
1878/79	345	243.704	10.826	487	405.069	13.015
1879/80	584	186.207	10.114	254	254.295	5.175

Fonte: APB - Mapas Estatísticos 1871/72, 1873/74, 1874/75, 1878/79, 1879/80.

²²⁵ NASCIMENTO. Op. Cit.

²²⁶ Idem.

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ Capacidade da embarcação.

²²⁹ Conjunto de pessoas que asseguram o serviço do navio.

No movimento entre províncias com carregamento de gêneros nacionais destacavam-se os azeites e óleos de origem animal e vegetal, fibras vegetais, cacau, café, couro, tecidos, chapéus, cereais e outros para Sergipe, Alagoas, Rio de Janeiro, Amazonas, etc. Entre os importados de Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Rio Grande do Sul, estavam os seguintes produtos: aguardente, açúcar, café, fumo, farinha de mandioca, etc. Já as mercadorias comercializadas entre províncias com carregamento de gêneros estrangeiros compreendiam os tecidos de linho e seda, as carnes e peixes preparados, os cereais em conserva, além de azeite, maquinaria, etc²³⁰.

O tipo de mercadoria envolvido nas rotas entre estes portos locais era geralmente constituído por produtos de subsistência, de valor comercial inferior ao das duas outras linhas. A exceção ficava por conta das maquinarias de peças para engenhos e fábricas. Inicialmente, o mercado de cabotagem ocupou uma posição secundária, uma vez que a produção de gêneros primários estava empenhada, principalmente, no comércio internacional. A valorização gradual da importância deste comércio deu-se com o desenvolvimento do mercado interno, aumento da população e instabilidade dos produtos brasileiros voltados para exportação. A deficiência das estradas que ligavam os centros produtores e consumidores fortaleceu as rotas marítimas e fluviais como ligações para o fluxo das mercadorias que visavam o abastecimento das áreas mais densamente povoadas e vinculadas à pequena cabotagem, ou costeira, que ligava o porto de Salvador a estes centros.

Na Bahia, os principais produtos exportados por cabotagem eram: o açúcar, aguardente, algodão, alho, animais (vivos e dessecados), azeite (mamona e baleia), cacau, café, carnes, cebola, cera, cereais, charutos e cigarros, coco e coquilhos, cola, couros, diamantes, doces, farinha de mandioca, flores artificiais, frutas, fumo, legumes, louça, madeira, mel, melaço, mobílias, ossos, ouro, peixe salgado, rapé, redes e esteiras, sal e tamancos²³¹. O comércio costeiro tinha como característica principal o abastecimento de gêneros de primeira necessidade. Esta cultura de subsistência estava restrita nas comarcas do litoral sul da Província e em pequena escala no Recôncavo, além da região da Serra Geral e do alto sertão são-franciscano, que desenvolveu policulturas, além da criação animal. A produção dos principais gêneros, como por exemplo, a farinha de mandioca, o feijão e o milho, não era suficiente para o consumo da capital e do Recôncavo, o que causava carestia e escassez²³². De acordo com Barickman, o arroz (5%), o milho (6,0%) e o feijão (1,3%)

²³⁰ NASCIMENTO. Op. Cit.

²³¹ SOARES, Sebastião Ferreira. *Estatística do comércio marítimo do Brasil – 1869/70 – 1870/71*.

²³² NASCIMENTO. Op. cit. P. 10.

correspondiam a 12% dos gêneros que davam entrada no Celeiro Público, já a farinha de mandioca abrangia os demais 88%²³³.

Canoas e barcos com alimentos para a cidade chegavam a Salvador não apenas através da baía, mas saíam de vários portos costeiros ao sul e navegavam por trás de ilhas, mantendo-se no mar aberto só por curtas distâncias entre um e outro ponto de proteção. De Maraú, por exemplo – a 135 quilômetros de Salvador em linha reta -, e de qualquer ponto da extensa baía de Camamu, era fácil chegar, por uma curta enseada, a uma grande ilha, atrás da qual era possível, “navegando em rio morto”, passar por Cairú e Valença, outras áreas de produção de alimentos, até um ponto ao norte do morro de São Paulo. Atravessando outro pequeno trecho aberto chegava-se à ponta meridional da ilha de Itaparica, onde um barco podia juntar-se a todos os outros que desciam o rio de Nazaré e Jaguaripe. Caso o clima estivesse propício, dali seguia direto para a cidade, mas se fosse necessário, atravessavam para o que era chamado de “a barra falsa”, entrando no estreito até Itaparica e emergindo na ponta setentrional da Ilha, de onde já avistavam a cidade do outro lado de sua baía maravilhosamente protegida. Embora aumentasse o tempo de viagem, essa rota possibilitava aos pequenos barcos escapar de ventos fortes e tempestades perigosas²³⁴. Os barqueiros calculavam que a travessia Camamu a Salvador podia durar 24 horas, dependendo do clima, e os navios do Rio de Janeiro levavam cinco dias, nas mesmas condições²³⁵.

Os tipos de embarcações que esta atividade trazia e que compunha o colorido da região portuária eram canoas e saveiros. As canoas eram mais numerosas e mais solicitadas para a pesca, já os saveiros eram embarcações versáteis e tinham um uso mais variado, como pesca, transporte de passageiros ou de cargas. Costumavam trazer consigo:

Lenha e carvão de Itaparica e Jaguaribe, café e cacau de Nazaré, farinha, bananas, laranjas, verduras de Maragogipe, charutos e fardos de fumo de fumo de Cachoeira, e São Félix (...). E a tarde regressava, levando para seus portos de origem, entrando rio adentro, conduzindo os produtos importados, a farinha de trigo, o querosene, os gêneros alimentícios que vêm do sul e do norte. Cada Saveiro pode conduzir cargas numa média diária de quarenta mil volumes no montante do movimento geral²³⁶.

Já o Saveiro ocupou um papel importante na formação econômica e cultural baiana. A origem dessas embarcações típicas da Bahia está na Índia. A sua tecnologia de construção

²³³ BARICKMAN. Op. Cit. P. 91.

²³⁴ GRAHAM. Op. Cit. P. 140-141.

²³⁵ Idem. P. 142.

²³⁶ TAVARES, Odorico. *Bahia: imagens da terra e do povo*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967. P. 96-97.

também foi trazida para as terras brasileiras pelos portugueses, no século XVI. A origem do seu nome vem dos ancestrais saveleiros, embarcações utilizadas nos rios de Portugal para a pesca de um peixe chamado sável (ou sávalo). Outra hipótese de origem relaciona a maneira de construir estes barcos, primeiro o esqueleto e depois seu fundo e costado de tábuas topo a topo, assim como o corte transversal em U na altura da caverna mestra, o que permite identificar uma tradição mediterrânea tardia, que se filiaram os navios dos Descobrimentos. O Saveiro prestou importante contribuição para o desenvolvimento de entrepostos e portos marítimos que evoluíram para assentamentos em toda a região. Foram os grandes responsáveis pelo escoamento da produção de tabaco e açúcar dos vales do Paraguaçu e Subaé, do azeite-de-dendê e piaçava (Recôncavo Sul) e pela troca de mercadorias, notadamente na cadeia de gêneros alimentícios (farinha, frutas, carne de fumeiro, caixas de açúcar), barris de cachaça, balaios de compras, peças de madeira, mudanças, materiais da construção civil, artesanato, mobiliário, animais vivos de pequeno e médio porte (galináceos, caprinos e suínos), dentre diversos outros produtos oriundos do Grande Recôncavo, além dos industrializados vindos da Capital, através da via marítima de abastecimento entre as localidades dessa região e a Cidade da Bahia²³⁷.

Dentre os produtos que eram chegados pelas embarcações, os mariscos eram uma fonte suplementar de proteína. Nos próprios engenhos e fazendas de cana, localizadas perto da baía, havia os cativos que exerciam a função de mariscadores e que apanhavam caranguejos, ostras e camarões, pois estes serviam tanto para a dieta dos escravos quanto para o comércio em menor escala²³⁸. Já os cereais expostos à venda eram recolhidos no celeiro público, seus cômodos eram alugados para a venda, com pagamento de 20\$000 a saca, além de taxas que dificultavam o comércio dos pequenos comerciantes²³⁹. Os produtos manufaturados mais simples, de produção quase artesanal, geralmente faziam parte de produções em pequena escala, muitas vezes em sistemas familiares como: olarias, curtumes, fábricas de vassouras e velas²⁴⁰.

A propagação das epidemias de cólera morbos e da febre amarela entre 1850 e 1855 em Salvador e a seca observada no sertão, forçaram a uma restrição na exportação de cabotagem, o que foi compensado com aumento do valor comercial dos produtos e subida dos fretes de exportação, beneficiando aqueles que lucravam com as importações, estas, por sua

²³⁷ MASCARENHAS, Claudio; PEIXOTO, José Augusto. Saveiros de Vela de Içar: 400 anos de história Ameaças, Potencialidades e Propostas. In *Revista VeraCidade* – Ano IV - Nº 5 – Outubro de 2009.

²³⁸ BARICKMAN. Op. Cit. P. 93.

²³⁹ NASCIMENTO. Op. Cit. P. 11.

²⁴⁰ GONÇALVES DOS SANTOS. Op. Cit. P. 62.

vez, estimuladas devido à queda da produção²⁴¹. Uma rápida recuperação nas exportações de cabotagem aconteceu entre 1862 e 1863, voltando a decair até 1867, quando a Guerra do Paraguai trouxe novo desequilíbrio na economia baiana. Foi principalmente das lavouras de fumo e cana de açúcar que saíram à maioria dos 18.725 combatentes recrutados na Bahia. Uma nova recuperação ocorreu entre 1869-70²⁴². Entre os anos de 1871 e 1872, a exportação pela grande cabotagem movimentou com o Rio de Janeiro 1.007:23\$161, dos quais 572:190\$702 estavam vinculados à venda de fumos e derivados, 148:972\$599 era de couro não curtido, ou em cabelo, além de destacarem-se também o açúcar, o algodão e o café, com valores abaixo de 100:000\$000²⁴³.

A importação para o mesmo período com a Capital Federal movimentou 527:154\$211, dos quais 221:754\$008 advinham do comércio de fumo e preparados, seguido de 71:726\$755 em legumes. A mesma balança favorável observada no comércio com o Rio de Janeiro não se repete nos dados gerais do comércio de cabotagem. Entre 1871-72, a exportação baiana para outras províncias foi de 3.198:900\$442 e os valores totais das importações foram de 9.517:190\$737, portanto um déficit de 6.318:290\$295. O maior déficit estava com o comércio do Rio Grande do Sul. A Bahia exportou para lá 231:310\$084 e importou 4.412:474\$288, dos quais 4.172:432\$971 eram de carnes de charque²⁴⁴.

²⁴¹ NASCIMENTO. Op. Cit. P. 20-21.

²⁴² Idem. P. 22.

²⁴³ FERREIRA. Op. Cit. P. 4.

²⁴⁴ Idem.

TABELA 6 – Navegação de cabotagem na Bahia – em toneladas/ 1850 – 1879

EXERCÍCIOS	ENTRADA	SAIDA	TOTAL	EXERCÍCIOS	ENTRADA	SAIDA	TOTAL
1850/51	67.392	71.339	138.731	1865/66	81.463	48.967	130.430
1851/52	94.727	77.599	172.326	1866/67	99.017	59.897	158.914
1852/53	116.868	89.227	206.095	1867/68	241.199	171.790	412.989
1853/54	84.981	72.696	157.677	1868/69	123.783	152.634	276.417
1854/55	74.000	52.635	126.635	1869/70	126.112	158.096	284.208
1855/56	69.908	50.184	120.092	1870/71	121.505	120.098	241.603
1856/57	57.104	53.177	110.281	1871/72	138.631	135.368	273.999
1857/58	47.673	49.145	96.818	1872/73	545.965	492.743	1.038.734
1858/59	53.458	50.680	104.138	1873/74	556.965	507.612	1.064.577
1859/60	46.180	48.862	199.180	1874/75	-	-	-
1860/61	85.750	42.907	128.657	1875/76	248.319	238.325	486.644
1861/62	99.968	63.211	163.179	1876/77	258.997	270.555	529.552
1862/63	100.266	59.915	160.181	1877/78	257.100	290.974	548.074
1863/64	74.918	57.019	131.837	1878/79	258.048	280.764	538.812
1864/65	89.952	50.359	140.311	-	-	-	-

Fonte: propostas e relatórios apresentados a Assembleia Geral Legislativa, pelos Ministros e Secretários dos Estados dos Negócios da Fazenda.

Das nove províncias que mantinham um comércio mais ativo com a Bahia, seis delas exportavam legumes para a capital baiana, o que revela a precariedade da lavoura de subsistência. Outro dado importante é que nesse período a Bahia tornava-se importadora de açúcar para outras províncias²⁴⁵. O maior incentivo às exportações de cabotagem veio do desenvolvimento do setor manufatureiro e fabril da província. Esta atividade possuía então uma característica artesanal, compreendendo indústrias simples com precário uso de máquinas, sobretudo indústria de alimentos como: biscoitos, pães, macarrão e massas em geral, além de sabão e bebidas. Compreendia também indústrias intermediárias com uso de pequena tecnologia, calçados, cortume, chapéus, cigarros, material de transporte, etc. e indústrias complexas com mecanização mais intensa e maior uso de energia, como fiação e

²⁴⁵ GONÇALVES DOS SANTOS. Op. Cit. P. 70.

tecelagem, papel, cimento, vidro, fósforos, construção naval, etc.²⁴⁶. O comércio mais intenso da Bahia se dava com Sergipe e Alagoas. Abaixo, podemos conferir as cifras de exportação baiana para outras províncias entre os anos de 1872 e 1873:

TABELA 7 – Valores de exportação dos principais produtos de cabotagem para outras províncias 1872/73

DESTINO	VALORES
Alagoas	227:266\$868
Ceará	47:778\$864
Espírito santo	20:831\$925
Maranhão	58:549\$234
Pará	130:585\$920
Paraíba	2:720\$640
Pernambuco	3:194\$200
Rio de Janeiro	753:241\$707
R. G. do Norte	526:830\$822
R. G. do Sul	1:416\$240
Santa Catarina	250:481\$386
São Paulo	10:750\$310
Sergipe	97:017\$980
TOTAL	351:338\$898

Fonte: APB - Fala do Presidente da Província - 1874.

A indústria metalúrgica – fundição, ferragens e máquinas, com 14 estabelecimentos – era a que mais contribuía para a navegação costeira, produzindo peças para as embarcações a vapor. Geravam também fabrico de moendas, caldeiras e demais aparelhos para fabrico de açúcar. Já a indústria naval contava com estaleiros particulares em Salvador, Ilhéus, Cairú, Porto Seguro, Alcobaça, Camamu, Estância, Prado, São Francisco, Taperoá e também com o Arsenal da Marinha, auxiliados pela indústria madeireira.

²⁴⁶ NASCIMENTO. Op. Cit. P. 26.

A própria exportação estimulava a indústria têxtil, devido à necessidade de fabricação de sacos para enfiamento de gêneros. Assim, das dez fábricas da indústria têxtil na Bahia, sete estavam em Salvador, duas em Valença e uma em Cachoeira. Forneciam ainda tecidos para vestimenta dos escravos e para todas as províncias do Império. Além destas atividades, a venda de cal e cerâmica também animou as exportações e somou para a renda interna através do imposto de indústria e profissão, nos primeiros anos da década de 1870.

Em geral, além do serviço prestado ao abastecimento da cidade, o investimento do Governo Imperial para melhoria do comércio de cabotagem e navegação justificava-se pelo retorno em arrecadação de impostos. O governo provincial realizou investimentos visando o desenvolvimento da cabotagem e navegação, inversões que eram sustentadas pela arrecadação de impostos. Foram melhoramentos no porto, construção do edifício da Alfândega (que em vinte anos consumiu 1.539:758\$381), construção de faróis, quebra-mar, cais, investimentos indiretamente direcionados à cabotagem, como estradas de ferro e rodagem, iluminação a gás e subsídios concedidos à Companhia de Navegação a vapor para barateamento dos fretes. No entanto, a companhia estava obrigada a realizar obras de melhoramentos para facilitar a comunicação entre as zonas de produtoras e o centro consumidor²⁴⁷.

A contrapartida para a província era a sua quota na arrecadação. A Receita Geral Imperial era distribuída em Renda Ordinária, correspondente à importação para consumo obtida através dos direitos de importação; Renda de Exportação oriunda dos direitos de Exportação; Despachos Marítimos que eram impostos sobre faróis, docas, armazenagem, etc.; Renda do Interior oriunda das estradas de ferro, serviços públicos, terrenos diamantinos, venda de selos e papéis, impostos sobre indústrias de profissão, loterias, impostos sobre gado, imposto territorial, taxa de escravos, etc.; Renda Extraordinária e Renda com aplicação especial, recaindo sobre produtos animais ou mensais de operações de empréstimos ou sobre produtos já tributados. Portanto, a máquina fiscal estava diretamente ligada ao comércio de cabotagem e se fazia presente pelas repartições da Alfândega, Consulado, Recebedoria, Mesas de Rendas e Coletorias. A Alfândega era responsável pela maior arrecadação da província, bem como do direito de exportação, sua fonte básica de arrecadação, apesar da reclamação dos lavradores e exportadores sobre a sua cobrança.

Até o terceiro quartel do século XIX a Bahia tinha grande importância na arrecadação alfandegária, só sendo superada pelo Rio de Janeiro, maior redistribuidor de mercadorias para outras províncias. Pernambuco rivalizava em mercado e mercadorias com a Bahia,

²⁴⁷ NASCIMENTO. Op. Cit. P. 28.

principalmente com o açúcar e aguardente vendidos a Sergipe, Alagoas e capital Federal²⁴⁸, pois veio depois a perder importância nacional. Arlindo Fragoso informou que em 1910, a Bahia respondia pela sexta arrecadação alfandegária do Brasil, tendo obtido a cifra de 17.222:963\$324. Sendo assim, ficou atrás do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Pará, do Amazonas e de Pernambuco²⁴⁹. Ainda assim, não restam dúvidas quanto à importância dos Serviços de Navegação para as Receitas do Estado. Em 1914, a Renda total da Bahia fora de 15.661:123\$333, sendo que as Receitas oriundas das Estradas de Ferro respondiam por 1.153:184\$417. As de serviços de Navegação 2.321:128, a Renda dos Títulos de domínio do Estado 184:148\$500 e as receitas das Taxas e Impostos 11.989:367\$109²⁵⁰. A importância do comércio de cabotagem para o desenvolvimento regional foi assim analisado por Iolanda Maria do Nascimento:

Em linhas gerais, o comércio de cabotagem foi um fator de relevo no desenvolvimento regional. Nele se realizou importante acumulação de capitais por intermédio da arrecadação do imposto de exportação, contribuindo para a receita da província, que transferiu tais recursos para outros setores da economia da região, principalmente em subvenções às companhias de navegação. Esta transferência se fez diretamente pelo estímulo de outras atividades econômicas, como as atividades manufatureiras e fabris e principalmente nos anos de 1873 em diante, quando da crise econômico-financeira da província acarretando a elevação da taxa de descontos o que provocou a imigração de capitais empregados no comércio para os centros agrícolas, aumentando assim a produção de gêneros; e indiretamente, através da arrecadação de impostos²⁵¹.

Temos então que o aumento populacional na Bahia fez crescer o consumo de gêneros alimentícios, exigindo maior abastecimento de bens de consumo e ampliando o movimento comercial nos mercados regionais. Junto a estes, toda uma população flutuante de marinheiros, navegantes e escravos, a serem alimentados, contribuía para aquecer este comércio. A pequena cabotagem funcionou como mais um elo da corrente que unia a grande cabotagem e a navegação de longo curso no escoamento das produções locais, nacionais e estrangeiras. Cabe ressaltar que a importância do comércio de cabotagem foi tão grande que este chegou a subsidiar o de longo curso, quando da queda das exportações nos mercados externos, tornando-se a melhor alternativa para investimentos de capitais por parte dos grandes comerciantes. Além do mais, a economia escravista de exportação fez desenvolver um mercado urbano e rural de abastecimento, o que incentivou o crescimento extensivo do

²⁴⁸ Idem. P. 33.

²⁴⁹ FRAGOSO. Op. Cit. P. 14.

²⁵⁰ Idem. P. 164.

²⁵¹ NASCIMENTO. Op. Cit. P. 34.

mercado interno. No entanto, estas mesmas relações limitavam as possibilidades deste mercado interno de relacionar-se com as mudanças qualitativas observadas na economia mundial.

Historicamente, nem sempre a defesa do liberalismo esteve associada a não regulação de mercado. De um lado, havia a penetração das relações capitalistas por meio das transformações que se operavam em nível mundial, e, conseqüentemente, pressionavam para as alterações dos padrões de consumo, bem como de organizações da produção, estas, que chegavam ao Brasil através dos investimentos na reestruturação urbana e da modernização dos meios de transportes. Por outro lado, os setores sociais acomodados pelo processo de acumulação primitiva, permaneciam hegemônicos, e utilizavam sua influência para manter o seu padrão de existência, ou ainda, estes mesmos se utilizavam dos capitais acumulados que migravam para as novas atividades que surgiam, associando-se, e com isto fizeram perpetuar a manutenção dos setores dominantes, e em alguns casos, trouxeram certos aspectos da cultura anterior, limitando o alcance social destas transformações. Veremos adiante que os discursos acerca do papel do estado entre estes dois campos, muitas vezes, confundiam-se com a apropriação de argumentos liberais por parte de setores conservadores ou de defesa de políticas de intervenção, por parte de defensores do liberalismo. Mas antes de adentrarmos neste debate de ideias, vamos, no capítulo seguinte, conhecer quem eram os atravessadores e açambarcadores, por meio de suas atividades, as suas relações e os seus investimentos.

CAPÍTULO 3 - AÇAMBARCADORES E ATRAVESSADORES

Na Rua Nova do Comércio concentravam-se as agências de transportes marítimos de longa distância, todas nas mãos de estrangeiros, principalmente ingleses, que se beneficiaram com a abertura dos portos do Brasil. No prédio número um estava a Cia de paquetes entre Southampton, Brasil e Rio da Prata, sob a direção da firma F.P. Wilson & Cia, adiante a agência da Cia de Vapores entre Liverpool, Brasil e Rio da Prata, dirigida por Benn & Cia, ao lado dessa nova rua, na direita do comércio, tinha o escritório da Cia de Navegação a Vapor Luso-Brasileira, cujos vapores partiam de Lisboa com destino à corte do Império, fazendo escalas na ilha de Madeira, em Pernambuco e na Bahia. Na Rua do Campo Santo ficava o escritório da Empresa de Navegação a Vapor Santa Cruz, cujo proprietário era o industrial e ex-trafficante de escravos Antônio Pedroso de Albuquerque²⁵².

A ascensão dos ingleses na praça baiana se deu após a independência. Ainda que certos setores desejassem a nacionalização do comércio, os portugueses não foram substituídos pelos brasileiros uma vez que os capitais disponíveis não eram suficientes para financiar as atividades econômicas. Enquanto os ingleses se fixaram nas atividades de importação e exportação do porto soteropolitano, os nacionais e portugueses permaneceram com a intermediação entre exportadores e os produtos agrícolas, redistribuindo as mercadorias importadas e controlando o comércio regional e interprovincial, em torno da qual se desenvolvia a navegação de cabotagem e o tráfico de escravos.

Da variedade do comércio realizado por meio da navegação de cabotagem e costeira, e de complementariedade terrestre, destaca-se, para interesse desta pesquisa, as rotas de abastecimento de carne e de farinha de mandioca.

Os comércios de carne charqueada, e de carne verde...

Parte da carne que abastecia o comércio baiano vinha de importações trazidas do Rio Grande do Sul e da região do rio da Prata, outra parte vinha do sertão são-franciscano. A pesquisadora Cleide Chaves analisou em sua dissertação de Mestrado, intitulada *De um porto a outro: A Bahia e o Prata (1850-1889)*, o comércio entre estas duas regiões através dos

²⁵² SAMPAIO. Op. Cit. P. 37-38.

comerciantes envolvidos²⁵³. Segundo Chaves, os tratados de comércio liberavam as águas platinas às embarcações brasileiras e beneficiavam a economia do Império, especialmente a Província do Rio Grande, com a isenção de impostos sobre o gado em pé vindos do Uruguai. Nutria-se a esperança de que os charqueadores e comerciantes pudessem suprir as demais Províncias, no entanto, pelo menos até finais do século XIX, o porto da Bahia foi abastecido de carne oriunda da Argentina, do Uruguai e do Rio Grande do Sul²⁵⁴.

Este comércio externo estava estruturado em cotações de câmbio, valor de frete, informes de preços, qualidade e quantidade existentes de produtos, que geralmente eram divulgados pelos periódicos e almanaques que circulavam comumente, além de serem negociados nas próprias casas comerciais. Estruturou-se um sistema organizado principalmente a partir da ingerência do capital inglês, tornando a libra esterlina a moeda principal envolvida nos negócios. No Uruguai havia permissão de circulação de moeda brasileira, além da libra inglesa. E com a criação do banco Mauá no Uruguai, a moeda brasileira passou a circular também nos demais países da bacia do Prata. Os comerciantes baianos encontraram então poucos obstáculos monetários para se instalarem nas casas de comércio e nos pontos de venda da região platina²⁵⁵.

A duração de uma viagem entre Salvador e Buenos Aires era em média 21 dias, sem contar com as paradas nos portos do Rio de Janeiro e do Rio Grande, sendo assim, com a possibilidade de durar até 40 dias. Com a embarcação a vapor, este tempo foi reduzido: de 3 a 20 dias, a depender das escalas²⁵⁶. Da Bahia partiam embarcações carregadas de farinha de mandioca, açúcar, aguardente, tabaco, sal e cacau, e retornavam com carregamento de carne, sebo, e couro, oriundos, principalmente, do Uruguai e da Argentina.

O mercado consumidor da carne de charque era principalmente voltado para os escravos e para a população pobre. A carne importada para o Brasil era desembarcada no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, e a partir destes, espalhava-se para uma ampla rede de distribuição por demais províncias e pelo interior. Salvador abastecia boa parte de Aracaju e Maceió, além do seu próprio litoral, até Ilhéus e Caravelas, e também os sertões, através de tropeiros e caixeiros²⁵⁷. Os preços do produto variaram muito na segunda metade do século XIX, sofrendo com fatores internos e com as crises de superprodução. Na década de 1850, a

²⁵³ CHAVES. Op. Cit. P. 2001.

²⁵⁴ CHAVES. Op. Cit. P. 52.

²⁵⁵ Idem. P. 55.

²⁵⁶ SHWARTZ. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. 1530-1835*. São Paulo: Cia das Letras, 1988. P. 161.

²⁵⁷ MATTOSO, 1978. Op. Cit. P. 244.

epidemia de Cólera Morbos na Argentina quase fechou os portos brasileiros para este comércio, e, evidentemente, colaborou para a elevação dos preços. O Rio Grande do Sul não atendia nem a terça parte do consumo de carne seca do Brasil, que excedia o consumo a mais de um milhão de arrobas por ano. Esta demanda era, portanto, muito dependente da região do Prata²⁵⁸.

Para o comércio com a Bahia, havia uma relação de equilíbrio entre o Rio Grande e os portos do rio da Prata, com uma tendência de preços mais baixos do charque platino, dado o próprio desenvolvimento das charqueadas, e maior domínio das técnicas de produção. Além do charque, o Rio Grande também se constituía em fornecedor de farinha para a Bahia, em períodos de crise.

A duração de viagem dos navios que ligavam Salvador à região do rio da Prata podia durar de 20 a 30 dias, partindo de Montevideo, sendo que nos mapas de entrada e saída das embarcações da Polícia do Porto de Salvador, há registros que o Brigue Goa, consignado a Marinho e Cia, com 225 toneladas de carne, levou 54 dias²⁵⁹, e o iate português Novo São Lourenço, consignado a Costa e Filho e Cia, com 118 toneladas do mesmo produto, teria levado 84 dias²⁶⁰. Chama atenção o fato de que estes prazos que extrapolavam a média se deram em períodos que os comerciantes foram acusados de limitar a entrada do alimento, visando o controle dos preços.

Além da carne charqueada que era abastecida pelo comércio de cabotagem, havia a carne verde que era trazida dos sertões, uma vez que o gado foi, ao longo dos anos, e sob as ordens régias, tangido das zonas litorâneas para o interior da colônia, no intuito de evitar prejuízos às lavouras de cana. O gado de cria espalhou-se da Bahia ao estado de Minas Gerais, atravessou o rio São Francisco, chegou até Sergipe, Pernambuco, Piauí, Goiás, Maranhão e Ceará²⁶¹. O transporte das boiadas que abasteciam a capital baiana era feito por meio de rotas que cortavam ou margeavam o Rio São Francisco, a partir de fazendas e currais, chegando até Feira de Santana.

Era trazido para a capital o gado proveniente do interior, especialmente do noroeste, da cidade de Jacobina e do médio São Francisco, ao norte ao longo do rio Itapicuru e Província de Sergipe, e de lugares mais remotos como as Províncias de Goiás e Piauí. Uma

²⁵⁸ CHAVES. Op. Cit. P. 65.

²⁵⁹ APEB. Mapas de saída e entrada de embarcações – Maço 3194-2, 13/11/1868.

²⁶⁰ APEB. Mapas de saída e entrada de embarcações – Maço 3194-3, 19/01/1876.

²⁶¹ LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos currais do Matadouro Público. O abastecimento de carne verde em Salvador no Século XIX. (1830 – 1873)*. Dissertação de Mestrado. FFCH-UFBa: Salvador, 2009. Pg. 19.

classificação feita em 1865 definiu as três principais áreas de criação de gados do sertão baiano:

Em cumprimento do que me determina Vossa excelência, em data de 31 de dezembro de 1864, passo a fazer as observações de que me sugerirão e a pratica de muitos anos no comercio de carnes verdes me tem mostrado; as terras productoras desta Província que se pode dividir em tres grandes zonas; são a primeira que chamarei de Sertão Baixo colocada no norte da Província, compreende as comarcas de Feira de Santa Anna, Inhambupe, Itapicuru, Geremoabo, Monte Santo e Jacobina; a segunda que chamarei Sertão Alto ou Vale do São Francisco, compreende as comarcas de Sento Sé, Vila da Barra de São Francisco e Urubu; e a terceira Zona chamarei de Caetité, colocada ao ocidente da Província compreende as comarcas de Rio de Contas e de Caetité²⁶².

A feira da Vila da Barra de São Francisco recebia todo o gado de Goiás destinado a Salvador e ao Recôncavo baiano. A importância deste mercado de gado, bem como a de Morro do Chapéu como importante local de descanso e pastagem levou o governo Provincial a solicitar, em 1858, a construção de uma nova estrada ligando estes dois pontos. A intenção era reunir as grandes áreas de pastagens ao longo dos percursos dos rebanhos, até o registro em Feira de Santana, com todo o gado proveniente de Piauí e Goiás, que depois de registrado, abastecia a cidade da Bahia, bem como Cachoeira, Santo Amaro, Capoeira a São João da Mata²⁶³. O superintendente da feira tinha a responsabilidade de supervisionar vários empregados, evitar fraudes e estabelecimento de monopólios. Podia inclusive ordenar prisão de quem fugisse as regras.

Os viajantes marchantes e agentes de gado partiam de Feira de Santana e seguiam em direção às vilas de Cachoeira e Santo Amaro, e margeavam a Baía de Todos os Santos até Salvador, pelas planícies de Cabrito e Pirajá, chegando ao Engenho da Conceição (Largo do Tanque), Fortaleza do Barbalho, até o matadouro localizado nas hortas de São Bento. Outro roteiro era por Alagoinhas, parada importante para a carne que vinha de Sergipe Del Rey, atravessando a bacia do Rio Itapicuru. Dependendo das condições de viagem, as boiadas que pastavam nas soltas de Morro do Chapéu encontravam as que desciam de Pernambuco, através das Vilas de Juazeiro e de Santo Antônio das Jacobinas, e tomavam a direção que margeava o rio Jacuípe até Feira de Santana²⁶⁴.

²⁶² APB – Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província/ abastecimento - carne / 1865 / maço 4630.

²⁶³ LOPES. Op. Cit. P. 24-25.

²⁶⁴ Idem. P. 25.

Com a construção da estrada Feira de Santana a Salvador, concluída em 1859, deu-se a infraestrutura necessária para a atividade de corte venda de carne nos talhos municipais, e o estabelecimento dos Currais do Conselho, onde os animais descansavam por oito dias, antes de serem destinados ao matadouro público. Os Currais do Conselho eram localizados nos limites da cidade, em Cabrito e Pirajá²⁶⁵.

No Matadouro, além do administrador e o escrevente, havia os responsáveis pelo trabalho braçal, que eram os curraleiros responsáveis pela condução do gado do pasto, para preparar os animais ao abate, e também pela condução da carne aos açougues, assim como couros e vísceras; os magarefes, que podiam chegar a cem, executavam matança e o corte, um trabalho considerado duro e sujo, geralmente executado por negros, muitos deles, africanos forros, e por sinal, há registros de que muitas vezes estes aproveitavam para roubar a carne oriunda do trabalho que desenvolviam. Trabalhavam sobre direção do capataz, que era indicado pela Câmara²⁶⁶. Assim, o estágio final do comércio da carne era nos açougues.

As dificuldades eram muito grandes nos caminhos terrestres, as viagens que partiam de Jacobina, se feitas sem paradas longas, duravam de nove até 15 dias. E a partir das províncias além do São Francisco até Feira de Santana, o tempo dobrava ou mesmo triplicava, forçando paradas estratégicas mais longas, para descanso dos bois e das tropas²⁶⁷. De acordo com Richard Graham, mesmo com tudo isso, nem todo gado chegava por terra. Em 1830, cerca de 40% do gado da cidade desembarcava na praia, em lotes de 23 a 50 cabeças, e em 1833, o ancoradouro de Água de Meninos foi designado para o desembarque de reses que partiam para o pasto, no entanto, muitas pessoas desobedeciam a isto desembarcando em outros pontos, vendendo a carne clandestinamente para fugir da cobrança de impostos²⁶⁸.

Além do flagelo das secas, também haviam os atoleiros formados durante os períodos das chuvas. Tudo isto remetia para a possibilidade de parte desta carne dar entrada na capital, pela via marítima, desviada por meio dos portos localizados ao longo do Recôncavo. Durante as secas de 1857/1860, a entrada de gado do São Francisco para Salvador deu-se de forma regular. Já as epidemias da década de 1850 são apontadas como causadoras da falta de carne em Salvador. Situação que se agravava ainda mais, pois nestes períodos, aumentou-se a procura pela carne verde, uma vez que os alimentos marinhos eram suspeitos de causarem

²⁶⁵ Idem. P. 43.

²⁶⁶ GRAHAM. Op. Cit. P. 182.

²⁶⁷ Idem, pg. 30.

²⁶⁸ GRAHAM. Op. Cit. P. 176

contaminação por cólera²⁶⁹, o que fez com que o preço da carne disparasse, chegando ao consumidor a 3\$840 e 4\$480 a arroba²⁷⁰.

Farinha de mandioca...

A farinha de mandioca que abastecia Salvador e sua *hinterland* era produzida em vilas e comarcas localizadas ao longo do litoral baiano, como S. Mateus, Caravelas, Porto Seguro, Camamu, Cairú, aldeia, Maragogipe, e Nazaré, esta última, considerada como grande centro distribuidor para a capital e seu entorno²⁷¹. E com o passar dos anos, outros centros produtores foram surgindo como Alcobaça, Barcelos, Maraú, Valença, Santarém, Barra do Rio de Contas, Cachoeira, Canavieira²⁷², na zona costeira, e também Alagoinhas, Ilhéus, Santo Amaro, e Feira de Santana, na direção do interior do continente²⁷³.

²⁶⁹ REIS DAVID. Op. Cit. P. 113

²⁷⁰ APEB, Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província – Abastecimento – 1855, maço 4630.

²⁷¹ Esta condição de fornecedora da farinha para Salvador fez com que a cidade passasse a ser conhecida como Nazaré das Farinhas.

²⁷² Diário da Bahia – 21 de abril de 1858 - Relatório da Assembleia Legislativa da Bahia, Dr. Bonifácio Nascente de Azambuja.

²⁷³ Fala do Presidente da Província Joaquim Antão Fernandez Leão na abertura da Assembleia Legislativa – 1º de março de 1862.

TABELA 8 - ENTRADA DE FARINHA DE MANDIOCA (EM ALQUEIRES²⁷⁴)

Meses	1861	1862	1863	1864	1865
Janeiro	-	4.294	3.415	2.747	2.695
Fevereiro	-	2.603	2.615	2.056	2.952
Março	-	3.936	5.879	3.940	3.385
Abril	18.860	6.971	3.374	2.269	3.699
Mai	14.846	4.569	4.250	3.121	3.596
Junho	8.047	3.903	3.268	4.197	5.192
Julho	5.360	6.454	3.323	4.109	36.860
Agosto	3.871	6.037	4.120	3.396	5.973
Setembro	2.836	6.796	6.552	3.498	2.675
Outubro;	5.207	1.967	1.602	3.200	2.717
Novembro	3.495	3.291	3.187	3.577	-
Dezembro	2.087	4.634	2.699	2.274	-

Fonte: Entrada de farinha de mandioca no celeiro público – Arquivo Municipal. 1861/64 – Livro 55.1; 1865 – Livro 55.2.

A farinha de mandioca era o mais importante e necessário gênero alimentício, por ser o que nutria a população de Salvador e Recôncavo, especialmente os escravos. Observando a entrada de farinha no Celeiro Público entre os anos de 1861 a 1865, verifica-se a irregularidade deste movimento. Nos meses de abril e maio de 1861, abril, agosto e setembro de 1862, março e setembro de 1863, e julho de 1865, houve uma grande alta na entrada do produto no Celeiro, enquanto no ano de 1864 não se observou alterações significativas neste volume:

O abastecimento era garantido por mar, a partir da saída do produto pelos portos das áreas produtoras do Recôncavo, principalmente de Nazaré das farinhas, embarcados em saveiros e canoas, mas também por meio da importação de farinha oriunda de outras praças. Com a introdução das ferrovias, o escoamento terrestre do produto originário de Feira de

²⁷⁴ Alqueire é uma medida subjetiva, que possui variantes regionais. Na Bahia um alqueire equivale a 4,84 hectares

Santana tornou-se mais fácil, tendo ainda a sua produção ampliada como consequência do desmembramento das grandes propriedades, em pequenas unidades rurais, que assumiram a forma de sítios integrados na lavoura de manutenção²⁷⁵, e também de Alagoinhas, região que começou a se destacar como fornecedora de farinha para a capital a partir de 1860, devida uma postura provincial que determinava o cultivo de subsistência ao menos uma vez por ano, aos produtores alagoinhenses, sendo alguns destes, a mandioca, o inhame, a batata doce, dentre outros. Ilhéus também foi uma região que se destacou a partir da década de 1860, pois em 1864/1865, exportou para Salvador 2.656 sacos de farinha²⁷⁶, no valor de 5:312\$000 e 4.444 sacos, no valor de 6:252\$400, respectivamente²⁷⁷.

Nos distritos produtores de mandioca da antiga Comarca de Porto Seguro, no extremo sul da Bahia, Caravelas, Vila Viçosa, Alcobaça e Prado, tiveram as remessas para a capital reduzidas ao final da década de 1840. Nos distritos de Camamu, Maraú, São Miguel e Rio de Contas, vinculados à antiga Comarca de Ilhéus, a produção de farinha permaneceu crescente, mesmo das décadas de ascensão da economia exportadora com crescimento das demandas de cacau e café. Em Camamu e Valença a produção duplicou, e em Rio de Contas, esse crescimento foi até maior, sendo que em 1864, Ilhéus exportou mais de 2.600 alqueires de farinha, e no ano seguinte, mais de 4.500, dado significativo para uma região que antes não produzia excedente comerciável de farinha.

Já no Recôncavo, Vilas como Nazaré e Maragogipe, que ao final do século XVIII passaram a conhecer a concorrência da produção farinheira com a de açúcar para exportação, a mandioca não foi abandonada. Sendo assim, continuou a fornecer farinha para abastecimento, principalmente da capital²⁷⁸. Jaguaribe superou o excedente comerciável em mais de 30% ao longo do século XIX, e os municípios do entorno da Baía de Todos os Santos, forneciam mais da metade da farinha que dava entrada no Celeiro público de Salvador.

Os lavradores do sul do Recôncavo produziam não só farinha, mas também uma variedade ampla de gêneros para abastecimento do mercado interno. Na feira de Nazaré havia comércio dos seguintes produtos: farinha, feijão, milho, limões, caju, bananas, melancias, ananases, quiabo, repolho, dendê, pepinos, jacas, maxixe, cocos, verduras, ovos, gamelas, algodão em pano, sabão, azeite de dendê, bois, galinhas, frangos, patos e perus, tabaco em

²⁷⁵ POPINO, Rollic E. *Feira de Santana*. Salvador; Itapuã, 1968. P. 107.

²⁷⁶ Uma saca de farinha equivale a 50 kg da mesma.

²⁷⁷ Diário da Bahia – 21 de fevereiro de 1866.

²⁷⁸ BARICKMAN. Op. Cit.

corda e em pó, açúcar, aguardente e rapadura. Durante grande parte do século XIX, foi este mercado o maior centro abastecedor da praça soteropolitana²⁷⁹.

Em todos estes centros temos ação dos atravessadores, que tinham por prática açambarcar o produto direto da fonte produtora, antes mesmo de sua circulação. Em Feira de Santana, não era permitido o comércio de farinha ou qualquer outro gênero alimentício antes das 14h, com o intuito de atender a demanda local²⁸⁰. A depender da circunstância, Salvador poderia desempenhar o papel de exportadora ou de importadora do produto, recorrendo ao comércio interprovincial em épocas de crise, adquirindo farinha proveniente do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Sergipe, e Paraná. E nas épocas em que o mercado externo tornava-se mais atraente ao comerciante, as praças mais alcançadas pela exportação eram Alagoas, Pernambuco, Espírito Santo, Sergipe e Ceará²⁸¹.

A alta observada em 1865 pode ser atribuída à situação política do sul com a guerra do Paraguai, o que estimulou a exportação para o norte do império, não só de farinha, como também de feijão, milho e carne seca. A estabilidade dos dados de entrada no ano de 1864 pode ter ocorrido por conta do controle dos monopolistas, que desviavam o gênero para exportação, e assim, restringindo a entrada ao Celeiro da capital baiana.

A Associação Comercial da Bahia, monopolistas, açambarcadores,...

A cadeia de ligações que compunham as redes de comércio começava pela maioria dos donos de venda que formava o elo inferior, além dos vendedores de rua, num longo sistema de comércio e crédito. Na outra ponta estavam os comerciantes de larga escala, ligados aos senhores de engenho, que participavam do comércio transatlântico, exportadores de açúcar e tabaco, importadores de manufaturados europeus, e muitos deles haviam sido grandes participantes do comércio de escravos. Comerciantes intermediários, mesmo não se envolvendo com o comércio internacional, construía amplas redes com o interior, especialmente nos arredores do Recôncavo, além de abastecer os merceeiros de Salvador e

²⁷⁹ REBELLO, Domingos José Antônio. *Corographia, ou abreviada história geographica* do Império do Brasil (1829), RIGH, 55, p. 5 – 235.

²⁸⁰ RIBEIRO DOS SANTOS. Op. Cit. P. 20.

²⁸¹ Diário da Bahia – 21 de abril de 1858 - Relatório da Assembleia Legislativa da Bahia, Dr. Bonifácio Nascente de Azambuja.

disputar contratos de fornecimento para o exército, bem como vender para instituições como o Hospital de Santa Casa²⁸².

Lojistas e donos de venda não podem ser confundidos com a elite do comércio, eles se concentravam em pequenas vendas e mantinham estoques limitados. Muitos nem eram registrados na Junta Comercial. Do comércio interno, os que possuíam uma prática mais criticada, tanto pela população quanto pelas autoridades, eram os comerciantes de farinha de mandioca e de carne, acusados de impedir a entrada do gênero, estocarem ou deslocarem para outras praças a fim de manipularem com os preços na medida em que provocavam escassez. A forma de organização e atuação política desses e dos demais comerciantes se dava por meio da ACB. Comerciantes, trapicheiros, agricultoras e outros setores que representavam o grande capital baiano foram pioneiros em sua associação de classe.

Criada no dia 15 de julho de 1811, por iniciativa do Governador D. Marcos de Noronha e Brito, o oitavo Conde dos Arcos, que em carta endereçada ao Conde de Linhares, pediu a aprovação da Coroa para a criação de uma casa destinada ao corpo do comércio, onde tivessem lugar as transações, costumes e estilos da classe comerciante na Bahia, a Associação Comercial da Bahia destacou-se como a primeira entidade de classe do Brasil e a mais antiga das Américas. Em 1840, a pioneira Praça do Comércio reorganizou-se como Associação Comercial da Bahia, regida por estatutos próprios, e com os seus administradores eleitos por um colegiado. O advento do primeiro Código Comercial do Brasil - Lei nº. 556, de 25 de junho de 1850, e a instalação do Tribunal do Comércio da Província, em 13 de janeiro de 1851, contribuíram para o fortalecimento da ACB²⁸³.

A postura da Associação Comercial da Bahia reafirmou sua condição principal de órgão de classe que ao relacionar-se com os diversos setores econômicos da Bahia, jamais escapou das tramas políticas. Desde 1840, a ACB passou a ser regida por Estatutos que tratavam de problemas cotidianos, especialmente a contribuição dos associados. Estes Estatutos visavam, do mesmo modo, atender aos interesses econômicos que a entidade representava. Até o final do Império, a Associação manteve-se como entidade representativa dos interesses voltados para os setores ligados à agroexportação, ora colaborando com os grupos dirigentes, quando solicitada, ora tomando iniciativas reivindicatórias em face de questões que afetassem direta ou indiretamente seus associados.

²⁸² GRAHAM, 2013. Pg. 108

²⁸³ Sobre a ACB: GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Associação Comercial da Bahia 175 Anos Trajetórias e Perspectivas*. Salvador: Assembleia Legislativa da Baía, 2011; SANTOS, Mario Augusto dos. *Associação*

De acordo com os Estatutos, a exemplo do que ocorria com as instituições dos operários, era proibido à Associação Comercial da Bahia ter envolvimento direto com a política, no entanto, com o passar dos anos, assumiu um papel menos aparente para diretamente interferir junto às classes dirigentes do Estado e do País. Por essa razão, alinhada ao comportamento da entidade como grupo econômico e as formas e meios utilizados pela Associação para levar suas proposições às instâncias da decisão política, tornaram-na definível como grupo de pressão. A instituição constituiu-se então como entidade política e econômica na medida em que seu conteúdo econômico tornou-se evidente a partir do estabelecimento dos setores de atividade a que se ligavam os sucessivos diretores e do exame de suas reivindicações.



Figura 9:

FONTE ACB, 1879



Figura 10:
FONTE ACB, 1879



Figura 11:
FONTE ACB, 1879



Figura 12:
Fonte ACB

Uma categoria de comerciante muito questionada pela população era o atravessador ou açambarcador, que compreendia um tipo de negociante que atuava como espécie de testa de ferro dos comerciantes de porte e financiadores das transações comerciais inescrupulosas, a ação das autoridades frente a estes geralmente esbarrava na influência política que o segmento possuía. Em fevereiro de 1857, por conta da repressão à compra antecipada de gêneros alimentícios, registrou-se a prisão de alguns desses atravessadores e vendedores de farinha, sendo que todos acabaram sendo soltos no mesmo dia²⁸⁴.

Tornava-se então difícil o controle, ou organização do abastecimento na cidade. Na Câmara travava-se uma luta para exercê-lo, e quando se conseguia, mal dava para mantê-lo, pois as pressões forçavam a queda das medidas adotadas. No caso da farinha de mandioca, as casas comerciais atuavam livremente, interceptando o produto e controlando a quantidade que seria lançada no mercado, armazenavam grandes quantidades de farinha de mandioca, visando o momento oportuno de comercializar, geralmente sinalizado quando estes estavam diante da escassez e conseqüente exploração dos preços. Também se desviava grande quantidade para outros centros consumidores, sempre em busca de uma maior margem de ganho. Com tudo

²⁸⁴ Jornal da Bahia, 10 de Fevereiro de 1857.

isso, a Cidade de Salvador sofria com a desorganização e irregularidades, estando sempre precariamente abastecida, sujeito a disposição dos detentores do capital, representantes das forças dominantes do comércio local.

Os grupos de companhias comerciais controlavam o mercado, ficando então o abastecimento da cidade, muitas vezes, dependentes destes. A relação de parte desses comerciantes de farinha com a Associação Comercial da Bahia, talvez justifique a defesa desta casa pela liberação comercial deste produto. Assim, os grupos associados a esta exercia pressão junto governo provincial, e interferiam para a suspensão de quaisquer posturas, ou medidas, que se confrontasse com seus interesses.

O povo compreendia que era vítima da ação destes manipuladores. Durante a revolta do dia 28 de fevereiro de 1858 a população fazia referência, tanto ao preço da farinha e ao comércio de retalho, bem como pedia a expulsão de portugueses. Clamavam pela deportação de Azevedo, acusado de ser um dos grandes monopolistas de carne, acreditando que com isso se obteria o produto mais barato para o consumo – *“Porque não se enforcam os monopolistas da cidade?”* – Gritavam²⁸⁵. - Entendiam os revoltosos que a razão para o elevado dos preços praticados sobre os produtos alimentares básicos, se dava por conta da manipulação realizada pelos comerciantes.

Acontece que a distribuição da farinha de mandioca na área metropolitana de Salvador fazia-se não apenas nos celeiros, mas também, através de um comércio realizado nos armazéns, alguns escritórios comerciais e no mar. Em se tratando dos celeiros públicos, a farinha era vendida por comerciantes como Domingos Gonçalves Ferreira Bastos, e em barracas da Praça de Santa Bárbara, bem como nos armazéns de negociantes como Barbosa e Sobrinho. Existiram vários escritórios comerciais no ramo como o de José Santos, Souza Lima e Irmãos²⁸⁶, Souza Reisenburger e Cia. No mar, patachos e brigues nacionais como o Calado, Belizário, Conceição, Galeota elíptica, e outros, transportavam o produto sobre responsabilidade de comerciantes, que, além de venderem a farinha no porto ou no mar, faziam-no também em terra, entre eles, destacava-se Antônio Pereira da Silva Paranhos e Joaquim Lopes de Carvalho e Cia²⁸⁷.

Ellen Ribeiro destacou em sua pesquisa acerca do comércio de farinha em Salvador, os seguintes comerciantes que atuaram na praça entre 1850 a 1870: Antônio Ferreira Fontes e Cia, que vendia na Brigue Mercantil, e comercializava com farinha importada de Santa

²⁸⁵ Diário da Bahia – 5 de abril de 1858.

²⁸⁶ Jornal da Bahia – 2 de março de 1860, 4 de abril de 1860.

²⁸⁷ Diário da Bahia – 16 de julho de 1860, 17 de agosto de 1860, 22 de agosto 1860.

Catarina; Antônio Pereira da Silva Paranhos, no Mercado Sta Barbara n. 83; Barbosa e Sobrinho, Rua Nova da Alfândega n.8 e Rua Direita do Comércio, N.44; Costa e Filhos, Rua Nova das Princesas n. 12; Domingos Gonçalves Ferreira, Celeiro Público, na Praça Santa Bárbara e na Rua Direita do Comercio n.7; Joaquim Lopes de Carvalho e Cia, Brigues Nacionais, Belizário e Conceição; José Dias Ferreira Mendes, Patacho Amazonas e Rua Nova do Comercio n.13, 3º andar; José D. Sanctos; Manuel José Ferreira Júnior, Rua dos Algibebes n. 9; Matheus dos Sanctos e Irmãos, Celeiro Público; Crede e Marques, Embarcação Pombal; Serafim Pinto Martins, Rua Julião, números 25/35; Souza Lima e Irmãos, Patacho Audaz II, Vendia farinha de S. Matheus; Souza Riesenberguer e Comp., Rua dos Ourives n.13²⁸⁸.

Dentre os comerciantes de farinha do período é possível citar dois deles que também eram produtores. Produziam na área litorânea da Barra de Rio de Contas e Camamu, enviando a produção para a capital da província. Tratava-se dos Senhores José Martins e Lima e Raimundo Martins de Mattos²⁸⁹.

Alguns monopolistas adquiriam o produto nos portos antes deste chegar ao celeiro. A ação alcançava o interior da Província, estendendo-se a vilas através de remessa de mandatários que utilizavam pagamento prévio para requisição do produto. Os monopolistas muitas vezes atingiam todos os setores que envolviam, desde a produção até o transporte, e o comércio do produto, como se observou na região de Camamu, por exemplo, onde o português Raimundo Monteiro de Mattos, produtor e comerciante de cereais e farinha, conseguiu atender a mercados maiores, como o da capital, envolvendo tulhas para armazenamento, lanchas para transporte e emprego da mão-de-obra escrava. Financiava ainda a lavoura dos roceiros, seus vizinhos; assumiram então, estes lavradores mais carentes, o compromisso de vender-lhes o produto. As terras utilizadas eram propriedade da fazenda Acarahy, pertencente ao sogro do próprio Sr. Raimundo²⁹⁰.

Uma parte das produções locais era vendida a intermediários, que levavam ao consumo na cidade do Salvador, como se observou em Barra do Rio de Contas, com os produtos oriundos da fábrica do senhor João Martins de Leite. Segundo Ellen Ribeiro, eram raros os grandes produtores de farinha, em geral, prevaleciam os pequenos produtores, que concentravam o destino de sua produção nas mãos dos mesmos atravessadores. Já os

²⁸⁸ RIBEIRO. Op. Cit. P. 140

²⁸⁹ RIBEIRO. Op. Cit. P. 149-150

²⁹⁰ Jornal da Bahia – 10 de junho de 1854.

considerados grandes produtores se empenhavam, eles mesmos, também na grande especulação do comércio.

Os atravessadores apoderavam-se da farinha no mar, comprando-a por atacado e impunham os preços ao consumidor, tornando-se assim senhores absolutos no mercado. Possuíam duas ou três tulhas no celeiro e explorava o produto básico alimentar. Tem-se também que os grupos de comerciantes que atuavam no mercado da capital eram possuidores de tulhas, que promoviam estocagem do produto a fim de controlar a oferta, forçando assim, a elevação dos preços. Algumas eram Companhias associadas a estrangeiros, como foi o caso da Companhia Comercial de Souza Riesenburger.

A presença do produto no mercado dependia geralmente dos revendões, que não supria as necessidades da população. As críticas que se destinavam a estes refletiam a má distribuição e os altos preços praticados. Mesmo quando medidas restritivas eram tomadas, o intermediário impunha o monopólio, adquirindo o produto até dentro do próprio celeiro público. Era o controle, justamente dos possuidores de tulhas no celeiro, eliminando a possibilidade de concorrência²⁹¹. Entre os comerciantes, destacaram-se ainda pessoas de grande destaque social participando de atividades comerciais ligadas à farinha de mandioca, alguns destes, ligados à diretoria da Associação Comercial da Bahia (ACB).

Um exemplo de comerciante de farinha de Salvador, de grande destaque social foi Manuel José do Conde, nasceu em Vitória, Freguesia do Guadalupe, Ilha Graciosa, em 1835, teria migrado clandestinamente para o Brasil com apenas 18 anos. Analfabeto, viveu como padeiro em Salvador e Cachoeira. Entretanto, Manuel José do Conde foi expandindo os seus negócios, primeiro com o comércio de farinhas, atividade que manteria durante toda a sua vida, mas alargando depois a sua atividade aos negócios de importação, exportação e couros. Adquiriu uma ilha no rio Paraguaçu, hoje denominada ilha da Mata-Onça, onde construiu armazéns. Em 1853, centralizou seus negócios em Salvador, pouco depois, já comerciava com Portugal e com os Estados Unidos, e tinha o seu próprio brigue, o *Conde*, que usava para transportar açúcar e couros para Lisboa, trazendo de volta a Salvador materiais como o trigo e a farinha. Fez-se também acionista de alguns bancos e seguradoras, concomitante à sua entrada nos circuitos do grande capital. A família fixou-se junto à igreja do Rosário, que daria depois o nome ao título de Visconde. Adquiriu progressivamente múltiplos prédios na vizinhança e alguns armazéns, e os Trapiches Primeiro, Segundo e Terceiro Gomes, além de outros, como o União e o Gaspar. Em 1864, foi admitido como irmão da Santa Casa da

²⁹¹ Jornal da Bahia – 17 de fevereiro de 1857.

Misericórdia de Salvador e em 1866, realizou-se como comendador da Ordem da Rosa. Ao passo que a esta altura já havia reorganizado os seus negócios, fundou a empresa Conde e Cia, que em 1875 passou a designar-se por Conde Filho e Cia. A empresa teve como sócios o filho, Manuel José Conde Jr., que passou a gerir a empresa, e um genro. Em 1875 foi feito Visconde do Rosário²⁹².

Manuel José do Conde expressa bem um tipo de perfil que veremos entre estes grandes comerciantes. Geralmente homem vindo de Portugal, e que fez fortuna trabalhando no Brasil. Quanto as estratégias utilizadas por estes, eram diversas, inclusive quando percebiam a possibilidade de queda de preço do produto no mercado interno, devido à superprodução, eles atuavam esvaziando a oferta por meio da exportação do produto. A ideia de atuação também consistia em adquirir a farinha no próprio local de produção, antes mesmo de este penetrar nos centros distribuidores para a capital. Diante disso, pode-se listar como razões que explicam a carestia da farinha de mandioca: A concorrência exercida na cidade entre os consumidores locais e os tripulantes de navios ancorados no porto que se abasteciam na cidade; A escassez do produto seja essa real ou provocada pela ação dos monopolistas; A exportação da farinha de mandioca para outros centros, com ampliação da atuação dos açambarcados agindo no interior da província, controlando a entrada do gênero nos centros urbanos; Armazenamento da farinha em grandes estoques, promovendo colapso no abastecimento.

Sobre o armazenamento do produto, o jornal da Bahia de 26 de janeiro de 1861, bem como uma denúncia da comissão dos celeiros públicos em 23 de abril do mesmo ano, atestam a deterioração de quantidades consideráveis de farinha estocada no próprio Celeiro Público. A Câmara Municipal exigiu que toda a farinha deteriorada devesse ser retirada do depósito e lançada no mar. Em maio foram lançados 810 alqueires de farinha de mandioca podre pertencentes à Cia Matheus dos Santos e Irmãos. Segundo a historiadora Ellen Ribeiro, outros casos semelhantes aconteceram²⁹³.

Alguns açambarcadores, como Matheus dos Santos e Irmãos, os proprietários do armazém numero nove, do Pillar, armazenaram farinha durante muito tempo a espera de melhores preços, o que levou a deterioração do gênero. As denúncias dão conta de 500 sacos podres e cerca de mil²⁹⁴

²⁹² Luís Conde Pimentel, *O Benemérito Visconde do Rosário*. Santa Cruz da Graciosa: Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, 2007.

²⁹³ RIBEIRO. Op. Cit. P.82-83

²⁹⁴ Jornal da Bahia – 19 de janeiro de 1861, 3 de maio de 1861.

Com tudo isso o sistema de abastecimento de Salvador se mostrava irregular e desorganizado, com uma estrutura de mercado essencialmente monopolista e açambarcadora, sem perspectiva de priorizar a necessidade da população, vez que o lucro se impunha como meta prioritária, e a ação oficial não conseguia anular nem ao menos minimizar os efeitos da especulação.

Além do comércio de farinha, a população também denunciava o controle do mercado de carne, os comerciantes de charque que dominavam as principais praças nacionais, inclusive a Bahia, se beneficiaram das condições oferecidas pela região do rio da Prata. Este comércio de alimento vigorou desde o período colonial como uma alternativa à escassez de produtos básicos. As relações com o Rio da Prata eram, inicialmente, uma soma de negócios ilegais e esporádicos, passando a estruturas sólidas e duradouras, com transportes em consignações de navios e casas comerciais que existiram por todo o século XIX.

Os principais comerciantes da praça baiana que faziam consignação da carne de charque eram Joaquim Pereira Marinho, Francisco José Godinho, Antônio Ferreira Pontes, e Francisco Broxado Chaves. Outros também citados na documentação, principalmente após a década de 1870, foram Francisco Fernandes Mesquita, Antônio Jose de Sousa Belens, Manoel José Bastos, Francisco Cardoso e Silva, José Rodrigues da Costa, Raymundo Pereira de Magalhães²¹. Os portugueses eram os mais destacados no domínio da praça comercial baiana, especialmente nas transações com a região da Prata. Alguns utilizavam embarcações, muitas vezes estrangeiras, em consignação, outros possuíam a própria frota mercante.

Joaquim Pereira Marinho era natural de Vila Cova de Lixa, em Portugal, e recebeu os títulos de Barão, Visconde, e Conde Pereira Marinho. Foi um comerciante que enriqueceu do tráfico de escravos e outras atividades comerciais. Possuía diversos navios que mercavam com a Costa Africana desde 1839, e estima-se ter realizado 39 partidas para esse destino. Somente a embarcação “Andorinha” teria feito dez viagens, rendendo-lhe 47 mil libras esterlina, apenas pelo frete. A sua firma era uma das mais importantes casas de comércio, mercadoria e escravos. Sua riqueza resultou, em parte, da atividade de agiota com cobrança de 2% ao mês, assinava crédito para outros comerciantes de charque, e possuía embarcações para transporte de mercadorias, além de distribuir letras de câmbio com suas assinaturas que, segundo Pierre Verger, eram bastante disputadas. Ocupou posições destacadas nos meios comerciais, e foi apontado como o maior açambarcador baiano, foi muito influente na Associação Comercial da

Bahia, fundador do Banco da Bahia, em 1857, e Diretor da Companhia Estrada de Ferro de Juazeiro²⁹⁵.

Para que se tenha uma ideia de sua fortuna, na relação de bens do casal Pereira Marinho, constante de seu inventário tem-se cento e onze propriedades, inclusive um palacete, espalhados pela Freguesia da Vitória (totalizando 689.464\$800), e mais, dezoito na Freguesia de São Pedro (totalizando 87.700\$000), oito na Freguesia de Santana (31.000\$000), treze na Freguesia da Sé (92.800\$000), quatro na Rua do Paço (23.500\$000), seis no Santo Antônio (11.100\$000), quatro na Freguesia de Brotas (1.600\$000), oito na Freguesia da Penha (17.000\$100), oito na Freguesia das Mercês (23.000\$000), oito na Freguesia do Pilar (78.000\$600), inclusive metade do Trapiche Querino, então avaliado em 35.000\$000, quarenta e um imóveis na Freguesia da Conceição (498.000\$100), um na Freguesia de São Pedro (500\$000), e diversos outros em Aracaju, Nazaré e Tapera. Possuía ainda muitos Títulos e Ações em empresas no Brasil e em Portugal, onde também possuía bens, além de títulos da dívida Espanhola²⁹⁶. Com a proibição do tráfico de escravos, Pereira Marinho manteve a atividade de forma ilegal por algum tempo, e utilizava a carne seca adquirida no comércio com o sul para implementar transações na costa africana.

Pereira Marinho possuía uma Companhia de Comércio, a Pereira Marinho e Cia., fundada em 1849, cujos investimentos se concentravam na cabotagem e no comércio exterior. Os destinos mais comuns de suas embarcações eram os portos do Rio Grande, e de Montevideo²⁹⁷. Com o fim do tráfico de escravos manteve o comércio com os portos do sul e diversificou a sua atuação envolvendo-se em empréstimos a juros, compra de inventários e execução de hipotecas, negócios com navios, e imóveis urbanos. Consolidou-se como um dos grandes monopolistas do comércio de carne de charque na Bahia²⁹⁸.

Como agiota Pereira Marinho estendia crédito a outros comerciantes, inclusive para a venda da carne salgada, tal qual fazia com Luiz Manoel da Rocha, Português dono de dois armazéns, uma loja de alimentos na cidade baixa, donde no andar de cima abrigava a sua residência, e um total de treze casas, algumas destas, ele alugava, e outras comportavam mais

²⁹⁵ MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2004; CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida econômica e financeira da Bahia* (elementos para História) de 1808 a 1899. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925; VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Baía de Todos os Santos*. São Paulo: Corrupio, 1987.

²⁹⁶ APB – Inventário do Conde Pereira Marinho, 1887 / Arquivo Judiciário.

²⁹⁷ CHAVES. Op. Cit. P. 69.

²⁹⁸ XIMENES. Op. Cit. P. 1999.

lojas. Possuía ainda cavalos, 26 escravos, incluindo uma vendedora de rua. Trazia os produtos que vendia em dois barcos a vela, de que também era proprietário. E do mesmo jeito que ele ao morrer, em 1853, deixou uma significativa dívida junto a Pereira Marinho, ele também era credor, pois emprestava dinheiro a juros, bem como também vendia fiado²⁹⁹.

A relação de Pereira Marinho na região da Prata se dava desde o comércio negreiro. Como o governo Uruguaio possuía licença para importar “colonos negros”, esta praça acabava sendo utilizada pelos traficantes para promover a entrada de escravos clandestinos no Brasil, por meio de reexportação daqueles que entravam por Montevideo, o que culminou com a aproximação destes traficantes com os negócios na região. Com o fim do tráfico Pereira Marinho passou a se dedicar exclusivamente para os negócios de carne no Uruguai. No ano de 1861, o governo uruguaio rompeu o acordo assinado em 1858, que determinava a isenção de imposto do Charque em território brasileiro, criando uma condição de concorrência desigual para o Rio Grande do Sul, o que fez desenvolver ainda mais o comércio entre a Bahia e a Prata, pois os comerciantes buscavam obter as vantagens perdidas no comércio com os gaúchos³⁰⁰.

Pereira Marinho exerceu ainda a função de Vice-Cônsul da Argentina no Brasil, entre 1851 a 1865, condição que o beneficiou em suas atividades com o rio da Prata. Após o seu desligamento do Consulado, indicou como sucessor o seu próprio filho, Joaquim Elísio Pereira Marinho, que permaneceu na função até 1875, e acumulou com o cargo de Encarregado do Consulado da Venezuela a partir do ano de 1869, mantendo sempre as atividades comerciais do pai na região³⁰¹. Joaquim Elísio também Presidio a Associação Comercial da Bahia por dez anos, de 1870 a 1880, tendo sido uma personalidade muito influente na atuação da ACB.

Pereira Marinho era constantemente acusado de controlar a entrada da carne seca no porto de Salvador, a fim de promover escassez e com isso elevar os preços praticados. Muitas vezes os navios passavam muitos dias ancorados. Em 1857, tem-se notícia que a Cruzet e Fernandes, consignada, teria chegado em 11 de agosto a Montevideo, e retornado da Bahia apenas em cinco de setembro portando 3.500 quilos de carne seca. Esta demora se atribuiu ao controle da oferta do produto na praça soteropolitana, pelo comerciante Pereira Marinho³⁰². Uma instrução Provincial de 1878 punia, com imposto de 2% sobre o valor do carregamento

²⁹⁹ GRAHAM. Op. Cit. P. 10.

³⁰⁰ CHAVES. Op. Cit. P. 70

³⁰¹ CHAVES. Op. Cit. P. 72

³⁰² CHAVES. Op. Cit. P. 73

de charque, os navios que demorassem a descarga por mais de vinte dias, buscando com isso evitar a criação artificial da carestia do gênero. Têm-se registros de que Pereira Marinho recorreu da aplicação desta multa:

Marinhos Companhia, consignatários da Escuna Dinamarquesa – Anima – procedente de Montevideo, com carga de xarque, recorre para Vossa Excelência para a decisão da inspetoria da Alfândega que impoz ao dono d'aquela mercadoria a multa de 2% além de declara-lo sujeito de igual imposto sobre o valor do carregamento na forma do artigo 19 das instruções de 10 de outubro do anno passado.

Não negão os recorrentes que, depois de vendida e descarregada parte da carga da escuna, ficou por alguns dias interrompida essa descarga por não terem aparecido compradores para o resto do xarque: - o que negão, porém, é que a interrupção da descarga, quando motivada por esta causa ou por outra independente da vontade do dono da mercadoria ou de seus representantes.

E foi por isso que prevendo hypothese de dar-se começo a descarga dentro dos 20 dias, e desejar-se suspende-la indefinidamente sophismando assim a lei – sabiamente entende o governo dever nas instruções de 10 de outubro prevendo essa hypothese e puni-la muito mais severamente do que a primeira, isto é, impondo n'aquela caso, além do imposto uma multa (...)

Assim, no caso vertente, ocorria que, além de muitos outros navios de xarque, pertencentes ou consignados à Casa dos Recorrentes a saber: Marinho 6º, Marinho 7º, Marinho 9º, Marinho 13, Voluntaria e Adelaide.

Ora, comprehende-se facilmente que, não podendo apparecer no mesmo tempo compradores para todos os carregamentos, nem podendo os Recorrentes estabelecer preferencia na venda em que alguns navios em prejuízo dos de outros. Tinha forçosamente de ficar interrompida em um ou alguns deles a venda e a consequente descarga até que esgotados os carregamentos preferidos pelos compradores, tivessem outras possibilidades de encontrar saída.

Foi isto exatamente que motivou a ficar interrompida apenas, e não suspensa, porque os Recorrentes nenhuma ordem derão no sentido de suspender-se ali a venda a quem a pretendesse, e desde que não apparecerão compradores, não haviam eles de alugar em terra um deposito para remover a carne para ali, no que só haveria ônus para eles, sem alcance algum em relação à lei, que desejava activar a venda, e não tem, e nem pode ter em terra, em que fique guardada³⁰³.

Recorreu desta multa algumas vezes tendo, no entanto, de pagá-la. Há registros também de que num intervalo de dois meses, de vinte de maio a vinte e três de junho, houve descarga de dez navios consignados a Marinhos Cia., com carga de charque, o que evidencia o predomínio do mesmo neste negócio³⁰⁴.

O comércio de charque com os portos do Rio Grande do Sul e da região platina consolidou um monopólio do grupo português na Bahia, Pereira Marinho teria disputado a liderança deste monopólio com Pedroso de Albuquerque, no entanto outros grandes

³⁰³ APEB. Licença para Carregar e descarregar - Policia do Porto - Maço 3183 – 13/06/1879.

³⁰⁴ CHAVES, 2001. Pg. 75.

comerciantes portugueses como Francisco José Godinho, também possuía boa participação neste negócio³⁰⁵.

Antônio Pedroso de Albuquerque, apesar de nascido no Rio Grande do Sul, também recebeu títulos em Portugal de Visconde e Conde Pedroso de Albuquerque, além de Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, foi também agiota e um dos grandes traficantes de escravos de Salvador que soube diversificar seu capital após a proibição do tráfico em 1850. Possuía 20 navios no período de 1824 a 1841, e após 1850 inaugurou a fábrica de tecidos Todos os Santos, em Valença, a maior do Império. Foi proprietário da Companhia de Vapores Bonfim e Santa Cruz e era um dos diretores da Companhia de Navegação Bahiana. Executou várias hipotecas de *plantations* no Recôncavo tornando-se destacado proprietário de terras, ainda, dono de seis engenhos de açúcar, em Itaparica, São Francisco do Conde e Santo Amaro, 39 imóveis urbanos, inclusive uma casa próxima ao Matadouro, 560 escravos, conforme seu inventário de 1883. Seu escritório ficava na Cidade Baixa, em frente à baía, cuja área passou a ser denominada "Cais do Pedroso"³⁰⁶.

O Comendador José Godinho, português, foi outro grande comerciante que atuou na Bahia do século XIX. Morador do pilar, local onde moravam os comerciantes com suas famílias, próximos a área comercial e a área portuária da capital baiana, era um destacado provedor da Santa Casa de Misericórdia e membro da Associação Comercial da Bahia. Possuía mais de quarenta casas na Bahia, sendo duas Casas Comerciais, uma em Salvador, a Godinho Paulo e Cia que registrou um lucro, em seu inventário, de 287:884\$621 reis, outra em Santo Amaro. Era dono de vários navios, e transportava charque do Rio Grande do Sul e da região platina, para Salvador³⁵.

Na Dissertação de Mestrado de Cleide Chaves consta que Antônio Ferreira Pontes era português, no entanto o seu inventário revela que este comerciante era brasileiro de Salvador, filho de portugueses que viviam em Braga, era ele Bacharel em Física e em Matemática, Engenheiro Geógrafo Civil formado pela Politécnica do Rio de Janeiro. Era acionista do Banco da Bahia, Banco Mercantil, Sociedade Trilhos Urbanos e Sociedade do Comercio. Investia também no setor industrial com criação de fábrica de tecidos. Era sócio de Francisco

³⁰⁵ MONTEIRO. Op. Cit. P. 123.

³⁰⁶ CALMON, F. G. *Vida Econômico-Financeira da Bahia*. Salvador: CPE, 1978, p.150; NASCIMENTO, A. M. A. *Dez Freguesias da Cidade do Salvador*. Salvador: Fundação Cultural, 1986, pg. 185 e pg.197. ³⁵ MONTEIRO Op. Cit. P. 111.

Fernandes Mesquita, na firma Pontes e Cia., utilizava navios em consignação no comércio com o rio da Prata e o Rio Grande ³⁰⁷.

Dentre seus bens constam doze escravos, sendo dois africanos, 01 casa de sobrado, localizada à Estrada da Vitória, com terreno até o Campo Grande, avaliada em 50:000\$000 (cinquenta contos de réis); 01 casa, localizada na Freguesia de São Pedro, que pertenceu ao seu irmão José Ferreira Pontes, avaliada em 38:000\$000 (trinta e oito contos de réis); 01 casa, localizada na Rua Poeira, freguesia de Santana, em que reside Antônio Jesuíno da Costa, avaliada em 12:000\$000 (doze contos de réis); 02 terrenos situados na ladeira da Graça, foreiros ao Mosteiro que ali se encontra, um avaliado em 1:600\$000 (um conto e seiscentos mil réis) e o outro em 2:200\$000 (dois contos e duzentos mil réis); duas casas em Portugal, avaliadas em 580\$000 (quinhentos e oitenta mil réis).

Na casa Comercial, possuía a quantia de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), correspondentes a 2/3 (dois terços) do fundo social; Possuía ainda 2/9 (dois nonos) da fábrica de tecidos denominada "Modelo", localizada na cidade de Salvador, com razão social "Coimbra e Companhia", avaliados em 37:817\$780 (trinta e sete contos, oitocentos e dezessete mil e setecentos e oitenta réis); 355 ações na Sociedade Comércio, avaliadas em 33:370\$000 (trinta e três contos, trezentos e setenta mil réis); 70 ações no Banco da Bahia, avaliadas em 14:000\$000 (quatorze contos de réis); 100 ações no Banco Mercantil, avaliadas em 10:000\$000 (dez contos de réis); trinta quinhões de conto de réis da Sociedade Trilhos Urbanos (Elevador e Trilhos para a Barra e para o Rio Vermelho); 10:000\$000 (dez contos de réis) na Sociedade Edificadora, com obras no Cais Dourado, freguesia do Pilar; 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis) na Sociedade Protetora das Famílias, que tem sua sede no Rio de Janeiro, sendo 1:000\$000 (um conto de réis) sobre a vida de sua esposa.

Após o falecimento de Antônio Ferreira Pontes, no ano 1877, Francisco Fernandes Mesquita criou a sua própria firma Fernandes Mesquita e Cia, continuando com os negócios de carne seca com o Rio Grande do Sul e região da Prata, e dedicando-se também com indústria de tecidos. Possuía ações no Banco da Bahia, Banco Auxiliar da Classe, Banco Mercantil, Banco Econômico da Bahia, Banco Emissor, Companhia Transportes Urbanos, Estrada de Ferro Franc-Road de Nazareth, Companhia Aquaria S. Amarense, Companhia Interesse Público, Companhia Aliança, Companhia Industrial da Estancia. Possuía ainda uma casa e um sobrado na Rua do Conselheiro Pedro Luiz, antiga Rosário do João Pereira, freguesia de São Pedro, três propriedades de sobrado localizadas na Rua das Grades de Ferro,

³⁰⁷ – Inventário de Antônio Ferreira Pontes / Arquivo Judiciário.

freguesia da Conceição da Praia, uma casa localizada no Largo do Barbalho, freguesia de Santo Antônio, uma casa e roça localizada na estrada da Vitória, freguesia do mesmo nome, e mais quatro casas localizadas na Freguesia da Vitória. Em seu Testamento, declarou ser Irmão da Ordem Terceira de São Francisco, do Senhor dos Aflitos e da Santa Casa de Misericórdia³⁰⁸. E a exemplo do que ocorrera com Pereira Coutinho, em 23 de janeiro de 1879, Fernandes Mesquita foi multado em 2% por retardar carregamento de Carne seca na praça soteropolitana com o Patacho espanhol Jayme Millet, consignado da firma Fernandes Mesquita e Cia, tendo então de recorrer:

Dando começo à venda de carne reconhecerão os suplicantes que não tinham ella aceitação no mercado que estava abastecido desse gênero e de boa qualidade, e resolverão remeter o aludido carregamento, no mesmo navio para Pernambuco.

Na ocasião de despachar-se a carne exigia a Inspectoria d'alfandega o pagamento de R\$1:852:496, importância do imposto de dous por cento sobre o valor do carregamento, de adicionaes de três por cento, e de multa de dous por cento de conformidade o Artigo 19 das instruções citadas, como tudo verá V. Exa. Dos documentos que a esta acompanhão sob números 1 e 2.

V. Exa. Ilustrado como é, chegará a evidencia de que não tem aplicação ao caso vertente a disposição do citado artigo 19 das Instruções, que trata de estabelecer uma pena, no intuito de impedir o monopólio e a consequente carestia do gênero alimentício de primeira necessidade.

Prohibe, pois, o citado artigo 19, que, começada a descarga, não possa ser suspensa a mesma descarga, para que não fique o mercado privado de concorrência do gênero.

No caso que se trata, porém, assim não aconteceo, o contrario teve seo lugar, por que o mercado abastecido com gênero da nova safra não deo consumo e aceitação ao gênero velho e de máo beneficio como erro o deste carregamento. Com efeito a descarga não foi suspensa: a venda do gênero principiou a ser feita, o gênero esteve no mercado, a ella concorreu não sendo, porem procurado teve de ser despachado para o mercado de Pernambuco, onde preferem gênero mais barato, afim de que podesse ser procurado ali e consumido nos mercados do norte, e como é permitido, especialmente sendo gênero vindo do estrangeiro, que uma vez pagando os direitos de consumo, podem ser

despachados, sem ônus para qualquer porto do Império, assim se faz o despacho e se pagarão os direitos e multa exigida, sob protesto do direito de reclamação³⁰⁹.

Estes registros confirmam as práticas dos comerciantes, seja de retardar a entrada do gênero alimentício na Praça de Salvador, seja de desviar o produto para outro local, gerando assim, a escassez e, por consequência, elevar os preços praticados. No entanto, a ação das

³⁰⁸ - Inventário e Testamento de Francisco Fernandes Mesquita / Seção Judiciária.

³⁰⁹ APB. Licença para Carregar e Descarregar - Policia do Porto - Maço 3183 – 23/01/1879³⁹ - Inventário de Antônio José de Souza Beléns, 1899 / Arquivo Judiciário.

autoridades municipais, que visavam conter este tipo de manobra, ainda esbarrava na grande influência social e política desses comerciantes.

Antônio José de Souza Belens, proprietário da firma Belens Costa e Cia, faleceu em 1899 aos sessenta anos, em Salvador, tendo como um dos procuradores José Pires de Carvalho. Além das suas atividades comerciais, possuía apólices da dívida pública Federal, conta na Caixa Monte Socorro, Banco Comercial da Bahia, ações na Cia Tream Road de Nazareth, Cia Plano inclinado do Pilar, Cia União Fabril da Bahia, e Cia Ferro Carril de Ondina. Lucrava ainda com aluguel de casas e negócios de trapiches. Possuía o Grande Mercado (Mercado do Ouro), localizado na Freguesia do Pilar, e o Trapiche Aroldo (antes Trapiche Andrade), também situado na rua do Pilar. Possuía também imóveis na Rua do Tingui (Freguesia de Santana), Ladeira da Saúde, Rua do Caminho novo (Freguesia do Passo), três na Rua Raphael (Rio Vermelho- Freguesia da Victória), sendo que uma dessas foi hipotecada à Fazenda Federal para garantia de uma execução que contra o inventariado moveu a Alfândega da Bahia, e mais duas propriedades no Porto dos Mastro (Itapagipe - Freguesia da Penha). Todas as propriedades alugadas e servindo a repartições públicas.

Era ele o principal sócio da extinta firma Belens, Costa e Balalai, empresa criada com um capital exclusivamente de dívidas ativas de firma antecessora. A sua filha Estephania Belens Moreno era casado com Domingos Fernandes Moreno, a quem Antônio José de Souza Belens era credor. Ao encerramento do inventário, além da casa localizada na Rua Raphael, encontravam-se também na condição de aguardo de decisão judicial uma quantia pela qual o inventariado arrematou em hasta pública os direitos do falecido F. de Lacerda no sindicato das minas de Rio de Contas, e o débito da firma Cessionária de D. F. Moreno, cuja cessão de bens operou-se no juízo competente, sendo que nenhuma quantia havia sido retirada pelos credores, na importância de 300:000#000 e mais juros pagos aos Bancos Commercial e da Bahia pelo inventariado - 313:276#690. Era então Souza Belens um homem que unia dois ramos lucrativo: o de comerciante internacional e o de trapicheiro, além de possuir alugueis de imóveis e outras operações em setor financeiro.

Francisco Cardoso e Silva, foi outro comerciante de origem portuguesa, faleceu em março de 1892, sendo ele viúvo e sem filhos. Deixou testamento, cujos herdeiros se dividiram entre três irmãs, cunhado, cunhada, sobrinhos, sobrinhas, afilhadas, afilhados, empregados, escravos, libertos, sócio, prima, Nossa Senhora da Piedade na Freguezia de São Pedro, casa de providencia da ladeira do alho, Asilo da mendicidade, Órfãos de São Joaquim, Casa da Misericórdia, Sociedade dezesseis de setembro, Igreja das Mercês, Rosário João Pereira,

Capela Senhor do Bonfim, Recolhimento São Raimundo, amigos, etc. E além de dinheiro, entre os bens que ficaram de herança, chama a atenção serem muitas ações do Banco Mercantil, e também da Companhia de Queimados³¹⁰.

Outros conhecidos trapicheiros também eram comerciantes que atuavam no ramo de alimentos, tais como o Comendador José Pinto Rodrigues da Costa, que era português, natural do Porto, e residente em Salvador, também possuía casa comercial, e em 1867, adquiriu o Trapiche Barnabé. O seu filho homônimo recebeu, em Portugal, o título de Primeiro Visconde de Alvelos, em 1908, e de Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa³¹¹; Manoel José de Magalhães era soteropolitano, e herdou os negócios de comércio do pai homônimo, um Português nascido em Braga, mas que desde 1817 se fixou na capital baiana, sempre como comerciante³¹²; Augusto Gomes Moncorvo, proprietário do trapiche Moncorvo, faleceu em Lisboa no ano de 1885, e declarou, em seu testamento, que deixara aos seus herdeiros, apenas valor em dinheiro que se encontrava de posse do Conde Pereira Marinho, que por sua vez, confirmou o fato da posse em conta corrente, a juros de 6% ano, o depósito de 60:000\$000, em nome do amigo³¹³; Antônio Loureiro Viana, Português da cidade de Viana, que recebera a Comenda da Ordem da Conceição de Vila Viçosa, e Título de Fidalgo Cavaleiro, e matriculado na praça da capital baiana como comerciante, sendo ele proprietário do Trapiche Novo³¹⁴; Pedro Antônio Barboza, Nascido em Braga, Portugal, falecido em 1858 na Bahia, foi proprietário do Trapiche Barnabé, localizado na Rua do Pilar³¹⁵; Agostinho Dias Lima, também Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, faleceu em 1890, era Baiano, médico e comerciante, sócio da empresa Agostinho Ribeiro & Cia. Possuía diversas casas na Freguesia da Vitória e grandes sobrados com lojas e Armazéns na Freguesia da Conceição da Praia. Esse comerciante arrematou, em leilão, parte dos Bens de Francisco Ezequiel Meira, ou Comendador Meira, inclusive o Trapiche Meira, localizado na Rua da Preguiça³¹⁶; Joaquim Castro Guimarães, falecido em 1887, possuía diversos armazéns próximos ao cais do Pedroso, na Rua das Princesas, na Freguesia da Conceição da Praia. Tanto Joaquim Castro Guimarães quanto Agostinho Dias Lima está citado nos processos do conflito decorrente no ano de 1858 conhecido como revolta da carne

³¹⁰ APB – Testamento de Francisco Cardoso Silva.

³¹¹ APB – Inventário de José Pinto Pereira da Costa, 1875 a 1895 / Arquivo Judiciário.

³¹² APB – Testamento de Manoel José de Magalhães. 1874 / Arquivo Judiciário.

³¹³ APB – Inventário Augusto Gomes Moncorvo, 1885 / Arquivo Judiciário.

³¹⁴ Inventário Antônio Loureiro Viana, 1897/1902 / Arquivo Judiciário.

³¹⁵ APB – Inventário Pedro Antônio Barboza, 1858/ Arquivo Judiciário.

³¹⁶ APB – Inventário Agostinho Dias Lima, 1894 a 1905/ Arquivo Judiciário.

sem osso, farinha sem caroço. Eram ambos, membros da Mesa Diretora da Santa Casa de Misericórdia, e apontados como agressores de três recolhidas da Instituição³¹⁷.

Nem sempre estes proprietários administravam diretamente seus trapiches, era comum colocarem administradores para realização desta tarefa, ou ainda, simplesmente arrendarem o estabelecimento. No inventário de Marcolino Adolpho Cassiano Maia, 1869, a viúva Guilhermina da Silva Maia solicitou permanecer à frente dos negócios de seu falecido marido, que arrendara o Trapiche Meira:

Diz dona Guilhermina da Silva Maia que tendo falecido no dia 27 do mez passado, sem testamento, seu marido Marcolino Adolpho Cassiano Maia, e não sendo possível requerer já o Inventario dos bens deixados pelo mesmo finado, porquanto antes disso é necessário que a suplicante adquira conhecimento exacto dos negócios do casal. Mas desejando ficar habilitada para gerir legalmente os mesmos negócios, e com especialidade aos que se referem ao Trapiche Andrade, cuja administração pretende continuar (...) ³¹⁸.

Não parece ter sido comum a presença de mulheres entre os trapicheiros, chama também atenção o numero significativo de portugueses que enriqueceram na praça baiana, ou homens que mantinham negócios em Portugal, nesta atividade, o que valeu muitas vezes título nobiliárquico daquele reino.

Outra atividade que parece ter sido muito lucrativa era a de transporte de mercadorias mar-terra. Enquanto ricos comerciantes de Salvador eram donos de um ou dois grandes navios, e senhores de engenhos possuíam barcos menores para levar seu produto ao porto, pessoas de modestos recursos poderiam participar do negócio, fosse como múltiplo proprietário, ou alugando em curto prazo, seja barco de Salvador ou do Recôncavo, ou ainda sócios articulados nestas duas extremidades. No *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia*, que parece ser bastante incompleto, constam como alvarengueiros, Antônio José de Oliveira Guimarães (Cais Dourado), José Emygdio Dias dos Reis (Beco do Peso), José Gonçalves Monteiro (Trapiche Gomes), Ribeiro & Filho (Rua Nova do Comercio), e a viúva de João Ribeiro da Silva³¹⁹.

Estudando os inventários existentes no Arquivo Público da Bahia tem-se o exemplo de Domingos Fernandes Moreno, natural de Viana do Castelo, Freguesia de Santa Marta em

³¹⁷ APB – Inventário Joaquim Castro Guimarães, 1887 a 1905/ Arquivo Judiciário.

³¹⁸ Inventário Marcolino Adolpho Cassiano Maia, 1869/ Arquivo Judiciário.

³¹⁹ Almanak Administrativo Mercantil, e Industrial da Bahia - 1854 a 1863.

Portugal, fez fortuna na Bahia, sendo possuidor de quatro embarcações sendo uma lancha com 12 pés de boca, quatro pés e seis polegadas de pontal, 33 pés de quilha, 41 de roda a roda, avaliada em bom estado; um saveiro tendo de roda a roda 5 metros e 76 centímetros; e duas canoas com 9 metros de frente e 33 centímetros de boca. Além disso, foi possuidor de 18 escravos, a maioria destes, salgadores de carne, e trabalhadores em armazéns, o que sugere que ele recebia e salgava carnes para o comércio. Também fazia parte de seus bens, diversos imóveis em várias freguesias da cidade. Respondia por duas firmas, a “*Domingos Fernandes Moreno e Companhia*” em sociedade com José Joaquim dos Santos Monteiro, estabelecidos em propriedades da Misericórdia à Rua Nova do Comércio, e a “*Moreno e Companhia*”, da qual era único representante, estabelecido em propriedade própria ao Cais Dourado número 21³²⁰. O caso de Domingos Fernandes Moreno mostra que além de realizar o transporte das mercadorias em mar, o fazia também em terra, já que o mesmo tinha em suas posses algumas carroças. E mais, possuía armazéns que estocavam mercadorias das mais diversas, e casa comercial que as vendia. Sendo assim, ele lidava com toda a cadeia do circuito que transportava, estocava, e vendia a mercadoria.

Do mesmo modo que acontecia com os mercados de farinha de mandioca e de carne charqueada, o comércio da carne verde também legava aos criadores e comerciantes uma posição de destaque no controle de preços, dada a necessidade de abastecimento do gênero para a capital e para o recôncavo. Os atravessadores eram em geral os próprios criadores e negociantes também chamados de marchantes. Eram possuidores de pastos localizados próximos dos locais de registros, onde os gados magros e cansados passavam pela engorda, antes de irem à revenda. Dentre estes atravessadores, mais uma vez temos a presença de pessoas de destaque político e social.

Companhias de marchantes costumavam se organizar para combinar elevação de preços do gado destinado a Salvador, ou para diminuir o envio de gado para o Registro, promovendo a falta de carne verde nos talhos, e forçando a alta de preços³²¹. Quando esta ação comprometia todo abastecimento da cidade, era então considerada prática de monopólio. A companhia de marchantes era uma associação de monopolistas que comprava o gado quando este chegava ao registro em Feira de Santana, vindo de várias direções. Os Criadores eram interceptados pela companhia, muitos eram empregados do governo, destacados para a

³²⁰ Inventário Domingos Fernandes Moreno, 1878/ Arquivo Judiciário.

³²¹ MATTOSO, 2004. Op. Cit. P. 113-120

compra de gado, ou procuradores destes, que lançavam preços no gado sem registro, bem abaixo do mercado:

No comercio de gados há uma classe de indivíduos intermediária entre o creador e o consumidor, a qual tira todo o seu lucro da especulação e monopólio, que pode fazer este gênero de primeira necessidade, comprando barato àquelle para vender caro à este. Semelhentes individuos farão por muitos anos como é sabido, o flagelo do mercado de carne verde desta terra, os déspotas das estradas que interceptavão a immediata comunicação das fazendas de creadores de gado com o matadouro público. Nestas circunstancias (...) apparecerão a benéfica e salubre Lei numero 980 de 21 de maio de 1866 e seu regulamento específico, abrindo diretamente as portas do Matadouro ao creador e colocando todo o salário ou rendimento ao alcance do mercado deste gênero de tão urgente necessidade, assim estancando o monopólio e demonstrando a inserviencia e desvantagem dos ditos agentes intermediários de tal gênero de negócios (...)³²²

Como as boiadas enviadas tinham prioridade para o abate, os rebanhos que excediam ao solicitado pelo Matadouro deixavam de ser vendidos, e o gado ainda tinha dificuldades com a lotação dos Pastos do Conselho e dos Currais da Campina, tendo de esperar no Registro de Feira de Santana, até que novos pedidos fossem feitos pela superintendência, com os animais perdendo peso e diminuindo o seu valor de venda. Nestas condições, os criadores preferiam vender para a Companhia, por um preço abaixo do valor de mercado, ao invés de ver seus animais definharem pela falta de pastos e desgaste da viagem⁵³.

Da parte do Governo Provincial em destacar pessoas com a tarefa de encontrar gado para a compra, de fornecedores que pudessem servir para abastecimento da capital, abriram-se oportunidades para criadores que se beneficiavam da própria condição oficial para favorecer seus próprios interesses. É como atuou o Senador Manoel Teixeira Soares, um baiano, natural da Vila de Santo Antônio de Jacobina, Bacharel e Senador do Império, e conhecido criador de gado, acionista da Companhia de Mineração de Jacobina, e da Cia de Iluminação Pública e Transportes Urbanos de Salvador, além de possuir vários imóveis em Salvador e em Feira de Santana³²³.

Manoel Teixeira Soares costumava enviar rebanho para Registro em Feira de Santana, com vistas ao abastecimento da capital. A sua atuação na busca de carne para revenda alcançou localidades como Morro do Chapéu, Mundo Novo, Vila Nova da Rainha, um

³²² APB / Seção Colonial e Provincial / Presidencia da Provincia/ Correspondencia recebida pelo Superintendente do Matadouro Público – 1868. Maço 4628. ⁵³ LOPES. Op. Cit. P. 100.

³²³ APB - Inventário de Manoel Teixeira Soares – 1894/ Sessão Judiciária. ⁵⁵ LOPES. Op. Cit. P. 93.

comércio bastante rentável, especialmente em períodos de crise⁵⁵. Após a sua morte, em 1874, aos setenta anos, o Senador Manoel Teixeira Soares deixou 139:302\$328 (cento e trinta e nove contos, trezentos e dois mil e trezentos e vinte e oito réis) – metade deste valor foi dividida com sua esposa, e a outra metade entre seus cinco filhos. Além disso, 100\$000 (cem mil réis) ficaram para o Asilo de Mendicidade.

O Senador Soares também investiu seus capitais em bens imóveis, em seu Inventário constam Dentre seus bens havia 21 casas na Freguesia de Santo Antônio, duas outras na Freguesia do Pilar, duas localizadas na Freguesia de Santana, duas na Freguesia da Sé, e mais uma na Freguesia da Penha.

Possuía também 71 ações da Companhia Minas de Jacobina, conforme a cotação, no valor de 7:100\$000 (sete contos e cem mil réis); dez ações da Companhia Linha Circular de Carris da Bahia, pela cotação, no valor de 760\$000 (setecentos e sessenta mil réis); duas ações de uma Companhia de Seguros Interesse Público, pela cotação, 200\$000 (duzentos mil réis); Ações relacionadas ao Estado da Bahia, no valor de 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis); Na caderneta, o valor de 3:193\$098 (três contos, cento e noventa e três mil e noventa e oito réis) na Caixa Econômica; Na caderneta, um valor de 9:219\$230 (nove contos, duzentos e dezenove mil e duzentos e trinta réis) no Banco Excelsior; Valor de 34:000\$000 (trinta e quatro contos de réis) para ser recebido pelo governo federal; além de listas de devedores, fianças e honorários

Outro que foi apontado como importante monopolista do abastecimento de carne verde em Salvador foi o Tenente Coronel Ildefonso Moreira Sérgio, um fornecedor de gado que veio a ocupar a Capatazia do Matadouro Público em 1867, o que mereceu o protesto de demais criadores. O administrador do Matadouro, como o superintendente da Feira de Gado, também tinha grandes responsabilidades, principalmente evitar as manobras contra os donos das reses, quer por eles. Este cargo dava muito poder ao ocupante. Gozando de influencia junto ao Superintendente do Matadouro Público, o Tenente Coronel adquiriu autorização para abertura de talhos em pontos estratégicos da cidade. Chegou a ser responsável pela metade do gado que era consumido em Salvador, o que o colocava como o maior monopolista de carne da capital baiana³²⁴.

Tornou-se corriqueiro o indeferimento de pedidos para abertura de talhos para outros fornecedores, ao passo que o Ildefonso Moreira Sergio, conseguia com frequência, diversas autorizações, o que sugere que o monopólio se estabelecia a partir da concessão de abertura de

³²⁴ LOPES. Op. Cit. P. 95.

talhos para vendagem. Uma vez abertos os talhos, o Tenente Coronel poderia alugá-los ao Governo Provincial, tornando-se recebedor desses alugueis, e recolhia impostos sobre o seu próprio gado, que por sua vez, era vendido em seus próprios talhos³²⁵. Configurando assim, um monopólio desde o início ao fim do processo de abastecimento de carne verde na capital baiana.

Richard Graham aponta que, em 1836, grandes comerciantes se uniram para administrar o Matadouro e os açougues, garantindo abastecer a cidade com um número mínimo de reses, obtendo assim o mais elevado preço. Dentre estes grandes comerciantes estavam Antônio Pedreira de Albuquerque, já citado acima, e Manoel José dos Reis, Português que fez fortuna no Brasil lidando com construções, possuía muitos bens imóveis e tornou-se o principal investidor da agência do Banco do Brasil. Daí tem que a construção de cartel para este objetivo tornara-se uma prática comum entre os controladores do mercado.

Neste capítulo pode-se evidenciar que os mesmos comerciantes que lucravam com a especulação e a manipulação das condições de mercado estavam se ligando também a atividades como bancos, transportes, imóveis, indústrias, etc. Temos então que o enriquecimento de comerciantes e trapicheiros, que também diversificavam suas atividades agindo como investidores nos novos negócios financeiros e a embrionária indústria que começava a surgir marcou a concentração de riquezas e fez aumentar a distância entre ricos e pobres, bem como acentuou a paulatina substituição das atividades da antiga aristocracia que gravitava, no passado, em torno da produção açucareira. As maiores fortunas de Salvador formaram-se a partir da década de 1860, mas enquanto a nova realidade que se desenvolvia exigia mudanças, a estrutura ancorada na forma de acumulação primitiva permanecia na hegemonia do capital comercial sobre as demais formas de capitais. Um novo padrão era exigido, porém, as antigas formas não apenas sobreviviam teimosamente, mas se misturavam com as novas, o que interferia nos poderes, na economia, na mentalidade social, o que dificultava a possibilidade de uma ruptura, pura e simplesmente.

O padrão de resistência das velhas estruturas coloniais, que se associavam às novas realidades que emergiam, limitou as possibilidades de alterações mais significativas na mentalidade e na cultura da sociedade baiana.

Salvador crescia, mas não por conta de uma dinâmica capaz de tornar atraente para seus novos habitantes, mas ao contrário, a falta de alternativas econômicas atingiu a sua

³²⁵ LOPES. Op. Cit. P. 98.

hinterland, fazendo migrar para o pólo uma população carente, vinda do interior, formada por ex-escravos, que sem perspectivas passou a engrossar a massa de desempregados e subempregados que foram se concentrando na capital baiana. As formas de organização dos trabalhadores estavam ainda longe de apresentar uma concepção classista, o seu embrião estava preso a tradições de caráter religioso e sua atuação limitada ao de ajuda mútua, no entanto, entre os proprietários a ACB atuava de acordo os interesses, oras da velha oligarquia, oras do capital moderno, ou pelos dois, muitas vezes representados pelos mesmos agentes, interferindo na vida política da Província e do país. Ao passo em que mudanças nas relações de trabalho com a paulatina superação da mão de obra escrava e que as exigências do mercado mundial e aumento das demandas internas foram se dando, o novo se apresentava, porém, velho permanecia e insistia em se manter vivo.

CAPÍTULO 4 - 1878: UM DEBATE DOUTRINÁRIO.

No ano de 1877, assolou uma das mais graves secas que atingiram o Nordeste. O Ceará, por exemplo, tinha na época uma população de 800 mil habitantes, sendo 120 mil, ou seja, 15 % destes, migrado para a Amazônia, ao passo que 68 mil pessoas foram para outros estados. Nas palavras de Epiácio Pessoa:

“Nenhuma das secas memoráveis dos séculos passados, nem mesmo as de 1721, 1777, e 1793, despertou tanta comoção como a que rebentou em 1877 e se prolongou até 1879, em coincidência ao idêntico flagelo da Índia Inglesa. Foi essa grande seca como ficou conhecida devido a suas dramáticas ocorrências que definiu aqui a franca determinação do Estado em prol das populações flageladas no nordeste”³²⁶.

Na ausência de perspectiva, migraram, os afetados pela seca, principalmente para a capital cearense. Frederico Castro Neves estudou as ações de massas no Ceará durante períodos de seca, e, em seu estudo, referiu-se à presença impactante da multidão de retirantes esfaimados e andrajosos a implorar ajuda pelas ruas de Fortaleza, contaminando a cidade com sua miséria explícita, as suas doenças, os seus vícios, em suma, a sua fome e os seus crimes, que contrastavam com a construção de um espaço urbano “civilizado” pretendido pelas elites, com a população saltando de 21 mil habitantes, segundo o Censo de 1872, para 114 mil, em setembro de 1878, de acordo com cálculos realizados pelo sanitarista Rodolpho Teófilo.³²⁷

A fuga dos camponeses para as áreas litorâneas, bem como o abandono das lavouras, agravavam ainda mais o estado de saúde e de desnutrição destes retirantes, que buscavam quaisquer meios para sobreviver. Nas serras, eles viviam de caças, raízes e frutos silvestres, e do furto nas lavras, muitos morriam envenenados pelas raízes silvestres, especialmente da mucunã, enquanto na cidade, exploravam a caridade pública. A ajuda oficial, ao contrário da caridade pública, estava condicionada, pelo menos em parte, ao trabalho. Tanto o calçamento das ruas centrais de Fortaleza, quanto os trilhos da extensão da estrada de ferro de Baturité, fora realizado com os esforços dos retirantes fracos e indigentes. Neste processo, o governo cearense organizou também abarracamentos para reunir estes retirantes, que ali viviam em condições precárias³²⁸.

³²⁶ PESSOA, Epiácio - Mensagens Presidenciais – Documentos Parlamentares - Imprensa Nacional, 1919, Vol. 4, pg. 392.

³²⁷ NEVES. Op. Cit. P. 25 e 26.

³²⁸ Idem. P. 31.

O transporte de gêneros para os abarracamentos, feito pelos próprios retirantes, era o momento ideal para subtrair sacos de farinha para garantir a alimentação de suas famílias. Os furtos faziam ampliar a procura pelo produto, e com isso, a especulação sobre acerca dos preços cobrados. O valor da carne verde, bem como da farinha de mandioca, elevaram-se consideravelmente, o que tornava um atrativo para os comerciantes de outras províncias. O salário recebido pelo retirante que atuava nas obras públicas era investido para a compra da farinha que se alimentava com preás, caçadas em armadilhas³²⁹. A farinha era também comprada pelo governo provincial, para garantir a ajuda humanitária.

Além do abarracamento, outra forma elaborada para evitar o contato com a população de quasímodos, esfomeados e doentes, era embarcá-los para outras províncias, tais como Amazonas, Pará e Bahia. O Censo de 1872 aponta que do Piauí à Bahia, as províncias flageladas possuíam 4.395.000 habitantes, o que representava 43% dos 10.112.061 brasileiros. A Bahia, com seus 1.380.000, expressava 14% da população do Império e o desembarque de retirantes pela via marítima se intensificou no ano de 1878, a maioria destes se destinava ao Amazonas. A Bahia, primeira província na direção sul, recebeu também os deslocados³³⁰.

O desvio da farinha da praça soteropolitana e do Recôncavo para os mercados das áreas mais afetadas pela seca e fome trouxe forte impacto nos preços praticados. A Bahia, que sempre foi uma das maiores produtoras de farinha de mandioca, concentrava o plantio da euforbiácea no litoral sul e no norte do Recôncavo. A cotação do produto em 30 de janeiro de 1878 era de 4\$000 a saca de 80 litros, em 21 de março o preço chegou a 8\$000, e a 9\$000, no dia 2 de abril, o que causou um grande pânico na cidade, especialmente no meio da população mais desprovida, principal consumidora da farinha. Diante da situação crítica, a Câmara Municipal de Salvador voltou a agir, no entanto, a iniciativa de adoção de uma política emergencial partiu desta vez do recém-nomeado Presidente da Província, o Barão Homem de Melo, membro do Partido Liberal que assumira a Presidência da Província da Bahia em 25 de Fevereiro de 1878, e já em março, sugeriu à Câmara e ao Chefe de Polícia que se tomassem medidas para o combate ao monopólio da vendagem da farinha. No dia 20 daquele mês, um parecer dos vereadores foi apresentado, designado para opinarem acerca da matéria:

Nomeados em comissão para propormos o que mais conveniente parecesse, a fim de correspondermos à recomendação do Exmo. Presidente da Província e ao dever que nos

³²⁹ Ibidem. P. 43.

³³⁰ Ibidem. P. 52 e 57.

incumbe cuidar dos meios de prover para que esta capital não venha a sofrer escassez e consequente carestia de farinha de mandioca, alimento principal da população menos favorecida, mesmo depois de havermos conferenciado com o Dr. Chefe de Polícia, achamos em sério embaraço, estreitados pelo respeito devido à propriedade e à liberdade de comércio. Esse gênero de primeira necessidade vem ao nosso mercado do Recôncavo, por Nazaré, Maragogipe e Alagoinhas ou dos portos do sul da Província e mesmo de outras províncias do Império, que influência pode ter essa Câmara sobre a quantidade e preço? Como vedarmos que, em consequência da penúria de nossos irmãos do norte, o vão procurar na sua origem e por isso deixe de vir para aqui na anterior abundância? As tulhas ou depósitos particulares de vendagem estão disseminados por todas as ruas deste extenso município, difícilimo, pois, senão impossível, é verificarmos as quantidades que comportam, por que preços compram e revendem e em que quantidade.

Felizmente, segundo as últimas notícias a influência para o Norte tem sido tal que os preços lá são inferiores aos de cá, e, pois, devemos contar que a procura escasseie e não se mantenha a carestia.

Se o contrario, porém, infelizmente se der, não vê a comissão outro remédio senão o Governo proibir a farinha que entre não seja exportada antes do abastecimento do nosso mercado, comprando a farinha, pois que a Câmara não tem meios, e visto não haver já celeiro público, estabelecimento ou depósito onde seja vendida ao povo sem ganho. É esta a nossa humilde opinião, e muito folgará a comissão se a Câmara, em sua sabedoria descobrir melhor alvitre³³¹.

Após a aprovação do parecer e a nomeação de comissão para tratar do assunto junto à Presidência da Província, no dia 28 do mesmo mês, o Presidente da Província oficiou à Câmara a necessidade de reedição da mesma Postura que gerara o conflito entre estes dois poderes, vinte anos antes:

Ao ofício de Vms., de 23 do corrente, veio anexo, por cópia, o parecer da comissão de vereadores, nomeados por esta Câmara em virtude do meu ofício de 13 deste mês, para, de acordo com o Dr. Chefe de Polícia, lembrar as medidas adotivas para fazerem cessar a carestia da farinha, de mandioca cuja falta se torna sensível no mercado, onde a vendem por alto preço.

Sendo certo que convém tomar-se uma medida para que a população desta capital não venha a sofrer com a falta da sua principal alimentação, cabe-nos lembrar a esta Câmara e urgente necessidade de se restabelecer a primeira das posturas provisoriamente aprovadas, (...) por ato de 15 de janeiro de 1857, fazendo-se reunir em certos postos, como sejam praças do mercado, a fim de ser vendida aos consumidores em terra ou a bordo dos navios que a transportarem, com a repressões mais ou menos contidas na sobredita Postura, para evitar-se o desvio desse gênero do mercado da capital, sujeitando-o ao monopólio.

Essa medida, que é de ocasião e é tomada no intuito de favorecer as classes menos abastadas e evitar a carestia de que já se ressente a população, cessará logo que desapareça³³².

E assumindo os mesmos argumentos que os Vereadores de 1858 utilizaram para opor-se ao então Presidente Sinimbu, Homem de Melo denunciou a existência do monopólio com desvio dos alimentos no ato da compra, e, diferente daquele seu antecessor, mostrava-se disposto a enfrentar a usura destes comerciantes que se beneficiavam da concorrência

³³¹ Arquivo Municipal – Atas da Câmara, Livro 9.54, ano 1878, 20 de março. pg. 42v.

³³² Arquivo Municipal – Atas da Câmara, Livro 9.54, ano 1878, 28 de março. pg. 49

desigual, acreditando que assim, visava proteger as classes menos abastadas. Dois dias depois, um novo requerimento foi apresentado e aprovado em plenário:

Para que a municipalidade possa ter inteira fiscalização na Postura aprovada provisoriamente sobre a vendagem da farinha de mandioca, requeiro que esta Câmara de dirija a S. Exa. o Sr. Conselheiro Presidente da Província, que tão solícito se têm mostrado em acudir aos reclamos da população, para que sejam dadas as ordens precisas à Capitania dos Portos, a fim de que os barcos com carregamento de farinha sejam ancorados juntos uns dos outros, o lugar do porto que for designado pela mesma Capitania e no mais próximo possível da terra³³³.

No dia 30 de março, o Presidente da Província havia baixado um ato, comunicando aos Vereadores que

O Conselheiro Presidente da Província, atendendo ao que representara a Câmara Municipal desta capital, tem resolvido, de conformidade com o disposto no Artigo 2, do Decreto de 25 de Outubro de 1831, aprovar e mandar que provisoriamente tenha execução a seguinte Postura da mesma Câmara, a qual será submetida à aprovação da Assembleia Legislativa Provincial, logo que se ache reunida.

A Câmara Municipal poderá, quando julgar necessário, mandar recolher toda a farinha de mandioca que estiver embarcada nos pontos que designar e, nesse caso, só terá lugar a venda no mar, com licença dela e com restrições que lhe parecerem convenientes, sob pena de 30\$000 de multa e oito dias de prisão e o dobro nas reincidências.

Ordena, portanto, que neste sentido se expeçam as necessárias comunicações³³⁴.

No mesmo dia, houve uma grande manifestação popular em protesto contra a escassez e a carestia dos alimentos. O povo dirigiu-se ao Palácio da Presidência pedindo medidas frente ao estado aflitivo das classes menos abastadas. O alvo dos protestos eram os monopolistas que atravessavam a compra da farinha de mandioca, visando à exportação do produto às outras praças que pagavam um preço mais alto. A manifestação foi animada pela presença da banda de música do Arsenal da Marinha, o que levou os conservadores a acusarem os próprios apoiadores do Presidente da Província de terem organizado os protestos, e apenas dois oradores fizeram uso da palavra, Elpídio Maria de Castro e João Martins Megapá, que não se excederam, apesar de fazerem alusões às manifestações mais radicais ocorridas vinte anos antes, justamente por conta do aumento brusco no preço da farinha³³⁵.

A Câmara Municipal aprovou então a proibição da exportação da farinha até a redução do preço praticado na praça soteropolitana, bem como a proibição da venda no mar, sem autorização, e também estabeleceu um depósito para o produto, localizado na Praça

³³³ Arquivo Municipal – Atas da Câmara, Livro 9.54, ano 1878. 31 de março.

³³⁴ Arquivo Municipal - Ofícios do Governo, pg. 47.

³³⁵ DIARIO DA BAHIA, 31.05.1878.

Riachuelo, no pavimento térreo de uma propriedade da Casa de órfãos de São Joaquim, próximo ao mar, donde se poderia vender a retalho, diretamente aos consumidores.

A Capitania do Porto fixou o antigo ancoradouro, em frente ao Arsenal da Marinha, para ancoragem dos barcos com carregamento de farinha, para que se evitasse que estes fundassem em aglomerações de outras embarcações. Foi solicitada também a colaboração do Chefe de Polícia para a fiscalização em terra, conjuntamente com a fiscalização no mar. Além da proibição da venda da farinha em mar, que visava impedir o transbordo de uma embarcação a outro veleiro de maior porte pelos açambarcadores, no dia 4 de abril o Presidente da Província baixou medida para impedir a venda também nos portos de origem, situados no Recôncavo e nas vilas do litoral sul, abaixo de Nazaré.

Foram ainda solicitadas às Câmaras Municipais medidas punitivas para os atravessadores do gênero que atuavam tanto nas estradas como nas praças, ficando então estabelecida a capital baiana como o único porto para exportação da farinha. Como resultado destas medidas, os jornais atestavam não somente a redução dos preços da saca de farinha, como também da carne de charque, o que foi atribuído às medidas intervencionistas. Na fala que abriu a 57ª legislatura da Assembleia Provincial da Bahia, no dia 1º de maio, foi encaminhada a seguinte mensagem do Presidente da Província, Barão Homem de Melo:

Carestia dos Gêneros Alimentícios

O desenvolvimento que teve a exportação de farinha de mandioca para fora da Província ia produzindo entre nós uma crise alimentícia de sérias consequências.

O preço desse artigo de alimentação elevou-se de modo a torna-lo de difícil aquisição pelas classes menos favorecidas da fortuna.

Em tempo algum nosso mercado foi tão abundantemente suprido de farinha, mas notava-se que o excesso da produção não influía na baixa do preço, contrabalançando o excesso de procura.

A Câmara Municipal da Capital, em cumprimento da recomendação da Presidência em ofício de 13 de março findo, estudando as causas deste mal, depois de atento exame, chegou ao conhecimento de que algumas casas de comercio despachavam com antecipação, grandes quantidade de farinha, e que para satisfazer esses despachos enviavam agentes seus às cidades e mercados do interior, encarregados de comprar por mais alto preço toda a farinha que encontrassem, e no porto desta capital compravam quantos carregamentos entravam.

Em consequência a mesma Câmara, em data de 30 de março último, submeteu à aprovação provisória da Presidência uma Postura, a qual mandei imediatamente pôr em execução.

No mesmo dia, à noite, dirigiu-se o povo em grande multidão ao Palácio da Presidência, pedindo-me medidas que fizessem cessar o estado aflitivo a que iam sendo arrastadas as classes menos abastadas.

Acompanhado da Câmara Municipal e das principais autoridades, ouvi a exposição dos sofrimentos por que passava a população desta capital e respondi de acordo com as medidas já adotadas e prometendo tomar, dentro da lei, todas aquelas que o caso requeresse.

Tive a satisfação de ver minhas palavras, proferidas com a segurança perfeita do que havia feito, acolhidas com todo acatamento, como incumbe sempre ao cidadão, diante da autoridade, retirando-se em seguida o povo na melhor ordem.

As Câmaras Municipais de diversas localidades, conhecendo a justeza das medidas tomadas, têm já dirigido a esta Presidência, para serem aprovadas, posturas que eficazmente contribuíram para conseguir o resultado desejado.

É, portanto, de esperar que, regularizada a exportação da farinha de mandioca, esse gênero desça a um pouco conveniente ao produtor e ao consumidor³³⁶.

E não obstante a preocupação com a carestia do gênero da farinha de mandioca, o Presidente da Província anunciava as suas ações para também combater a elevação dos preços da carne:

Ainda com o fim de providenciar de melhor forma, examinei o matadouro público e suas dependências. Diversas causas concorrem para a péssima qualidade da carne exposta à venda, e seu alto preço.

Não falando do tempo presente em que algumas localidades do centro da Província têm sofrido mais ou menos da seca, devemos considerar que o gado exposto no matadouro chega a esta capital depois de ter percorrido centenas de léguas, por melhores que fossem as passagens atravessadas por este gado, em uma viagem longa, abatido da fadiga, com a variedade de erva que lhe serve de alimentação, o gado ao chegar à capital acha-se extenuado, magro e em grande parte doente.

Era mister que aqui ele tivesse tempo de demora com bias pastagens em que se pudesse refazer, afim de melhorar o seu estado.

Aproveitando os terrenos pertencentes ao matadouro, a Câmara Municipal desta capital tomou desde logo as medidas tendentes a conseguir este resultado, tão instantaneamente reclamado pela hygiene publica.

Do mesmo modo abriu em diferentes pontos da cidade talhos públicos, em que a carne é exposta à venda, inspecionada a sua qualidade e preços.

A carne secca, exposta a venda nos mercados desta Província, é em quase totalidade proveniente do Rio Grande do Sul.

A sensível perda de gado que se deu nessa Província em consequência das intempéries das estações, reunida á circumstancia de alteração que farão fazer as Repúblicas Platinas no reparo da carne destinada ao consumo europeu, substituindo o gado lanígero a criação que d'antes tinham, diminuindo assim a quantidade de carne exportável, influiu sensivelmente para a alta de preços que tem tido a carne secca em nosso mercado.

Com a entrada dos navios já em caminho, o mercado ficará, entretanto, regularmente abastecido, tendendo os preços a baixar³³⁷.

Agia o Presidente da Província, Barão Homem de Melo, do jeito que desejara o Vereador Manuel Jerônimo Ferreira, em 1858, quando, na época, propunha que o estado pudesse concorrer no mercado contra os monopolistas. No entanto, no decorrer do mês, as dificuldades se acentuaram, mas apesar disso muitas sacas de farinha saíram da Bahia em direção à Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe. Sendo assim, isto indica que a ação da Câmara se destinava a coibir o açambarcamento, e não o de impedir o auxílio às populações flageladas³³⁸.

³³⁶ Fala à Assembleia Legislativa Provincial do Presidente Barão Homem de Melo – Tip. Do Diário da Bahia, 1878.

³³⁷ Idem.

³³⁸ AGUIAR, op. cit, pg. 137.

Ao final do mês o presidente da Câmara, Domingos Requião, renunciou à delegação de pedido de despachos para liberação de embarque de farinha. Medidas foram solicitadas para controlar os abusos destes repasses e o clima de agitação popular se acentuou nas ruas. Foi também denunciado o estoque do produto por quatro negociantes no Trapiche Paranhos, que se negavam a expô-los a venda a fim de encarecer a farinha para depois exporta-la.

A imprensa elevou o tom das denúncias no mês de junho, segundo o Jornal da Bahia um depósito localizado na Baixa dos Sapateiros fora atacado por populares, e a cidade baixa manteve-se guardada pela polícia, assim como um Batalhão Naval protegia o Arsenal da Marinha; Os sacos de farinha vendidos na Câmara Municipal, anunciados em volume de 80 litros, continham, na verdade, setenta e quatro, o que tornava o seu preço fictício. O vapor Dantas teria saído para Pernambuco contendo 1.500 sacas de farinha remetidas por José Diogo dos Santos, que já recebera autorização para exportar mais 2.000 sacas³³⁹. O também opositorista “O Monitor” engrossou o denunciamento:

No dia 26 do passado, entraram no porto de Pernambuco, do Rio Grande, 100 sacos de farinha de mandioca e, de Porto Alegre, 3.502 sacos.

No dia 27, entraram: de São Mateus, 1.075 sacos; do Rio de Janeiro, 1.690, o que soma nos dois dias 6.367 sacos.

Entraram mais, no dia 27, de Santa Catarina 12 mil alqueires.

No dia 29 entraram, do Rio de Janeiro 604 sacos; e dos portos do norte 200.

Logo, nos três dias entraram 13.171 sacos.

A exportação foi, no dia 25, de 738 sacos; no dia 27, de 1.200; no dia 28, de 1.180.

Continuamos a apresentar esses dados estatísticos à nossa edilidade, a fim de que ela se convença, em vista da força dos algarismos, o mal que nos tem feito com as medidas que tomou a respeito da farinha de mandioca.

Dissemos à nossa edilidade que, proibindo a exportação da farinha de mandioca, conseguia ela este resultado – arredar de nosso porto a farinha do sul, que buscava diretamente os portos do norte (...) ³⁴⁰.

Os comerciantes exportadores, sentindo-se prejudicados com a restrição das exportações da farinha, incitaram o enfrentamento entre liberais e conservadores, colocando no centro das discussões as restrições às liberdades, dividindo a população e as autoridades, tendo a imprensa como palco deste debate.

Se na câmara de vereadores a situação era tranquila entre o Presidente da Província e os parlamentares, o grande equilíbrio de forças existente na Assembleia legislativa Provincial havia sido atestado durante a eleição da Mesa Diretora em 21 de Abril de 1878, quando o liberal Aristides César Espínola Gama, venceu a votação para a Presidência com 19 votos,

³³⁹ JORNAL DA BAHIA – 3 de junho de 1878.

³⁴⁰ O MONITOR – 4 de junho de 1878.

contra 18 do conservador Américo de Souza Gomes. Tal equilíbrio conferiu àquela casa um ambiente de acalorado debate, muitas vezes de caráter doutrinário³⁴¹.

No primeiro dia do mês de junho, os Deputados liberais Carneiro da Rocha e Alexandro Herculano apresentaram um Projeto de Lei autorizando a compra de farinha pelo Governo Provincial, a fim de garantir a revenda para a população, sem lucro algum nisso, e estabelecendo imposto de cem réis para cada litro de farinha exportada, o que tornava praticamente proibitiva a venda do produto para fora da Província³⁴². O jovem parlamentar de primeira legislatura, Rui Barbosa, utilizou o editorial do Diário da Bahia para se pronunciar a respeito:

Não se tratando de nenhuma questão política onde a intolerância dos partidos tenha de ver, onde as paixões desses mesmos partidos tenham que entrar, onde a confiança política de cada um deles seja interessada, mas simplesmente de acudir aos apuros em que se acha a pobreza de nossa capital, aos sofrimentos por que ela está passando, aos perigos que porventura ainda ameçam-na, devemos presumir, repetimos, que o projeto ontem apresentado pelos nossos amigos receberá o voto unanime dos legisladores provinciais³⁴³.

No dia 5 de junho, na sessão da Assembleia Provincial, os Deputados Antonio Carneiro da Rocha e Augusto Pedro Gomes da Silva, apresentaram um projeto que visava restringir a exportação de farinha da Bahia para outras províncias:

Art. 1º - Cada litro de farinha exportada da província pagará cem réis de imposto.
Art. 2º - Não pagará o referido imposto a farinha que for exportada pelo Presidente da Província, por pedido directo dos Presidentes das Províncias flageladas pela fome.
Art. 3º - O imposto que for pago nas collectorias dos logares exportadores de farinha será restituído logo que o exportador provar com documento satisfactorio que a farinha exportada desses logares entrou para o mercado da capital.
Art. 4º - A farinha exportada sem o pagamento do respectivo imposto será apprehendida e vendida em hasta pública, sendo metade para o aprehensor ou denunciante, e metade para a Província.
Art. 5º - Logo que cessar a crise da carestia da farinha, poderá o Presidente da Província suspender a execução da presente Lei, vinda a farinha exportada a pagar somente o imposto que actualmente paga³⁴⁴.

Esta medida visava evitar a fuga do gênero para outras praças, preservando assim, a oferta do produto para o consumidor da capital baiana, mas preservava a possibilidade de manutenção de ajuda humanitária aos centros mais duramente castigados pela seca, porém sobre controle do Presidente da Província, ou seja, ao tratar da política restritiva adotada pelo

³⁴¹ AGUIAR, op. cit., pg. 109.

³⁴² Anais da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, Sessões do ano de 1878, (vol. 1), pg. 70.

³⁴³ O Diário da Bahia – 4 de junho de 1878.

³⁴⁴ Assembléia Provincial, cinco de junho de 1878. Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, Sessões do ano de 1878, (vol. 1).

mesmo, os liberais assumiam posturas que pareciam nada ter a ver com a doutrina do *Laissez Feire*, sendo logo acusados de renegar seus próprios postulados, justamente pelos conservadores. Coube a Antônio Eusébio, um dissidente liberal, apresentar um projeto substitutivo ao do Deputado Spínola, que previa a compra de 100:000U de farinha de mandioca por parte do Governo, a fim de mandar revender sem lucro algum. O substitutivo de Antônio Euzébio propunha a não intervenção do Estado e a retirada das Posturas da Câmara Municipal, e autorização de crédito para compra de farinha pelo Governo, mas com intermediação da Associação Comercial:

Art. 1º - Ficam revogadas as posturas da Câmara Municipal desta capital, ou de qualquer outra da Província, em virtude das quaes se tenham estabelecidos pontos para venda de farinha de mandioca, ou se tenha feito dependente da licença ou de qualquer fiscalização municipal ou do governo a livre exportação do Gênero.

Art. 2º - O governo poderá dispender ate a quantia de 300:000U com a compra da farinha pelo preço do mercado, para revendê-la à população pobre por preço nunca maior a 80 reis o litro.

Art. 3º - Essa compra de revenda de farinha, determinada no artigo antecedente, será de preferência feita pela Associação Comercial, se a isso se prestar, ou por comissões de agentes da confiança e escolha dela.

Art. 4º - o governo tomará por empréstimo a referida quantia de 300:000U, ficando autorizado para remir essa divida, a fazer extrahir até cinco loterias pelo plano das grandes loterias provinciais, de preferencia às outras do mesmo plano que já tem sido concedidas.

Art. 5º - Revogão-se as disposições em contrário³⁴⁵.

O substitutivo do Deputado Antônio Euzébio, colocava o controle das ações de combate à carestia do preço da farinha nas mãos da Associação Comercial da Bahia, sendo que esta era presidida, na época, por Pereira Marinho. Seria como entregar o galinheiro aos cuidados da raposa. O acalorado debate travado entre os liberais e seus opositores confrontou de um lado os que acusavam a inevitável consequência da proposta apresentada por Antônio Eusébio, liberalização da venda da farinha para fora, a elevação dos preços, o que e tornaria a aquisição da mesma inacessível, ou prejudicial aos cofres públicos. Por outro lado, cobrava-se a coerência com o próprio programa do Partido Liberal, de 1869, que propunha em sua tese central exatamente a liberdade comercial e derrogação dos privilégios e monopólios, tal qual propunham a maioria dos economistas europeus da época³⁴⁶.

A fim de defender o projeto original apresentado por Aristides Spínola, o Deputado Antônio Carneiro foi à tribuna e afirmou a sua condição de liberal convicto, como resposta aos ataques proferidos pelo também deputado Olavo Góes e por Antônio Euzébio:

³⁴⁵ Assembleia Provincial, sete de junho de 1878. Sr. Antônio Euzébio. Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, Sessões do ano de 1878, (vol. 1).

³⁴⁶ AGUIAR, op. cit, pg. 151 a 153

Sr. Presidente, sei que o nobre Deputado, membro da opposição nesta casa, levantando-se contra este projecto, e mandando a mesa o substitutivo que consagra a mesma theoria, as mesmas ideias e as mesmas medidas, estava escusado de tomar a palavra; mas tendo proferido o nobre Deputado a proposição de tal ordem, tão importantes, em relação as medidas tomadas pela Câmara Municipal e sancionadas pelo Governo eu não devia deixar que se encerrasse esse debate sem dar uma resposta cabal.

Não sou, meus senhores, da eschola proteccionista; filiado a um partido que escreve em suas bandeiras as idéas liberais, eu não posso ser partidário daquela eschola economica que é completamente divorciada daquelas idéas; adopto a opinião daqueles que querem uma economia política, no commercio todas as franquezas possíveis, eu sigo a eschola de Adam Smith, dos João Baptist Say, tendo todavia em frente vultos importantes como Cronwell, Colbert, Trugot, Napoleão e outros.

Sendo assim, meus senhores, não apresentei este projecto porque fosse adepto da eschola que procura peiar a liberdade de commercio e levantar óbices em todas as manifestações da vida social; mas porque havia uma crise, dava-se um facto importante, para o qual só medidas coercitivas, só as medidas aconselhadas por essa eschola que não sigo... erão que podiam conjurar, ou pelo menos melhorar essa crise.

Sr. Presidente as medidas lembradas pelo projecto não são a primeira vez que são empregadas; não é a primeira crise alimentícia ou carestia de farinha que se dá. Desde remotos tempos essas crises têm se dado, e medidas eguaes têm sido empregadas, apesar da eschola política liberal e apesar da grande opposição que tem se levantado contra ellas.

Assim é que desde Caio Graxo que vemos executar-se a *lex prumentaria*; vimos no tempo de César, de Henrique terceiro, de Luiz XIII, Luiz XIV, Napoleão, de longos tempos até quase esta data se empregarem medidas como a Leia do máximo, a proihibição absoluta da exportação, a proihibição limitada, enfim essas medidas restrictivas que aqui queremos empregar³⁴⁷.

E questionado pelo Deputado Arthur Rios sobre serem improfícuas as medidas adotadas para a crise atual, Antônio Carneiro respondeu que

Já ia tocar neste ponto. Porque o nobre Deputado que iniciou este debate colocou, senão exatamente, aproximadamente, a discussão nestes termos. Disse que não havia carestia de farinha, ou não havia crise alimentícia quando a Câmara Municipal tomou as medidas que todos nós conhecemos, e que tais medidas foram insufficientes.

Meus senhores, a principio nós líamos e ouvíamos por que passava a Província do Ceará; mais tarde, não ouvíamos e nem líamos, víamos, porque em nossas plagas aportam centenas desses retirantes devorados pela fome e quase moribundos; e finalmente depois destes espetáculos, uns que a imprensa nos transmitia pela voz poderosa, e outros que nós víamos em nossos portos, a farinha chegou a um preço exorbitante, acima, e muito acima da possibilidade de grande parte de nossa população³⁴⁸.

Ratificou também o papel da Câmara Municipal como autêntico representante dos interesses diretos do povo cidadão:

A Câmara Municipal, representante mais imediata e directa do povo, que devia sentir mais de perto todas as suas afflicções, todos os seus clamores levou ao Governo da Província uma postura para ser aprovada, a qual entendia ella poder naquella occasião diminuir a crise que já sentíamos³⁴⁹.

³⁴⁷ Assembléa Provincial, oito de junho de 1878. Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, Sessões do ano de 1878, (vol. 1).

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ Idem.

E lembrou-se da aprovação da Postura por parte do Governo, e também da primeira vez em que esta foi apresentada, no ano de 1857:

Esta postura levada ao Governo foi aprovada, e não é a primeira vez que ella tem figurado no código de nossas leis municipais; porque em 1857, uma igual, talvez com a mesma redação foi aprovada e vigorou por muitos anos³⁵⁰.

Adiante, Antônio Carneiro uniu-se as denúncias contra os monopolistas, como os grandes responsáveis pela manipulação dos preços, bem como do desvio do produto para outras praças:

Ao passo que essas medidas eram tomadas, e nem podião ser naquela ocasião outras, porque o defeito era o excesso de exportação, os monopolistas, estes que compravam farinha, não para matar a fome porém para tirar grandes lucros nos mercados extra-provinciais, os monopolistas procurarão por todos os meios frustrar a execução de taes medidas...

Fizeram comprar farinha não nos mercados da capital, mas forão aos pontos produtores, ahi comprarão toda farinha que se fabricava, e consta que forão adiante e comprarão até plantações, e fizerão com que esses produtos seguissem diretamente dos pontos de produção para as províncias donde a necessidade desse gênero de alimentação se fazia mais sentir...

Por consequência não dos embaraços, mas sim da ganancia, e por encontrarem naqueles mercados maiores preços para o seu gênero...

Mas se a carestia da farinha não se dava entre nós pela falta do gênero, tanto que o nobre Deputado, que iniciou o debate, não nega que a safra tenha sido grande; se o mercado regorgitava de farinha, e se a razão do aumento do preço vinha do excesso da procura sobre a oferta segue-se... e que a medida naquela ocasião era adoptar-se era a restrição a exportação...

Porque desde que se estabelecesse a restrição na exportação, cujo excesso era a causa da carestia, o effeito não podia ser senão a barateza do produto...

Mas não foi porque ainda que bem applicadas as medidas, os negociantes que queriam tirar grandes lucros, e que recebião encomendas do norte, para comprarem farinha, procurarão meios de burla-la³⁵¹.

Em um debate acalorado, o Deputado opositor Antônio Euzébio seguiu retrucando, afirmando a ineficiência de tais medidas, e seriam elas até mais prejudiciais do que a sua não adoção. Antônio Carneiro lembrou então que desde julho de 1877, a Bahia não recebera farinha de outra Província, apenas de Sergipe, procedente de Estancia, ou seja, por esta demonstração, já fazia muito tempo que produtores externos não traziam seus produtos para a praça soteropolitana, sendo assim, não é verdade que estes teriam sido afastados por conta das medidas adotadas pelo Governo Provincial. A farinha que costumava vir de Santa Catarina, Espírito Santo e Alagoas, estava sendo adquirida no Rio de Janeiro, e destinada às Províncias do norte (Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, e a própria Alagoas se esvaia em fome):

³⁵⁰ Idem.

³⁵¹ idem

Aquellas medidas eram as únicas convenientes não se segue que hoje não tomemos outras. Enquanto o parlamento provincial esteve encerrado não se podiam tomar outras, mas agora que o parlamento provincial se abriu e a crise cresce, podemos tomar novas medidas, abolir aquellas o completal-as; foi assim que eu, interpretando o pensamento dos próprios correligionários, e até dos membros da opposição que estão de acordo neste ponto, iniciei o projecto, habilitando o Governo de lançar mão de uma quantia para comprar farinha nos pontos produtores e vender à população, sem usura, sem essas vantagens odiosas dos monopolistas, e um outro criando um imposto sobre a exportação de farinha... Autorizei o Governo a vender sem lucro algum porque aceitando por agora as idéas da eschola restrictiva, não quis ir até o seu extremo, isto é, de autorisar o Governo a distribuir gratuitamente a farinha ao povo³⁵².

Os reclames da opposição não cessaram, o Deputado Arthur Rios afirmou que tal medida não seria estabelecer limite, mas sim, criar concorrência. Rodrigues da Silva também fez uso da palavra para defender o projeto e a ação da Câmara Municipal, mas foi novamente retrucado por Antônio Euzébio, após afirmar que os preços haviam caído em consequência das medidas restritivas, o que acalmou o povo nas ruas, e assim, o opositor alegou ter sido isso apenas por pouco dias, mas logo em seguida, voltaram os preços a sua escalada.

Rodrigues Silva denunciou então a existência de estoques de farinha no Recôncavo que estavam sendo adquiridos por casas comerciais de capital, e destinando-se a outras praças, em Valença, 25 mil sacas embarcaram no navio chamado Novo Mundo, com destino a Pernambuco. Em Camamu, 40:000U000 de farinha seguiu em carregamento também para Pernambuco, existindo ainda 5 mil sacas naquela Vila, e mais 36 mil em Nazareth, destinadas à exportação. Portanto, não havia falta de farinha, e sim a escassez do produto, oriunda da sua exportação, e consequentemente, aumento dos preços praticados, reafirmando assim, a necessidade de controle da saída do gênero. E criticando o substitutivo de Antônio Euzébio, questionou o sentido de ser o Governo a dispensar os recursos, efetivar a compra da farinha, e não ser ele, Governo, e sim, a Associação Comercial, a executar a venda no varejo, ou eleger delegados a tal finalidade. E considerando que a quantia prevista de 100:000U000 para compra da farinha era ainda diminuta, sugeriu a ampliação deste crédito para o valor de 4000:000U000.

A trigésima terceira sessão ordinária da Assembleia provincial ocorreu no dia 26 de junho de 1878, e as discussões retomaram, tendo como destaque para o pronunciamento do Deputado Rodrigues da Silva. Os opositores ironizavam a posição dos Deputados Liberais, afirmando a existência de um novo tipo de liberalismo, um tipo especial que serviria apenas ao jeito dos membros daquela Assembleia. Já nas palavras do Liberal Rodrigues Silva, lembrando o denunciamento de Antônio Euzébio através da imprensa: “*houve patota, isso é,*

³⁵² idem

houve mercancia ignóbil entre a concessão das licenças para vendagem de farinha e os concessionários que obitinhão-nas?":

É muito provável que indivíduos interessados servissem de medianeiros entre os especuladores, negociantes improvisados de farinha e a Câmara Municipal; é provável que houvesse entre eles e a digna vereação a interposição de bons officios de amizade; mas entre o favor que pode ser feito sem quebra de dignidade do funcionário e a patota, que é expressão de uma mercancia, de uma ganancia inconfessável e imoral, de uma verdadeira prevaricação, há uma distancia imensa; há o abysmo que separa a honra e a probidade da vergonha e miséria sem nome.

Autorisa-se, entretanto, o nobre Deputado em uma publicação do meu digno amigo, e honrado, Vereador Santos Marques, na qual diz que nada tem a ver com as licenças que a municipalidade tem dado para exportação de farinha³⁵³.

Referia-se aos ataques promovidos pela oposição a concessão de licenças para exportação de farinha, e utilizou a necessidade de justificativa por parte daquele Vereador para ironizar a postura dos opositoristas, com relação ao uso da imprensa para atacarem os parlamentares defensores da política intervencionista do Presidente da Província. Em outro trecho, Rodrigues da Silva insistiu em chamar de monopolistas, os grupos que pressionavam para a liberação da exportação da farinha, e os denunciou:

Logo que algumas medidas partirão da illustre municipalidade, logo que esta vem pedir ao Governo o complemento dessas medidas, que não tinham de todo preenchido seus desejos, não tinham de todo tocado suas metas de aspirações patrióticas, quando isso se dava, os monopolistas, e continuo a dar-lhes esse nome, essa meia dúzia de usurários desalmados, que estão a locupletar-se com o suor do povo, antevendo o prejuízo que os aguardava, retendo em si grande porção de farinha expõem-na a venda em nosso mercado, e hoje mesmo, quem sabe se neste momento em que estou falando, estará entrando em nosso porto um enorme carregamento de farinha, imenso, extraordinário, talvez em valor superior a cem contos de reis, que era desfalcado da população, e estava sendo fraudulentamente embarcado, em porto não alfandegado no sul da nossa Província, com destino a outros mercados?

Logo havia monopolistas, logo havia usurários, havia harpias, havia sanguessugas, que sugavam a substancia do povo em proveito próprio.

Ruy Barbosa: liberalismo e intervenção ...

Na sessão Legislativa do dia 27 de junho, Rui Barbosa foi à tribuna e expos o embate doutrinário que envolvia a política acerca do abastecimento na cidade do Salvador. O seu discurso teórico estava direcionado ao dissidente liberal Antônio Eusébio:

³⁵³ Assembléia Provincial, 26 de junho de 1878. Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, Sessões do ano de 1878, (vol. 1).

Venho apenas como um dos servidores mais convencidos da ideia liberal, tributar-lhe a homenagem pública de nossa ininterrompida adesão, contra as versões malévolas que aqui os têm indigitado à reprovação do paiz como infieis ao symbolo das nossas crenças; venho afirmar, em relação à matéria pendente, as leis eternas da eschola a que temos a honra de pertencer; venho defender nosso melindre político, ferido por interpretações injustas. Seja, pois, desculpa à minha afoiteza, depois de tão luminosos discursos, esse zelo com que a minha consciência encara, nas questões sociais de ordem superior, como esta, esses grandes princípios, essas iminentes verdades, esses dogmas fundamentais do credo liberal³⁵⁴.

Desta forma, Ruy Barbosa apresentava o debate que seguiria. Revelando-se profundamente incomodado com o que ele considerava uma distorção simplificadora da interpretação da doutrina do liberalismo. Passou então a chamar ao debate o Deputado Antônio Euzébio, como podemos ver no seguinte excerto:

O nosso nobre colega, que deste lado se senta não sei por que, quando é o mais intransigente auxiliar da opposição conservadora nesta assembleia, o Dr. Antônio Euzébio, em nome da liberdade comercial verberou as medidas municipaes contra a crise alimentícia, incipiente ainda, cujo desenvolvimento lisonjeio-me de considerar atalhado, mas cujos primeiros symptomas, assaz graves já para inquietar os menos medrosos, determinarão entre o povo sobressaltos, exagerados, creio eu, de certa altura em diante, mas nem por isso menos dignos de merecer os cuidados mais zelosos da administração local. Associando o exame dessas medidas à discussão do projecto vertente, deu-me S. Ex. o direito, tão proficuamente utilizado já pela metade liberal desta casa, de também neste debate, acudir-lhe com a rectificação que as ideias, aliás em sua generalidade exactas, porém mal adaptadas à censura de que o nobre Deputado se fez órgão, impõem àquelles, como eu, cuja ambição única, nestas desinteressas lides, é não ceder vantagens a ninguém no estremecer pela pureza da fé liberal³⁵⁵.

A alusão feita ao local de assento de Antônio Euzébio se deu porque o mesmo sempre se sentava à direita da tribuna, que geralmente era o local destinado aos membros do partido governista, no caso, dos liberais, do que Rui Barbosa demonstrava incômodo, uma vez que Antônio Euzébio tornara-se um notório dissidente daquele partido. E após declarar a sua crença no princípio da liberdade comercial, Rui Barbosa chamou atenção para que uma causalidade se realizar mediante a reprodução de determinadas circunstancias, no entanto,

Realizadas, portanto, certas circunstancias, se a lei que preside a essa classe de phenomenos está discriminada scientificamente, previstas estão as consequências; contae com ellas; dirigi-vos como quem as espera. Mas também cuidado que não vades aplicar fora de proposito a lei resultante da analyse de uma ordem de fenômenos diversa! Na matéria que aqui se converte, pois, a preliminar é: se as circunstancias econômicas com que estamos luctando são precisamente da mesma espécie daquelas de onde sahiu o salutar principio da liberdade comercial e que a liberdade comercial há de reger³⁵⁶.

³⁵⁴ Discurso do Sr. Dr. Ruy Barbosa, proferido na sessão de 27 de junho - Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, Sessões do ano de 1878, (vol. 1).

³⁵⁵ Idem.

³⁵⁶ Idem.

Acusando Antônio Euzébio de apoiar-se em Bastiat de maneira superficial, na forma em que Rui Barbosa classificou de exercício de sofisma, chamou atenção para as consequências que trariam a retirada das posturas municipais:

Notando que o preço da farinha continuara a subir nos primeiros mezes deste anno, e apontando para as providencias com que a edilidade concebera obviar ao encarecimento progressivo desse artigo de primeira necessidade, indigitou veementemente como consequência delas essa agravação dos sofrimentos populares, sem demonstrar, senão pela coincidência entre os dous factos, a dependência real de um para o outro; sem advertir que a progressão crescente dos preços, preceptível já mui sensivelmente antes das medidas municipaes, não era nos primeiros mezes posteriores á inauguração deste regimen, senão o efeito de um impulso anterior a elas, de causas independentes, que lhes preexistião, que subsistem, e que não lhes é dado remover³⁵⁷.

Estavam então se referindo a Claude Frédéric Bastiat, indivíduo que teve a maior parte de sua obra escrita durante os anos que antecederam, e que imediatamente sucederam a Revolução de 1848, na França. Entre os economistas franceses, Frédéric Bastiat ocupou um lugar de destaque. Sua obra completa se compõe de sete volumes, tendo em seu conjunto um princípio dominante: o dever da *lei* de proteger o indivíduo, a liberdade e a propriedade privada, mas pode ser pervertida e posta a serviço de interesses particulares, tornando-se, então, um instrumento de espoliação. É desta forma que Bastiat analisou o funcionamento do Estado, esta "grande ficção através da qual todos se esforçam para viver à custa dos demais". Para ele, protecionismo, intervencionismo e socialismo são as três forças de perversão da lei.

Lembrou Rui Barbosa que a correção deste erro vulgar já houvera sido aconselhada por propagandistas da escola de Manchester, quando em 1842 iniciou-se, na Inglaterra, a redução dos impostos proibitivos, e que em dois anos os maus resultados refletiram-se na colheita, agravando-se em 1845 e 1846, e nos demais anos seguintes, tornando a política de *free-trade* uma vidraça ao prazer dos que defendiam uma linha protecionista. Advertiu que uma nação não oferece ao consumo estrangeiro, senão, as sobras da sua produção, e quando lhe mingue a produção interior, que dá fecundidade agrícola de outros, se busque suprir as suas deficiências. Assim, a concorrência entre o mercado interno, e o mercado externo se torna desigual quando a necessidade impõe às praças carentes, a oferta de preços acima dos praticados, tornando o desvio dos produtos a estes destinos muito mais atrativos, devido aos preços forçados pela miséria e pelo terror.

³⁵⁷ Idem.

ahi estão Sr, Presidente, os fundamentos com que, noutros países, a eschola da liberdade, onde abri os olhos à vida pública, e contra a qual a consciência ainda não me acusa de uma falta, desaprova medidas ocasionais, e analogia mais ou menos aparente como as que adoptou a municipalidade baiana. Acompanhal-os-hei um a um opondo a cada um deles a situação real desta província, desta cidade há seis mezes³⁵⁸;

A partir daí, Rui Barbosa expos as ideias de uma série de teóricos da economia liberal, especialmente os teóricos franceses, a fim de se apegar aos fundamentos conceituais que pudessem justificar as posições defendidas. Inicialmente, citou Guillaumin³⁵⁹, a escolha deste não foi ocasional, deu-se pelo fato de ter sido este o economista que Antônio Euzébio citara para fundamentar as suas críticas. E justamente de Guilaumim que Rui Barbosa trouxe a crítica à prática de armazenamento de trigo com fins de manipulação de preços, e a consequente fome que esta traria para as classes alheias às lavouras. Esta posição foi ainda reforçada por Cherbuliez³⁶⁰, para quem o único objetivo de uma indução por parte dos vendedores, que deixam de vender, seria uma elevação eventual de preço corrente. Para este autor a liberdade comercial como remédio para as crises alimentícias pode falhar, quando falha o interesse individual. Uma vez que a produção apenas se recolhe para atender a cobiça de especuladores. Ao Rui Barbosa parecia ser esta a situação vivida:

Partamos daqui, Sr. Presidente. As circunstancias, no caso actual, são notórias: A sêcca, a fome no norte; o valor da farinha alterado a uma taxa descomunal; sobre este artigo de lá para cá, ecommendas sem limites ao preço. Em vez de alta futura do preço, qual esse publicista a figurava, ahi temos a alta actual (o que é meu favor), não no mercado provincial, é certo, mas em mercados próximos, e tão excepcionalmente exagerada, que compensa, sobrexcede, cobre muitas vezes o custo do transporte e o maior lucro possível no mercado interior. Logo, em lugar de uma vantagem porvindoura, incerta duvidosa, eventual em suma, ahi estava seduzindo as expedições de farinha para as províncias septentrionaes, uma vantagem segura, infalível, presente, imediata. Quem acreditará, pois, que o freio impotente contra a tentação de um grande beneficio eventual e, portanto, falível, além de mais ou menos longínquo, prevalecesse contra a de uma vantagem consecutiva, certa e enorme, como a que o comercio baiano proporcionava a exportação da farinha para as províncias dizimadas pela sêcca³⁶¹.

Em seguida, citando mais um francês, o Frederico Passy, economista, maçõn, que viria a receber o premio Nobel da paz em 1901, justamente por seu ensaio sobre as crises alimentícias, lembrou que as exportações de grãos para outros centros só deveriam acontecer após o país produtor garantir o seu próprio abastecimento. Parece óbvio para Rui Barbosa que não vivíamos na Bahia o exemplo desta superprodução excedente de farinha de mandioca.

³⁵⁸ Idem.

³⁵⁹ Economista francês, autor do “Dicionário de economia política”.

³⁶⁰ Economista suíço, defensor da filosofia utilitarista, eleito Deputado em 1841, uniu-se aos conservadores.

³⁶¹ Discurso do Sr. Dr. Ruy Barbosa, proferido na sessão de 27 de junho - Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, Sessões do ano de 1878, (vol. 1).

“Na hipótese figurada convinha aos interesses da classe mercantil não só deixar de exportar, como importar, porquanto a elevação do preço, consequência da escassez no mercado nacional, asseguraria a especulação no paiz, vantagens superiores, não só as de venda dos cereais indígenas no mercado estrangeiro, como as da venda ordinária do artigo similar estrangeiro no mercado interior. Suponhamos, porém, uma exageração insólita, inaudita, como a do preço da farinha no Ceará, preço que os consumidores daqui não podiam concorrer, preço de que nem aproximarmos podíamos. Imaginae essa fascinação, tentando o comerciante com a perspectiva de ganhos fabulosos, de fortunas improvisadas à custa de uma especulação fácil e sem riscos. Dizei-me: não é evidente que o resultado seria diametralmente oposto aquelle? Que o interesse positivo, irresistível do commercio, neste caso, no nosso, estaria justamente, não em deixar de exportar e importar, mas, pelo contrario, em não importar nada e exportar tudo?”³⁶²

Assim, a denúncia de Rui Barbosa se concentrou no que ele chamou de última objeção que a teoria liberal poderia deduzir ao Deputado Antônio Euzébio e seu discurso contrário às medidas municipais. E prosseguiu aprofundando as comparações entre as condições que se supõe terem originado a defesa do livre comércio, das que se vivia na Bahia de 1878:

“Reunindo agora os elementos que a analyse destacou, podemos acarear lado a lado a situação que os economistas descreveram com a nossa. O quadro deles é este: uma nação no meio de outras nações, um mercado no meio de outros mercados, um centro productor no meio de outros centros produtores; uma lavoura cultivada ao mesmo tempo em pontos diversos e dispersos do globo, onde as condições do solo e do clima não podem ser uniformes, e que, portanto a secca, as pestes vegetaes, os accidentes da terra não podem abranger simultaneamente; um cereal colhido, em todas ou quase todas essas varias regiões agrícolas, superabundantemente, de modo que o excesso ordinário do consumo local, entregue ordinariamente ao consumo estrangeiro, sirva de reserva para as necessidades nacionais nas epochas de crise; enfim, para todos casos de insufficiencia dessa reserva, as sobras da produção peregrina em disponibilidade como recurso prompto, satisfactório, completo contra o perigo da fome. Eis a situação geral. Observe porém a nossa: não é um paiz entre outros paizes, é uma província no meio de outras províncias do mesmo estado, isto é, diversas secções de uma região compreendida quase integralmente na mesma zona; é portanto entre esses diversos centros produtores, que não estão disseminados nos diversos climas da terra, mas presos entre si, como continuação um dos outros, uma identidade quase absoluta de condições physicas, meteorológicas e agrícolas; é a ausência total do mesmo gênero alimentício, ou a diminuição sensivelmente extraordinária de sua colheita em muitas, na maior parte das províncias productoras, durante a mesma estação; é um gênero que só se produz neste império, numa secção dele, e apenas quanto baste para o seu consumo interior; é por conseguinte, o imenso desfalque, o sorvedouro temeroso que a secca deixou, e prolonga sem reparação ou atenuação possível nesses recursos com que as nações mutuamente se suprem nessas condições terríveis...”³⁶³

Esta seria então a tese defendida por Rui Barbosa, a de que as duas condições seriam possuidores de condicionantes tão diferentes que jamais caberia a simples transferência da análise feita de uma para outra. Mas a abordagem não se limitou a defender a posição da municipalidade, Rui Barbosa não se fez de rogado e também atacou o partido conservador, pois

³⁶² Idem.

³⁶³ Idem.

foi esse partido quem difundiu, quem enraizou, quem universalizou, digamos assim, no Brasil os erros protecionistas; (...) agora que os preconceitos de origem conservadora senhoreiam o animo publico, não é a parcialidade a cujo domínio tem estado entregue quase exclusivamente esta terra, e cuja influencia devemos agradecer a vulgarização destas ideias falsas, que insiste no direito de denunciar como crime no governo actual o não afoitar-se em empreender, nos primeiros dias de sua gestão, logo no meio de uma crise alimentícia, uma reação decidida contra esse perigoso estado moral do povo³⁶⁴.

Desta forma, Rui Barbosa buscou superar o dilema acerca da não intervenção, pois ainda que o princípio do livre-cambismo estivesse contemplado pelo programa liberal, tal qual formulado por Adam Smith, já na Alemanha de 1834, Frederic List esboçou as primeiras contestações a este.

Georg Friedrich List foi um economista partidário do protecionismo, de acordo com o seu pensamento econômico, as empresas nacionais não poderiam desenvolver se o mercado se já estivesse ocupado por empresas de países estrangeiros economicamente mais avançados. Nessas circunstâncias justificava-se um *proteccionismo educador*, tendo por objectivo proteger temporariamente o mercado nacional para assegurar a consolidação das indústrias nacionais para que, em médio prazo, pudessem concorrer com sucesso num ambiente de livre concorrência que não se transformasse rapidamente num sistema de sentido único pelo esmagamento das indústrias do território economicamente menos desenvolvido. Também, John Stuart Mill³⁶⁵, nos seus *Princípios de Economia Política*, defendeu uma orientação protecionista, para o caso de uma nação nova e progressista poder neutralizar uma indústria estrangeira.

A popularidade das ideias livre-cambistas espalhou-se na Inglaterra com o surto de progresso acelerado na segunda metade do século XIX. Ainda em 1819, Jean Charles Leonard de Sismondi³⁶⁶ publicou que o desequilíbrio entre produção e consumo era comum no comportamento dos ciclos econômicos. Sismondi chegou a condenar o desenvolvimento das máquinas, em cuja dependência viveria os operários. Acontece que ao concluir-se o ciclo das campanhas napoleônicas, a Inglaterra estava esmagada sob uma gigantesca dívida pública, recorrendo então a uma autorização para emissão de papel moeda sem lastro, pelo Banco da Inglaterra. Em 1815, quando cessaram as atividades bélicas, a renda da terra não atendia ao fisco e aos credores, uma vez que o preço dos cereais havia caído, seja pela perda de poder

³⁶⁴ Idem.

³⁶⁵ Filósofo e economista Inglês, e um dos pensadores liberais mais influentes do século XIX. Foi um defensor do utilitarismo

³⁶⁶ Economista e historiador suíço nascido em Genebra, cujas pesquisas foram marcadas por sua denúncia dos perigos que considerava inerentes ao processo de industrialização e ao desenvolvimento descontrolado do sistema capitalista.

aquisitivo dos consumidores, seja pela importação de cereais de países estrangeiros. Foi quando os Lond Lords conseguiram a aprovação das leis de cereais, que proibiam a compra de trigo no exterior, a fim de manter o preço interno do produto.

Em 1836 as repercussões negativas da crise bancária americana atingiu a Inglaterra com redução da safra, crise que se repetiu em 1838 e estendeu-se a 1845. Os industriais ingleses compreenderam então que o protecionismo agrário instituído em 1815 tornara-se um entrave para a expansão de suas manufaturas, seja porque o crescimento urbano e industrial tornava a produção rural insuficiente para a sustentação do operário, seja porque os elevados preços dos alimentos aumentavam os custos de fabricação, e a redução das compras externas repercutia fatal e negativamente nas vendas e outras nações. Em 1846 uma crise de fome assolou a Irlanda, devido à queda da colheita de batata, foi esta a oportunidade então para a revogação das tarifas protecionistas, iniciando, finalmente, a era do livre-cambismo.

A expansão sem paralelos das manufaturas e do comércio britânico entre 1848 e 1866, deveu-se, em grande parte, à eliminação das tarifas protecionistas que vigoravam em relação a alimentos e matérias primas. Compreende-se assim a enorme popularidade da doutrina livre-cambista, uma vez que a Inglaterra era a maior e mais rica potência mundial. No entanto, tanto teoricamente quanto politicamente, as críticas a este modelo sempre existiram.

Em confrontação mais recente feita às teorias do livre cambismo, o Historiador Eduard Palmer Thompson, ao responder os críticos liberais acerca do seu estudo sobre os motins de fome na Inglaterra no século XVIII, lembrou que na época, um período anterior às soluções de crises vividas no primeiro e segundo quartel do século seguinte, o comércio inglês era regulado pela lei estatutária, bem como pelo direito consuetudinário e no costume, segundo o qual o mercado deveria ser praticado diretamente ao consumidor, e a venda da farinha de trigo na primeira hora seria uma exclusividade dos mais pobres. Com a penetração das relações capitalistas em superação daquela lógica, os protestos vieram quando a venda passou as mãos de intermediários³⁶⁷.

A revogação a lei contra a venda antecipada marcou a vitória do discurso de livre regulamentação do mercado. Para estes, mesmo com a elevação dos preços e até com a possibilidade de geração de fome, em um segundo momento os preços se normalizariam, cabendo ao intermediário o papel importante de transportar o trigo para áreas mais escassas. Com isso, Adam Smith afirmou que os preços altos atuavam como forma de racionamento, colocando-se assim ao lado da crença de uma economia natural, o qual Thompson classificou

³⁶⁷ THOMPSON, Edward Palmer. Economia moral revisitada; in *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, CIA das letras, 1998.

como supersticiosa. Segundo Thompson, o fato de Adam Smith ter buscado demonstrar analiticamente a coerência entre mercados de produtos e forças de trabalho como lei natural e justa da humanidade, não prova o funcionamento do mercado. Afirmou então que Smith teria teorizado sobre um estado de competição perfeita, que não existe, e nunca existiu, mas que exerceu uma influência global e nociva, uma vez que seus argumentos desacreditavam, ou desautorizavam as intervenções protecionistas em tempos de escassez, e eram utilizados para justificar a exploração e o açambarcamento³⁶⁸.

Assim, Thompson classificou as deficiências da doutrina de Smith³⁶⁹, através de três pontos: primeiro, o fato de ser doutrinária e contrária à experiência concreta – enquanto dogma servia como apologia à inércia, sem saber do funcionamento dos mercados reais; segundo, promoveu uma noção de que os preços altos são um remédio para a escassez, pois atraía os alimentos para a região escassa. – na verdade o que atraía os alimentos não era a escassez e sim o dinheiro que o comprava; e terceiro, a metáfora de que o preço é o meio de racionamento, esbarra no fato de que racionamento pelo preço não aloca os recursos de maneira uniforme entre os que passam necessidade e os que podem pagar para reservar alimentos.

Para Thompson, a questão do abastecimento não poderia ser vista apenas como uma estratégia econômica, mas dependia igualmente das teorias acerca do estado, das concepções de controle sociais paternalistas existentes no início do século XVIII, de forte componente religioso. Com o enfraquecimento deste componente religioso, a teoria tornou-se ambígua, marcada também por uma supremacia da lógica mercantilista, e a teoria que migrou do governo para o povo foi incompatível com a necessidade de exportação de grãos.

Assim, tanto Thompson, lançando o distante olhar do século XX para o debate decorrente dos motins de fome na Inglaterra do século XVIII, quanto Rui Barbosa, refletindo sobre a evolução do liberalismo no século XIX, e comparando-o com a ação dos açambarcadores em Salvador, consideravam inocentes as crenças da existência das condições de uma concorrência perfeita, pelo menos para as realidades por estes analisadas.

A própria Teoria da Concorrência Imperfeita tem sua origem na crítica da inconsistência formal da Teoria da Concorrência Perfeita e, logo, à sua incapacidade de explicar o funcionamento da economia no mundo real. Pela lógica da concorrência perfeita, se supõe que o preço é igual ao custo marginal, já na tese do monopólio puro, se atribui ao monopolista um conhecimento exato da curva de demanda que lhe possibilita estabelecer o

³⁶⁸ Idem, *ibidem*, pg. 162

³⁶⁹ THOMPSON, *op. cit.*, Pg. 220

preço ao qual ele maximiza seus lucros. O essencial, então, são os supostos estáticos das condições de mercado que permitem afirmar que o preço se forma na intersecção das curvas de oferta e de demanda. Porém, como no mundo real os preços não são iguais aos custos marginais, e está fortemente condicionada à avaliação subjetiva do elemento risco, defronta-se, por um lado, com a inconsistência teórica do modelo tradicional, e por outro, com a insuficiência dessa situação concreta em fornecer os elementos necessários à configuração de uma nova teoria geral de formação de preços em concorrência perfeita³⁷⁰.

A formulação de Sraffa propõe a superação desse dilema, afirmando que, ao contrário do estabelecido pela Teoria da Concorrência Perfeita, o produtor individual pode efetivamente influenciar seu preço de oferta e opera com custos decrescentes de escala. Essa proposta implicava no abandono da teoria tradicional da concorrência, estabelecendo simultaneamente os novos supostos teóricos a partir dos quais se deveria buscar a reelaboração de uma nova teoria geral do equilíbrio parcial de mercados que operam entre os limites da concorrência perfeita e do monopólio puro. Assim, por um lado, Sraffa supera a tentação de subordinar os graus de monopólio do sistema às diferenças entre preços e custos marginais e, por outro, propõe que toda teoria do valor deve ser tratada em termos da análise monopolística, entendendo de que é necessário abandonar o caminho da livre concorrência e voltar-se em direção ao monopólio, uma vez que aqui se encontra uma teoria bem definida, na qual variações de custos relacionadas com mudanças nas dimensões dos empreendimentos individuais desempenham papel importante.

Acontece que a elaboração teórica de Sraffa revelou-se apenas no ano de 1925, e a de Robinson, que é considerada a completa, é de 1933, portanto, Rui Barbosa antecipou-se a esta interpretação em pelo menos quatro décadas e, ao responsabilizar o estado pelo bem estar dos mais pobres, Rui Barbosa na verdade estava sendo coerente não apenas com algumas correntes do próprio pensamento da economia liberal pós Smith, como também demonstrava estar sintonizado com a própria lógica das doutrinas filosóficas que formaram a base ideológica do liberalismo, pois nestas concepções não existe exterioridade entre a sociedade civil ou vida privada, e o estado.

Desde Hobbes que a natureza contratual do estado foi compreendida a partir de um pacto de sobrevivência. Para Locke, este pacto seria posterior à concepção da propriedade, ocorrendo então entre os proprietários. Já para Hegel, o Estado seria o corolário do

³⁷⁰ MIRANDA, Luis Alberto. *A concorrência imperfeita reexaminada: um comentário à autocrítica da sra. Robinson*. In, *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 8(2): 1987. Pg 137-142

desenvolvimento iniciado pela comunidade, seguida pela formação da sociedade civil, e alcançando o seu ápice com o estado, sendo este o oposto do caos, e promotor de uma unidade social e de direito.

No pensamento de Hobbes, com a criação do Estado, as pessoas trocaram sua liberdade pela segurança. Portanto, dar poder ao Leviatã é renunciar ao direito a todas as coisas para garantir a paz e, por consequência, poupar a própria vida, contentando-se com mesma a liberdade que desfrutam os outros seres humanos. Seria esta a natureza do contrato social: tem-se a liberdade de fazer tudo, desde que não prejudique os outros. Assim, quando é firmado o contrato entre os homens, não basta o fundamento jurídico, é preciso que exista um Estado armado para forçar os homens a respeitar as leis e as regras³⁷¹.

Portanto, para Hobbes, o Estado, o governo, ou até mesmo o soberano, têm a obrigação de garantir a ordem da sociedade e a vida dos seus súditos, pois os seres humanos só abriram mão do direito natural de possuir todas as coisas para proteger sua própria vida ameaçada na guerra total. Se não for garantida a segurança, e por consequência, a vida, o súdito tem o direito de se rebelar, pois o pacto é nulo. Assim, para Hobbes, o Estado deve vir antes da sociedade, pois este é necessário para as pessoas poderem viver em paz. Observa-se ainda que, por esta lógica, a intervenção do Estado torna-se uma obrigação para a garantia das condições de vida em sociedade. Aliás, seria este o próprio papel do Estado.

Para Locke, a autoridade do Estado é legítima, e o que legitima esta autoridade são o contrato e o consentimento tácito, ou seja, o estado tem origem num celebrado entre pessoas livres com vista a preservar as suas propriedades, logo, o contrato dá origem a transição do estado de natureza para a sociedade civil (comunidade politicamente organizada, Estado). Logo, o Estado de natureza seria a situação que existia antes de haver um estado organizado e um governo civil caracterizado como sendo de perfeita liberdade. Um Estado de igualdade regido por uma lei natural (que é dada por natureza, racional e universal), e que, por consequência, é garantia de que todas as pessoas seriam iguais, tendo o direito de ajuizar por si que ações estão, ou não, de acordo com a lei natural. Teriam, individualmente, o direito de usar a força para impedir que alguém viole a lei natural. Teriam direito de decidir a pena apropriada para aqueles que violam a lei natural. Portanto, no estado de natureza os indivíduos já gozam de direitos básicos, nomeadamente o direito de propriedade (bens, vidas, liberdades), no entanto, existem sempre pessoas que movidas pelo interesse, pela ganância ou pela ignorância, se recusam a observar a lei natural, ameaçando constantemente os direitos

³⁷¹ Hobbes, Thomas. *Leviatã*. Martins Fontes; 2003

das pessoas e a propriedade alheia. Assim, há o problema da administração da justiça, pois o lesado poderia aplicar uma pena demasiadamente excessiva, ou até não ter força para se defender e punir a transgressão da lei natural³⁷².

Não existem mecanismos que obriguem ao respeito dos direitos naturais nem para legitimamente castigar os que os violam. E em suma, a propriedade (bens, vidas e liberdades) está ameaçada e faz-se então necessário a adoção de um contrato social que seria nada mais do que a origem do Governo, pois no estado de natureza, a propriedade acaba por estar ameaçado pelas pessoas que não cumprem a lei natural, tornando as vidas destes muito instáveis e inseguras, e sendo assim, nesta lógica, só o governo pode oferecer garantia de estabilidade e proteção. O governo e a sociedade civil seriam a garantia de se ter uma lei estabelecida, conhecida e aceita por consentimento, que sirva de padrão comum para decidir os desacordos sobre aspectos particulares da lei natural, um juiz imparcial com autoridade para decidir segundo a lei, evitando que haja juízes em causa própria, um poder suficiente forte para executar a lei e fazer cumprir sentenças justas. Logo, garantir a administração da justiça e a proteção dos nossos direitos básicos é, para Locke, a função da sociedade civil e do governo.

Hegel restabeleceu a distinção entre Estado e sociedade civil afirmando a absoluta soberania e excelência do Estado, uma vez que a política difere da religião, da moral e de qualquer ideologia. A racionalização do Estado, então, não é mais uma exigência, mas sim uma realidade, não mais um ideal, mas um evento da história. Ao fazer referência ao estado de natureza, Hegel critica a interpretação que vinha sendo feita deste conceito, pois o situa como um estado originário, e neste sentido, elogia Hobbes por haver entendido o que considerou o real sentido deste estado. O estado de natureza corresponde ao momento em que todos os homens são iguais, mas são movidos por paixões, assim, ao tentarem fazer valer seus interesses, podem se autodestruírem, culminando numa permanente condição de guerra³⁷³.

Para Hegel, deste estado de natureza não se chega ao Estado civilizado, ele é sua antítese. Não há, pois, neste caso, a compreensão de um processo evolutivo uma vez que o estado de natureza não é um estado jurídico e nele o homem não tem nenhum direito, pois o direito, mesmo o privado, não é um fato individual, mas produto social. O estado de natureza é a ausência de qualquer forma de sociedade. Então, nega-se a existência de direitos naturais preexistentes à sociedade e superiores ao Estado.

³⁷² LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo Civil. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978

³⁷³ Hegel, Georg Wilhelm Friedrich – *Filosofia da História*, segunda edição, Brasília, ed: Unb, 1995.

A história resulta do crescimento do espírito em sua fase objetiva, sendo, portanto, crescimento de liberdade. Chegar-se-á a um estágio da história humana em que todos se tornam livres, cada civilização, com as suas leis, seu regime político, sua ética, representa globalmente um momento do Espírito, que vai se revelando a si próprio, se conscientizando de uma liberdade cada vez maior. Então, se o Estado, as leis, as instituições, representam um maior estágio de liberdade, a consciência e a mente se tornam idênticas ao Estado, leis, moral. Ou seja, o homem tenta construir o Estado à sua imagem e semelhança, atingindo uma síntese, um momento absoluto da convivência humana.

Diferentemente da esfera de disputa, para Hegel, o Estado político é o espaço dos interesses públicos, universais, coletivos, onde as contradições presentes na esfera da sociedade civil estão superadas. É a esfera ética, consciente de si. O Estado é, portanto, espaço de unidade e reconciliação de interesses. É através deste Estado que o homem se relaciona com outros homens, vive em coletividade e atinge um estágio maior de liberdade. Esta, por sua vez, encontra neste Estado sua plena significação.

Hegel não nega a categoria contrato, mas a entende dentro do Direito privado, pois é o Estado a garantia dos interesses coletivos, totalidade orgânica de um povo, e não uma soma de partes. O todo é maior que a soma das partes, a totalidade deve corresponder ao desenvolvimento de todas as determinações nela contidas, sem aniquilar as diferenças e contradições. Assim, em Hegel o Estado é uma totalidade organizada e distinta em atividades particulares. O papel do Estado é, de um lado, manter os indivíduos como pessoas, fazendo do Direito uma realidade necessária e, depois, promover o bem em seu conteúdo universal: proteção da família e direção da sociedade civil; de outro lado, deve conduzir a vida à sua substância universal, intervindo nas esferas subordinadas, conservando-as.

Para os liberais, portanto, o Estado é eterno, e o não intervencionismo seria um aspecto mais conjuntural do que estrutural no discurso liberal³⁷⁴. A crítica ao livre cambismo surgiu entre os próprios liberais que o fizeram ao analisarem situações específicas, de descontrole no abastecimento de produtos básicos. Rui Barbosa era um dos apologistas do livre-cambismo, bem como julgava existir uma identidade entre o liberalismo econômico e o liberalismo político, em seu discurso reafirmou a sua crença positivista. Porém, tal qual o pragmatismo que datou a colocação deste princípio como intocável pelos teóricos ingleses, e que em outras horas o retirava de pauta, sem nenhuma restrição, a fim de beneficiar o avanço da sanha do capital industrial, denunciou a ausência das condições normais, que não se dariam

³⁷⁴ Gramsci, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. (Vol. 3), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

sem a devida interferência das autoridades. Assim, tinha Rui Barbosa uma visão daquilo que os economistas denominariam meio século depois de concorrência imperfeita, quando a trustificação industrial, a cartelização da produção, os monopólios e oligopólios, vão interferir na circulação de riquezas, na utópica liberdade de contratar, de tal maneira que a divisão e a especialização internacional do trabalho, ao invés de um ideal de processo de maximização da economia, seriam apenas máscaras da dominação econômica³⁷⁵.

Só que para Rui Barbosa, e com razão em seu tempo, os agentes que estavam interferindo na lógica do mercado de forma a tumultuá-la e a aumentar a fome da população menos desassistida eram os açambarcadores, esses não eram representantes do novo pensamento econômico, mas defensores dos velhos privilégios que permaneciam em mãos dos especuladores que sempre ditaram as regras do mercado de alimentos em Salvador. Eram estes os impedidores do progresso. Com isto Rui Barbosa superava certa inocência que se observava na crença de Adam Smith acerca do funcionamento deste comércio baseada em uma concorrência perfeita.

Rui Barbosa estava vinculado a uma nova juventude liberal formada no decorrer do segundo reinado, às margens dos estadistas do Império. Uma geração influenciada pelo liberalismo francês e pelo positivismo de John Stuart Mill. Esta geração criticava as instituições tradicionais, inspirando-se no radicalismo de Thomas Paine, um Político britânico considerado um dos pais fundadores dos Estados Unidos da América, que viveu na Inglaterra até os 37 anos, quando imigrou para as colônias britânicas na América em tempo de participar da Revolução americana, tendo como as suas principais contribuições, os amplamente lidos *Common Sense* (1776), advogando a independência colonial americana e *The American crisis*, considerado uma série de panfletos revolucionários. Depois, Paine influenciou bastante a Revolução Francesa. Escreveu *Rights of Man* (1791), um guia das ideias iluministas.

Esta juventude liberal também nutria certo menosprezo pela monarquia. Expressou um projeto político e intelectual que ficou conhecido como Bacharelismo Liberal³⁷⁶. Influenciado também pelo liberalismo norte americano, Rui Barbosa defendia que os vínculos entre a sociedade e o estado se ancoravam na soberania da primeira. A admiração pelo modelo americano o aproximou do ideário Republicano, Federalista e Liberal. Se bem que um liberalismo saído dos laços do regime imperial, porém, com uma ação interferente do estado. Assim, O pensamento liberal brasileiro se constituiu em um projeto que surgia como frente ao

³⁷⁵ AGUIAR, op. cit, pg. 163.

³⁷⁶ Rodrigues, Ricardo Velez. “A propaganda Republicana”; in *curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. Brasília: ed. UNB, 1982, pg. 104.

modelo tradicional expresso na monarquia e no poder moderador, com a defesa no direito do voto e à desvinculação da Igreja e o Estado, uma escola pública laica e a organização federativa.

O debate decorrido na Assembleia Provincial baiana em 1878 expôs o embate entre este novo projeto e a forma tradicional de organização. Tratava-se também da ascensão de novos agentes, seja na representação política, na intelectualidade, e também na economia. E ainda que anacrônica, a velha elite oligárquica, formada nas veias do sistema colonial, permaneceria como importante grupo de resistência e pressão, o que se confundia ainda mais se na prática, eram estes mesmos que acumularam capitais na forma primitiva, eram os nacionais que tinham as condições de se associarem às atividades surgentes. Em pauta, a redefinição do papel do estado e sua relação com a sociedade civil dentro desta nova configuração marcada por uma transição de caráter conservador da economia.

Assim como as dimensões entre o que representava o velho ou o novo se confundiam nos discursos, com apropriação de elementos da nova teoria, por parte de representantes de velhas formas de organização, na economia a transição de uma forma de acumulação a outra também ajudava a criar esta confusão, pois, estes mesmos agentes que se ancoravam nas viciadas estruturas da acumulação primitiva de capital, misturavam seus negócios com as formas emergentes, como o capital financeiro, por exemplo. Sem, no entanto, superar a mentalidade conservadora.

A preservação da hegemonia social, e a permanência da influência política destes conservadores, deu sustentação a forma dual em que elementos da cultura colonial resistiram a modificar-se. Estas estruturas eram pressionadas pela mudança da economia mundial, pela alteração dos padrões de consumo, que no caso da Bahia do ultimo quartel do século XIX, tinha nos transportes, e em seguida, com a remodelação da cidade, os investimentos mais significativos, uma vez que a indústria seguia em passos muito lentos. E no caso da capital, um crescimento objetivo de demanda, decorrente do fenômeno do aumento demográfico que não era estimulado pela dinâmica da economia, mas sim pela ausência desta, que afetava negativamente a sua hinterland. Assim, aumentava-se oposição de um setor urbano, que necessitava ser alimentado, e um setor rural, que era demandado cada vez mais a produzir alimentos.

A relação das pessoas com os alimentos envolve sistemas de poder, propriedades e leis. O conflito sobre o direito de acesso aos alimentos no mercado poderia ser visto como fórum de lutas sociais, ou fórum para conflito de interesses cidade versus campo, quando os

trabalhadores urbanos se confrontam com fazendeiros e comerciantes. Assim foram se criando condições para transformações mais profundas com ampliação de mercado consumidor, separação de funções entre meio urbano e rural, e criação do famoso exército de reserva de mão de obra. Os problemas de carestia em Salvador estavam longe de se esgotar. E mesmo com todo empenho do Presidente da Província, e da unidade conquistada por este junto a Câmara de Vereadores e a Assembleia Provincial, as oscilações dos preços da cesta básica permaneceria como uma constante na vida dos soteropolitanos.

O Barão Homem de Melo deixou a sua tarefa em Salvador no ano de 1879, vindo a ser, posteriormente, ocupante do cargo de Ministro dos Negócios do Império. Rui Barbosa se tornaria um dos maiores estadistas da primeira fase da História Republicana brasileira. A questão da alta dos produtos considerados básicos e essenciais para os baianos permaneceu como a grande preocupação das autoridades e do povo, mesmo após a mudança de regime político, e implantação da República. Para que se tenha ideia disso, a greve geral dos trabalhadores, em 1919, primeira manifestação desta envergadura na capital baiana, teve como seu primeiro ponto de pauta a revisão dos elevados preços dos alimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chama de acumulação primitiva de capital o processo de separação do homem dos meios de produção, que antecede ao ciclo de acumulação capitalista propriamente dito³⁷⁷. Para o marco considerado originário do capitalismo, na Inglaterra, este processo foi marcado pela expropriação violenta, seja de forma endógena, com a expropriação das terras comunais, da Igreja, e do Estado, e de forma exógena, pela pilhagem das riquezas das terras coloniais. A acumulação primitiva foi caracterizada pela hegemonia do capital comercial sobre as demais formas de capital, onde o caráter especulativo mercantil influenciou as formas sociais e políticas. Esta lógica se inseriu na construção do escravismo colonial que se desenhou no Brasil, uma resultante da expansão comercial europeia, e que criou brechas no próprio sistema voltado para a agro exportação, inicialmente por conta de uma produção voltada para alimentar estes centros agro exportadores, mas que foram capazes de desenvolver uma dinâmica própria, com mercado e acumulação interna. É dentro desta compreensão que se pode entender o desenvolvimento do mercado de alimentos que supriu a capital baiana.

A importância do papel urbano de Salvador foi definida desde a decisão de estabelecimento do Governo Geral. A cidade escolhida para ser a primeira capital, primeira grande aglomeração urbana, seria a estratégica irradiadora da ocupação do território. E mesmo após a perda da condição de capital, no século XVIII, o crescimento demográfico fez aumentar a demanda por consumo de gêneros considerados básicos para a dieta dos soteropolitanos, o que tornou atrativo os investimentos para os negócios de alimentos, especialmente para a navegação de cabotagem e também para a navegação costeira, tornando esta uma opção para os capitais antes aplicados no comércio internacional de escravos, que fora proibido, e em parte pôde também diversificar os capitais que antes se destinavam à navegação de longo curso, uma vez que esta diminuiu a importância, quando se comparando a evolução da Bahia com relação a outras Províncias no cenário nacional, já que não houve substituição do papel que o açúcar ocupou preteritamente na pauta das exportações. O comércio de abastecimento acabou servindo então como alternativa para a incapacidade de colocação dos produtos baianos no mercado internacional, bem como, solução para o fim do tráfico, que provocou uma febre de negócios.

Salvador gozava de uma privilegiada localização e possuía um bom porto, que somado a diversidade de produção primária de sua *hinterland* lhe conferiu a função de exportador,

³⁷⁷ MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. In: *O Capital: crítica a economia política*. Livro I, Volume II, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1988.

importador e redistribuidor de mercadorias. A população que cresceu rapidamente, e somada aos habitantes do Recôncavo baiano, e a uma significativa população flutuante formada por marinheiros e viajantes, oferecia dinamismo para esta demanda de abastecimento. E mesmo onde se tinha uma economia voltada para a agroexportação foi possível desenvolver, paralelo a esta, uma base de subsistência ou de excedente para o mercado interno de alimentos, que pôde ser complementado com o comércio de grande cabotagem.

A pequena cabotagem ocupou um lugar de destaque neste cenário, uma vez que este aumento de mercado consumidor contrastava com a precariedade das vias terrestres. Desta forma, este negócio contribuiu para o desenvolvimento regional, realizando acumulação e até mesmo transferência de capitais por meio da arrecadação de impostos. Transferência que se fez diretamente pelo estímulo de outras atividades econômicas, como as atividades manufatureiras e fabris. Assim, temos que a acumulação do tipo primitiva, marcada pela hegemonia do capital comercial, criava as condições para o desenvolvimento da acumulação capitalista propriamente dita.

Verdade que o Governo Imperial investia nos serviços de abastecimento da cidade, fazia melhorias no Porto, construiu o Celeiro, trouxe projetos para construção de estradas de ferro, etc., mas isso se justificava pelo retorno que existia na forma de arrecadação de impostos. A máquina fiscal estava diretamente ligada ao comércio de cabotagem e se apresentava nas repartições da Alfândega, Consulado, Recebedoria, Mesas de Rendas e Coletorias, sendo que a Alfândega era a responsável pela maior arrecadação da província, constituindo parte do capital arrecadado, e que, por meio de investimentos públicos, podia ser parcialmente revertido em investimento que incentivavam o estabelecimento do capitalismo.

Esta lógica tornou-se ainda mais clara quando constatamos que os próprios comerciantes, muitos destes antigos traficantes de escravos, e que também eram donos de trapiches e envolvidos em diversas outras atividades relacionadas ao comércio, especialmente ao comércio de alimentos, passaram a diversificar seus investimentos, penetrando em setores como transportes urbanos, ferrovias, porto, imobiliário, financeiro, bancário, e também indústria.

O nascedouro deste processo foi à acumulação endógena, primitiva, que se deu devido ao dinamismo das trocas internas que cresceram paralelamente à agroexportação, inicialmente vinculada a esta atividade, visando à alimentação das áreas dedicadas a complementar o mercado internacional de produtos primários, como o açúcar, o café, algodão, e outros. Em seguida, tendo adquirido parte das inversões deste primeiro momento, tornou-se relativamente

autônoma, com dinâmicas próprias, e consolidando a ascensão social de homens de negócios, que atuavam como intermediários entre os centros produtores e o mercado consumidor, ou seja, consolidando a hegemonia do capital comercial, preservando suas características especulativas, frente às outras formas de capital.

Parte desses comerciantes era formada por portugueses, ou filhos de portugueses, que enriqueceram após a sua chegada ao Brasil, tendo atuado muitas vezes no tráfico internacional de escravos, e como já foi dito, diversificaram seus investimentos em outros ramos comerciais e foram atraídos pelas possibilidades de ganhos com a crescente demanda do setor de abastecimento. O que prova que mesmo após a independência os portugueses não foram substituídos por nacionais, especializando-se na intermediação do grande comércio internacional, e com os centros produtores e consumidores internos. Tratava-se de um grupo pequeno de pessoas que passaram a controlar e a dominar o mercado, atuando muitas vezes de forma consorciada visando obter sempre condições favoráveis a si mesmos. Este segmento adquiriu projeção social, alguns foram premiados com títulos nobiliárquicos em Portugal, de onde muitas vezes partiram sem nada possuírem. Alcançaram cargos em bancos e companhias, tornaram-se proprietários em diferentes ramos, associando-se a segmentos do capitalismo em sua forma mais moderna, como indústrias e bancos.

Assentados na dependência da população pelos produtos básicos que alimentavam a capital baiana, a farinha de mandioca, a carne verde, e a carne charqueada, este pequeno grupo de companhias comerciais atuava em condições vantajosas de quem controla o mercado. Estes monopolistas eram favorecidos pela concorrência desigual, uma vez que a necessidade do povo tornava a demanda inelástica, o que lhes permitia manipular os preços e o funcionamento da praça soteropolitana. A extensa cadeia de ligações que compunham as redes de comércio abrangia os donos de venda, vendedores de rua, até os comerciantes de larga escala, que combinavam os senhores de engenho, o comércio transatlântico, exportadores e importadores de longo curso, e os comerciantes intermediários. E do ponto de vista da organização política, os grandes comerciantes baianos foram pioneiros na associação de classe, passando a atuar como grupo de pressão por meio da Associação Comercial da Bahia.

Tanto a constituição desta cadeia social, como a atuação política através da ACB frustrava as tentativas de organização do abastecimento na cidade por parte das autoridades. As pressões deste grupo levavam à queda de quaisquer medidas adotadas neste sentido. As casas comerciais que transacionavam com a farinha de mandioca interceptavam o produto e

controlavam a quantidade que seria lançada no mercado, promovendo escassez e exercendo desta forma controle sobre os preços praticados. Também se desviava grande quantidade para outros centros consumidores, migrando o gênero para onde melhor se pudesse pagar. Assim, a capital baiana sofria com o abastecimento precário, e a população tornava-se vítima da sanha de especuladores do comércio local.

Alguns monopolistas de farinha de mandioca adquiriam o produto nos portos antes deste chegar ao celeiro, que por sua vez, a obrigatoriedade de entrada do produto ali era uma tentativa de garantir a oferta. Mesmo no celeiro, os comerciantes mais articulados possuíam duas ou três tulhas e com isso continuavam a adquirir o gênero a fim de controlar o mercado. A ação dos atravessadores alcançava o interior da Província com pagamento prévio para requisição do produto. Uma parte das produções locais era vendida a intermediários, que levavam ao consumo na cidade do Salvador. Também adquiriam a farinha no mar, comprando-a por atacado e impondo os preços, tornando-se assim senhores absolutos no mercado, seja estocando, ou então exportando para outros centros, provocando carência, e conseqüentemente a carestia.

O comércio da carne verde também foi marcado pelo controle de preços por parte dos intermediários, os atravessadores eram os próprios criadores e os marchantes. Dentre estes, mais uma vez temos a presença de pessoas de destaque político e social. Os negociantes de carne charqueada eram acusados de também retardar a entrada na praça soteropolitana ou desviar este gênero para outros locais em busca de melhores preços, a exemplo do que fazia Pereira Marinho, um dos homens mais ricos de toda a História da Bahia.

As causas da escassez então não se resumiam a problemas de produtividade, transporte, estrutura comercial da cidade e os problemas administrativos, como afirmou Kátia Mattoso. Não desconsiderando que as dificuldades de transportes e taxaço foram fatores que contribuíram para a carestia, no entanto, o estudo das crises de abastecimento precisa considerar tanto as causas naturais como também a ação dos açambarcadores e atravessadores que se aproveitavam da concorrência entre a produção para o abastecimento e a produção para exportação.

Temos então que as causas apontadas para a grande variação nos preços praticados se davam por uma combinação de vários fatores que compreendiam desde as compras realizadas por navios, ou mesmo realizadas junto aos próprios centros produtores, que promoviam uma repentina procura do produto, além de fatores climáticos, como temporais, ou os períodos de escassez crítica, que podiam prejudicar a oferta.

A tese plantacionista acusou que a vida rural estava voltada para a exportação, e não para a produção de abastecimento interno, o que associaria os momentos de escassez e carestia à prosperidade e ao crescimento da economia exportadora. Tese que se mostrou insuficiente frente ao fato que mesmo em períodos positivos para o comércio exportador, tivemos também crescimento na produção de gêneros de subsistência e comércio interno, muitas vezes nos mesmos centros produtores.

Os monopolistas eram acusados de adquirir a farinha não para matar a fome, mas para tirar grandes lucros nos mercados extra-provinciais, e assim, buscavam a todo modo frustrar as medidas que visavam o controle e a organização deste mercado. O mesmo fazia com a carne verde, ou a carne charqueada, controlando a colocação do gênero na praça. A carestia não se dava pela falta do gênero, era um fenômeno que ocorria mesmo quando a safra era grande.

Tanto a população, quanto os poderes públicos compreendiam que eram os comerciantes os causadores da ausência de produtos de alimentos na praça, bem como do aumento de preços, decorrentes desta falta. E sobre isso as autoridades se dividiam, seja para colocarem-se ao lado dos negociantes, que se organizavam por meio da ACB, seja para defender o direito da população em ter acesso ao alimento básico a um preço viável. Foi assim que ficaram em 1858 os Vereadores de um lado, e o Presidente da Província de outro; ou então, em 1878, Vereadores, Presidência da Província e parte da Assembleia Provincial, se defrontaram com a resistência de outra parte da Assembleia Provincial.

A revolta dos chinelos revelou uma crise de paradigma, pois a necessidade de intervenção por parte do Estado, no sentido de garantir dos direitos dos cidadãos ao alimento se contrastava com a defesa acerca da adoção da doutrina do livre comércio que a ACB assumia junto com o Presidente Sinimbu. Mesmo estando alguns influenciados pelo discurso de pseudomodernidade trazida pela teoria da livre concorrência, advogava-se pelo estabelecimento de limites à liberdade, em nome da garantia de direitos, principalmente do direito a vida. E quem se opôs a isto, passou a ser taxado como defensor dos interesses privados, e opositor das necessidades do povo.

Mas foi no embate ocorrido na Assembleia Provincial de 1878 que ficou evidente que dois projetos se confrontavam em torno de qual deve ser o papel do Estado, e qual era a sociedade que se esperava construir, em um momento de transição, onde novas e velhas práticas e ideias muitas vezes se confundiam. Os opositoristas ironizavam a posição dos Deputados liberais, afirmando que estes, ao defenderem as ações intervencionistas trazidas

pelo Presidente Homem de Melo, e adotadas pela Câmara Municipal, expressavam a existência de um novo tipo de liberalismo. Sendo assim, seriam liberais os conservadores que gritavam pelo *laissez faire*?

A isto Rui Barbosa procurou responder atacando a prática de desvio dos gêneros alimentícios da praça, com fins de promover a escassez, afinal, segundo ele uma nação não oferece ao consumo estrangeiro senão as sobras da sua produção, uma vez que a concorrência entre o mercado interno e mercado externo se torna desigual, quando a necessidade impõe às praças carentes a oferta de preços acima dos praticados.

Rui Barbosa buscou superar o dilema da não intervenção, pois, segundo ele, ainda que o livre-cambismo estivesse contemplado o programa liberal as próprias contradições observadas na Europa, em diversos momentos e em diferentes locais mostraram a necessidade de certo protecionismo, seja para consolidar as indústrias nacionais até que as mesmas estivessem preparadas para a livre concorrência, seja para garantir o acesso dos mais pobres ao alimento. E é nesta aproximação com a preocupação com direito ao abastecimento, que a evolução do pensamento liberal pôde aproximar-se de certa influencia de valores tradicionais, como os que foram estudados por E. P. Thompson ao se referir à economia moral da multidão inglesa manifestada durante os motins de fome na Inglaterra do Século XVIII.

A crítica elaborada por Thompson ao liberalismo de Adam Smith se remeteu às idéias expressas em pleno processo originário de formação do capitalismo, onde a acumulação primitiva de capital se defrontava com a penetração das relações capitalistas no mercado, isso no espaço original do capitalismo, a Inglaterra, que vivia a transformação social com o afastamento do homem dos meios de produção, início de uma formação de mercado de reserva e transformação do papel social do campo, e no nascedouro das primeiras idéias, que refletiam estas mudanças. Não se tinha ainda a vivencia da prática da livre concorrência e as contradições que iriam se apresentar posteriormente, e que levaram a reflexões sobre a própria teoria elaborada por Smith, como expressaram os pensadores elencados por Rui Barbosa.

Mesmo longe da erudição demonstrada pelo Deputado baiano, Thompson apontou as deficiências da doutrina de Smith, no que tange a defesa da não intervenção e crença de que uma lógica autorregulada a do mercado equilibraria a oferta em áreas de maior carência, com os preços a serem praticados. Uma lógica doutrinária, que sucumbiria à experiência concreta, e que estava atrelada a uma noção de que os preços altos seriam um remédio para a escassez, e não considerava a sedução do dinheiro que atraía a compra, em detrimento a necessidade real.

Logo, parece correto afirmar que a ideia da não intervenção do mercado seria uma medida apenas conjuntural, e que outras correntes do liberalismo chegaram a defender o papel regulador do estado em situações de crise, e mais, quando se fala na dimensão do Estado, tem-se que, para o pensamento liberal, o Estado é ápice do próprio desenvolvimento e do processo civilizatório.

O discurso de Rui Barbosa estava influenciado pelo positivismo, e por isso associava a existência de uma identidade entre o liberalismo econômico e o liberalismo político, no entanto, segundo ele, a ausência das condições normais, que não se dariam sem a devida interferência das autoridades, eram fatores impeditores da simples aplicação deste princípio. A trustificação industrial, a cartelização da produção, os monopólios e oligopólios, seriam responsáveis pela quebra das lógicas de circulação em função da acumulação.

A interferência destes agentes alterava a dinâmica do mercado de forma a tumultuá-la e a aumentar a fome da população menos assistida. Os açambarcadores não eram representantes do novo pensamento econômico, mas defensores dos velhos privilégios que permaneciam em mãos dos especuladores que sempre ditaram as regras do mercado de alimentos em Salvador. Eram estes os impeditores do progresso a quem o Deputado se referia.

O bacharelismo liberal, representado por Rui Barbosa, propunha uma redefinição do papel do Estado e sua relação com a sociedade civil. No entanto, o surgimento de novos agentes, seja na representação política, na intelectualidade, e também na economia, que poderiam se aliar socialmente a esta ideia, se confundia com a velha elite oligárquica comercial, que permaneceria como importante grupo de resistência e pressão, e eram estes mesmos que acumularam capitais suficientes, na forma primitiva, e que se moldavam aos novos tempos sem perder muito da sua cultura anterior, que os assentava.

De um lado havia a penetração das relações capitalistas, por meio das transformações que se operavam em nível mundial, e conseqüentemente pressionavam para alterações dos padrões de investimento e de consumo, por outro lado, os setores sociais que se desenvolveram por meio da acumulação primitiva e permaneciam hegemônicos. Eram estes mesmos capitais que migravam para as novas atividades, associando-se, sem abandonar, no entanto, as antigas atividades bem como as velhas práticas. Em Salvador os investimentos capitalistas se concentraram no setor de transporte, e no início do século XX na estrutura urbana da cidade. Entretanto, o crescimento demográfico estava menos ligado a um desenvolvimento dinâmico e atrativo, mas o oposto disso, era a ausência de oportunidades

que, proporcionalmente falando, afetava a *hinterland* rural, fazendo migrar seus habitantes para a capital. Aumentava-se a oposição de um setor urbano, que necessitava ser alimentado, e um setor rural, que era demandado cada vez mais a produzir alimentos.

Esta transformação social então se deu considerando a existência de uma base de continuidade sobre a qual se desenvolveu algo novo, na realidade não existiu um abismo, um hiato, entre os novos elementos que se fortaleceram e os velhos elementos que se desgastaram, estes puderam, inclusive, conviver concomitantemente, o velho e o novo.

No entanto, a possibilidade do desenvolvimento do novo não pode se converter em realidade sem a luta frente ao velho, ou seja, entre as possibilidades de real mudança e as possibilidades de manutenção do essencial contido no velho. Assim, não basta apenas a tendência para que o desenvolvimento se transforme em realidade. As lógicas objetivas sejam da economia, da sociedade, da política, etc., em múltipla determinação criam as possibilidades reais. Visto desta forma, a construção do novo não existe sem a necessidade de identificação dos elos da infinita cadeia dos problemas econômicos e sociais e que o novo aparece mesclado com o velho.

Segundo a filósofa Madalena Guasco³⁷⁸, o nascimento do novo se dá do desgaste do velho, existindo um processo transitório de consolidação dos aspectos novos na medida em que se desgastam os elementos velhos e ultrapassados. Isto ocorre de maneira interdependente, ou seja, os elementos do novo, ao se fortalecerem, vão dando por desgastados os elementos do velho. E já que a realidade é una, os aspectos do novo vão formando a realidade qualitativamente nova desgastando os elementos de uma velha realidade.

Nos Cadernos Filosóficos, Lênin, ao estudar o livro de Hegel, *Ciência da Lógica*, destaca a respeito do processo evolutivo e transitório que:

“... o outro não é, essencialmente, o negativo vazio, o nada, aquilo que é tomado como resultado habitual da dialética, mas é o outro do primeiro, o negativo do imediato; portanto, ele está determinado como o imediato – contém, em geral, em si a determinação do primeiro. O primeiro é, assim, essencialmente conservado e mantido também no outro. Reter o positivo no seu negativo – o resultado da pressuposição –, no resultado, é isto o mais importante no conhecer racional; simultaneamente faz parte da mais simples reflexão convencer-se da absoluta verdade e necessidade desta exigência e,

³⁷⁸ GUASCO, Madalena. “O entendimento dialético da transição”. In *PRINCÍPIOS*, Edição 67, Nov/Dez/Jan, 2002-2003, pg. 51 a 53.

no que diz respeito aos exemplos para o demonstrar, a lógica toda é nisso que consiste”³⁷⁹.

Em nossa historiografia o conceito de transição tem sido utilizado para processos políticos. Segundo o historiador Augusto Buonicore:

“Uma das particularidades das revoluções no Brasil é o fato delas tenderem a não se completar. Em geral são iniciadas por correntes políticas radicais, representando os setores médios e as classes populares, mas rapidamente dominadas e submetidas a direções de correntes moderadas, ligadas as frações dissidentes da própria classe dominante, Foi assim o processo de independência, na abolição da escravidão, na proclamação da República, e na revolução de 1930³⁸⁰.”

Para as análises mais sistêmicas, Ignácio Rangel apresentou a Tese da dualidade brasileira, segundo a qual o Brasil é formado por uma estrutura social dual interna e outra externa, sendo que as transformações exógenas pressionam para as mudanças, e uma vertente mais conservadora tende a resistência, o que leva à arranjos de classe conservadoras, afetando o comportamento de nossa economia³⁸¹.

Para a Bahia, em seu trabalho acerca dos engenhos de açúcar no recôncavo baiano, Stuart Schwartz afirmou que o engenho foi a fábrica mais moderna que existiu em seu tempo, sendo que o mesmo trazia consigo características de diferentes tempos, pois se desenvolvia em uma estrutura jurídica de posse de terras que herdara da tradição feudal portuguesa, uma relação de trabalho escravista, e uma divisão e organização de produção que antecipava a da produção capitalista moderna³⁸².

Para o estudo que foi aqui apresentado acerca do terceiro quartel do XIX, comerciantes, que enriqueceram apropriando-se das estruturas viciadas e primitivas de mercado, diversificavam suas atividades investindo nos negócios financeiros, imobiliários, transportes, estrutura urbana, e também na indústria nascente. Desenvolvia-se assim um processo de transição entre o que houvera sido a antiga aristocracia com os novos capitalistas, uma simbiose que permitiu a sobrevivência de velhas práticas meio aos novos padrões de

³⁷⁹ LÊNIN, Vladimir Ilitch. “Cadernos Filosóficos”. In: *Obras escolhidas*. Tomo seis. Lisboa: Avante, 1989, pg. 203.

³⁸⁰ BUONICORE, Augusto. *Marxismo, História e Revolução Brasileira – Encontros e desencontros*. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 2009. pg. 155.

³⁸¹ GUIMARÃES, César. *A dualidade Brasileira* de Ignácio Rangel. Revista de Economia Política, n. 4, out-dez de 1994.

³⁸² SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos - Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

investimento e de consumo que se desenvolvia. O discurso do liberalismo que era apresentado como algo pretensamente novo, na verdade estava embasado apenas na primeira fase da formação desta teoria, antes da mesma ter sido testada e aperfeiçoada à partir das contradições objetivas, isso no próprio sistema original da formação capitalista, a Inglaterra. Aquela atualização do pensamento liberal se fundamentava na própria relação do passado, de uma tradição que considerava o respeito ao direito do povo em adquirir o alimento considerado básico para a sobrevivência. Assim, o que aparentemente era moderno, em verdade era a velha oligarquia defendendo as antigas práticas de monopólio, e o que aparentemente era o velho defeito do protecionismo de estado, se colocava como sendo, para a época, o novo modelo de pensar a economia considerando o direito a vida.

ANEXO:

CRONOLOGIA DA SECA 1583-1909					
Ano/Período	Ocorrência	Ano/Período	Ocorrência	Ano/Período	Ocorrência
1583-1585	Primeira notícia sobre seca, relatada pelo Padre Fernão Cardin, que atravessou o sertão da Bahia em direção a Pernambuco. Relata que houve "uma grande seca e esterilidade na província e que 5 mil índios foram obrigados a fugir do sertão pela fome, socorrendo-se aos brancos". As fazendas de canaviais e mandioca deixaram de produzir.	1736-1737	Outra seca no nordeste causa prejuízos à região.	1831	A Regência Trina autorizou a abertura de fontes artesianas profundas, na tentativa de resolver o problema da falta de água.
1606	Nova seca atinge o Nordeste.	1744-1745	Seca provoca morte do gado e fome entre a população. Alguns historiadores afirmam que crianças que já andavam, devido à desnutrição, voltaram a engatinhar.	1833-1835	Grande seca atinge Pernambuco.
1652	Seca atinge o Nordeste.	1748-1751	Grande seca atinge a região.	1844-1846	Seca de grande proporção provocou morte do gado e espalhou fome entre os nordestinos. Um saco de farinha de mandioca era trocado por ouro ou prata.
1692-1693	Uma grande seca atinge o sertão. A peste assola a capitania de Pernambuco. Segundo o historiador Frei Vicente do Salvador, os indígenas, foragidos pelas serras, reuniram-se em numerosos grupos e avançaram sobre as fazendas das ribeiras, destruindo tudo.	1776-1778	Uma das mais agravantes, pela falta de chuva e por coincidir com um surto de varíola, iniciado no ano anterior e que se prolongaria até 1778, provocando um alto índice de mortalidade. Quase todo o gado ficou perdido na caatinga. A Corte Portuguesa determinou que os flagelados fossem reunidos em povoações nas margens dos rios, repartindo-se entre elas as terras adjacentes.	1877-1879	Uma das mais graves secas que atingiram todo o Nordeste. O Ceará, por exemplo, tinha na época uma população de 800 mil habitantes. Destes, 120 mil (ou 15%) migraram para a Amazônia e 68 mil pessoas foram para outros estados.
1709-1711	Grande seca atinge o Nordeste, estendendo-se até a Capitania do Maranhão, espalhando fome entre seus habitantes.	1782	Foi realizado um censo para determinar a população de áreas sujeitas a estiagens, cujo resultado apontou 137.688 habitantes.	1888-1889	Grande seca atinge Pernambuco e Paraíba, deixando lavouras destruídas e vilas abandonadas.
1720-1721	Seca alarmante nas províncias do Ceará e do Rio Grande do Norte.	1782	Seca transformou homens, mulheres e crianças em pedintes. Foi criada a Pia Sociedade Agrícola, primeira organização de caráter administrativo, cujo objetivo era dar assistência aos flagelados.	1898-1900	Outra grande seca atinge somente o Estado de Pernambuco.
1723-1727	Grande seca, fazendo dos engenhos verdadeiras ruínas. Irineu Pinto relata que os fiscais da Câmara pediram a El-Rey que mandasse escravos, pois os da região haviam morrido de fome.	1808-1809	Seca parcial atinge Pernambuco, na região do São Francisco, onde 500 morreram por falta de comida.	1903-1904	Vítimas da seca, milhares de nordestinos abandonam a região. Passou a constar na Lei de Orçamento da República uma parcela destinada às obras contra as secas. Criou-se três comissões para analisar o problema das secas nordestinas.
		1824-1825	Aliada à varíola, a grande seca gerou mortes na região nordestina. Os campos ficaram esterilizados e a fome chegou até os engenhos de cana-de-açúcar.	1908-1909	Seca atinge principalmente o sertão de Pernambuco. Em 1909 foi criada a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS).

APENDICE

LEI DE 1º DE OUTUBRO DE 1828.

Dá nova fôrma ás Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz.

D. Pedro I, por Graça de Deus, e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os nossos subditos, que a Assembléa Geral decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

TITULO I

FÓRMA DA ELEIÇÃO DAS CAMARAS

Art. 1º As Camaras das cidades se comporão de nove membros, e as das villas de sete, e de um Secretario.

Art. 2º A eleição dos membros será feita de quatro em quatro annos, no dia 7 de Setembro, em todas as parochias dos respectivos termos das cidades, ou villas, nos lugares, que as Camaras designarem, e que, quinze dias antes, annunciarão por editaes affixados nas portas principaes das ditas parochias.

Art. 3º Têm voto na eleição dos Vereadores, os que têm voto na nomeação dos eleitores de parochia, na conformidade da [Constituição, arts. 91, e 92.](#)

Art. 4º Podem ser Vereadores, todos os que podem votar nas assembléas parochiaes, tendo dous annos de domicilio dentro do termo.

Art. 5º No domingo, que preceder pelo menos quinze dias, ao em que deve proceder-se á eleição, o Juiz de Paz da parochia fará publicar, e affixar nas portas da igreja matriz, e das capellas filiaes della, a lista geral de todas as pessoas da mesma parochia, que têm direito de votar, tendo para esse fim recebido as listas parciaes dos outros Juizes de Paz, que houverem nos differentes districtos, em que a sua parochia estiver dividida.

Nos lugares, onde se não tiverem ainda creado os Juizes de Paz, farão os Parochos as listas geraes, e as publicarão pela maneira determinada; recebendo as listas parciaes dos Capellães das filiaes.

Art. 6º O que se sentir aggravado por ter sido indevidamente incluído na lista dos votantes, ou della excluído, poderá apresentar a sua queixa motivada á assembléa eleitoral, logo que se reunir; e a assembléa, conhecendo, e decidindo definitivamente sem recurso, se achar ser justificada a queixa, e ter havido dolo naquelle, que lhe deu lugar, o multará na quantia de 30\$000 para as despesas da Camara, á que remetterá a relação dos multados.

Art. 7º Reunidos os cidadãos no dia decretado, e nos lugares, que se designarem, depois que se tiver formado a mesa, na conformidade das instrucções, que regulam as assembléas parochiaes para a eleição dos membros das Camaras Legislativas, cada um dos votantes entregará ao Presidente uma cedula, que contenha o numero de nomes de pessoas elegiveis, correspondente ao dos Vereadores, que se houverem de eleger, e que será assignada no verso, ou pelo mesmo votante ou por outro a seu rogo, e fechada com um rotulo, dizendo - Vereadores para a Camara da cidade de.... ou villa de.... -: immediata, e successivamente entregará outra cedula, que contenha os nomes de duas pessoas elegiveis, uma para Juiz de Paz, outra para Supplente do districto, onde estes

houverem de servir, e será do mesmo modo assignada, e fechada com rotulo, dizendo - Juiz de Paz, e Supplente da parochia de.... ou da capella de.... -.

Art. 8º Os que não puderem ir pessoalmente por impedimento grave, mandarão as cédulas em carta fechada ao Presidente da assembléa declarando o motivo por que não comparecem.

Art. 9º Todo o cidadão com direito de votar que não concorrer pessoalmente a dar a sua cédula, ou não a mandar, sem legitimo impedimento participado ao Presidente da assembléa parochial; e aquelle cujo impedimento fôr declarado improcedente pela mesa da dita assembléa, a quem compete o juizo a tal respeito, será condemnado em 10\$000 para as obras publicas; e o pagamento será promovido pelo Procurador da Camara perante o Juiz de Paz respectivo, debaixo da sua responsabilidade. Para este fim a mesa remetterá á Camara respectiva a relação dos multados.

Art. 10. Recebidas as cédulas dos votantes, a mesa remetterá fechadas, as que respeitam aos Vereadores, com officio, em que se declare o numero dellas, á respectiva Camara, a qual, logo que houver recebido as de todas as parochias do seu termo, as apurará a portas abertas em o dia que deverá designar, e fazer publico por editaes.

Art. 11. A mesa com os assistentes, antes de se dissolver, procederá ao exame, e apuração dos votos para Juizes de Paz, e seus Supplentes, separando as cédulas, segundo os districtos de cada um dos votantes, e declarará, depois de apurados os votos, os que sahirem eleitos pela maioria para os mesmos districtos; participando a eleição por officio á respectiva Camara.

Art. 12. Feita a apuração das cédulas remettidas á Camara pelo modo sobredito, os que obtiverem maior numero de votos serão os Vereadores. A maioria dos votos designará qual é o Presidente segundo a Constituição, art. 168.

Art. 13. O Secretario, e nesta primeira eleição o Escrivão da Camara, lavrará a acta, a qual, assignada por elle e pelos membros da Camara, será guardada no archivo, juntamente com as cédulas, que se queimarão depois da seguinte eleição. No prazo de tres dias será remettida a cada um dos Vereadores uma carta official com a cópia authentica, assignadas ambas pelos membros da Camara.

Art. 14. Igualmente participara á Camara os nomes dos Vereadores, e o numero dos votos que cada um obteve, á Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio na Provincia do Rio de Janeiro, e nas outras aos Presidentes.

Art. 15. A Camara, que não fizer expedir, e entregar aos Vereadores eleitos as actas de sua eleição, pagará 200\$000 para as despezas das obras publicas, divididos pro rata entre seus membros.

Art. 16. No dia 1º de Dezembro os Vereadores eleitos enviarão á Camara os seus titulos, e sendo conferidos, e parecendo legaes, o Secretario, e nesta primeira eleição o Escrivão, participará aos mesmos Vereadores para que venham tomar posse.

Art. 17. No dia 7 de Janeiro se apresentarão na Camara os novos Vereadores, e prestarão o juramento pela maneira seguinte: - Juro aos Santos Evangelhos desempenhar as obrigações de Vereador da cidade, ou villa de tal..., de promover quanto em mim couber, os meios de sustentar a felicidade publica - depois do que tomarão posse dos lugares, que lhes competirem.

Art. 18. Os Vereadores podem ser reeleitos, mas poderão escusar-se, se a reeleição fôr immediata.

Art. 19. Ao eleito não aproveitará motivo de escusa, excepto: 1º enfermidade grave, ou prolongada; 2º emprego civil, ecclesiastico, ou militar, cujas obrigações sejam incompativeis de se exercerem conjunctamente.

Art. 20. Aquelle que se escusar representará á Camara os motivos que justificam a escusa; e se ella os julgar legaes, assim o declarará, e mandará no mesmo acto tirar pelo Secretario cópias da acta da apuração, e da em que fôr attendida a escusa, com declaração dos motivos allegados, e com officio as fará remetter áquelle, que tiver a maioria de votos, depois dos já apurados, o qual, achando que a escusa fôra dolosa da parte do escusado, o poderá representar á mesma Camara, de cuja decisão haverá recurso, nas provincias para o Presidente, e na capital para o Ministro dos Negocios do Imperio. Este methodo de substituição se guardará acontecendo morrer, ou ficar impedido algum dos Vereadores que tiver aceitado.

Art. 21. A Camara que dentro do prazo de oito dias, depois de apresentada a escusa, não executar a disposição do artigo antecedente será multada em 200\$000 na fôrma do art. 15.

Art. 22. Em todos os casos, em que acontecer empate entre dous ou mais eleitos, entrarão os nomes dos que tiverem igual numero de votos em uma urna, e decidirá a sorte.

Art. 23. Não podem servir de Vereadores conjunctamente no mesmo anno, e na mesma cidade, ou villa; pai, e filho, irmãos, ou cunhados, emquanto durar o cunhadio, devendo, no caso de serem nomeados, preferir o que tiver maior numero de votos.

TITULO II

FUNCCÕES MUNICIPAES

Art. 24. As Camaras são corporações meramente administrativas, e não exercerão jurisdicção alguma contenciosa.

Art. 25. As Camaras farão em cada anno quatro sessões ordinarias de tres em tres mezes, no tempo que ellas marcarem, e durarão os dias que forem necessarios, nunca menos de seis.

Art. 26. Occorrendo algum negocio urgente, e que não admitta demora, o Presidente poderá convocar a Camara extraordinariamente.

Art. 27. Achando-se reunidos nas cidades, ou villas cinco Vereadores, poderão deliberar: a maioria de votos decide, e no caso de empate, terá o Presidente voto de qualidade para o desempate.

Art. 28. O Vereador que tiver impedimento justo o fará constar ao Presidente; e se faltar sem justificado motivo, pagará nas cidades por cada falta 4\$000 e nas villas 2\$000 para as obras do Conselho, que o Secretario carregará logo em receita. Faltando os Vereadores actuaes, chamar-se-hão os immediatos em votos, quando o impedimento passar de 15 dias, ou a urgencia, e importancia dos negocios exigir o numero completo de Vereadores.

Art. 29. No dia marcado para principio de cada uma das sessões ordinarias, se reunirão os Vereadores ás 9 horas da manhã na casa da Camara, e ahi, a portas abertas, havendo assentos para os espectadores, que concorrerem diariamente, o Presidente assentado no tópo da mesa, tendo aos lados os Vereadores, assentados sem distincção, nem precedencia, dará principio á sessão pelas palavras - Abre-se a sessão -.

Art. 30. As sessões durarão cada dia, praticadas as mesmas formalidades, o tempo que fôr necessario para a discussão, e propostas das materias, que nellas devem, e podem ter lugar; não excedendo porém o de 4 horas. Termina-se a sessão pelas palavras do Presidente: - Fecha-se a sessão -.

Art. 31. Aberta a sessão, o Presidente declarará a materia da discussão, manterá a ordem nella, dando a palavra ao que primeiro a pedir, e fazendo observar a decencia, e civilidade entre os Vereadores e espectadores.

Art. 32. Se algum Vereador não quizer voltar á ordem, o Presidente o mandará calar; e não obedecendo, o fará sahir da sala, consultando primeiramente os outros Vereadores; ou levantará a sessão, quando a nada se queira sujeitar. Neste caso a Camara na sessão seguinte deliberará, se deve o Vereador ser, ou não admittido; e sendo resolvido pela negativa, se chamará o immediato, salvo o recurso ao Conselho Geral da Provincia, ou ao Conselho da Presidencia, em quanto aquelle não estiver em exercicio.

Art. 33. Qualquer dos Vereadores, e o Presidente póde propôr, e discutir o que lhe parecer conveniente ao desempenho das suas attribuições, e o fará por escripto com assignatura, e data.

Art. 34. Tendo fallado os Vereadores que quizerem sobre a materia, o Presidente a porá á votação, dando tambem o seu voto por ultimo, e o que a maioria decidir se tomará como resolução.

Art. 35. O Secretario, que estará junto á mesa, lavrará a acta, declarando nella os objectos expostos á discussão, as propostas, e emendas, que se apresentaram, e por quem; a final decisão, e os nomes dos que votaram pró, e contra; e esta acta será assignada pelo Presidente, e todos os Vereadores presentes.

Art. 36. Se na discussão algum Vereador faltar á ordem e civilidade, e o Presidente o não chamar a ella, qualquer dos outros Vereadores poderá requerer-lhe que o faça; e havendo duvida sobre a resolução do Presidente, a Camara decidirá por votos.

Art. 37. O Vereador que precisar de algum tempo de licença, a poderá obter da Camara; tendo a Camara sempre em attenção o numero dos Vereadores existentes, o estado dos negocios publicos, e a urgencia dos motivos allegados.

Art. 38. Nenhum Vereador poderá votar em negocio de seu particular interesse, nem dos seus ascendentes, ou descendentes, irmãos, ou cunhados, emquanto durar o cunhadio. Igualmente não votarão aquelles, que jurarem ter suspeição.

Art. 39. As Camaras, na sua primeira reunião, examinarão os provimentos, e posturas actuaes, para propôr ao Conselho Geral o que melhor convier aos interesses do municipio; ficando, depois de approvados, sem vigor todos os mais.

Art. 40. Os Vereadores tratarão nas vereações dos bens, e obras do Conselho do Governo economico, e policial da terra; e do que neste ramo fôr á prol dos seus habitantes.

Art. 41. Cuidarão saber o estado, em que se achamos bens dos Conselhos, para reivindicarem os que se acharem alheados contra a determinação de leis, e farão repôr no antigo estado as servidoes e caminhos publicos, não consentindo de maneira alguma que os proprietarios dos predios usurpem, tapem, estreitem, ou mudem a seu arbitrio as estradas.

Art. 42. Não poderão vender, aforar, ou trocar bens immoveis do Conselho sem autoridade do Presidente da Provincia em Conselho, emquanto se não installarem os Conselhos Geraes, e na Côrte sem a do Ministro do Imperio, exprimindo os motivos, e vantagens da alienação, aforamento, ou troca, com a descripção topograptiica, e avaliação por peritos dos bens que se pretendem alienar, aforar, ou trocar.

Art. 43. Obtida a faculdade, as vendas se farão sempre em leilão publico, e a quem mais der, excluidos os Officiaes que servirem então nas Camaras, e aquelles que tiverem feito a proposta, e exigindo-se fianças idoneas, quando se fizerem a pagamentos, por se não poderem realizar logo a dinheiro, pena de responsabilidade pelo prejuizo d'ahi resultante.

Art. 44. Da mesma fôrma, e com as mesmas cautelas, e responsabilidade prescriptas no artigo antecedente, se farão os arrendamentos dos bens dos Conselhos; mas estes contractos poderão as Camaras celebrar por deliberação sua, e serão confirmados pelos Presidentes das Provincias em Conselho, e na Côrte pelo Ministro do Imperio.

Art. 45. Quando acharem não ser a prol dos Conselhos, que se alienem, ou arrendem os bens, mandal-os-hão aproveitar, pondo nelles bons administradores, para que venham a melhor arrecadação, ficando os ditos Vereadores responsaveis pela falta de exacção.

Art. 46. A Camara dará annualmente contas ao Conselho Geral, depois que as tiver tomado ao Procurador, fazendo-se então publicas pela imprensa onde a houver; e na falta, por editaes afixados nos lugares publicos, e o Conselho Geral proverá sobre ellas como achar conveniente. Apparecendo algum alcance, proceder-se-ha immediatamente á sua arrecadação, assim como a das rendas, e quaesquer dividas que se deixaram de cobrar, pena de responderem pelos prejuizos resultantes de sua negligencia.

Art. 47. Poderão ajustar de empreitada as obras que se houverem de fazer, mettendo-as primeiramente em prégão, para preferirem aquelles, que se offerecerem por menor preço, precedendo vistoria legal, publicação do plano, e sua avaliação; e na falta de empreiteiros, as poderão fazer por jornal. E quando as obras forem de grande importancia, e alguns socios, ou emprehendedores se offereerem a fazel-as, percebendo algumas vantagens para sua indemnização, enviarão as propostas aos Conselhos Geraes da Provincia.

Art. 48. Farão pôr em boa guarda todas as rendas. fóros, coimas, e mais cousas que á Camara pertençam em arca forte de tres chaves, das quaes uma estará em poder do Presidente, outra do Fiscal, e outra do Secretario.

Art. 49. Igualmente mandarão fazer os cofres e armarios precisos não os havendo, para a guarda dos documentos das eleições, escripturas, e mais papeis que formam o archivo da Camara, e aonde se tenham os livros das vereações, tombos, e quaesquer outros; os quaes todos devem ser numerados e rubricados pelo Presidente gratuitamente, com seus termos de abertura, e encerramento.

Art. 50. Os livros indispensaveis são: um para o registro das posturas em vigor, e outro em que se registre a presente Lei, e todos os artigos das que se forem publicando, que disserem respeito ás Camaras.

Art. 51. Requererão aos Juizes territoriaes, que lhes façam os tombamentos de seus bens, a quem fica pertencendo esta jurisdicção, e geralmente defenderão perante as Justiças seus direitos para que lh'os façam manter, não fazendo sobre elles avença alguma.

Art. 52. Não poderão quitar coima nem divida alguma do Conselho, pena de nullidade, e de pagarem o duplo.

Art. 53. A Camara da capital dará posse, e juramento ao Presidente da Provincia, de que se lavrará termo, que será assignado pelo mesmo Presidente, e Vereadores presentes, e a communicará ás Camaras da Provincia para que se faça publica por editaes.

Art. 54. Do mesmo moio ás Camaras respectivas pertence reconhecer os titulos de todos os empregados que não tiverem superiores no lugar, a quem compita esse reconhecimento, e fazel-os registrar, tomar-lhes juramento, e fazer publicar por editaes a sua posse.

Art. 55. A's Camaras compete repartir o termo em districtos, nomear os seus Officiaes, e dar-lhes titulos; dar titulo aos Juizes de Paz, e fazer publicar por editaes os nomes, e empregos destes funcionarios.

Art. 56. Em cada reunião, nomearão uma commissão de cidadãos probos, de cinco pelo menos, a quem encarregarão a visita das prisões civis, militares, e ecclesiasticas, dos carceres dos conventos dos regulares, e de todos os estabelecimentos publicos de caridade para informarem do seu estado, e dos melhoramentos, que precisam.

Art. 57. Tomarão por um dos primeiros trabalhos, fazer construir ou concertar as prisões publicas, de maneira, que haja nellas a segurança, e commodidade, que promette a Constituição.

Art. 58. Darão parte annualmente, ou quando convier, ao Presidente da Provincia e Conselho Geral das infracções da Constituição, e das prevaricações, ou negligencias de todos os empregados.

Art. 59. Participarão ao Conselho Geral os mãos tratamentos, e actos de crueldade, que se costumem praticar com escravos, indicando os meios de prevenil-os.

Art. 60. Promoverão as eleições dos membros das Camaras Legislativas, da maneira que as determinar a Lei.

Art. 61. Serão assinantes dos Diarios dos Conselhos Geraes da Provincia, dos das Camaras Legislativas, e dos periodicos que conttenham os extractos das sessões das Camaras Municipaes da Provincia se os houverem.

Art. 62. Farão publicar annualmente pela imprensa, onde melhor lhes convier, um extracto de todas as resoluções tomadas, com as declarações especificadas nas actas.

Art. 63. Darão aos Deputados, e Senadores da Provincia, a que pertencerem, as informações que elles pedirem, e todas as que julgarem precisas, ainda que se não peçam.

Art. 64. As deliberações das Camaras, que se dirigirem ao Conselho Geral, ou sejam propostas, criação, revogação, ou alteração de uma Lei peculiar; estabelecimento de uma nova obrigação para o municipio com o nome de postura, ou qualquer objecto da sua competencia, bem como as representações ás autoridades superiores, serão assignadas por toda a Camara.

Nas que tiverem por objecto ordenar o cumprimento das suas posturas, e o das leis, cuja execução esteja a seu cargo, bastará que os officios sejam assignados pelo Presidente e Secretario.

Art. 65. No que pertence ás Camaras, e desempenho de suas attribuições, nenhuma jurisdicção e ingerencia terão os Corregedores das comarcas.

TITULO III

POSTURAS POLICIAES

Art. 66. Terão a seu cargo tudo quanto diz respeito á policia, e economia das povoações, e seus termos, pelo que tomarão deliberações, e proverão por suas posturas sobre os objectos seguintes:

§ 1º Alinhamento, limpeza, illumination, e despachamento das ruas, cães e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segurança dos edificios, e prisões publicas, calçadas, pontes, fontes, aqueductos, chafarizes, poços, tanques, e quaesquer outras construcções em beneficio commum dos habitantes, ou para decôro e ornamento das povoações.

§ 2º Sobre o estabelecimento de cemiterios fóra do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade ecclesiastica do lugar; sobre o esgotamento de pantanos, e qualquer estagnação de aguas infectas; sobre a economia e asseio dos curraes, e matadouros publicos, sobre a collocação de cortumes, sobre os depositos de immundices, e quanto possa alterar, e corromper a salubridade da atmospheria.

§ 3º Sobre edificios ruinosos, escavações, e precipicios nas vizinhanças das povoações, mandando-lhes pôr divisas para advertir os que transitam; suspensão e lançamento de corpos, que possam prejudicar, ou enxovalhar aos viandantes; cautela contra o perigo proveniente da divagação dos loucos, embriagados, de animaes ferozes, ou damnados, e daquelles, que, correndo, podem incommodar os habitantes, providencias para acautelhar, e atalhar os incendios.

§ 4º Sobre as vozerias nas ruas em horas de silencio, injurias, e obscenidades contra a moral publica.

§ 5º Sobre os damninhos, e os que trazem gado solto sem pastor em lugares aonde possam causar qualquer prejuizo aos habitantes, ou lavouras; extirpação de reptis venenosos, ou de quaesquer animaes, e insectos devoradores das plantas; e sobre tudo o mais que diz respeito á policia.

§ 6º Sobre construcção, reparo, e conservação das estradas, caminhos, plantações de arvores para preservaçao de seus limites á commodidade dos viajantes, e das que forem uteis para a sustentação dos homens, e dos animaes, ou sirvam para fabricaçao de polvora, e outros objectos de defesa.

§ 7º Proverão sobre lugares onde pastem e descancem os gados para o consumo diario, em quanto os Conselhos os não tiverem proprios.

§ 8º Protegerão os criadores, e todas as pessoas, que trouxerem seus gados para os venderem, contra quaesquer oppressões dos empregados dos registros, e curraes dos Conselhos, aonde os haja, ou dos marchantes e mercadores deste genero, castigando com multas, e prisão, nos termos do titulo 3º art. 71, os que lhes fizerem vexames, e acintes para os desviarem do mercado.

§ 9º Só nos matadouros publicos, ou particulares, com licença das Camaras, se poderão matar, e esquartejar as rezes; e calculado o arrobamento de cada uma rez, estando presente os exactores dos direitos impostos sobre a carne; permitir-se-ha aos donos dos gados conduzil-os depois de esquartejados, e vendel-os pelos preços, que quizerem, e aonde bem lhes convier, com tanto que o façam em lugares patentes, em que a Camara possa fiscalisar a limpeza, e salubridade dos talhos, e da carne, assim como a fidelidade dos pesos.

§ 10. Proverão igualmente sobre a commodidade das feiras, e mercados, abastança, e salubridade de todos os mantimentos, e outros objectos expostos á venda publica, tendo balança de ver o peso, e padrões de todos os pesos, e medidas para se regularem as aferições; e sobre quanto possa favorecer a agricultura, commercio, e industriados seus districtos, abstendo-se absolutamente de taxar os preços dos generos, ou de lhes pôr outras restricções á ampla, liberdade, que compete a seus donos.

§ 11. Exceptua-se a venda da polvora, e de todos os generas susceptiveis do explosão, e fabrico de fogos de artificio, que pelo seu perigo, só se poderão vender, e fazer nos lugares marcados pelas Camaras, e fóra de povoado, para o que se fará conveniente postura, que imponha condemnação, aos que a contravierem.

§ 12. Poderão autorizar espectaculos publicos nas ruas, praças, e arraiaes, uma vez que não offendam a moral publica, mediante alguma medica gratificação para as rendas do Conselho, que fixarão por suas posturas.

Art. 67. Cuidarão os Vereadores, além disto em adquirir modelos de machinas, e instrumentos ruraes, ou das artes, para que se façam conhecidos aos agricultores, e industriosos.

Art. 68. Tratarão de haver novos animaes uteis, ou de melhorar as raças dos existentes, assim como de ajuntar sementes de plantas interessantes, e arvores fructiferas, ou prestadias para as distribuirem pelos lavradores.

Art. 69. Cuidarão no estabelecimento, e conservação das casas de caridade, para que se criem expostos, se curem os doentes necessitados, e se vaccinem todos os meninos do districto, e adultos que o não tiverem sido, tendo Medico, ou Cirurgião de partido.

Art. 70. Terão inspecção sobre as escolas de primeiras letras, e educação, e destino dos orphãos pobres, em cujo numero entram os expostos; e quando estes estabelcimentos, e os de

caridade, de que trata o art. 69, se achem por Lei, ou de facto encarregados em alguma cidade, ou vida a outras autoridades individuaes, ou collectivas, as Camaras auxiliarão sempre quanto estiver de sua parte para a prosperidade, e augmento dos sobreditos estabelecimentos.

Art. 71. As Camaras deliberação em geral sobre os meios de promover e manter a tranquillidade, segurança saude, e commodidade dos habitantes; o asseio, segurança, elegancia, e regularidade externa dos edificios, e ruas das povoações, e sobre estes objectos formarão as suas posturas, que serão publicadas por editaes, antes, e depois de confirmadas.

Art. 72. Poderão em ditas suas posturas comminar penas até 8 dias de prisão, e 30\$000 de condemnação, as quaes serão aggravadas nas reincidencias até 30 dias de prisão, e 60\$000 de multa. As ditas posturas só terão vigor por um anno em quanto não forem confirmadas, a cujo fim serão levadas aos Conselhos Geraes, que tambem as poderão alterar, ou revogar.

Art. 73. Os cidadãos, que se sentirem agravados pelas deliberações, acórdãos, e posturas das Camaras, poderão recorrer para os Conselhos Geraes, e na Côrte para a Assembléa Geral Legislativa; e aos Presidentes das provincias, e por estes ao Governo, quando a materia fôr meramente economica e administrativa.

TITULO IV

APPLICAÇÃO DAS RENDAS

Art. 74. Não despenderão as rendas dos Conselhos senão em objectos proprios de suas attribuições, nem darão aos Juizes, ou outros empregados senão o que por Lei estiver determinado, ou no futuro fôr ordenado pelo Poder Legislativo.

Art. 75. O Procurador não fará despeza, que não seja autorizada por postura, ou determinada por deliberação da Camara.

Art. 76. Não podendo prover a todos os objectos de suas attribuições, preferirão aquelles, que forem mais urgentes; e nas cidades, ou villas, aonde não houverem casas de misericordia, attentarão principalmente na criação dos expostos, sua educação, e dos mais orphãos pobres, e desamparados.

Art. 77. Geralmente proporão ao Conselho Geral de Provincia, tanto os meios de augmentar suas rendas, como a necessidade, ou utilidade de fazer dellas alguma extraordinaria applicação.

Art. 78. E' prohibido porém todo o ajuntamento para tratar, ou decidir negocios não comprehendidos neste Regimento, como proposições, deliberações, e decisões feitas em nome do povo, e por isso nullos, incompetentes, e contrarios á Constituição, art. 167, e muito menos para depôr autoridades, ficando entendido, que são subordinadas aos Presidentes das provincias, primeiros administradores dellas.

TITULO V

DOS EMPREGADOS

Art. 79. A Camara nomeará o seu Secretario, o qual terá a seu cargo a escripturação de todo o expediente della, passará as certidões que lhe forem pedidas, sem precisão de despacho, levando por ellas os emolumentos taxados por Lei aos Escrivães; e terá em boa guarda, e arranjo os livros da Camara, e quanto pertencer ao archivo, pelo que receberá uma gratificação annual, paga pelas rendas do Conselho. Será conservado, em quanto bem servir. Os Escrivães actuaes servirão de Secretarios durante os seus titulos.

Art. 80. A Camara nomeará um Procurador, que será afiançado, ou por ella mesma debaixo de sua responsabilidade, ou por fiador idoneo na proporção das rendas, que tem de arrecadar; e servirá por quatro annos.

Art. 81. Ao Procurador compete:

Arrecadar, e applicar as rendas, e multas destinadas ás depezas do Conselho.

Demandar perante os Juizes de Paz a execução das posturas, e a imposição das penas aos contraventores dellas.

Defender os direitos da Camara perante as Justiças ordinarias.

Dar conta da receita, e despeza todos os trimestres no principio das sessões.

Receberá seis por cento de tudo quanto arrecadar; se este rendimento porém fôr superior ao trabalho, a Camara convencionará com o Procurador sobre a gratificação merecida.

Art. 82. Nomeará a Camara um Porteiro, e sendo necessario, um, ou mais Ajudantes deste, encarregados da execução de suas ordens, e serviço da casa com uma gratificação paga pelas rendas do Conselho.

Art. 83. Tambem nomeará a Camara um ou mais Fiscaes e seus Supplentes para servirem durante os quatro annos, assim estes, como os nomeados no artigo precedente, servindo uma vez, não poderão ser constrangidos a tornar a servir, senão depois de passados outros quatro annos.

Art. 84. Quando o termo da cidade, ou villa comprehender mais de uma freguezia ou tiver capellas curadas, nomeará a Camara para cada uma dellas, sendo necessario o Fiscal com seu Supplente ou independente, ou sujeito ao da cidade, ou villa, como julgar mais conveniente.

Art. 85. Aos Fiscaes e aos Supplentes na falta, compete:

Vigiar na observancia das posturas da Camara, promovendo a sua execução pela advertencia aos que forem obrigados a ellas, ou particularmente ou por meio de editaes.

Activar o Procurador no desempenho de seus deveres.

Executar as ordens da Camara.

Dar-lhe parte em cada reunião do estado da sua administração, e de tudo quanto julgarem conveniente.

Para o expediente, no desempenho destes seus deveres, se servirão do Secretario, e Porteiro da Camara.

Art. 86. Serão responsaveis os Fiscaes e seus Supplentes no tempo, em que servirem, pelos prejuizos occasionados por sua negligencia; e se esta fôr julgada grave pela Camara, ou continuada, serão por ella multados na quantia de 10\$000 a 30\$000 e demandados perante os Jures de Paz, se recusarem pagar.

Art. 87. Os Fiscaes nas capitaes das provincias receberão uma gratificação paga pelas rendas do Conselho, e approvada pelo Conselho Geral, ou pelo Governo, sendo na Côrte.

Art. 88. Os Juizes de Paz são os privativos para julgarem as multas por contravenções ás posturas das Camaras a requerimento dos Procuradores dellas, ou das partes interessadas: e no processo seguirão o disposto nas Leis, que regularem suas attribuições, dando em todos os casos appellação na fôrma das mesmas Leis, se a parte o requerer, logo que se lhe intimar a sentença.

Art. 89. Em todos os casos, em que esta Lei manda ás Camaras, que se dirijam aos Presidentes; devem ellas, na Provincia, onde estiver a Côrte, dirigir-se ao Ministro do Imperio: nella

tambem se dirigirão á Assembléa Geral nos casos, em que nas demais provincias houverem de dirigir-se aos Conselhos Geraes; e enquanto estes se não installarem farão suas vezes os das Presidencias.

Art. 90. Ficam revogadas todas as leis, alvarás, decretos e mais resoluções, que dão ás Camaras outras attribuições, ou lhes impoem obrigações diversas das declaradas na presente Lei, e todas as que estiverem em contradicção á presente.

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio de Rio de Janeiro em o 1º dia do mez de Outubro de 1828, 7º da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com rubrica e guarda.

JOSÉ CLEMENTE PEREIRA.

Este texto não substitui o publicado na CLBR, de 1828

L. S.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa que houve por bem sancionar, em que se estabelece a fórma das eleições dos membros das Camaras das cidades e villas do Imperio; e marca as suas funcções, e as dos empregados respectivos: tudo na fórma acima declarada.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

João Baptista de Carvalho a fez.

Registrada a fl. 53 do L. 5º de cartas, leis e alvarás. Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 14 de Outubro de 1828. - Epifanio José Pedrozo.

Monsenhor Miranda.

Foi publicada esta Carta de Lei nesta Chancellaria-mór do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro, 18 de Outubro de 1828. - Francisco Xavier Rapozo de Albuquerque.

Registrada na Chancellaria-mór da Côrte, e Imperio do Brazil, a fl. 143 v. do L. 1º de cartas, leis e alvarás. Rio de Janeiro, 20 de Outubro de 1828. - Manoel de Azevedo Marques.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ABADIE, Washington Reyes. ROMERO, Andreas Vazquez. *Crónica general del Uruguay: La modernización*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2000.

BARICKMAN, B.J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780 – 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUONICORE, Augusto. *Marxismo, História e Revolução Brasileira – Encontros e desencontros*. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 2009.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A História do Abastecimento e a Historiografia Brasileira. In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível, a epidemia do Cólera na Bahia 1855-1856*. Brasília: Sarah Letras, 1996.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole: 1808-1853. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. 2a ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

ELLIS, Myriam. *Contribuição ao Estudo do Abastecimento das Áreas Mineradoras no Século XVIII*. Rio de Janeiro: MEC, 1961.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Associação Comercial da Bahia 175 Anos Trajetórias e Perspectivas*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2011.

GUASCO, Madalena. “O entendimento dialético da transição”. In *PRINCÍPIOS*, Edição 67, Nov/Dez/Jan, 2002-2003.

GUIMARÃES, César. A dualidade Brasileira de Ignácio Rangel. In: *Revista de Economia Política*, n. 4, out-dez de 1994.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal* (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Cia das Letras, 2013.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. (Vol. 3), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich – *Filosofia da História*, segunda edição, Brasília, ed. UNB, 1995.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Martins Fontes; 2003.

LAPA. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: HUCITEC, 2000.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (Biblioteca Carioca), 1993.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. “Cadernos Filosóficos”. In: *Obras escolhidas*. Tomo 6. Lisboa: Avante, 1989.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *História Política do Abastecimento*. Brasília: Binagri, 1979.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979;

_____. Região e História Agrária. In *Revista Estudos Históricos*. (15). Rio de Janeiro: FGV, 1995. Pg. 17-26.

_____. *História da Agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo Civil. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978

LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos Currais do Matadouro Público: o abastecimento de carne verde em Salvador no Século XIX (1838-1873)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: FFCH-UFBa, 2009.

MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. In: *O Capital: crítica a economia política*. Livro I, Volume II, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1988.

MASCARENHAS, Claudio; PEIXOTO, José Augusto. Saveiros de Vela de Içar: 400 anos de história - Ameaças, Potencialidades e Propostas. In *Revista Ver a Cidade – Ano IV - Nº 5 – Outubro de 2009*.

MATTOS, Hebe Maria. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987;

MATTOSO, Kátia Maria de Queiroz. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Bahia no Século XIX – Uma Província no Império*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1992.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado, agricultura e sociedade no Brasil da primeira metade do século XX. In: GIRDAL-BLANCHA, Noemí; VALENCIA, Marta. *Agro, Tierra y Política: debate sobre la historia rural de Argentina y Brasil*. Buenos Aires: REUNÍ, 1998.

b

MIRANDA, Luis Alberto. *A concorrência imperfeita reexaminada: um comentário à autocrítica da sra. Robinson*. In, *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 8(2): 1987.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2004;

NASCIMENTO, A. M. A. *Dez Freguesias da Cidade do Salvador*. Salvador: Fundação Cultural, 1986.

NEVES, Frederico Castro. *A multidão e a História: Saques e outras ações de massas no Ceará*. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2000.

PETRONE, Maria Thereza Schörer. *O Barão de Iguape: um empresário na época de independência*. São Paulo: Nacional, 1976.

POPINO, Rollic E. *Feira de Santana*. Salvador; Itapuã, 1968.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1949.

REIS, João José. “A revolta da farinha”, in, *Revista de História.com.br*. Edição n.35 (Agosto de 2008).

REIS, João José; AGUIAR, Márcia Gabriela. “carne sem osso e farinha sem caroço – o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”. In, *Revista de História*, 135 (1996).

RIBEIRO FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa aventura – Acumulação e hierarquias na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

RODRIGUES, Ricardo Velez. “A propaganda Republicana”; in *curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. Brasília: ed. UNB, 1982.

SANTOS, Mario Augusto dos. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República - um grupo de pressão*. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2011.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no Século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SHWARTZ. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. 1530-1835*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da Escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Tese de doutoramento. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 1990.

TELES SILVA, Ivani. Construindo um objeto histórico a partir da reflexão de gênero: a revolta das recolhidas de santo nome de Jesus In *Historien – Revista de História* (2); Petrolina, jan/mar, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. Economia moral da multidão Inglesa no século XVIII; in *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, CIA das letras, 1998.

_____. Economia moral revisitada; in *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, CIA das letras, 1998.

TILLY, Louise. The food riot as a formo political conflict in France. *Journal of interdisciplinary History*, (vol.2), (n.2), 1971.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Baía de Todos os Santos*. São Paulo: Corrupio, 1987.

ZEMELLA, Mafalda. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

ZORZO, Francisco. *Ferrovias e rede urbana na Bahia – doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do Recôncavo e sudoeste baiano (1870-1930)*. Feira de Santana: UEFS, 2001.

TESES E DISSERTAÇÕES

AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. (Dissertação de Mestrado – UFBA). Salvador, 1975.

CARVALHO, Fábio Garcez. *Hierarquização e oligopólio: o caso do comércio de abastecimento de gêneros alimentícios na cidade do Rio de Janeiro (1892-1922)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 1992.

CHAVES, Cleide de Lima. *De um porto a outro: A Bahia e o Prata (1850-1889)*. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 2001.

GONÇALVES DOS SANTOS, Flávio. *Economia e cultura do candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850 / 1937*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2007.

GRAÇA Filho, Afonso Alencastro. *Os Convênios da Carestia: organização e investimento do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 1991.

LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos currais do matadouro público: O abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873)*. (dissertação de Mestrado), FFCH-UFBA, 2009.

MONTEIRO, Tânia Penido. *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX: Imigração e Comercio* (dissertação de Mestrado), FFCH-UFBA, 1982.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Pelas Bandas d'Além: fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora (1808-1888)*. Tese de mestrado. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 1989.

NASCIMENTO, Iolanda Maria. *O comercio de cabotagem e o tráfico interprovincial de escravos em Salvador (1850-1880)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Centro de Estudos gerais- Universidade Federal Fluminense, 1986.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *O processo da industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas: UNICAMP, 1985. (Tese)

RIBEIRO DOS SANTOS, Helen dos. *Abastecimento de Farinha da cidade do Salvador – 1850-1870 – Aspectos Históricos*. (Dissertação de Mestrado). Salvador. UFBA, 1982.

ROSADO, Rita. *O Porto de Salvador – Modernização em projeto- 1854/1891*. Dissertação de Mestrado. UFBA- FFCH, 1983.

SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade do Salvador*. Estudo de Geografia Urbana. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.

SOUZA, Avanete Pereira. *Poder local e cotidiano: A Câmara de Salvador no século XVIII*. Dissertação de Mestrado. Salvador: FFCH-UFBA, 1996.

XIMENES, Cristina Ferreira Lyrio. *Joaquim Pereira Marinho: Perfil de um contrabandista de escravos na Bahia*. Dissertação de Mestrado. Salvador: FFCH-UFBA 1999.

FONTES

Arquivo Público da Bahia

Abaixo Assinado

APEB. Abaixo Assinado de 25 de Abril de 1857. Legislativo Provincial, maço 984.

APEB. Abaixo Assinado de 26 de Abril de 1857. Legislativo Provincial, maço 984.

APEB. Abaixo Assinado de 10 de maio de 1857. Legislativo Provincial, maço 984.

APEB. Abaixo Assinado de 12 de maio de 1857. Legislativo Provincial, maço 984.

APEB. Abaixo Assinado de 18 de julho de 1857. Legislativo Provincial, maço 984.

APEB. Abaixo Assinado de 28 de setembro de 1857. Legislativo Provincial, maço 984.

APB – Legislativo Provincial. Maço 984 - Abaixo Assinado de 8 de abril de 1859.

APB – Legislativo Provincial. Maço 984 - Abaixo Assinado de 20 de abril de 1858. – este documento foi consultado em Junho de 2013.

APB – Legislativo Provincial. Maço 984 - Abaixo Assinado de 22 de abril de 1858.

Abastecimento

APB – Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província/ abastecimento - carne / 1865 / maço 4630.

APEB, Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província – Abastecimento – 1855, maço 4630.

Câmara

APB, Arquivo Colonial e Provincial, Câmara de Salvador – 1857-1859; 25 de janeiro de 1858. Maço 1404.

APB, Arquivo Colonial e Provincial, Câmara de Salvador – 1857-1859; 25 de fevereiro de 1858. Maço 1404

APB, Arquivo Colonial e Provincial, Câmara de Salvador – 1857-1859; 1º de março de 1858. Maço 1404.

APB, Arquivo Colonial e Provincial, Câmara de Salvador – 1857-1859; Joaquim Ernesto de Sousa, 01 de março de 1858. Maço 1404.

APB, Arquivo Colonial e Provincial, Câmara de Salvador – 1857-1859; Manuel Jerônimo Ferreira, 01 de março de 1858. Maço 1404.

APB, Arquivo Colonial e Provincial, Câmara de Salvador – 1857-1859; Manoel Beléns de Lima, 5 de março de 1858. Maço 1404.

APB, Arquivo Colonial e Provincial, Câmara de Salvador – 1857-1859; 19 de agosto de 1858. Maço 1404.

APB - Câmara ao Presidente da Província. 17.02.1858. Câmara de Salvador, maço 1404.

Guarda Nacional

APB – Seção Colonial e Provincial, Guarda Nacional, 3 de março de 1858, Maço 3589.

Inventários e Testamentos

APB – Inventário Agostinho Dias Lima, 1894 a 1905/ Arquivo Judiciário.

APB – Inventário Antônio Loureiro Viana, 1897/1902 / Arquivo Judiciário.

APB – Inventário Augusto Gomes Moncorvo, 1885 / Arquivo Judiciário.

APB – Inventário do Conde Pereira Marinho, 1887 / Arquivo Judiciário.

APB – Inventário Domingos Fernandes Moreno, 1878/ Arquivo Judiciário

APB - Inventário e Testamento de Francisco Fernandes Mesquita / Seção Judiciária.

APB – Inventário Joaquim Castro Guimarães, 1887 a 1905/ Arquivo Judiciário;

APB – Inventário de José Pinto Pereira da Costa, 1875 a 1895 / Arquivo Judiciário.

APB - Inventário de Manoel Teixeira Soares – 1894 / Arquivo Judiciário.

APB – Inventário Marcolino Adolpho Cassiano Maia, 1869/ Arquivo Judiciário.

APB – Inventário Pedro Antônio Barboza, 1858/ Arquivo Judiciário.

APB – Testamento de Manoel José de Magalhães. 1874 / Arquivo Judiciário.

APB – Testamento de Francisco Cardoso Silva. 1892 / Arquivo Judiciário

Mapas

APB - Mapas Estatísticos 1871/72 – 1878/79.

APB - Mapas Estatísticos 1871/72, 1873/74, 1874/75, 1878/79, 1879/80.

Petições

APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, maço 1047.

APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 12 de fevereiro de 1857; maço 1047.

APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 3 de abril de 1857; maço 1047.

APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 28 de de abril de 1857; maço 1047.

APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 9 de setembro de 1857; maço 1047.

APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 18 de setembro de 1857; maço 1047.

APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 25 de setembro de 1857; maço 1047.

APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 26 de setembro de 1857; maço 1047.

APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 30 de setembro de 1857; maço 1047.

APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 1º de outubro de 1857; maço 1047.

APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 5 de outubro de 1857; maço 1047.

APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 12 de outubro de 1857; maço 1047.

APB. Petições da Assembleia legislativa Provincial, 23 de outubro de 1857; maço 1047.

Polícia

APB – Polícia, 1º de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Polícia 1858-1859. Maço 3139-18.

APB – Polícia, dois de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Polícia 1858-1859. Maço 3139-18.

APB – Polícia, dois de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

APB – Polícia, quatro de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

APB – Polícia, cinco de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

APB – Polícia, seis de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

APB – Polícia, 11 de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

APB – Polícia, 12 de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

APB – Polícia, 13 de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

APB – Polícia, 13 de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

APB – Polícia, 19 de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

APB – Polícia, 20 de abril de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

APB – Polícia, 22 de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

APB – Polícia, 24 de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

APB – Polícia, 30 de março de 1858. Correspondência Recebida da Secretaria de Policia 1858-1859. Maço 3139-18.

APEB- Policia – Matrícula de Carroceiros / 19866 a 1873. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, maço 5914.

Porto

APB. Licença para Carregar e descarregar - Policia do Porto - Maço 3183 – 13/06/1879.

APB. Licença para Carregar e descarregar - Policia do Porto - Maço 3183 – 23/01/1879.

APB. Mapas de Entradas e Saídas de Embarcações – Presidência da Província – Série: Policia do Porto. 1843 - 1870, 1873 - 1878, 1878 - 18885, 1886 – 1893. Maços 3194-2, 3194-3, 3194-4, 3194-5.

APB. Mapas de saída e entrada de embarcações – Maço 3194-2, 13/11/1868.

APB. Mapas de saída e entrada de embarcações – Maço 3194-3, 19/01/1876.
Presidência da Província

APB. Arquivo colonial e Provincial; Presidência da Província – Militar - Intendência da Marinha. 1851 a 1857. 12 de fevereiro de 1857. Maço 3250.

APB. Arquivo colonial e Provincial; Presidência da Província – Militar - Intendência da Marinha. 1851 a 1857. 10 de março de 1857. Maço 3250.

APB / Seção Colonial e Provincial / Presidência da Província/ Correspondência recebida pelo Superintendente do Matadouro Público – 1868. Maço 4628.

APB – Presidência da Província – Série Governo. Farinha 1850/1853. Número 1491 – 21 de julho de 1853.

Secas

APB. Correspondência sobre as secas, SH, 1607.

Arquivo Nacional

ARQUIVO NACIONAL. Discurso sobre o Celeiro da Bahia – Catalogo das colleções da memória e documentos da secção histórica do Arquivo Nacional. (vol. 13).

Arquivo Municipal de Salvador

Arquivo Municipal – Atas da Câmara, Livro 9.54, ano 1878, 20 de março.

Arquivo Municipal – Atas da Câmara, Livro 9.54, ano 1878, 28 de março.

Arquivo Municipal – Atas da Câmara, Livro 9.54, ano 1878. 31 de março.

Arquivo Municipal - Entrada de farinha de mandioca no celeiro público –. 1861/64 – Livro 55.1; 1865 – Livro 55.2.

Arquivo Municipal - Ofícios do Governo.

Arquivo Municipal - Requerimentos, 1857.

Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia

ASMB - Arquivo da Santa Casa da Misericórdia. Correspondência avulsa de 23 de fevereiro de 1858.

ASMB. Livro de Registro 93 A.

Biblioteca Pública da Bahia

Assembleia Provincial

Anais da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, Sessões do ano de 1878, (vol. 1),

Assembléia Provincial, cinco de junho de 1878. Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, Sessões do ano de 1878, (vol. 1).

Assembléia Provincial, sete de junho de 1878. Sr. Antônio Euzébio. Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, Sessões do ano de 1878, (vol. 1).

Assembléia Provincial, oito de junho de 1878. Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, Sessões do ano de 1878, (vol. 1).

Assembléia Provincial, 26 de junho de 1878. Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, Sessões do ano de 1878, (vol. 1).

Assembléia Provincial, 27 de junho de 1878. Discurso do Sr. Dr. Ruy Barbosa, - Anais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, Sessões do ano de 1878, (vol. 1).

Bahia, Biblioteca Pública da – Seção de Obras Raras. RELATÓRIO da Companhia de Navegação a Vapor Bahiana. 1869.

Ministério da Fazenda

MF - Propostas e Relatórios apresentados a Assembléia Geral Legislativa, pelos Ministros e Secretários dos Estados dos Negócios da Fazenda - Navegação de longo curso na Bahia 1851/1874 – 1875/1879.

MF – Propostas e relatórios apresentados a Assembléia Geral Legislativa, pelos Ministros e Secretários dos Estados dos Negócios da Fazenda. 1850 – 1879.

Leis e Decretos

Lei n. 1.177 de nove de setembro de 1862. Art. 23.

Decreto de 19 de setembro de 1860. Art.488.

Decreto de 22 de junho de 1836. Art. 307.

Decreto de 22 de junho de 1836. Art. 308.

FONTES IMPRESSAS

AGUIAR, Pinto de. *Abastecimento: Motins e intervenção*. Philobiblion: Rio de Janeiro, 1985.

AMARAL, Bras. *História da Bahia*, do Império à República. Imprensa Oficial do Estado, 1923.

AMARAL, Braz. “motim da carne sem osso e farinha sem caroço, ou sedição dos chinelos, ou ainda das pedras”. In *Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia*. (vol. XVIII – números 37, 38 e 39). 1913.

AZEVEDO, Thales. *O povoamento da cidade do Salvador*. Typografia Beneditina, 1949.

CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida econômica e financeira da Bahia* (elementos para História) de 1808 a 1899. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

CAMARA, Antônio Alves. *A Bahia de Todos os Santos* - com relação ao melhoramento de seu porto. Rio de Janeiro: Typographia Leuzingher, 1911.

COSTA, Affonso. *A Marinha Mercante* - O problema da atualidade. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1917.

DAMÁZIO, Antônio Joaquim. *Tombamento dos Bens imóveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia* de Camile de Lelis Masson. 1862.

FERREIRA, Manoel Jesuíno. *Província da Bahia*. Tiphografia Nacional: Rio de Janeiro, 1875.

FRAGOSO, Arlindo. *Notas Econômicas e Financeiras*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

MESQUITA, Elpidio. *Aspectos de um problema econômico*. Tipografia Leuzinger: Rio de Janeiro, 1909.

PESSOA, Epitácio - *Mensagens Presidenciais* – Documentos Parlamentares -. Imprensa Nacional, 1919, Vol. 4.

REBELLO, Domingos José Antônio. *Crographia, ou abreviada história geographica do Império do Brasil* (1829), RIGH, 55.

RUI, Afonso. *História Política e Administrativa da cidade do Salvador*. Salvador: Typografia Beneditina, 1949.

_____. *História da Câmara Municipal da cidade de Salvador*. Câmara Municipal de Salvador: Salvador, 1935.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Estatística do comércio marítimo do Brasil* – 1869/70 – 1870/71.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*.

TAVARES, Odorico. *Bahia: imagens da terra e do povo*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967.

VASCONCELOS, Diogo. Linhas Gerais da Administração Colonial, in *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* – 1914.

VIEIRA DE AGUIAR, Durval. *Descrições práticas da Província da Bahia*.

VILHENA, Luiz. *Recompilação de notícias Brasílicas*. 1802.

OUTRAS FONTES

BAHIA - Almanak Administrativo Mercantil, e Industrial da Bahia - 1854 a 1863.

Bahia, Falla (1866, M.P. de Souza Dantas), Quadros das exportações de Ilhéus nos anos de 1864 e 1865.

Bahia, Fala à Assembleia Legislativa Provincial do Presidente Barão Homem de Melo – Tip. Do Diário da Bahia, 1878.

Bahia , Falla – Presidente da Província Herculano Ferreira Penna. 10 de abril de 1860.

Bahia, FALLA recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia, 1871.

Bahia - FALLA do Presidente da Província - 1874.

Bahia - Fala do Presidente da Província Joaquim Antão Fernandez Leão na abertura da Assembleia Legislativa – 1º de março de 1862.

Jornais

Diário da Bahia – 5 de abril de 1858.

Diário da Bahia – 21 de abril de 1858 - Relatório da Assembleia Legislativa da Bahia, Dr. Bonifácio Nascente de Azambuja.

Diário da Bahia – 16 de julho de 1860.

Diário da Bahia - 17 de agosto de 1860.

Diário da Bahia - 22 de agosto de 1860.

Diário da Bahia – 21 de fevereiro de 1866.

Diário da Bahia, 31 de maio de 1878.

Diário da Bahia – 4 de junho de 1878.

JORNAL a intolerância – 22 de março de 1850.

JORNAL a intolerância – 14 de maio de 1850.

JORNAL da Bahia – 15 de janeiro de 1854.

JORNAL da Bahia – 10 de junho de 1854.

JORNAL da Bahia - 10 de Fevereiro de 1857.

JORNAL da Bahia – 1 de março de 1857.

JORNAL da Bahia – 4 de abril de 1857.

JORNAL da Bahia, 14 de outubro de 1858.

JORNAL da Bahia – 2 de março de 1860.

JORNAL da Bahia – 4 de abril de 1860.

JORNAL da Bahia – 19 de janeiro de 1861.

JORNAL da Bahia – 27 de março de 1861.

JORNAL da Bahia – 3 de maio de 1861.

JORNAL da BAHIA – 3 de junho de 1878.

O MONITOR – 4 de junho de 1878.

O GUAYCURU, seis de abril de 1857.

Imagens

APB - Seção Colonial Provincial, Maço: 6449 - Secretaria do Governo da Bahia, Imagem da Baía de Todos os Santos. 24 de maio de 1864.

Panorama Fotográfico da Cidade do Salvador. 1860 - FERREZ, Gilberto.

Vista da Gamboa, 1861.- laiselemos.wordpress.com

Cais das amarras em 1860. - Gilberto Ferrez.

ANTIGA PRAÇA DO CAIS DO OURO – 1879 - <http://salvadorhistoriacidadebaixa.blogspot.com.br>

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA – 1879 – ACB.

